



# DIAGNÓSTICO SOCIAL DO CONCELHO DE LAGOS

2023

**Diagnóstico Social do  
Concelho de Lagos  
2023**

Diagnóstico Social do Concelho de Lagos 2023

O presente documento consubstancia o Diagnóstico Social do Concelho de Lagos, elaborado pela equipa técnica da *Associação OFICINA*

Lagos | maio de 2023

# ÍNDICE

<b>Índice de gráficos</b> .....	<b>iv</b>
<b>Índice de tabelas</b> .....	<b>xiii</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>4</b>
<b>1 DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS</b> .....	<b>7</b>
1.1 Aumento da população residente a abrandar .....	7
1.2 População jovem em declínio .....	11
1.3 Um concelho a envelhecer .....	13
1.4 Aumento da imigração e perfil em mudança .....	17
1.5 Um crescimento populacional comprometido .....	23
1.6 Diminuição da dimensão média das famílias .....	27
<b>Síntese das dinâmicas demográficas</b> .....	<b>31</b>
<b>2 DINÂMICAS SOCIOECONÓMICAS</b> .....	<b>33</b>
2.1 Taxa de atividade em trajetória decrescente .....	33
2.2 Renovação da população em idade ativa .....	36
2.3 Forte terciarização do setor económico .....	37
2.4 Trabalho terciário, pouco qualificado e em empresas de pequena dimensão .....	41
2.5 Desfasamento dos ganhos médios e impacto da pandemia na estrutura laboral .....	46
2.6 Empresas individuais em maioria, mas com um saldo oscilante .....	55
2.7 Tendência descendente dos rendimentos dos agregados .....	57
<b>Síntese das dinâmicas socioeconómicas</b> .....	<b>61</b>
<b>3 Grupos sociais vulneráveis</b> .....	<b>63</b>
3.1 Aumento da vulnerabilidade das crianças e jovens, com destaque para a violência doméstica e negligência .....	63
3.2 Impacto da pandemia no isolamento social das pessoas idosas .....	68
3.3 Predominância de pessoas com dificuldades motoras e de cognição .....	76
3.4 Impactos da sazonalidade, afetando sobretudo pessoas com baixas qualificações e mulheres .....	80
3.5 Tendência de crescimento de jovens beneficiários de RSI .....	86
3.6 Vítimas de violência doméstica são maioritariamente do sexo feminino .....	88

3.7 Aumento do número de famílias monoparentais.....	91
3.8 Aumento da procura por apoio social para suprir as necessidades básicas.....	94
3.9 Maior necessidade de resposta do CLAIM aos migrantes .....	99
3.10 Mais pessoas em situação de sem-abrigo .....	101
3.11 Cuidadores informais são maioritariamente mulheres.....	103
<b>Síntese dos grupos vulneráveis.....</b>	<b>107</b>
<b>4 SAÚDE .....</b>	<b>110</b>
4.1 Dificuldade de atração de profissionais de saúde .....	110
4.2 Declínio das taxas de mortalidade .....	112
4.3 Estrutura da Rede de Cuidados de Saúde.....	116
4.4 Aumento do número de consultas médicas.....	118
4.5 Aumento do número de utentes no Centro de Saúde.....	122
4.6 Agravamento da saúde mental no Algarve .....	125
4.7 Respostas locais à Saúde Mental.....	127
<b>Síntese da saúde .....</b>	<b>136</b>
<b>5 EDUCAÇÃO.....</b>	<b>138</b>
5.1 Melhoria das taxas de escolarização e redução da população não escolarizada .....	138
5.2 Estabilidade ao nível do número de alunos matriculados, exceto no 1.º CEB e no Ensino Secundário.....	143
5.3 Aumento do sucesso escolar, com atenção ao ensino secundário .....	145
5.4 Aumento dos estudantes estrangeiros e diversificação das nacionalidades.....	148
5.5 Aumento dos beneficiários de ação social escolar .....	149
5.6 Crescimento do número de alunos com necessidades de saúde especiais, mas com tendência de estabilização .....	150
5.7 Maior proporção de jovens a abandonar a escola face à realidade regional e nacional.....	154
5.8 Taxa de analfabetismo inferior ao país e à região, e predominância feminina.....	156
<b>Síntese da educação .....</b>	<b>158</b>
<b>6 HABITAÇÃO .....</b>	<b>160</b>
6.1 Flutuações no mercado habitacional, com tendência de aumento nos preços das rendas e do m <sup>2</sup> para venda .....	160
6.2 Parque habitacional municipal com um número expressivo de fogos.....	168
6.3 Novos pedidos de apoio habitacional em decréscimo, mas valores acumulados em constante crescimento .....	172

6.4 Aumento dos requerentes de Apoio ao Arrendamento Privado .....	175
6.5 Programas e Planos Municipais de Habitação .....	176
<b>Síntese da habitação.....</b>	<b>179</b>
<b>7 CRIMINALIDADE E (IN)SEGURANÇA .....</b>	<b>181</b>
7.1 Taxa de criminalidade em decréscimo.....	181
7.2 Furto de veículos, ofensa contra a integridade física e violência doméstica são os crimes mais praticados.....	183
<b>Síntese da criminalidade e (in)segurança .....</b>	<b>186</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>187</b>
Síntese dos problemas e necessidades.....	192
<b>ANEXO .....</b>	<b>197</b>
Fóruns temáticos .....	197

## Índice de gráficos

<b>Gráfico 1.</b> Taxa de variação da população residente em Portugal, Algarve e Lagos, % (INE/Estimativas da população residente 2010-2020).....	9
<b>Gráfico 2.</b> População residente em Lago por freguesia, n.º (INE/Censos 2001, 2011 e 2021).....	9
<b>Gráfico 3.</b> População residente em Portugal, Algarve e Lagos por ciclos de vida, % do total (INE/Censos 2001, 2011 e 2021).....	11
<b>Gráfico 4.</b> Proporção da população jovem com menos de 25 anos no total da população residente em Lagos por freguesias, % (INE/Censos 2001, 2011 e 2021).....	12
<b>Gráfico 5.</b> Índice de Dependência Jovens em Portugal, Algarve e Lagos, n.º (INE, 2010-2020).....	12
<b>Gráfico 6.</b> Índice de envelhecimento em Portugal, Algarve e Lagos, n.º (INE/Estimativas anuais da população residente 2010-2020).....	13
<b>Gráfico 7.</b> Índice de envelhecimento em Lagos por freguesias, n.º (INE/Censos 2011 e 2021).....	14
<b>Gráfico 8.</b> Índice de dependência de idosos/as em Portugal, Algarve e Lagos, n.º (INE/Estimativas anuais da população residente 2010-2020).....	15
<b>Gráfico 9.</b> Pirâmides etárias do Concelho de Lagos, n.º (INE/Censos 2011 e 2021).....	16
<b>Gráfico 10.</b> População estrangeira portadora de Título de Residência (TR) ou Visto de Longa Duração (VLD) residente em Lagos, n.º (SEF, 2010-2020).....	18
<b>Gráfico 11.</b> Comparação entre a população estrangeira residente em Lagos na população total, n.º (SEF-INE/Estimativas anuais da população residente 2010-2020).....	18
<b>Gráfico 12.</b> Proporção de população estrangeira na população total em Portugal, Algarve e Lagos, % (SEF-INE/Censos 2011 e 2021).....	19
<b>Gráfico 13.</b> Residentes estrangeiros em Lagos quanto ao perfil de imigração, n.º (SEF, 2008-2018)	20
<b>Gráfico 14.</b> População residente que entrou em Portugal após 2010, residente em Lagos (à data dos Censos 2021), quanto ao motivo de entrada em Portugal, n.º (INE, Censos 2021).....	21
<b>Gráfico 15.</b> População residente que entrou em Portugal após 2010, residente em Lagos (à data dos Censos 2021), quanto ao escalão etário, n.º (INE, Censos 2021).....	21
<b>Gráfico 16.</b> Proporção de mulheres em idade fértil na população residente feminina em Portugal, Algarve e Lagos, % (INE, 2010, 2015 e 2020).....	23
<b>Gráfico 17.</b> Taxa de fecundidade geral em Portugal, Algarve e Lagos, % (INE, 2010-2020).....	24
<b>Gráfico 18.</b> Taxa Bruta de Natalidade em Portugal, Algarve e Olhão, % (INE, 2010-2020).....	24
<b>Gráfico 19.</b> Nados-vivos em Lagos segundo a nacionalidade da mãe, n.º (INE, 2010-2021).....	25
<b>Gráfico 20.</b> Taxa Bruta de Mortalidade em Portugal, Algarve e Lagos, % (INE, 2010-2020).....	25
<b>Gráfico 21.</b> Taxa de Crescimento Natural em Portugal, Algarve e Lagos, % (INE, 2010-2020).....	26
<b>Gráfico 22.</b> Taxa Crescimento Migratório em Portugal, Algarve e Lagos, % (INE 2010-2020).....	27
<b>Gráfico 23.</b> Taxa Crescimento Efetivo em Portugal, Algarve e Lagos, % (INE 2005-2018).....	27

<b>Gráfico 24.</b> Famílias clássicas em Lagos por tipo, n.º (INE/Censos 2001 e 2011) .....	28
<b>Gráfico 25.</b> Núcleos familiares em Portugal, Algarve e Lagos por tipo, % face ao total (INE/Censos 2021) .....	29
<b>Gráfico 26.</b> Núcleos familiares em Lagos por tipo, % face ao total (INE/Censos 2021) .....	29
<b>Gráfico 27.</b> Dimensão média dos agregados domésticos privados em Portugal, Algarve e Lagos, n.º (INE/Censos 2001, 2011 e 2021) .....	30
<b>Gráfico 28.</b> Taxa de atividade Geral da população residente em Portugal, Algarve e Lagos, % (INE/Censos 2001, 2011 e 2021) .....	34
<b>Gráfico 29.</b> Taxa de atividade Geral da população residente em Lagos por freguesias, % (INE/Censos 2001, 2011 e 2021) .....	34
<b>Gráfico 30.</b> Taxa de atividade feminina da população residente em Portugal, Algarve e Lagos, % (INE/Censos 2001, 2011 e 2021) .....	35
<b>Gráfico 31.</b> Taxa de atividade jovem em Portugal, Algarve e Lagos, % (INE/Censos 2001, 2011 e 2021) .....	36
<b>Gráfico 32.</b> Índice de Renovação da População em Idade Ativa em Portugal, Algarve e Lagos, n.º (INE, 2010-2020).....	37
<b>Gráfico 33.</b> Pessoal ao serviço dos estabelecimentos residentes em Lagos (CAE Rev. 3), n.º total (INE/Sistema de contas integradas das empresas, 2010-2020).....	38
<b>Gráfico 34.</b> Evolução de empresas em Lagos, n.º total (INE/Sistema de contas integradas das empresas, 2010-2020).....	38
<b>Gráfico 35.</b> Evolução das empresas em Lagos quanto ao escalão de pessoal ao serviço, % (INE/Sistema de contas integradas das empresas, 2010-2020) .....	39
<b>Gráfico 36.</b> Trabalhadores/as por conta de outrem nos estabelecimentos em Lagos por sexo, n.º (Anuários Estatísticos Regionais do Algarve, MTSSS, Quadros de pessoal 2011-2020) .....	42
<b>Gráfico 37.</b> Trabalhadores/as por conta de outrem nos estabelecimentos em Lagos por sector de atividade, % (Anuários Estatísticos Regionais do Algarve, MTSSS, Quadros de pessoal 2011-2020)..	43
<b>Gráfico 38.</b> Trabalhadores/as por conta de outrem nos estabelecimentos em Lagos quanto às habilitações literárias, % (Anuários Estatísticos Regionais do Algarve, MTSSS, Quadros de pessoal 2011-2020).....	44
<b>Gráfico 39.</b> Trabalhadores/as por conta de outrem nos estabelecimentos em Lagos por escalão de pessoal da empresa, % (Anuários Estatísticos Regionais do Algarve - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Quadros de Pessoal, 2011-2020).....	45
<b>Gráfico 40.</b> Proporção de população empregada por conta de outrem em estabelecimentos de empresas com menos de 10 trabalhadores em Lagos, % (INE - MTSSS/GEP, Quadros de pessoal, 2011-2020).....	45
<b>Gráfico 41.</b> Ganho médio mensal no Continente, Algarve e Lagos, € (MTSSS/GEP, Quadros de pessoal, 2011-2020) .....	47



<b>Gráfico 42.</b> Ganho médio mensal dos/das trabalhadores/as por conta de outrem nos estabelecimentos em Lagos quanto ao sexo, € (MTSSS/GEP, Quadros de pessoal, 2013-2020).....	48
<b>Gráfico 43.</b> População residente com 15 e mais anos de idade em Portugal, Algarve e Lagos segundo a condição de trabalho, % (INE/ Censos 2011 e 2021).....	49
<b>Gráfico 44.</b> População residente com 15 e mais anos de idade em Portugal, Algarve e Lagos segundo a condição de trabalho e freguesias, % (INE/ Censos 2011 e 2021).....	49
<b>Gráfico 45.</b> Estrutura da População Inativa, em Portugal, Algarve e Lagos, % (INE/ Censos 2011 e 2021) .....	50
<b>Gráfico 46.</b> Estrutura da População Inativa em Lagos por freguesias, % (INE/ Censos 2011 e 2021) .	51
<b>Gráfico 47.</b> Proporção da população residente que trabalha ou estuda noutra município em Portugal, Algarve e Lagos, % (INE/ Censos 2011 e 2021) .....	52
<b>Gráfico 48.</b> Proporção da população residente que trabalha ou estuda noutra município em Lagos por freguesia, % (INE/ Censos 2011 e 2021).....	53
<b>Gráfico 49.</b> Proporção da população residente que executa movimentos pendulares nos concelhos limítrofes de Lagos, % (INE/ Censos 2021).....	54
<b>Gráfico 50.</b> Saldo natural de empresas total em Lagos quanto à forma jurídica, n.º ( <i>adaptado</i> a partir de dados do INE, 2010-2020).....	56
<b>Gráfico 51.</b> Poder de compra per capita em Portugal, Algarve e Lagos, n.º (INE/Estudo sobre o poder de compra concelhio, 2009-2019) .....	58
<b>Gráfico 52.</b> Agregados fiscais em Lagos por escalões de rendimento bruto declarado, % (INE/Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação produzida pelo Ministério das Finanças - Autoridade Tributária e Aduaneira, 2019 e 2020) .....	59
<b>Gráfico 53.</b> Agregados fiscais em Lagos por escalões de rendimento bruto declarado, n.º (INE/Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação produzida pelo Ministério das Finanças - Autoridade Tributária e Aduaneira, 2018, 2019 e 2020).....	60
<b>Gráfico 54.</b> Processos na CPCJ, quanto à idade e sexo das crianças/jovens, n.º (Relatórios CPCJ/Lagos) .....	66
<b>Gráfico 55.</b> Crianças e jovens do Projeto Viver o verão, n.º (Câmara Municipal de Lagos, 2019, 2020 e 2021) .....	67
<b>Gráfico 56.</b> Abono de família para crianças e jovens da Segurança Social em Lagos, valor em milhares de € (MTSSS/IIES, 2010-2021) .....	68
<b>Gráfico 57.</b> Taxa de risco de pobreza (antes de qualquer transferência social) de pessoas com mais de 65 anos quanto ao sexo, % (INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, 2010-2020).....	69
<b>Gráfico 58.</b> Taxa de risco de pobreza (após as transferências sociais) de pessoas com mais de 65 anos quanto ao sexo, % (INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, 2010-2021).....	69
<b>Gráfico 59.</b> Pensionistas por invalidez, velhice e sobrevivência em Lagos, n.º (Anuários Estatísticos da região do Algarve/ MTSSS/IIES, 2010-2021) .....	70

<b>Gráfico 60.</b> Valor Médio anual das pensões da Segurança Social em Lagos, € (Anuários Estatísticos da região do Algarve/ MTSSS/IIES, 2010-2021) .....	71
<b>Gráfico 61.</b> Proporção de Beneficiários de pensões da Segurança Social no total da população em idade ativa em Lagos, % (Anuários Estatísticos da região do Algarve/ MTSSS/IIES, 2010-2020) .....	71
<b>Gráfico 62.</b> Proporção de agregados domésticos privados unipessoais de pessoas com mais de 65 anos, em Portugal Algarve, Lagos e freguesias, % (INE/Censos 2011 e 2021).....	72
<b>Gráfico 63.</b> Idosos em situação de isolamento de 2019 a 2021, quanto à idade, n.º (GNR, Programa Idoso em Segurança da SPCPC – Secção de Prevenção Criminal e Policiamento) .....	73
<b>Gráfico 64.</b> Idosos em situação de isolamento de 2019 a 2021, quanto à freguesia de residência, n.º (GNR, Programa Idoso em Segurança da SPCPC – Secção de Prevenção Criminal e Policiamento).....	73
<b>Gráfico 65.</b> Idosos em situação de isolamento de 2019 a 2021, quanto ao sexo, n.º (PSP, Programa Idoso em Segurança da SPCPC – Secção de Prevenção Criminal e Policiamento) .....	74
<b>Gráfico 66.</b> Atendimentos efetivados no GAPI, n.º (Gabinete de Apoio à Pessoa Idosa, 2019, 2020 e 2021).....	74
<b>Gráfico 67.</b> Atendimentos efetivados no GAPI, quanto ao tipo de solicitação % (Gabinete de Apoio à Pessoa Idosa, 2019, 2020 e 2021).....	75
<b>Gráfico 68.</b> Diligências realizadas no seguimento dos atendimentos efetivados no Gabinete de Apoio à Pessoa Idosa, % (GAPI).....	75
<b>Gráfico 69.</b> Incidência das pessoas com dificuldades na população total com mais de 15 anos de Lagos por freguesias, % (INE/Censos 2021) .....	76
<b>Gráfico 70.</b> Beneficiários/as de prestação social para a inclusão em Lagos, quanto ao sexo, € (Anuários Estatísticos da região do Algarve/ MTSSS/IIES, 2019-2021).....	78
<b>Gráfico 71.</b> Beneficiários/as do Subsídio de assistência de 3ª pessoa, n.º (Anuários Estatísticos da região do Algarve/ MTSSS/IIES, 2010-2021). .....	79
<b>Gráfico 72.</b> Beneficiários/as do Subsídio de assistência de 3ª pessoa, valor/milhares de euros (Anuários Estatísticos da região do Algarve/Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade/IIES, 2010-2021) .....	79
<b>Gráfico 73.</b> Taxa de desemprego em Portugal, Algarve e Lagos, % (INE/Censos 2011 e 2021) .....	80
<b>Gráfico 74.</b> Desempregados inscritos no IEFP em Lagos, total e quanto ao género, n.º (IEFP, 2010-2021).....	81
<b>Gráfico 75.</b> Desempregados inscritos no IEFP em Lagos, quanto ao tempo de inscrição, n.º (IEFP, 2010-2021).....	82
<b>Gráfico 76.</b> Pessoas desempregadas inscritas no IEFP em Lagos, por idade, n.º (IEFP, 2010-2021) .	83
<b>Gráfico 77.</b> Pessoas desempregadas inscritas no IEFP em Lagos, por escolaridade, n.º (IEFP, 2010-2021).....	84
<b>Gráfico 78.</b> Pessoas desempregadas inscritas no IEFP em Lagos, por efeito sazonalidade, n.º (IEFP, 2010-2021).....	85

<b>Gráfico 79.</b> Beneficiários/as de subsídio de desemprego em Lagos, total e quanto ao gênero, n.º (Anuários Estatísticos da região do Algarve/ MTSSS/IIES, 2010-2021) .....	85
<b>Gráfico 80.</b> Proporção de Beneficiários de subsídio de desemprego no total da população em idade ativa em Lagos, % (Anuários Estatísticos da região do Algarve/ MTSSS/IIES, 2010-2021) .....	86
<b>Gráfico 81.</b> Beneficiários/as de RSI em Lagos, por número total e proporção no total da população em idade ativa (MTSSS/IIES, 2010-2020).....	87
<b>Gráfico 82.</b> Beneficiários/as de RSI em Lagos, por idade, n.º (MTSSS/IIES, 2010-2021).....	87
<b>Gráfico 83.</b> Beneficiários/as de Subsídio de Doença da Segurança Social em Lagos, total e quanto ao gênero n.º (MTSSS/IIES, 2010-2021).....	88
<b>Gráfico 84.</b> Atendimentos realizados pelo GAVA n.º (GAVA-Gabinete de Apoio à Vítima da TAIPA) ....	89
<b>Gráfico 85.</b> Vítimas apoiadas pelo GAVA, quanto ao sexo, n.º (GAVA-Gabinete de Apoio à Vítima da TAIPA) .....	89
<b>Gráfico 86.</b> Vítimas apoiadas pelo GAVA, quanto ao sexo do agressor, n.º (GAVA-Gabinete de Apoio à Vítima da TAIPA).....	90
<b>Gráfico 87.</b> Proporção de Núcleos Familiares Monoparentais em Portugal, Algarve e Lagos, n.º (INE/Censos 2001, 2011 e 2021) .....	92
<b>Gráfico 88.</b> Famílias Monoparentais com filhos a cargo e condição perante o trabalho em Portugal, Algarve e Lagos, % (INE/Censos 2021) .....	92
<b>Gráfico 89.</b> Famílias monoparentais com filhos a cargo e condição perante o trabalho nas freguesias de Lagos, % (INE/Censos 2021) .....	93
<b>Gráfico 90.</b> Atendimentos Habitação e Ação Social, n.º (Câmara Municipal de Lagos, 2020 e 2021)..	94
<b>Gráfico 91.</b> Agregados apoiados por tipo de apoio, n.º (Câmara Municipal de Lagos, 2020 e 2021)....	94
<b>Gráfico 92.</b> Agregados apoiados quanto à composição, n.º (Câmara Municipal de Lagos, 2020 e 2021) .....	95
<b>Gráfico 93.</b> Agregados apoiados quanto à idade (referente ao titular do processo), n.º (Câmara Municipal de Lagos, 2020 e 2021).....	95
<b>Gráfico 94.</b> Agregados apoiados quanto à área geográfica de residência, n.º (Câmara Municipal de Lagos, 2020 e 2021) .....	96
<b>Gráfico 95.</b> Agregados apoiados quanto à situação profissional (referente ao titular do processo), n.º (Câmara Municipal de Lagos, 2020 e 2021).....	96
<b>Gráfico 96.</b> Atendimentos efetivados no CLAIM de Lagos, n.º (CLAIM 2019, 2020 e 2021).....	99
<b>Gráfico 97.</b> Referenciações para internamento em descanso do cuidador, n.º (ACES Barlavento 2018-2022).....	106
<b>Gráfico 98.</b> Médicos/as por mil habitantes em Portugal, Algarve e Lagos, n.º (INE, 2010-2021).....	111
<b>Gráfico 99.</b> Enfermeiros/as por mil habitantes em Portugal, Algarve e Lagos, n.º (INE, 2010-2021) .....	111

<b>Gráfico 100.</b> Médicos/as residentes em Lagos, por tipologia, n.º (INE, 2011-2021) .....	112
<b>Gráfico 101.</b> Taxa quinquenal de mortalidade infantil em Portugal, Algarve e Lagos, % (INE, 2009-2020) .....	113
<b>Gráfico 102.</b> Taxa quinquenal de mortalidade neonatal em Portugal, Algarve e Lagos, % (INE, 2010-2020).....	114
<b>Gráfico 103.</b> Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório em Portugal, no Algarve e em Lagos, % (INE, 2010-2020).....	115
<b>Gráfico 104.</b> Taxa de mortalidade por tumores malignos em Portugal, Algarve e Lagos, % (INE, 2010-2020).....	115
<b>Gráfico 105.</b> Consultas ao domicílio em Lagos, n.º (ACES Algarve II - Algarve Barlavento).....	120
<b>Gráfico 106.</b> Consultas programadas e não programadas em Lagos, n.º (ACES Algarve II - Algarve Barlavento).....	121
<b>Gráfico 107.</b> Média de tempo de espera após chegada, minutos (ACES Algarve II - Algarve Barlavento) .....	121
<b>Gráfico 108.</b> Média de dias de espera para obter consulta, dias (ACES Algarve II - Algarve Barlavento) .....	122
<b>Gráfico 109.</b> Utentes inscritos no Centro de Saúde de Lagos, n.º (ACES Algarve II - Algarve Barlavento) .....	123
<b>Gráfico 110.</b> Utentes inscritos no Centro de Saúde de Lagos e atribuição de médico de família, n.º (ACES Algarve II - Algarve Barlavento) .....	123
<b>Gráfico 111.</b> Utentes inscritos no Centro de Saúde de Lagos por unidade funcional, n.º (ACES Algarve II - Algarve Barlavento) .....	124
<b>Gráfico 112.</b> Utentes inscritos no Centro de Saúde de Lagos quanto ao sexo, n.º (ACES Algarve II - Algarve Barlavento) .....	124
<b>Gráfico 113.</b> Utentes inscritos no Centro de Saúde de Lagos quanto ao perfil etário, n.º (ACES Algarve II - Algarve Barlavento).....	125
<b>Gráfico 114.</b> Taxa de mortalidade por lesões autoprovocadas intencionalmente (suicídio) por 100 000 habitantes em Portugal e Algarve (INE, Óbitos por causas de morte).....	126
<b>Gráfico 115.</b> Taxa de mortalidade padronizada por doenças atribuíveis ao álcool por 100 000 habitantes em Portugal e Algarve, quanto ao sexo (INE, Óbitos por causas de morte) .....	126
<b>Gráfico 116.</b> Utentes da ETET, residentes em Lagos, quanto ao escalão etário, n.º (ETET Barlavento) .....	128
<b>Gráfico 117.</b> Utentes da ETET, residentes em Lagos, quanto ao género, n.º (ETET Barlavento) .....	128
<b>Gráfico 118.</b> Utentes da ETET, residentes em Lagos, quanto ao nível de escolaridade, n.º (ETET Barlavento).....	129
<b>Gráfico 119.</b> Utentes da ETET, residentes em Lagos, quanto ao motivo da consulta, n.º (ETET Barlavento).....	130

<b>Gráfico 120.</b> Utentes da ETET, residentes em Lagos, quanto à fonte de referência, n.º (ETET Barlavento).....	130
<b>Gráfico 121.</b> Utentes da ETET, residentes em Lagos, quanto à substância principal de consumo, n.º (ETET Barlavento) .....	131
<b>Gráfico 122.</b> Agregados com apoio psicológico pela Ação Social da Câmara Municipal de Lagos, n.º (CML) .....	133
<b>Gráfico 123.</b> Alunos acompanhados/beneficiários do serviço GAP, por nível de ensino, n.º (Gabinete de Apoio Pedagógico do AEGE).....	133
<b>Gráfico 124.</b> Alunos acompanhados/beneficiários do serviço GAP, por tipo de resposta, n.º (Gabinete de Apoio Pedagógico do Agrupamento de Escolas Gil Eanes) .....	134
<b>Gráfico 125.</b> População residente com 15 e mais anos de idade em Lagos, quanto ao nível de escolaridade, % ( <i>adaptado</i> a partir dos dados do INE/Censos 2011 e 2021) .....	139
<b>Gráfico 126.</b> Proporção da população residente com 15 e mais anos de idade sem nenhum nível de escolaridade completo em Portugal, Algarve, Lagos e freguesias e Sexo, % (INE/Censos 2021) .....	140
<b>Gráfico 127.</b> Proporção da população residente com ensino superior completo em Portugal, Algarve e Lagos quanto ao sexo, %, (INE/Censos 2011 e 2021).....	141
<b>Gráfico 128.</b> Proporção da população residente com ensino superior completo nas freguesias de Lagos quanto ao sexo, %, (INE/Censos 2011 e 2021) .....	141
<b>Gráfico 129.</b> Proporção da população residente com idade entre os 20 e 24 anos com pelo menos o ensino secundário completo em Portugal, Algarve e Lagos quanto ao sexo, %, (INE/Censos 2011 e 2021).....	142
<b>Gráfico 130.</b> Alunos matriculados por níveis de ensino em Lagos, n.º (CML 2019 a 2022) .....	143
<b>Gráfico 131.</b> Taxa de sucesso escolar por nível de ensino em Lagos, % (Agrupamentos de Escolas 2019 a 2022) .....	146
<b>Gráfico 132.</b> Taxa de insucesso escolar por nível de ensino em Lagos, % (Agrupamentos de Escolas, 2019 a 2022).....	146
<b>Gráfico 133.</b> Taxa de retenção por nível de ensino em Lagos, % (Agrupamentos de Escolas, 2019 a 2022).....	147
<b>Gráfico 134.</b> Alunos com nacionalidade estrangeira, n.º (Agrupamentos de Escolas) .....	149
<b>Gráfico 135.</b> Alunos com necessidades de saúde especiais, n.º (Agrupamento de Escolas) .....	151
<b>Gráfico 136.</b> Alunos com apoio psicológico (com indicação do nível de ensino), n.º (Agrupamento de Escolas) .....	152
<b>Gráfico 137.</b> Alunos com sinalização (EMAEI), n.º (Agrupamento de Escolas) .....	153
<b>Gráfico 138.</b> Proporção da população residente com idade entre 18 e 24 anos com o 3º ciclo do ensino básico completo que não está a frequentar o sistema de ensino em Portugal, Algarve e Lagos, por freguesia (INE/Censos 2021) .....	155

<b>Gráfico 139.</b> Taxa de analfabetismo em Portugal, Algarve e Lagos, quanto ao sexo, % (INE/Censos 2021).....	156
<b>Gráfico 140.</b> Taxa de analfabetismo em Lagos, quanto ao sexo e freguesias, % (INE/Censos 2021) .....	156
<b>Gráfico 141.</b> Alojamentos familiares clássicos em Lagos, n.º (INE 2010-2021).....	161
<b>Gráfico 142.</b> Proporção da população residente em alojamentos familiares não clássicos em Portugal, Algarve, Lagos, % (INE, Censos 2011 e 2021).....	162
<b>Gráfico 143.</b> Proporção de agregados domésticos privados nos alojamentos familiares clássicos sobrelotados em Portugal, Algarve, Lagos e respetivas freguesias, % (INE, Censos 2011 e 2021) ....	162
<b>Gráfico 144.</b> Novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares em Lagos, n.º (INE 2017-2021).....	163
<b>Gráfico 145.</b> Valor mediano das rendas por m <sup>2</sup> de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares em Portugal, Algarve e Lagos, € (INE 2017-2021).....	164
<b>Gráfico 146.</b> Agregados Domésticos Privados nos alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual em Lagos por escalão do valor mensal da renda, n.º (INE, Censos 2021).....	165
<b>Gráfico 147.</b> Agregados Domésticos Privados nos alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual nas freguesias de Lagos por escalão do valor mensal da renda, € (INE, Censos 2021) .....	165
<b>Gráfico 148.</b> Valor mediano das vendas por m <sup>2</sup> de alojamentos familiares em Portugal, Algarve e Lagos (€), INE, Estatísticas de preços da habitação ao nível local .....	166
<b>Gráfico 149.</b> Novos registos de alojamento local em Lagos, n.º (Registo Nacional de Turismo 2016-2022).....	167
<b>Gráfico 150.</b> Novos registos de alojamento local em Lagos quanto à modalidade n.º (Registo Nacional de Turismo 2016-2022) .....	167
<b>Gráfico 151.</b> Empreendimentos habitacionais, n.º, Câmara Municipal de Lagos, jan/2023.....	168
<b>Gráfico 152.</b> Empreendimentos habitacionais quanto à tipologia, n.º (Câmara Municipal de Lagos, jan/2023).....	169
<b>Gráfico 153.</b> Empreendimentos habitacionais quanto à localização por freguesia, n.º(Câmara Municipal de Lagos, jan/2023) .....	169
<b>Gráfico 154.</b> Caracterização dos moradores do Parque Habitacional Municipal quanto à escolaridade do titular da habitação, %, Câmara Municipal de Lagos, jan/2023 .....	169
<b>Gráfico 155.</b> Caracterização dos moradores do Parque Habitacional Municipal quanto à situação profissional do titular da habitação, % (Câmara Municipal de Lagos, jan/2023).....	170
<b>Gráfico 156.</b> Caracterização dos moradores do Parque Habitacional Municipal quanto ao escalão de rendimento do agregado, % (Câmara Municipal de Lagos, jan/2023).....	170
<b>Gráfico 157.</b> Caracterização dos moradores do Parque Habitacional Municipal quanto à dimensão do agregado, % (Câmara Municipal de Lagos, jan/2023).....	171

<b>Gráfico 158.</b> Caracterização dos moradores do Parque Habitacional Municipal quanto ao número de dependentes, % (Câmara Municipal de Lagos, jan/2023) .....	171
<b>Gráfico 159.</b> Evolução dos pedidos de habitação, n.º (Câmara Municipal de Lagos, dez/2022) .....	172
<b>Gráfico 160.</b> Evolução dos pedidos de habitação quanto à idade do requerente, n.º (Câmara Municipal de Lagos, dez/2022) .....	172
<b>Gráfico 161.</b> Evolução dos pedidos de habitação quanto à nacionalidade do requerente, n.º (Câmara Municipal de Lagos, dez/2022).....	173
<b>Gráfico 162.</b> Evolução dos pedidos de habitação quanto à escolaridade do requerente, n.º (Câmara Municipal de Lagos, dez/2022).....	174
<b>Gráfico 163.</b> Evolução dos pedidos de habitação quanto aos escalões de rendimento do agregado, n.º (Câmara Municipal de Lagos, dez/2022) .....	174
<b>Gráfico 164.</b> Evolução dos pedidos de habitação quanto ao motivo do pedido, n.º (Câmara Municipal de Lagos, dez/2022) .....	175
<b>Gráfico 165.</b> Agregados com apoio ao arrendamento privado, n.º (Câmara Municipal de Lagos) .....	176
<b>Gráfico 166.</b> Taxa de criminalidade em Portugal, Algarve e Lagos, por categoria de crime, % (Direcção-Geral da Política de Justiça, 2011 e 2021).....	182
<b>Gráfico 167.</b> Crimes registados pelas autoridades policiais em Lagos, n.º (Anuários Estatísticos Regionais do Algarve, 2011-2021) .....	183
<b>Gráfico 168.</b> Crimes registados pelas autoridades policiais em Lagos, segundo as categorias de crime, n.º (Anuários Estatísticos Regionais do Algarve, 2011-2021).....	184
<b>Gráfico 169.</b> Crimes por tipologia na área de intervenção da GNR (área rural), n.º (GNR, 2019-2021) .....	185
<b>Gráfico 170.</b> Crimes por tipologia na área de intervenção da PSP e GNR (área urbana), n.º (PSP e GNR, 2019-2021) .....	185

## Índice de tabelas

<b>Tabela 1.</b> População residente em Portugal, Algarve e Lagos (INE/Censos 2001, 2011 e 2021).....	8
<b>Tabela 2.</b> População residente em Lagos quanto ao sexo, n.º (INE/Censos 2001, 2011 e 2021).....	10
<b>Tabela 3.</b> Proporção de população estrangeira na população total em Lagos, % (SEF-INE/Estimativas anuais da população residente 2010-2020) .....	19
<b>Tabela 4.</b> Principais nacionalidades presentes no ano de 2021, n.º e % (SEF-INE/Censos 2021).....	20
<b>Tabela 5.</b> Dimensão média das famílias clássicas em Lagos por freguesia, n.º (INE, Censos 2011 e 2021) .....	30
<b>Tabela 6.</b> Pessoal ao serviço dos estabelecimentos residentes em Lagos por atividade económica (CAE Rev. 3), n.º (INE/Sistema de contas integradas das empresas, 2010-2020).....	40
<b>Tabela 7.</b> Evolução dos/as trabalhadores/as por conta de outrem nos estabelecimentos em Lagos, n.º (Anuários Estatísticos Regionais do Algarve, Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social/MTSSS, 2011-2020).....	41
<b>Tabela 8.</b> Empresas em Lagos quanto à forma jurídica, n.º, (INE/ Sistema de contas integradas das empresas, 2010 a 2020).....	56
<b>Tabela 9.</b> Síntese de caracterização demográfica de Portugal, Algarve e Lagos, % e n.º (INE/Censos 2021).....	64
<b>Tabela 10.</b> Entrada de processos na CPCJ em Lagos, n.º (Relatórios anuais CPCJ/Lagos 2019, 2020 e 2021) .....	65
<b>Tabela 11.</b> Processos na CPCJ, quanto às entidades sinalizadoras (Relatórios anuais CPCJ/Lagos)....	65
<b>Tabela 12.</b> Processos na CPCJ, quanto às problemáticas (Relatórios CPCJ/Lagos).....	66
<b>Tabela 13.</b> Alojamentos familiares clássicos de residência habitual, cujos residentes são apenas pessoas com 65 ou mais anos em Lagos por freguesia, % (INE/Censos 2021) .....	72
<b>Tabela 14.</b> População residente, com 15 e mais anos de idade, em Lagos, que tem muita dificuldade ou não consegue executar a ação e condição perante o trabalho (INE/Censos 2021).....	78
<b>Tabela 15.</b> Vítimas do sexo feminino apoiadas pelo GAVA, quanto à nacionalidade, n.º (GAVA-Gabinete de Apoio à Vítima da TAIPA) .....	90
<b>Tabela 16.</b> Vítimas do sexo masculino apoiadas pelo GAVA, quanto à nacionalidade, n.º (GAVA-Gabinete de Apoio à Vítima da TAIPA) .....	91
<b>Tabela 17.</b> Apoios no âmbito do isolamento profilático, n.º (Câmara Municipal de Lagos, 2020 e 2021) .....	97
<b>Tabela 18.</b> Agregados familiares que beneficiam de apoios alimentares, no concelho de Lagos, por entidade e tipo de programa, n.º (CML) .....	98
<b>Tabela 19.</b> Atendimentos efetivados no CLAIM de Lagos, quanto ao país de origem, n.º (CLAIM 2020 e 2021).....	100
<b>Tabela 20.</b> Atendimentos efetivados no CLAIM de Lagos, quanto ao assunto, n.º (CLAIM 2019 e 2021) .....	100
<b>Tabela 21.</b> Pessoas em situação de sem-abrigo em Lagos e no Algarve, n.º (ENIPSSA, 2018-2021) .....	102
<b>Tabela 22.</b> Requerimentos deferidos de Estatuto do Cuidador Informal e de Subsídio de Apoio ao Cuidador Informal até dezembro de 2022, de cuidadores residentes em Lagos, Faro e Portugal continental, n.º (ISS,IP - Gabinete de Planeamento e Estratégia).....	103
<b>Tabela 23.</b> Montantes processados de Subsídio de Apoio ao Cuidador Informal a cuidadores residentes no concelho de Lagos, n.º (ISS,IP - Gabinete de Planeamento e Estratégia) .....	104



<b>Tabela 24.</b> Cuidadores Informais com estatuto deferido não cessado em 2022, residentes em Lagos, distrito de Faro e Portugal Continental, por Tipo de Estatuto e por sexo, n.º (ISS,IP - Gabinete de Planeamento e Estratégia).....	104
<b>Tabela 25.</b> Pessoas Cuidadas de Cuidadores Informais com estatuto deferido não cessado em 2022, residentes em Lagos, distrito de Faro e Portugal Continental, por Tipo de Estatuto e por sexo, n.º (ISS,IP - Gabinete de Planeamento e Estratégia) .....	104
<b>Tabela 26.</b> Ações de Informação e Encaminhamento para o Descanso ao Cuidador, até fevereiro de 2023, n.º (ISS,IP - Gabinete de Planeamento e Estratégia) .....	105
<b>Tabela 27.</b> Pessoas Cuidadas com Internamento na RNCCI para o Descanso ao Cuidador, até fevereiro de 2023, n.º (ISS,IP - Gabinete de Planeamento e Estratégia) .....	105
<b>Tabela 28.</b> Estrutura da Rede de Cuidados de Saúde Primários de Lagos. ....	117
<b>Tabela 29.</b> Consultas no Centro de Saúde de Lagos por unidade funcional, n.º (ACES Algarve II - Algarve Barlavento).....	119
<b>Tabela 30.</b> Consultas no Centro de Saúde de Lagos por tipo, n.º (ACES Algarve II - Algarve Barlavento) .....	119
<b>Tabela 31.</b> Consultas por programa de vigilância no Centro de Saúde de Lagos, n.º (ACES Algarve II - Algarve Barlavento).....	120
<b>Tabela 32.</b> Consultas médicas na unidade de consulta externa dos hospitais em Portugal e Algarve - especialidade de psiquiatria, n.º (INE, Inquérito aos hospitais).....	125
<b>Tabela 33.</b> Utentes em tratamento e em internamento, n.º (ETET Barlavento) .....	132
<b>Tabela 34.</b> Alunos por tipo de frequência, n.º (Agrupamento de Escolas Júlio Dantas).....	144
<b>Tabela 35.</b> Crianças em lista de espera no ano letivo 2021/2022, n.º (CML).....	144
<b>Tabela 36.</b> Beneficiários de ação social por tipo de escalão, n.º (CML) .....	150
<b>Tabela 37.</b> Alunos com necessidades de saúde especiais por tipo de deficiência, (Agrupamentos de Escolas) .....	153
<b>Tabela 38.</b> Tipo de terapias para alunos com necessidades de saúde especiais e tipo de terapias, (Agrupamentos de Escolas) .....	154
<b>Tabela 39.</b> Agregados domésticos privados nos alojamentos familiares clássicos de residência habitual, em Lagos e respetivas freguesias e existência de instalações de aquecimento, n.º (INE, Censos 2021).....	163
<b>Tabela 40.</b> Proporção de agregados domésticos privados nos alojamentos familiares clássicos de residência habitual em Lagos por freguesia e escalões de valor de renda, % (INE, Censos 2021) .....	166
<b>Tabela 41.</b> Evolução dos pedidos de habitação, novos e acumulados, n.º (Câmara Municipal de Lagos, dez/2022).....	172
<b>Tabela 42.</b> Evolução dos pedidos de habitação quanto às principais nacionalidades dos requerentes oriundos de Países Terceiros, n.º (Câmara Municipal de Lagos, dez/2022).....	173
<b>Tabela 43.</b> Síntese dos problemas e necessidades do Concelho de Lagos (elaboração própria, 2023) .....	192

## INTRODUÇÃO

O concelho de Lagos está localizado na região do Algarve, no sul de Portugal, sendo constituído por uma área territorial de cerca de 212 km<sup>2</sup>. É limitado a norte pelo concelho de Monchique, a noroeste por Aljezur, a leste por Portimão, a oeste por Vila do Bispo e a sul pelo Oceano Atlântico. Lagos é uma cidade histórica com uma grande riqueza cultural e patrimonial. Durante a Era dos Descobrimentos, foi um importante porto de onde partiram diversas expedições marítimas e, atualmente, é um destino turístico muito procurado, tanto pelas suas praias e paisagens naturais quanto pelas suas atrações culturais e históricas.

A população do concelho de Lagos é de cerca de 33.000 habitantes, distribuídos por quatro freguesias: São Gonçalo de Lagos, Luz, Odiáxere e Bensafrim e Barão de São João. A população é composta por uma grande diversidade de nacionalidades, devido à presença de uma comunidade estrangeira significativa que escolheu Lagos como lugar de residência. Além disso, é um importante polo turístico, com uma grande oferta de alojamentos, restaurantes, bares e outras atividades de lazer. Em termos de infraestruturas, o município dispõe de várias escolas, serviços de saúde, espaços verdes e equipamentos culturais e desportivos.

Num momento histórico marcado por um conjunto de desafios estruturais e complexos que assolam todos os territórios com maior ou menor intensidade, é cada vez mais importante o desenvolvimento de análises aprofundadas que identifiquem potenciais fragilidades atempadamente. A emergência de situações, como a pandemia da COVID-19, a guerra na Ucrânia, a escalada da tensão política mundial, o aumento dos fenómenos migratórios, o aumento dos preços dos produtos de primeira necessidade e a questão da habitação são apenas alguns exemplos da transversalidade dos desafios sociais atuais. Um diagnóstico social permite perceber possíveis impactos destes fatores externos nos territórios, neste caso, no município de Lagos, por forma a identificar possíveis soluções para os colmatar.

Neste sentido, o **Diagnóstico Social do Concelho de Lagos** é uma ferramenta importante para o processo de tomada de decisão, permitindo identificar as prioridades e as necessidades da população, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo. É, por isso, uma etapa fundamental para a implementação de políticas públicas apropriadas e efetivas, orientadas para as necessidades específicas da população de Lagos, sendo um instrumento útil para os órgãos de governança, mas também para investigadores e agentes sociais envolvidos no desenvolvimento social e económico do concelho. Além disso, este diagnóstico pretende também avaliar os resultados e impactos das políticas públicas e projetos sociais implementados no território, permitindo ajustar as intervenções em curso e contribuir para a prevenção de situações de risco e de exclusão social, bem como para o fortalecimento das relações sociais e da coesão comunitária.

Posto isto, o documento encontra-se dividido em sete capítulos principais:

- O *primeiro capítulo* apresenta as dinâmicas demográficas, focando-se nas características da população residente, na proporção de população jovem, no envelhecimento populacional, na população estrangeira e respetivo perfil de imigração, nas taxas de natalidade, fecundidade e mortalidade e nas estruturas familiares;
- O *capítulo dois* remete para a análise dos fatores socioeconómicos e descreve a taxa de atividade geral, a participação dos jovens no mercado de trabalho, o índice de renovação da população ativa, os setores de atividade mais predominantes, as características do pessoal ao serviço, os trabalhadores por conta de outrem, os ganhos médios mensais e as características do tecido empresarial lacobrigense;
- O *capítulo três* reflete sobre a vulnerabilidade de determinados grupos sociais, nomeadamente, das crianças, dos jovens e dos idosos, das pessoas com incapacidade e/ou deficiência, da população desempregada, das vítimas de violência doméstica, das famílias monoparentais, dos migrantes, das pessoas em situação de sem-abrigo e dos cuidadores informais. Neste capítulo são ainda apresentados dados sobre o impacto de alguns benefícios sociais nacionais como o Rendimento Social de Inserção e o Subsídio de Doença, mas também sobre os apoios alimentares prestados pelas diversas instituições do concelho;
- O *capítulo quatro* foca-se nas questões da saúde, sublinhando o número e características dos profissionais de saúde a desenvolver atividade profissional em Lagos, as taxas de mortalidade, o número de utentes, serviços prestados e capacidade de resposta do centro de saúde. Além disso, é explicada a estrutura da rede de cuidados de saúde e apresentadas as respostas locais para o agravamento das questões relacionadas com a saúde mental;
- O *capítulo cinco* apresenta o nível de escolarização da população e analisa indicadores mais específicos como o número de alunos matriculados por nível de ensino em Lagos, as tendências do sucesso, insucesso e abandono escolar, as especificidades dos alunos de nacionalidade estrangeira, os beneficiários de ação social, os alunos com necessidades educativas especiais e o analfabetismo;
- O *capítulo seis* analisa a problemática da habitação local e fornece informações gerais sobre as flutuações no mercado de habitação, bem como, informações mais específicas sobre o parque habitacional municipal, os pedidos de habitação, o perfil dos requerentes e os programas e planos municipais de habitação;

- O *capítulo sete* reflete sobre a criminalidade e o sentimento de (in)segurança, focando-se na análise das taxas de criminalidade, no número de crimes registados, nas diferenças territoriais e nas categorias de crimes mais frequentes.
- O documento termina com uma súpula das principais conclusões gerais e com a identificação sintética dos principais problemas e potencialidades. São ainda apresentadas as principais necessidades em cada uma das dimensões analisadas e algumas sugestões de políticas públicas.

## METODOLOGIA

O diagnóstico social é um instrumento dinâmico sujeito a atualização periódica, resultante da participação de diferentes parceiros/as, que permite o conhecimento e a compreensão da realidade social através da identificação das necessidades, da deteção dos problemas prioritários e respetiva causalidade, bem como dos recursos, potencialidades e constrangimentos locais<sup>1</sup>.

Para balizar a recolha da informação foram identificadas sete dimensões principais sobre as quais se considerou fundamental refletir: dinâmicas demográficas e socioeconómicas, grupos sociais vulneráveis, saúde, educação, habitação e criminalidade e (in)segurança. A análise dos diferentes indicadores subjacentes a estas dimensões foi realizada de forma crítica e sistemática, procurando identificar padrões, tendências, lacunas e potencialidades.

Tendo em atenção a diversidade de temas abordados pelo diagnóstico, a metodologia utilizada para recolha e tratamento dos dados é igualmente abrangente.

Em primeiro lugar, elaborou-se a componente de análise estatística e documental, recorrendo aos principais indicadores nesta matéria, bem como aos variados relatórios, legislações e documentos disponibilizados até o momento. Esta análise segue três princípios: i) estabelece um período extenso de estudo, que visa revelar as dinâmicas ao longo do tempo, assim como as tendências de crescimento, diminuição ou estabilização de determinado indicador; ii) compara, quando possível, com outros níveis territoriais, nomeadamente o país, a região e as freguesias; iii) utiliza fontes de dados primárias e secundárias provenientes de instituições locais, regionais e nacionais, por exemplo, materiais produzidos pelo próprio Município, relatórios disponibilizados pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), entre outras.

Em segundo lugar, desenvolveu-se a componente participativa, estruturada em 4 Fóruns Temáticos, nomeadamente demografia, habitação, saúde e saúde mental e a própria Rede Social, realizados de forma presencial.

Nos fóruns participaram diversas instituições parceiras da Rede Social de Lagos, que contribuíram com perspetivas práticas, derivadas das suas experiências de intervenção no território, principalmente junto aos grupos vulneráveis. Acerca destas, destaca-se a diversidade de entidades representadas, designadamente: Agrupamento de Escolas Júlio Dantas, Agrupamento de Escolas Gil Eanes, Associação dos Ucrrianos do Algarve, Centro de Estudos de Lagos – Universidade Sénior, CLAIM de Lagos, CNAIM do Algarve, Instituto de Segurança Social – I.P. –

---

<sup>1</sup> Artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho. *Diagnóstico Social*.

Centro Distrital de Faro, PSP, Santa Casa da Misericórdia de Lagos, SEF – Delegação de Portimão, UF de Bensafrim e Barão de São João, Marcela Properties, ACES – Agrupamento de Centros de Saúde, CASLAS, Fábrica do Empreendedor, NECI, APPDA – Algarve, ETET Barlavento, GASMI, MAPS, bem como, diversos departamentos e unidades da CM de Lagos.



01

DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS

# 01

## DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS

Este primeiro capítulo apresenta as características gerais das dinâmicas demográficas do concelho de Lagos. Compreender a estrutura demográfica de uma determinada população é fundamental para qualquer diagnóstico social porque é uma pedra basilar da morfologia social do que se pretende analisar. As estatísticas demográficas representam instrumentos que permitem informar a política pública e os órgãos de decisão no sentido de adaptarem as estratégias à realidade social, neste caso, municipais. Atualmente, existem questões demográficas prementes que têm sido debatidas um pouco por toda a Europa. Problemáticas como o envelhecimento populacional e as baixas taxas de natalidade carecem de particular atenção política, pois são transversais a toda a Europa, mas, sobretudo, pela potencial ameaça à sustentabilidade e resiliência do sistema de previdência social.

É analisado neste capítulo um conjunto variado de indicadores que permitem traçar a morfologia social do concelho de Lagos, divididos em seis dimensões principais. Em primeiro lugar, são apresentados os dados relativos à população residente (número, taxa de variação, sexo e ciclos de vida). Como complemento, seguem-se duas subsecções dedicadas às características da população jovem e idosa. Para tal, são comparados o índice de dependência jovem com o índice de dependência de idosos e o índice de envelhecimento. Num terceiro momento, são apresentados dados relativos à imigração, nomeadamente aos perfis prevaletentes no concelho e à proporção de população estrangeira residente em Lagos. Segue-se uma análise das taxas de crescimento populacional, com particular destaque para a taxa de fecundidade, natalidade e mortalidade, bem como para o crescimento natural, migratório e efetivo. A última subsecção foca-se nas estruturas familiares e na dimensão e tipologia das famílias lacobrigenses. O capítulo termina com uma breve síntese dos principais resultados.

### 1.1 Aumento da população residente a abrandar

Esta primeira subsecção procura mostrar as características populacionais do concelho de Lagos, comparando-as com as tendências regionais e nacionais. A diminuição da população residente apresenta uma tendência de crescimento em Portugal desde 2011, segundo os dados dos Censos de 2021, com perdas a rondar os 2,0% (tabela 1). Na região do Algarve e, sobretudo, no concelho de Lagos tem-se registado uma tendência oposta. Aliás, de 2011 para 2021, apenas duas regiões



do país registaram aumentos populacionais – o Algarve e a Área Metropolitana de Lisboa. Na última década, a população algarvia cresceu 3,6% e lacobrigense 7,9%.

Estes dados são animadores, mas devem ser encarados com alguma prudência. Pese embora, Lagos registe aumentos populacionais, ao comparar a população residente, verifica-se que é um crescimento em desaceleração significativa desde 2001. Se o aumento foi de aproximadamente 22% de 2001 para 2011, no período seguinte foi apenas de 7,9%, revelando uma retração no aumento populacional. Atualmente, o concelho conta com 33.494 residentes, equivalendo a cerca 7% da população algarvia.

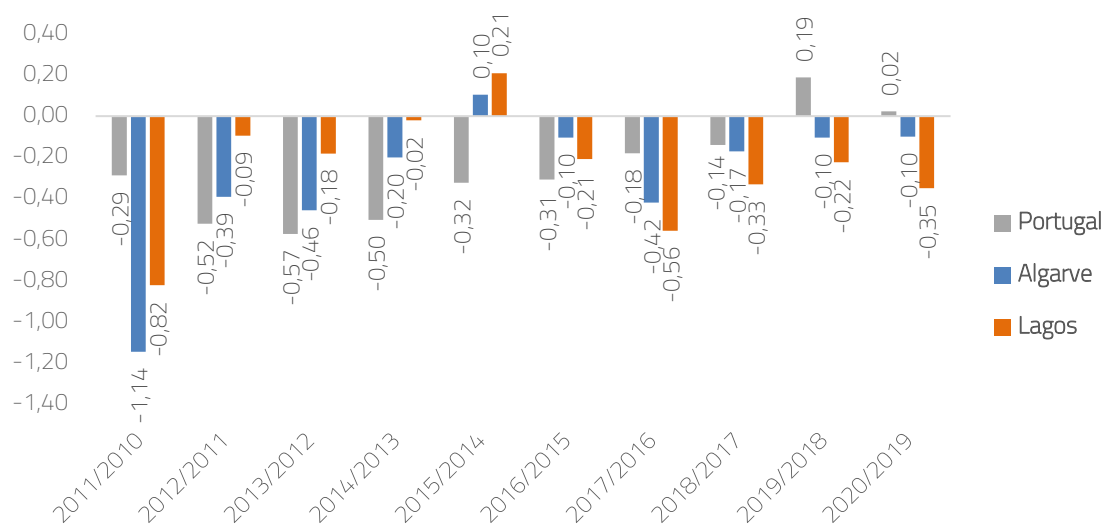
**Tabela 1.** População residente em Portugal, Algarve e Lagos (INE/Censos 2001, 2011 e 2021)

	2001 (n.º)	2011 (n.º)	2021 (n.º)	Δ 01-11 (%)	Δ 11-21 (%)
Portugal	10 356 117	10 562 178	10 343 066	2,0	-2,1
Algarve	395 218	451 006	467 343	14,1	3,6
Lagos	25 398	31 049	33 494	22,2	7,9

No entanto, estes dados brutos, por vezes, oferecem uma imagem desfasada da variação real, sendo que para ter uma representação mais aproximada das características populacionais é necessário olhar para indicadores mais compostos. O gráfico 1 mostra a taxa de variação da população residente em Lagos e no Algarve, comparando-as com as tendências portuguesas. Os dados permitem perceber que o concelho, embora não siga uma trajetória de perda populacional, aparenta sinais de uma inversão nos últimos anos.

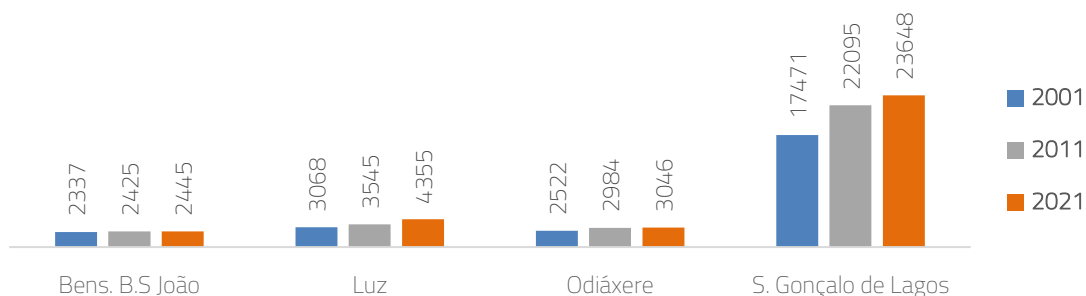
Após uma retração (superior à nacional) entre 2010 e 2011, fruto dos processos migratórios consequentes da crise de 2008, cujas consequências fizeram-se sentir de forma particularmente gravosa na região algarvia, Lagos conseguiu congrega esforços para inverter essa tendência. De 2011 a 2014, a taxa de variação da população residente face ao contexto regional e nacional foi sempre inferior (ou seja, mais próxima de valores positivos). Entre 2014 e 2015, registou-se um aumento no número de habitantes, e este foi o único período da última década onde este indicador registou valores positivos tanto no Algarve quanto em Lagos, contrariando a tendência nacional. Pese embora este desempenho, os dados dos últimos anos não se têm revelado animadores. De facto, que se verifica uma tendência precisamente oposta desde 2016. Nos últimos anos, Lagos tem registado taxas de variação populacional negativas, o que é particularmente notório no último ano em análise (2019/2020), indicando uma possível trajetória de declínio da população residente futuramente.

**Gráfico 1.** Taxa de variação da população residente em Portugal, Algarve e Lagos, % (INE/Estimativas da população residente 2010-2020)



Além disso, importa também mencionar que esta população não se encontra equitativamente distribuída pelas diferentes freguesias de Lagos (gráfico 2). De facto, a grande maioria, independentemente do ano em análise, tende a concentrar-se na freguesia de São Gonçalo de Lagos. Esta freguesia surge no âmbito da Reorganização Administrativa do território das Freguesias, e resulta da união de duas freguesias urbanas: São Sebastião e Santa Maria. O mesmo aconteceu na União das Freguesias de Bensafrim e Barão de São João. Bensafrim é o maior território do concelho de Lagos e, tal como Barão de São João, tem características essencialmente rurais. A freguesia da Luz serve como uma ponte simbólica entre a ruralidade e o urbanismo do concelho, sendo considerada um ponto-chave para o desenvolvimento socioeconómico de Lagos, caracterizada pelo seu passado piscatório. A freguesia de Odiáxere não pode ser definida como uma freguesia rural nem urbana, detendo características mistas.

**Gráfico 2.** População residente em Lago por freguesia, n.º (INE/Censos 2001, 2011 e 2021)



A dispersão populacional demonstra um padrão de ocupação do litoral e das zonas mais urbanas. Tendo em atenção este contexto que a freguesia de São Gonçalo de Lagos se destaca como a mais populosa do concelho, embora não seja a que ocupa maior território. As zonas mais rurais, como

a UF de Bensafrim e Barão de São João, têm uma clara dificuldade na atração e retenção de população. No caso da freguesia da Luz, sendo uma zona destinada a um tipo de turismo de nicho, não se revela tão preocupante a taxa populacional baixa.

Relativamente ao sexo da população residente em Lagos (tabela 2), é possível verificar que durante os últimos vinte anos a população residente do sexo feminino tem sido sempre ligeiramente superior à do sexo masculino. Embora esta diferença fosse muito pouco significativa em 2001, tem-se registado uma tendência de maior desfasamento entre os géneros, que na última década alcançou em torno dos 2,0 (p.p.). Esta característica não é exclusiva deste concelho, sendo notada também nas dinâmicas demográficas ao nível nacional.

**Tabela 2.** População residente em Lagos quanto ao sexo, n.º (INE/Censos 2001, 2011 e 2021)

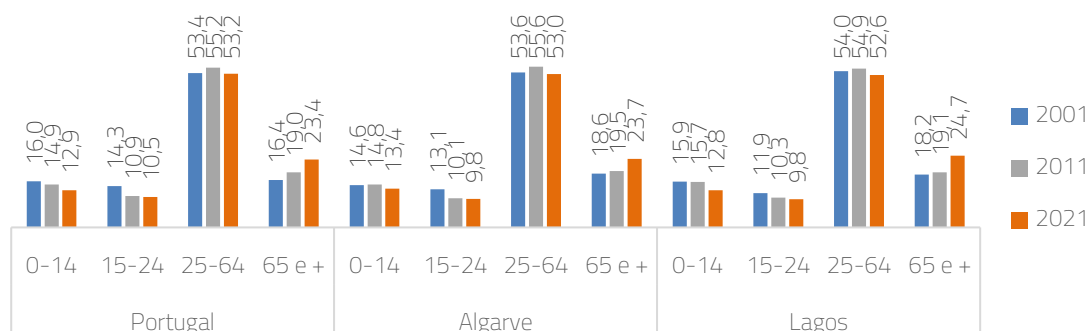
	2001   % do total		2011   % do total		2021   % do total	
Homens	12 463	49,1%	15 090	48,6%	16 267	48,6%
Mulheres	12 935	50,9%	15 959	51,4%	17 227	51,4%

Outra tendência que extrapola o contexto local é o declínio da população em idade ativa, situação particularmente gravosa quando comparada com o aumento dos indivíduos em idade de reforma. O gráfico 3 mostra a comparação temporal e territorial da população residente por ciclos de vida. Entre 2001 e 2021, nota-se uma clara retração dos residentes até aos 64 anos nos três cenários analisados. Esta redução é notória nos jovens até aos 24 anos. Em paralelo, existe um aumento significativo de pessoas com mais de 65 anos ao longo das últimas duas décadas.

Apesar dessas dinâmicas serem transversais a todos os territórios em análise, um olhar para as especificidades regionais e locais revela uma acentuação destas tendências. A percentagem de população ativa, que era superior no Algarve (53,6%) e em Lagos (54%) em 2001, quando comparado com Portugal (53,4%), tem sofrido quedas mais evidentes. Em 2011, o total de residentes em idade ativa nos três contextos rondavam os 55%. Em 2021, no entanto, todos os valores reduziram – a região e o município registaram respetivamente 53% e 52,6%, enquanto o país contabilizou 53,2%.

Na mesma lógica, o Algarve e, sobretudo, Lagos têm registado aumentos percentuais mais significativos de pessoas com mais de 65 anos do que os verificados ao nível nacional. Em 2001, este ciclo de vida representava 16,4% do total nacional e cerca de 18% do regional e municipal. Em 2021, os valores cresceram substancialmente, passando para 23,4% no país, 23,7% na região e 24,7% no concelho. Atualmente, Lagos apresenta simultaneamente: menos população em idade ativa e mais população em idade de reforma do que Portugal e o Algarve.

**Gráfico 3.** População residente em Portugal, Algarve e Lagos por ciclos de vida, % do total (INE/Censos 2001, 2011 e 2021)



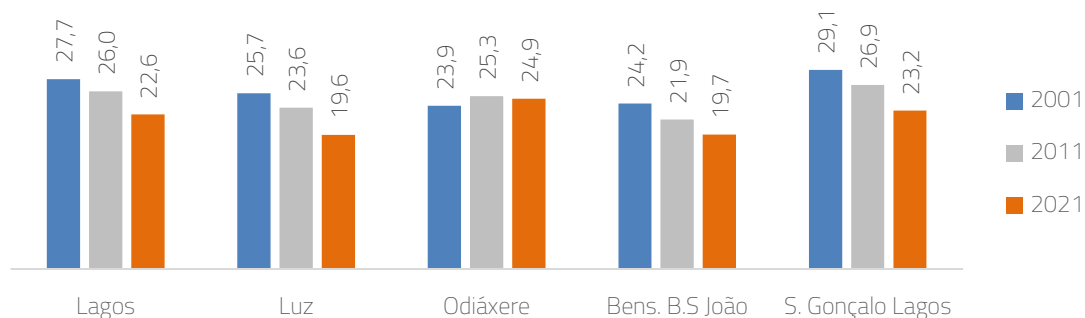
Esta primeira subsecção analisou comparativamente as características e a evolução temporal dos dados relativos à população residente. Em linhas gerais, Lagos regista uma trajetória contínua de aumento dos residentes, mas a um ritmo cada vez mais baixo, colocando o município numa possível trajetória de declínio populacional. Este abrandamento tem sido mais acentuado nas freguesias menos urbanas e nos indivíduos em idade ativa. Nos últimos anos, o concelho tem registado, nestes domínios, perdas superiores às do Algarve e de Portugal, indicando algumas fragilidades nestes territórios que merecem atenção.

## 1.2 População jovem em declínio

O gráfico 4 mostra a evolução da proporção de população residente com menos de 25 anos nos últimos vinte anos, nas diferentes freguesias de Lagos. Existem três aspetos importantes a reter para esta análise.

Desde logo, a ideia em destaque na subsecção anterior é que a população jovem está a diminuir desde 2001, e este declínio é ainda mais significativo nos últimos dez anos. Em segundo lugar, a Freguesia de São Gonçalo de Lagos concentra a maioria das pessoas até aos 25 anos. Por último, mas de interesse particular, é o caso de Odiáxere – a única freguesia que tem conseguido manter certa estabilidade na proporção de indivíduos deste grupo etário, enquanto as demais apresentam reduções, por vezes, significativas. Em 2001, embora Odiáxere fosse o território com a menor proporção de jovens de todo o concelho, em 2021, verifica-se a tendência oposta, contabilizando mais de 2,0 (p.p.) face à média do concelho.

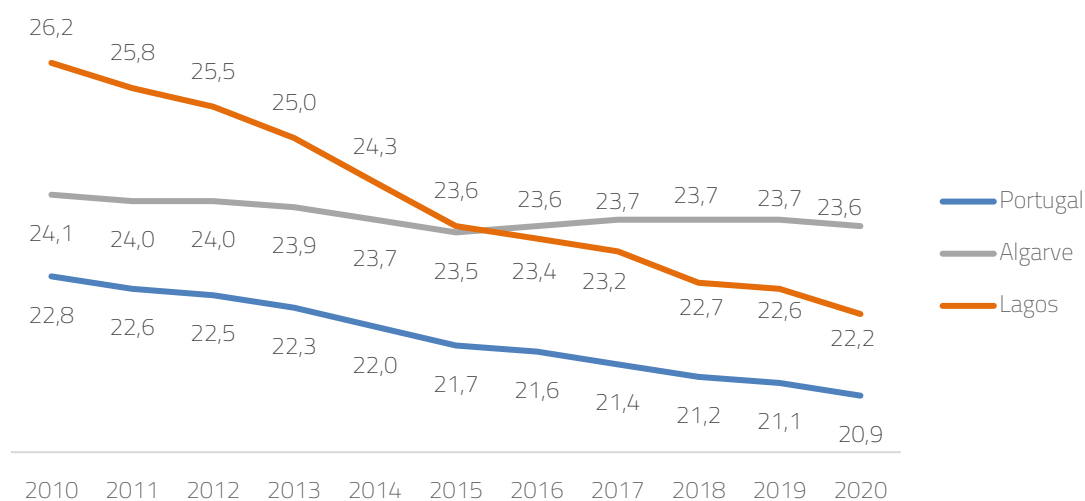
**Gráfico 4.** Proporção da população jovem com menos de 25 anos no total da população residente em Lagos por freguesias, % (INE/Censos 2001, 2011 e 2021)



O índice de dependência de jovens, apresentado no gráfico seguinte, é um indicador que mede a relação entre a população jovem e em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e os 15 e os 64 anos. Este indicador permite compreender a resiliência de uma estrutura demográfica, nomeadamente da sua capacidade de dar resposta às necessidades dos jovens em idade não ativa.

Em Lagos, este índice sempre foi significativamente superior ao nacional em toda a série temporal analisada, mas com maior desfazamento entre 2010 e 2015. Em Portugal, este indicador tem registado decréscimos pouco expressivos, mas constantes, ao par que no Algarve existe uma maior tendência de estabilidade. O concelho de Lagos é de particular interesse porque, embora apresentasse um valor elevado quando comparado com os dados nacionais e regionais em 2010, reduziu progressivamente até 2015, altura em que desce abaixo do índice regional. No entanto, neste último período, a diminuição tem sido mais suave, ainda que contínua, aproximando-se do contexto nacional.

**Gráfico 5.** Índice de Dependência Jovens em Portugal, Algarve e Lagos, n.º (INE, 2010-2020)



Lagos é um território que está a melhorar o seu desempenho através da redução do índice de dependência dos jovens. Atualmente, apresenta melhores resultados do que a região, e aproxima-se dos valores nacionais. No entanto, não é possível fazer uma leitura das características sociodemográficas de um determinado território sem olhar paralelamente para os dados que mostram o envelhecimento da população, permitindo contribuir com conclusões mais detalhadas relativas à resiliência demográfica do concelho.

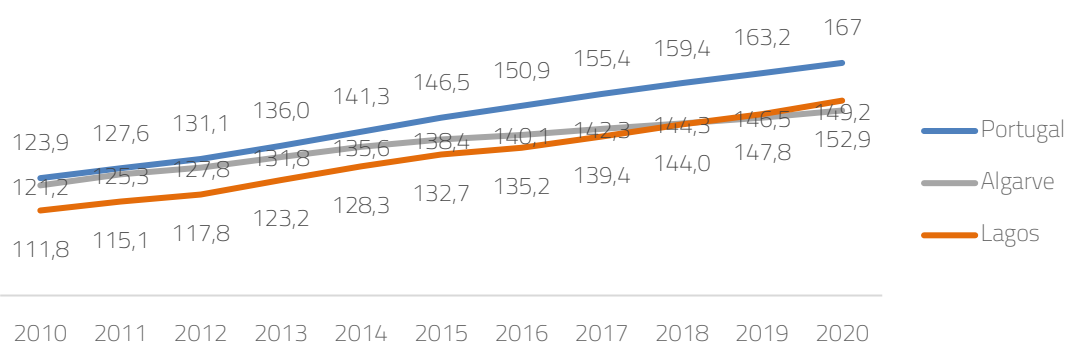
### 1.3 Um concelho a envelhecer

O envelhecimento da população é um problema à escala global. Um pouco por todo o mundo discute-se a necessidade de desenvolver políticas públicas que possam inverter esta tendência e repensar a resiliência dos sistemas de proteção social, para garantir que existam soluções para as consequências desta dinâmica. Na Europa, este problema tem assumido contornos preocupantes, sendo um dos continentes onde o índice de envelhecimento é maior. Portugal não é exceção – pelo contrário – é atualmente o país da União Europeia que envelhece mais depressa.

O índice de envelhecimento mostra a relação entre a população idosa e a jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de indivíduos com 65 ou mais anos e entre os 0 e os 14 anos. É um indicador de extrema importância porque permite observar a evolução do ritmo de envelhecimento e contribuir com informação para o desenvolvimento de políticas públicas.

O gráfico 6 revela a evolução do indicador durante a última década, comparando os três cenários. De facto, é possível perceber uma tendência de crescimento constante em todos os contextos, com os maiores valores registados em Portugal. O Algarve, que estava muito próximo dos índices nacionais em 2010, decresceu significativamente ao longo da série temporal. Apesar de manter uma dinâmica de subida, a região tem sofrido acréscimos relativamente pequenos desde 2015.

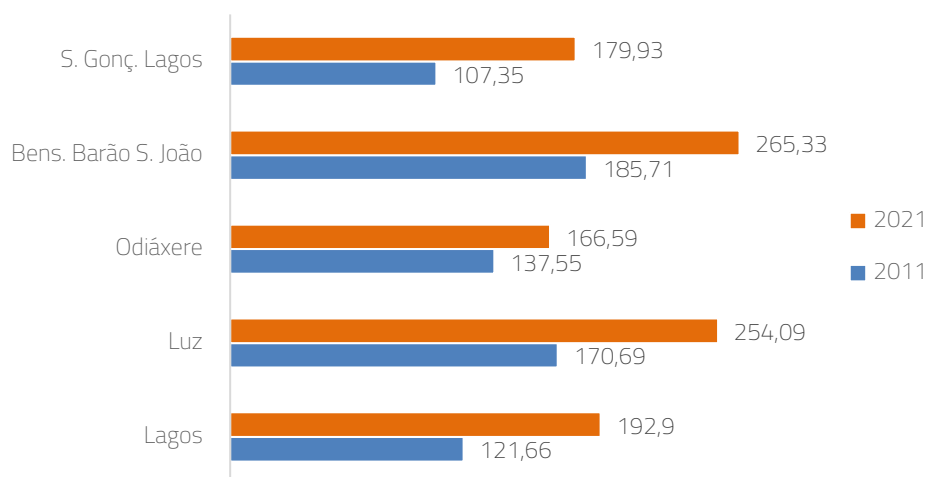
**Gráfico 6.** Índice de envelhecimento em Portugal, Algarve e Lagos, n.º (INE/Estimativas anuais da população residente 2010-2020)



Relativamente ao concelho de Lagos, importa destacar dois aspetos. Por um lado, é um território que ainda apresenta valores bastante inferiores aos registados em Portugal, bem como no Algarve até 2018. Por outro lado, o índice de envelhecimento do concelho contabilizou aumentos constantes e significativos, ultrapassando a região em 2020. O município apresenta, portanto, um cenário demográfico onde se verifica uma população mais jovem e menos envelhecida. No entanto, com tendência de inversão e aumentos expressivos do indicador, sugerindo uma aproximação preocupante aos valores registados ao nível nacional, que deve ser encarada como um dos principais desafios do município para os próximos anos.

Embora existam diferenças entre as quatro freguesias, é seguro afirmar que Lagos, tal como a maioria dos concelhos portugueses, caminha para uma estrutura populacional envelhecida (gráfico 7). Tal como seria expectável, são as freguesias mais rurais, nomeadamente UF de Bensafrim e Barão de São João que registaram os maiores índices – 265,33 em 2021. No entanto, é a freguesia da Luz que sofreu um maior incremento na última década – de 170,69 para 254,09. A freguesia de Odiáxere volta a ser um caso de particular destaque porque, apesar de registar valores superiores à São Gonçalo de Lagos e ao concelho em 2011, contabilizou o aumento menos significativo entre os Censos de 2011 e 2021.

**Gráfico 7.** Índice de envelhecimento em Lagos por freguesias, n.º (INE/Censos 2011 e 2021)

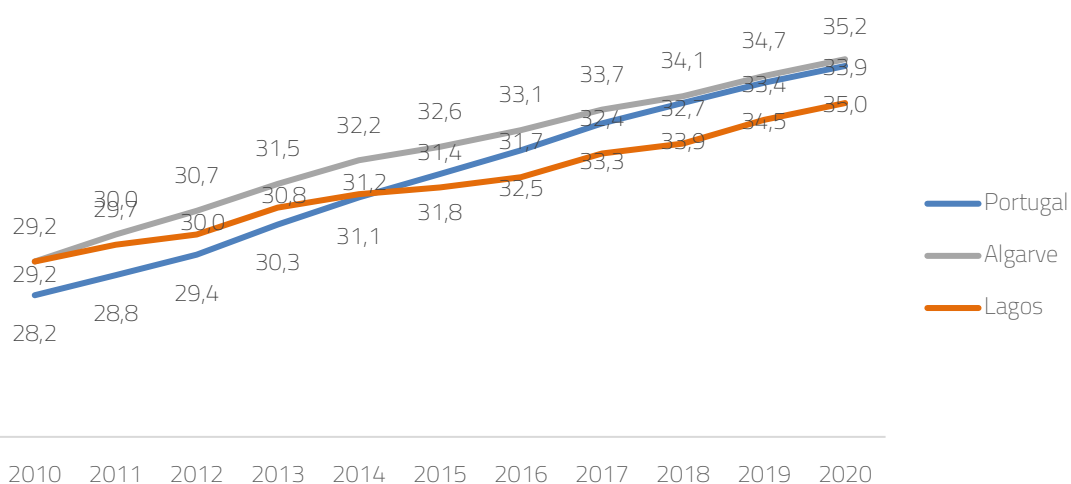


O índice de dependência de idosos é um indicador complementar ao de envelhecimento, que permite refletir sobre a sustentabilidade do sistema de bem-estar social, nomeadamente ao nível das pensões e reformas. Quanto maior for esse índice, menor é o número de pessoas com idades entre os 15 e os 64 anos que podem contribuir para a segurança social, e maior o número de pessoas com mais de 65 anos que necessitam de receber os apoios. Este é um rácio cujo equilíbrio é fundamental para um país.

Como é possível verificar no gráfico 8, a tendência de aumento durante a última década é clara e exponencial em Portugal e no Algarve. Neste caso, a região situa-se acima dos valores nacionais, embora como já tinha sido verificado anteriormente, com um ritmo não tão acelerado, que tem como consequência a aproximação com a curva do país a partir de 2018. Lagos apresenta um índice um pouco mais animador, muito devido aos dados relativos à sua população jovem. Neste caso, o crescimento deste indicador é menos intenso e, se o concelho estava acima dos valores nacionais em 2010, a partir de 2015 consegue reduzir, situando-se nos 33,9 em 2020. Isto não significa que não seja um concelho envelhecido, mas que a dinâmica de aumento não segue a mesma velocidade registada nos demais contextos.

A pirâmide etária no gráfico 9 representa graficamente a estrutura populacional num determinado momento, que se estiver equilibrada deve ter base superior ao topo, mas sobretudo deve existir uma distribuição adequada a meio.

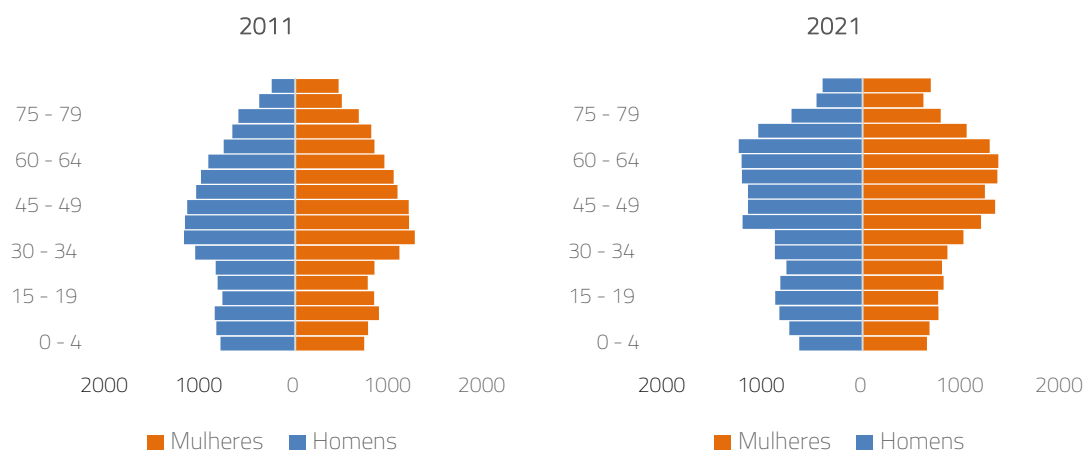
**Gráfico 8.** Índice de dependência de idosos/as em Portugal, Algarve e Lagos, n.º (INE/Estimativas anuais da população residente 2010-2020)



No caso de Lagos, as pirâmides permitem perceber duas tendências gerais em 2011 e 2021. Por um lado, é um concelho que regista pouca população em idades até aos 14 anos, reflexo de baixas taxas de natalidade, como se verá mais adiante. Por outro, embora tenha uma distribuição relativamente adequada de pessoas em idade ativa, o município apresenta estruturas pouco resilientes. Verifica-se uma clara diminuição da proporção da base (população jovem) e um aumento significativo do topo (sobretudo a partir dos 60 anos e no sexo feminino). Estes fatores, quando acompanhados de uma diminuição dos residentes em idade ativa, corroboram a ideia de um comprometimento da resiliência e sustentabilidade populacional do território.



**Gráfico 9.** Pirâmides etárias do Concelho de Lagos, n.º (INE/Censos 2011 e 2021)



### Contributos do fórum temático 'demografia' da Rede Social de Lagos

No âmbito do Fórum Temático sobre a demografia do concelho de Lagos, com enfoque no envelhecimento e na migração, destaca-se um conjunto de contributos sobre as dinâmicas relacionadas à população idosa, nomeadamente:

- A população idosa é, na sua maioria, vulnerável, sem capacidade económica e isolada (uma vez que os familiares, ou se desresponsabilizam ou não têm capacidade). A situação é agravada com os problemas cognitivos que os impossibilitam de viverem sozinhos;
- Muitas pessoas idosas recusam respostas sociais porque querem permanecer nas suas habitações;
- As principais necessidades dessa população são: companhia (além do apoio nas necessidades básicas), melhoria da qualidade de vida e soluções pensadas a curto, médio e longo prazo;
- Os lares têm uma procura crescente de pessoas 'mais jovens' com problemas do foro mental;
- Faltam recursos humanos para apoiar a população idosa. Tem-se recorrido com frequência à população estrangeira (brasileiros, oriundos da Europa de Leste, indianos, etc.), mas o idioma gera dificuldades de comunicação;
- O fenómeno do envelhecimento tem de ser analisado segundo a nacionalidade e o contexto em que vivem (pessoas idosas do meio rural e urbano têm necessidades diferentes);
- É importante potenciar a mão de obra reformada para voluntariado e criar programas de mentoria;
- É preciso promover soluções inovadoras para a população sénior.

Especificamente sobre a Universidade Sénior (US), os participantes mencionaram que os utentes estão integrados e possuem habitação, e são de diversas nacionalidades, por exemplo, italianos, brasileiros, ingleses, holandeses, espanhóis e americanos (cerca de 20% dos utentes são estrangeiros). Além disso, afirmam que existem professores estrangeiros para lecionar, mas a universidade tem falta de espaço para ampliar a oferta de atividades. Por fim, consideram que a US oferece soluções intermédias para o envelhecimento (que não os lares).

Com o aumento da expectativa de vida, é notável o crescimento da população idosa. As mulheres, que muitas vezes assumem o papel de cuidadoras, também estão na faixa etária ativa, o que pode comprometer a capacidade de atender às necessidades dos idosos. Como resultado, a institucionalização dos idosos é muitas vezes considerada como a única opção. Além disso, é cada vez mais comum vermos idosos a cuidar de outros idosos. Em suma, o envelhecimento da população em Lagos é um desafio que deve ser enfrentado com atenção e investimento em serviços e infraestruturas adequados para garantir a qualidade de vida dos idosos e sua participação ativa na sociedade. A imigração, por exemplo, pode ser uma possibilidade real para fazer face às consequências do aumento significativo de pessoas idosas.

### 1.4 Aumento da imigração e perfil em mudança

Perante um cenário de envelhecimento populacional e de diminuição da população jovem, nomeadamente dos que estão em idade ativa, a imigração ganha um destaque sobre o qual é importante refletir. O último relatório do Observatório das Migrações demonstra essa importância expondo o contributo relativo que os imigrantes têm tido para a recuperação da economia nacional, sobretudo num contexto de pós-pandemia e de retração económica (Oliveira, 2022)<sup>2</sup>.

O título de residência é uma autorização dada a um cidadão estrangeiro que lhe permite viver em Portugal durante um prazo determinado e deve ser renovado periodicamente. O visto de longa duração é referente a uma estadia temporária ou como mecanismo para a obtenção de autorização de residência, e habilitam o seu titular a permanecer no país para o motivo pretendido.

Tendo em atenção o gráfico 10, nota-se a evolução da população estrangeira portadora de título de residência ou de vistos de longa duração a residir no concelho de Lagos, revelando uma tendência crescente nos últimos anos, particularmente a partir de 2015. Entre 2020 e 2021,

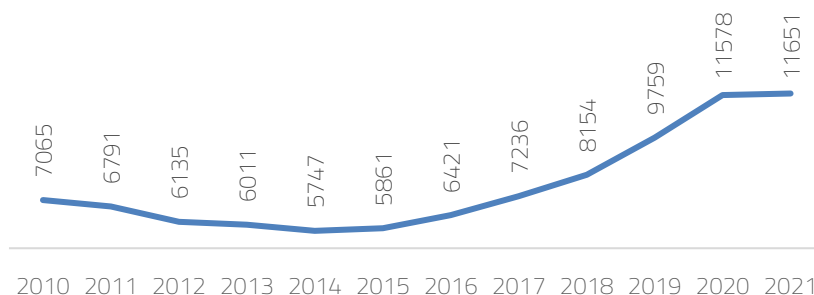
---

<sup>2</sup> Oliveira, C. R. (2022) Indicadores de Integração de Imigrantes 2022 – Relatório Estatístico Anual, Observatório das Migrações: Lisboa.

verificou-se uma ligeira estagnação nestes valores devido às políticas de segurança impostas pela pandemia COVID-19.

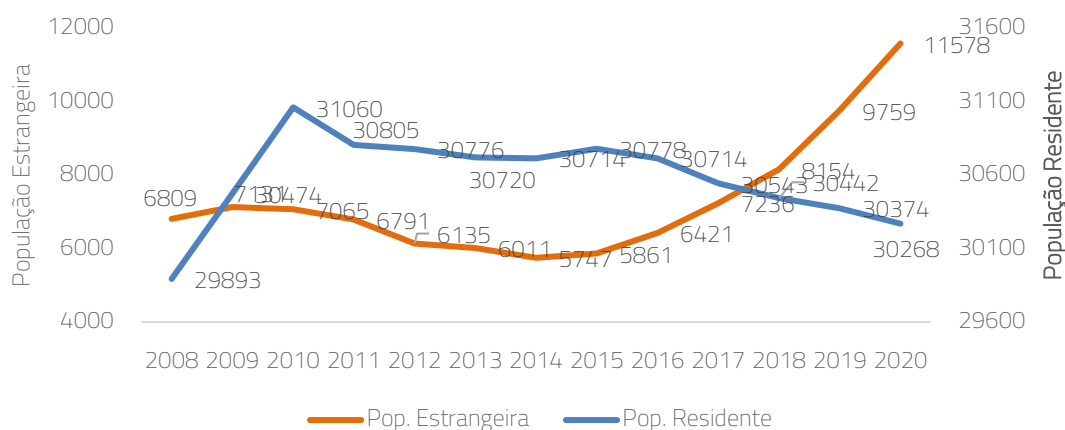
De facto, Portugal tem sido um país atrativo para a imigração. Os últimos dados de âmbito nacional do Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)<sup>3</sup> revelam que o número de estrangeiros residentes em Portugal aumentou consecutivamente, atingindo o valor mais elevado em 2020.

**Gráfico 10.** População estrangeira portadora de Título de Residência (TR) ou Visto de Longa Duração (VLD) residente em Lagos, n.º (SEF, 2010-2020)



Ao comparar o universo de estrangeiros com a população total de Lagos (gráfico 11), é possível verificar uma tendência de declínio dos residentes a partir de 2016 (demonstrada pelas estimativas anuais, embora os dados dos Censos revelem um ligeiro aumento da mesma), enquanto os migrantes apresentam uma subida constante. Segundo a tabela 3, a percentagem de migrantes a residir no concelho rondava os 22% entre 2008 e 2011. Posteriormente, entre 2012 e 2015, registou-se um decréscimo de cerca de 1,0 (p.p.), fruto provavelmente da pouca atratividade económica e social que todo o país atravessava num período de recessão e imbuído em políticas de austeridade. A partir de 2016, o município começa a atrair novamente esse público, contabilizando um aumento considerável desde o início da série temporal – de 6.809 para 11.578.

**Gráfico 11.** Comparação entre a população estrangeira residente em Lagos na população total, n.º (SEF-INE/Estimativas anuais da população residente 2010-2020)



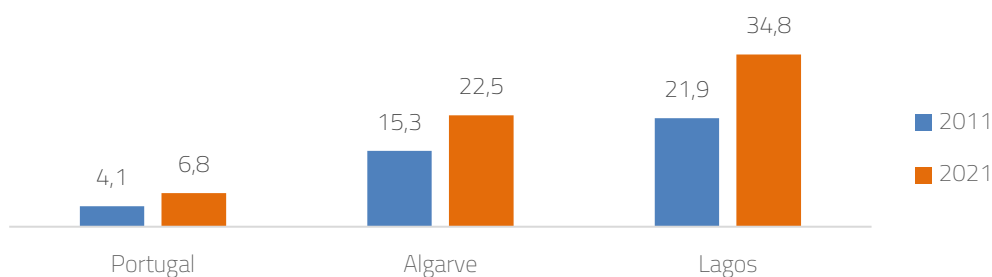
<sup>3</sup> SEF (2020), Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2020, Serviços de Estrangeiros e Fronteiras: Lisboa.

**Tabela 3.** Proporção de população estrangeira na população total em Lagos, % (SEF-INE/Estimativas anuais da população residente 2010-2020)

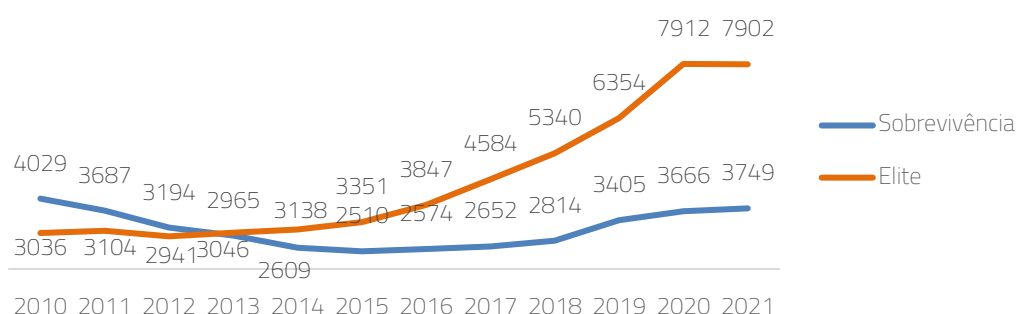
2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
22,8	23,4	22,7	22,0	19,9	19,6	18,7	19,0	20,9	23,7	26,8	32,13	38,25

Estes dados permitem avançar com a ideia de que Lagos, além de ser um concelho atrativo à população estrangeira, tem conseguido fixar essa comunidade. O Algarve é reconhecido como uma das regiões portuguesas mais escolhidas pelos migrantes, sobretudo em idade de reforma, mas também para investimento e trabalho. De facto, apesar de se ter registado um aumento destes indivíduos em todos os casos em análise nos últimos anos; em 2021, a região continuou a ter uma maior percentagem do que Portugal (15,7 p.p. a mais).

O município é claramente um dos concelhos que mais contribuiu para este desempenho regional, registando valores acima da média algarvia – característica comum dos territórios do litoral. Em 2011, 21,9% da população residente no município era estrangeira, contra 15,3% da região e apenas 4,1% do país. Em 2021, o valor concelhio aumentou consideravelmente para 35%, enquanto o Algarve registou 22,5% e Portugal 6,8%.

**Gráfico 12.** Proporção de população estrangeira na população total em Portugal, Algarve e Lagos, % (SEF-INE/Censos 2011 e 2021)

Outro aspeto de particular relevância é o perfil de imigração. Até 2013, Lagos tinha mais imigrantes do perfil “sobrevivência”, caracterizado por indivíduos que procuram o concelho para garantirem a satisfação das suas necessidades básicas, normalmente muito sedimentado na procura de melhores condições profissionais e salariais. Desde 2013, mas sobretudo a partir de 2017, o município viu alterar-se de forma significativa essa dinâmica. Lagos tem conseguido atrair imigrantes de elite, ou seja, indivíduos com alto poder de compra, normalmente escolarizados, que procuram residir e investir, seja através da aquisição de habitações ou da geração de trabalho e rendimento. Os nómadas digitais são um dos exemplos da reconfiguração deste perfil – pessoas em idade ativa, que trabalham através das tecnologias digitais, não estando afetos a um local físico.

**Gráfico 13.** Residentes estrangeiros em Lagos quanto ao perfil de imigração, n.º (SEF, 2008-2018)

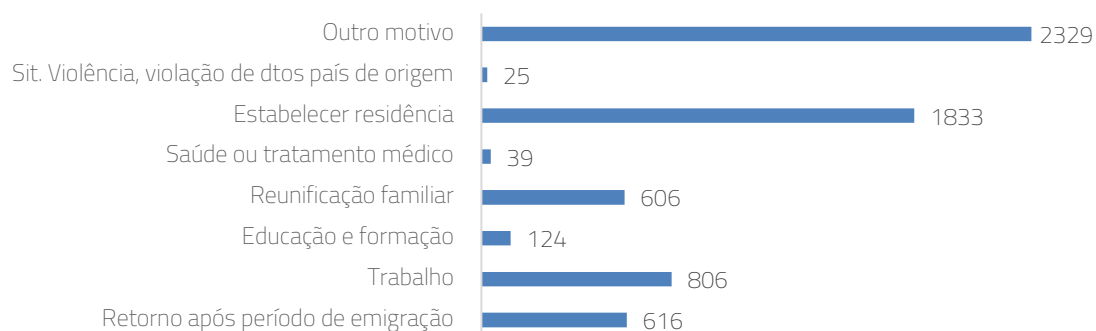
De todas as nacionalidades presentes no concelho no ano de 2021, a larga maioria, mais de 60%, é composta por cidadãos provenientes do Reino Unido, Brasil, Suécia, Alemanha e França. De modo geral, os estrangeiros de Lagos são maioritariamente europeus. No entanto, este indicador deve ser analisado durante os próximos anos, tendo em conta a vaga crescente de migrantes brasileiros e também de um conjunto de cidadãos da Europa de Leste, consequência da guerra na Ucrânia e das novas leis de incentivo à imigração. Pese embora esse não seja o tipo de perfil que Lagos tende a receber, é importante acompanhar se o território consegue manter essa tendência ou se vai aproximar-se da realidade nacional.

**Tabela 4.** Principais nacionalidades presentes no ano de 2021, n.º e % (SEF-INE/Censos 2021)

	2021
Reino Unido	3 755
Brasil	1 365
Suécia	764
Alemanha	752
França	688
<b>Total</b>	<b>7 324</b>
<b>Proporção face ao total de pop. estrangeira</b>	<b>62,9 %</b>

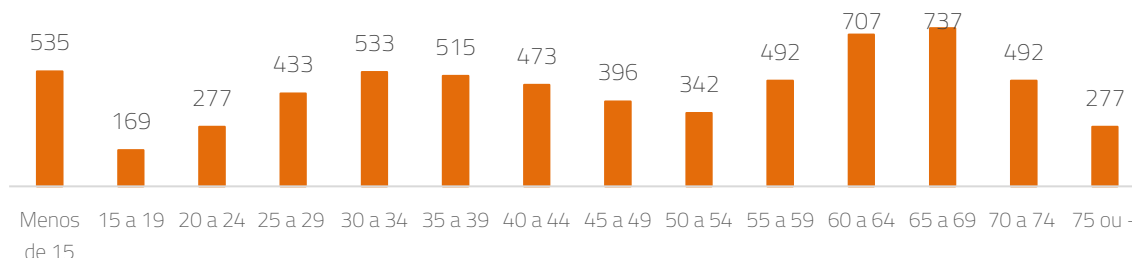
Face à elevada proporção de população estrangeira no concelho, importa identificar quais os fatores pelos quais este é procurado. O indicador seguinte revela os motivos de entrada em Portugal após 2010, à data dos Censos de 2021. O principal motivo é “estabelecer residência” com 1.833 indivíduos, representando cerca de 29% do total e, com menos de metade dessa proporção, ou seja, 12,6% para fins de trabalho (806 indivíduos). Observa-se ainda o retorno após período de imigração (616), seguindo-se a reunificação familiar (606). Por fim, cerca de 36,5% referiram outros motivos para além dos apresentados.

**Gráfico 14.** População residente que entrou em Portugal após 2010, residente em Lagos (à data dos Censos 2021), quanto ao motivo de entrada em Portugal, n.º (INE, Censos 2021)



Outra hipótese avançada prende-se com o facto de a migração de elite ocorrer numa faixa etária mais avançada, sendo, na sua maioria, pessoas reformadas que procuram qualidade de vida. Analisando a população residente em Lagos que entrou em Portugal após 2010, quanto ao seu escalão etário, é possível concluir uma elevada concentração de indivíduos acima dos 55 anos – 42%. Além disso, do total de migrantes, cerca de 11% tinha até aos 19 anos e aproximadamente 46% entre os 20 e os 54 anos.

**Gráfico 15.** População residente que entrou em Portugal após 2010, residente em Lagos (à data dos Censos 2021), quanto ao escalão etário, n.º (INE, Censos 2021)



### Contributos do fórum temático ‘demografia’ da Rede Social de Lagos

No âmbito do Fórum Temático sobre a demografia do concelho de Lagos, com enfoque no envelhecimento e na migração, destacam-se um conjunto de contributos sobre as dinâmicas relacionadas à população estrangeira, nomeadamente:

- Os migrantes de elite têm características específicas – é um grupo fechado e mais envelhecido (mas não utilizam as respostas sociais existentes destinada aos idosos) e não falam português;
- Os migrantes de sobrevivência são, na sua maioria, do Brasil, da Índia, do Nepal, do Bangladesh, da Roménia, da Ucrânia... e trabalham na restauração, agricultura, construção...;

- Os migrantes têm muitas dificuldades por não falarem o idioma;
- Faltam representantes e interlocutores das comunidades estrangeiras, sendo necessário apoiar o associativismo;
- A migração qualificada é caracterizada por agregados com filhos em idade ativa;
- Faltam recursos humanos para fortalecer os serviços e apoiar as comunidades estrangeiras;
- Grande número de pedidos de reagrupamento familiar. Isto está associado ao facto de muitos migrantes virem sozinhos para se estabelecerem no país, com planos de trazer a família posteriormente;
- Existência de casos de migrantes da Inglaterra e do Norte da Europa que retornam a Portugal para investir devido à qualidade de vida;
- Elevado número de refugiados ucranianos com dificuldade de fixação devido aos baixos salários, bem como devido aos elevados valores das rendas habitacionais.

No entanto, é de salientar algumas situações fraudulentas que preocupam, nomeadamente o envolvimento de muitas redes organizadas e máfia para recrutar pessoas, a emissão de atestados de residência com base em documentos falsos (p. ex., na UF de Bensafrim e Barão de São João), a fixação de estrangeiros apenas para adquirir um passaporte da União Europeia... Além disso, o facto de a legislação de imigração de Portugal ser permissiva para a legalização tem contribuído para muitas ilicitudes, tornando a regularização um 'negócio' atrativo. Por exemplo, a criação de empresas apenas para emitirem contratos de trabalho para estrangeiros ou contratos de arrendamento falsos. O representante do SEF relatou cerca de 264.000 inscrições em Portugal nestas condições.

A imigração é um fenómeno relevante para os territórios pela sua importância ao nível socioeconómico e populacional. Até aqui, verificou-se que Lagos é um concelho que enfrenta alguns desafios demográficos estruturais, como o declínio da população jovem e o aumento do índice de envelhecimento, enquanto apresenta características que podem ser entendidas como oportunidades. É o caso da capacidade em atrair e reter estrangeiros, sobretudo, num contexto de alteração de perfil migratório. Este potencial é também relevante para equilibrar outras dimensões, como as dinâmicas de fecundidade e natalidade, ainda que parte desta comunidade pertençam a um ciclo etário mais avançado.

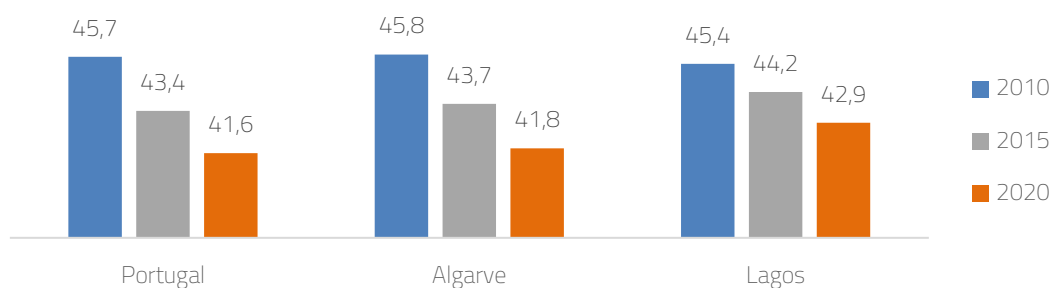
## 1.5 Um crescimento populacional comprometido

As pirâmides etárias analisadas anteriormente revelaram um certo desequilíbrio da distribuição populacional nos três contextos em análise. Para manter um equilíbrio nesta matéria é necessário a compensação de rácios entre os nascimentos e óbitos. Um dos indicadores que possibilita a compreensão da capacidade de a população atingir esta estabilidade é a proporção de mulheres em idade fértil (entre os 15 e 49 anos) no total de residentes do sexo feminino.

O gráfico seguinte mostra a evolução deste indicador, em que se destacam dois aspetos. Em primeiro lugar, uma tendência de diminuição das mulheres em idade fértil em todos os territórios em análise. Em 2010, este grupo representava cerca de 45% do total da população feminina nos três cenários. O decréscimo nos cinco anos que se seguiram foi de 2,3 (p.p.) em Portugal, 2,1 (p.p.) no Algarve e apenas 1,2 (p.p.) em Lagos. Em segundo lugar, o município registou menor proporção, bem como a diminuição menos acentuada – entre 2015 e 2020, perdeu apenas 1,3 (p.p.).

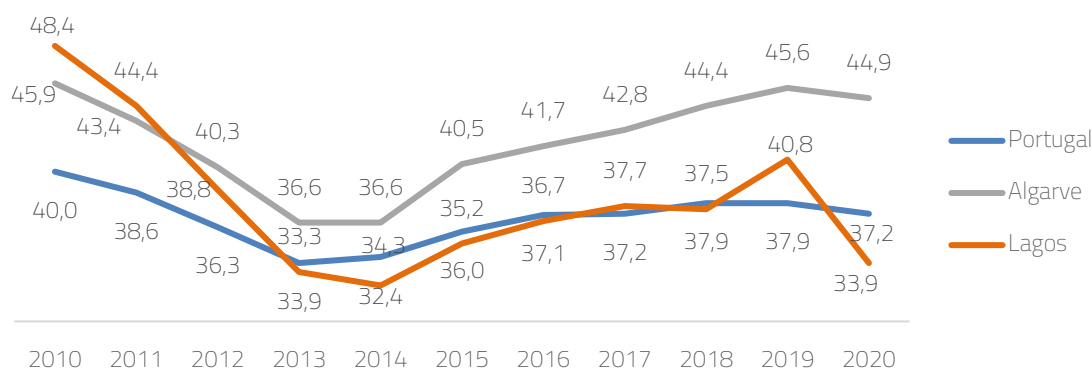
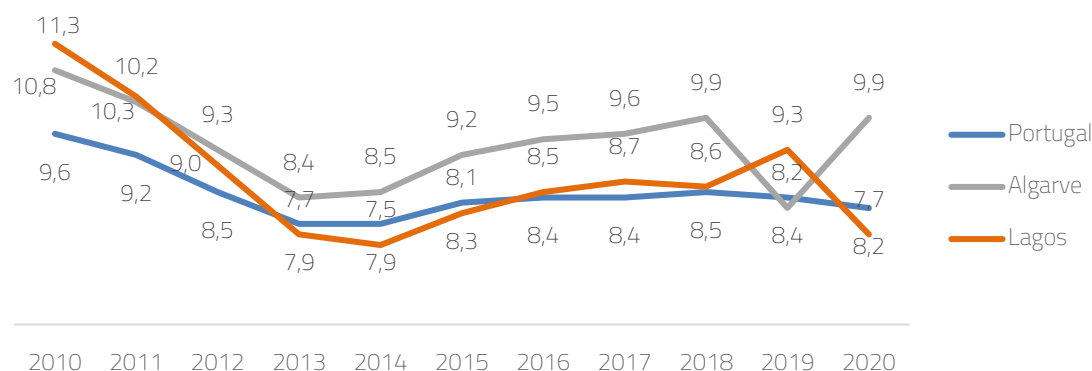
No entanto, uma das características da modernidade é o facto da população feminina procurar consolidar a sua carreira profissional, ocasionando, muitas vezes, um adiamento dos projetos de maternidade. Isto significa que a proporção de mulheres em idade fértil não é sinónimo de nascimentos efetivos e de aumento da população jovem a médio prazo.

**Gráfico 16.** Proporção de mulheres em idade fértil na população residente feminina em Portugal, Algarve e Lagos, % (INE, 2010, 2015 e 2020)



Para aprofundar esta reflexão é necessário olhar para os dados relativos à taxa de fecundidade e natalidade, disponíveis nos gráficos seguintes. A primeira representa o número de nascimentos por cada 1.000 mulheres em idade fértil e a segunda refere-se ao número de nados vivos ocorrido durante um determinado intervalo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período. Neste sentido, embora não seja o mesmo indicador, é expectável que as suas curvas sejam semelhantes e, por vezes, até sobrepostas com pequenas variações.



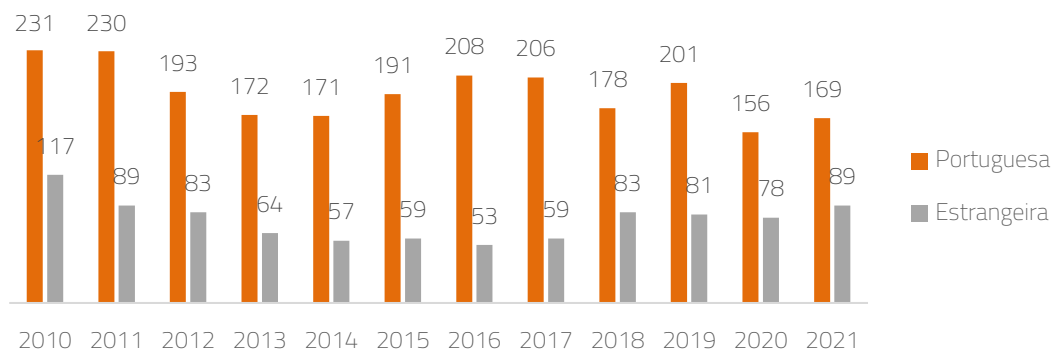
**Gráfico 17.** Taxa de fecundidade geral em Portugal, Algarve e Lagos, % (INE, 2010-2020)**Gráfico 18.** Taxa Bruta de Natalidade em Portugal, Algarve e Lagos, % (INE, 2010-2020)

De facto, tanto a taxa de fecundidade quanto a de natalidade revelam tendências semelhantes. Desde logo, um decréscimo acentuado entre 2010 e 2013, possivelmente consequência da fase de recessão económica. Após esse período, Portugal manteve ambas as taxas relativamente estáveis, não se verificando aumentos ou diminuições de relevância significativa. Em 2020, os nascimentos voltaram aos mínimos registados nos últimos dez anos. O Algarve, por outro lado, é uma região onde os indicadores se mantiveram superiores aos valores nacionais praticamente em toda a linha temporal em análise.

Lagos é de interesse sumário porque registava valores superiores aos regionais e nacionais nas duas taxas em questão em 2010, mas a partir daí assumiu uma descida acentuada, registando números mais baixos que os demais contextos em 2013. Em 2019, ocorrem alterações que merecem ser destacadas, em que ambos os indicadores aumentaram exponencialmente, retornando para registos próximos do início da série temporal (40,8% e 9,3%, respetivamente), mas regridem drasticamente no ano seguinte. Esta queda abrupta deve ser alvo de atenção, para perceber se se trata de uma situação circunstancial ou de uma tendência que pode comprometer a sua estrutura populacional.

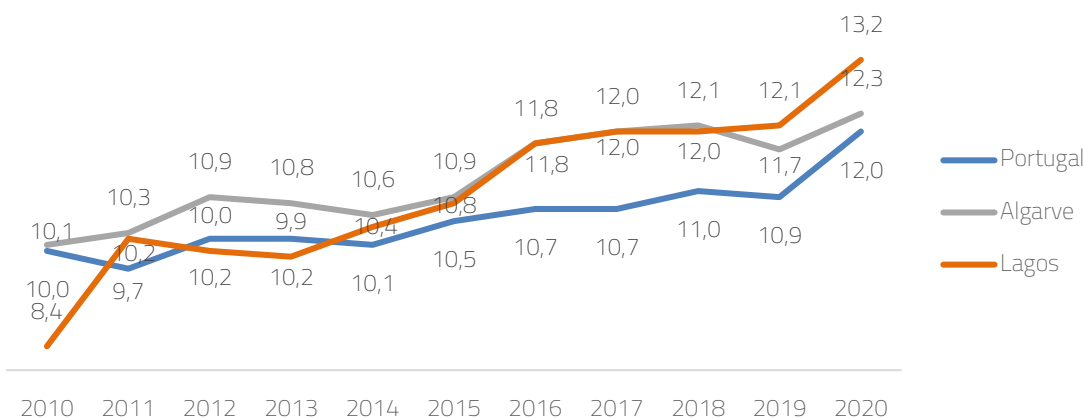
Relativamente à nacionalidade das mães dos nados-vivos registados em Lagos, é possível aferir que seguem as mesmas tendências do que as verificadas anteriormente. Em 2010, ano em que se registaram mais nascimentos, 33,6% eram de mulheres com nacionalidade estrangeira. Em 2015, essa proporção desce para cerca de 20%. A partir de 2018, a diferença tende a diminuir e a proporção de nados-vivos de migrantes cresce consideravelmente, registando 34,5% em 2021, a maior percentagem da série temporal.

**Gráfico 19.** Nados-vivos em Lagos segundo a nacionalidade da mãe, n.º (INE, 2010-2021)



Um indicador complementar à taxa de natalidade que serve para pensar sobre as dinâmicas e estruturas populacionais é a taxa de mortalidade (gráfico 20), ou seja, o número de óbitos observado durante um determinado período, normalmente um ano civil, referido à população média desse período. O Algarve tem registado valores superiores a Portugal na última década. Lagos, que tinha a menor taxa dos territórios em análise em 2010, apresenta uma tendência crescente mais acentuada, ultrapassando os dados nacionais a partir de 2013, e aproximando-se dos regionais a partir de 2015. Em 2019 e 2020, o concelho registou uma subida exponencial, invertendo por completo a dinâmica existente. Estes aumentos sucessivos são um reflexo claro do envelhecimento populacional que assola o país, agravado pelo impacto da pandemia da COVID-19 no ano de 2020, sobretudo na população idosa e com saúde fragilizada.

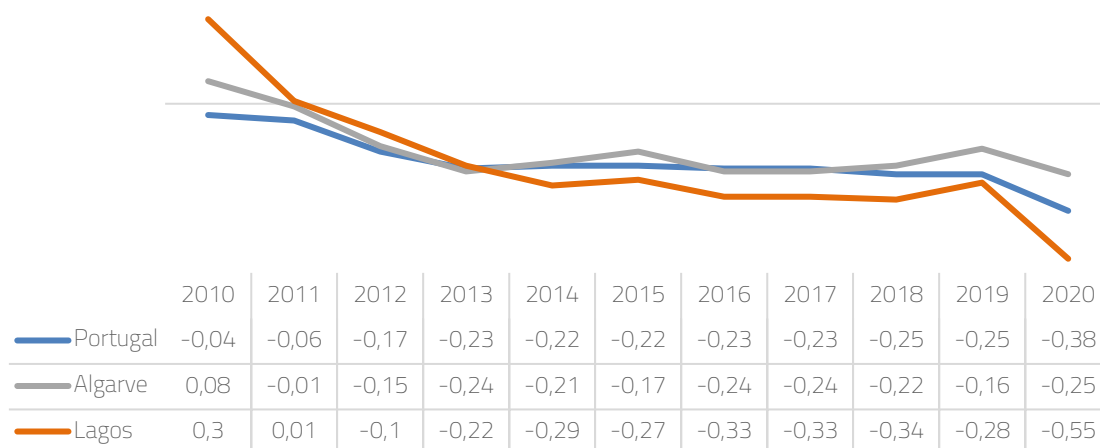
**Gráfico 20.** Taxa Bruta de Mortalidade em Portugal, Algarve e Lagos, % (INE, 2010-2020)



A seguir são apresentados três indicadores cuja análise é mais facilmente perceptível quando realizada em conjunto, nomeadamente a taxa de crescimento natural (a diferença entre a natalidade e a mortalidade), a taxa de crescimento migratório (o saldo migratório) e a taxa de crescimento efetivo (variação populacional).

Relativamente à taxa de crescimento natural (gráfico 21), destaca-se uma propensão descendente em todos os contextos analisados. Tal seria expectável pela população caracterizada por taxas de natalidade em decréscimo e mortalidade em ascensão. Até 2011, Lagos conseguiu manter esse indicador ligeiramente positivo, contrariamente à região e ao país. De 2012 para 2013, no entanto, o concelho sofreu uma descida considerável, passando de -0,1 para -0,22, mantendo-se na negativa desde então.

**Gráfico 21.** Taxa de Crescimento Natural em Portugal, Algarve e Lagos, % (INE, 2010-2020)

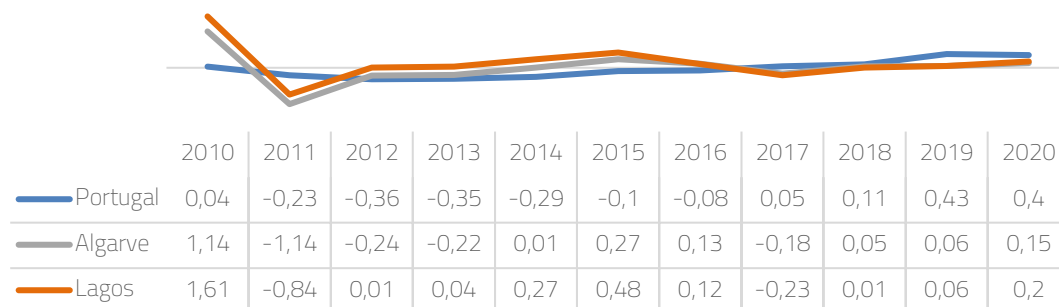


A taxa de crescimento migratório (gráfico 22) e de crescimento efetivo (gráfico 23) originam gráficos muito semelhantes com declives de reta próximos. Isto acontece porque o primeiro impacta diretamente nas dinâmicas demográficas, interferindo no crescimento ou no declínio populacional. Além disso, o saldo migratório também contribui, mesmo que indiretamente, para o crescimento natural da população a médio e longo prazo. Isto mais uma vez corrobora a estreita relação entre os padrões migratórios e a evolução demográfica em geral.

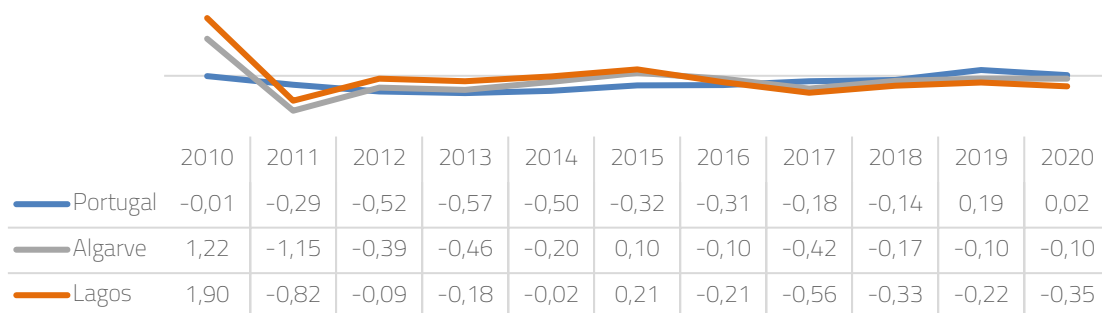
De modo geral, o Algarve e Lagos registaram uma queda abrupta das taxas de crescimento migratório e efetivo entre 2010 e 2011. A região algarvia foi uma das mais afetadas pela crise económica e pelas políticas de austeridade. Contudo, Portugal teve mais dificuldades em retomar os valores positivos. Em 2020, a taxa de crescimento migratório do concelho era de 0,2% – maior do que a da região (0,15%), mas menor do que a nacional (0,4%), apresentando alguns sinais de recuperação.

Relativamente à taxa de crescimento efetivo entre 2011 e 2014, o concelho foi desenhando uma trajetória de recuperação, atingindo um valor positivo em 2015 (0,21%), mas volta a regredir para números negativos nos demais anos da série temporal, ao contrário do que se verifica ao nível nacional.

**Gráfico 22.** Taxa Crescimento Migratório em Portugal, Algarve e Lagos, % (INE 2010-2020)



**Gráfico 23.** Taxa Crescimento Efetivo em Portugal, Algarve e Lagos, % (INE 2005-2018)



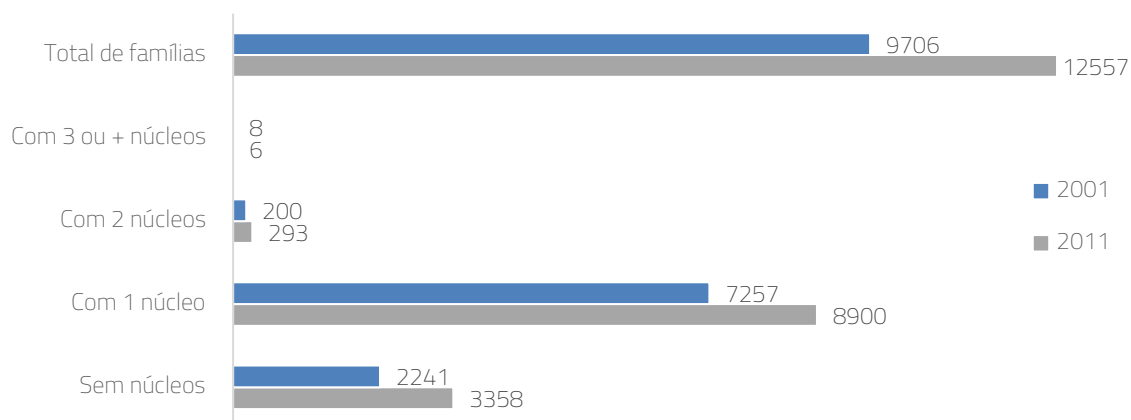
## 1.6 Diminuição da dimensão média das famílias

As questões que têm sido analisadas até agora, como o declínio populacional, as baixas taxas de crescimento, o aumento do índice de envelhecimento, o aumento das taxas de mortalidade e a diminuição das taxas de natalidade, serviram como preâmbulo para a última subsecção deste capítulo. Essas dinâmicas acabam por conduzir a mutações significativas nas estruturas familiares, resultado da própria modernidade, sendo que, atualmente, é difícil falar em “família” no seu sentido mais clássico, tendo em conta os múltiplos formatos que a(s) família(s) contemporânea(s) podem assumir.

O concelho de Lagos não é exceção nessas tendências. Antes de mais importa clarificar que uma família clássica é um conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento.

Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento. Por núcleo familiar entende-se um conjunto de duas ou mais pessoas pertencentes à mesma família clássica, mantendo uma relação de cônjuges, parceiros numa união de facto ou progenitor e descendentes, que pode traduzir-se em casal sem filhos, casal com um ou mais filhos ou pai ou mãe com um ou mais filhos. O gráfico 24 revela de que forma se dividem essas tipologias no concelho, segundo os dados dos Censos 2001 e 2011.

**Gráfico 24.** Famílias clássicas em Lagos por tipo, n.º (INE/Censos 2001 e 2011)



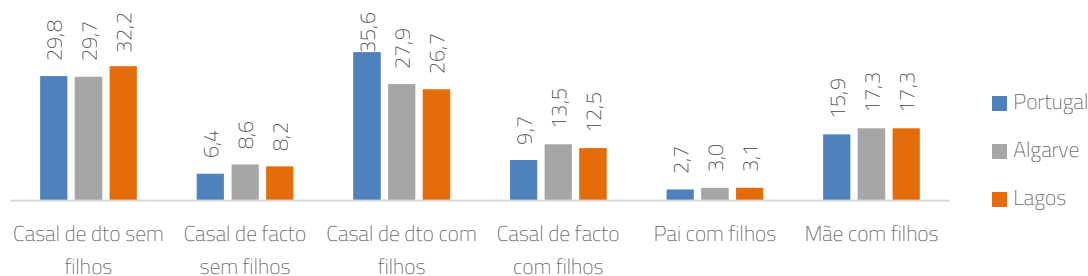
Um aspeto interessante que esta análise permite perceber é que, apesar do abrandamento do crescimento da população residente e da diminuição das taxas de crescimento, registou-se um aumento, tanto no número total de famílias (12,8%) quanto nas diferentes tipologias. A maioria das famílias do concelho são compostas por 1 núcleo. Existe uma vasta multiplicidade de formatos que podem ser considerados famílias clássicas com 1 núcleo, mas o mais comum são casais de direito ou de facto sem filhos. Esta estrutura familiar aumentou cerca de 10,2% de 2001 para 2011, e representavam 70,9% da totalidade no último ano em análise. Outra tipologia com peso considerável são as famílias sem núcleos – indivíduos que vivem sozinhos – que aumentaram aproximadamente 20% no mesmo período. Em suma, Lagos é um concelho caracterizado essencialmente por famílias individuais ou sem filhos, o que corrobora as tendências de diminuição da taxa de natalidade avançada anteriormente. Quanto maior o número de filhos, menor a proporção de famílias existentes.

Ao olhar para o gráfico 25, extraídos dos Censos de 2021, é possível perceber que existem particularidades em comum entre o município e a região. Enquanto, ao nível nacional, são os casais de direito<sup>4</sup> com filhos que representam a maior proporção de famílias (35,6%) em 2021, em Lagos

<sup>4</sup> O *casal de direito* é aquele que realiza os procedimentos legais de um 'casamento civil' – um contrato celebrado entre duas pessoas que pretendem constituir família mediante uma plena comunhão de vida (artigo 1577.º do

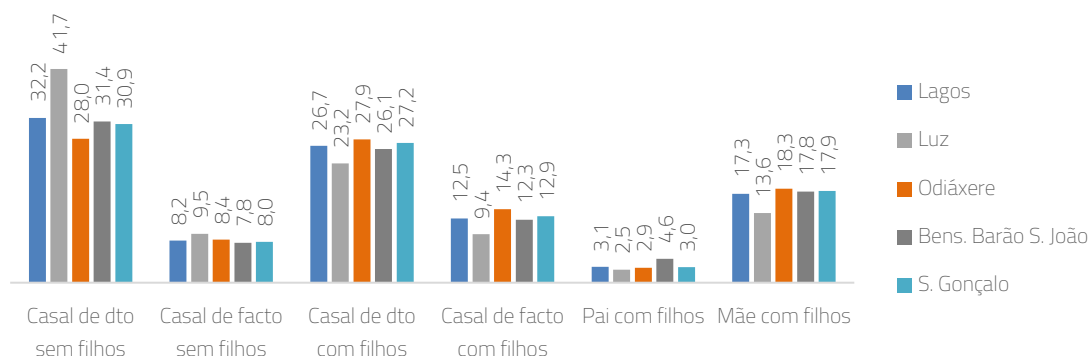
são os que não possuem filhos (32,2%). Destacam-se também os núcleos monoparentais – as mães (17,3%) ou os pais (3,1%) com filhos. Lagos e o Algarve apresentam percentagens superiores às nacionais em todas as tipologias, com exceção da que melhor caracteriza as “famílias tradicionais” – casais casados com filhos.

**Gráfico 25.** Núcleos familiares em Portugal, Algarve e Lagos por tipo, % face ao total (INE/Censos 2021)



Os dados desagregados por freguesia dos Censos de 2021 (gráfico 26) revelam que a freguesia da Luz regista uma maior tendência para famílias sem filhos, sejam casais de direito (41,7%) ou casais de facto (9,5%). Por outro lado, é na UF de Bensafrim e Barão de São João e na freguesia de São Gonçalo de Lagos que existem mais núcleos com filhos. Da totalidade de famílias da freguesia de Odiáxere a maioria são casais com e sem filhos –28% e 27,9%, respetivamente. É interessante notar que a UF de Bensafrim e Barão de São João, caracteristicamente rural, concentra a maioria dos núcleos monoparentais liderados pelo pai (4,6%) e a freguesia da Luz regista a menor percentagem de mães com filhos (13,6%).

**Gráfico 26.** Núcleos familiares em Lagos por tipo, % face ao total (INE/Censos 2021)

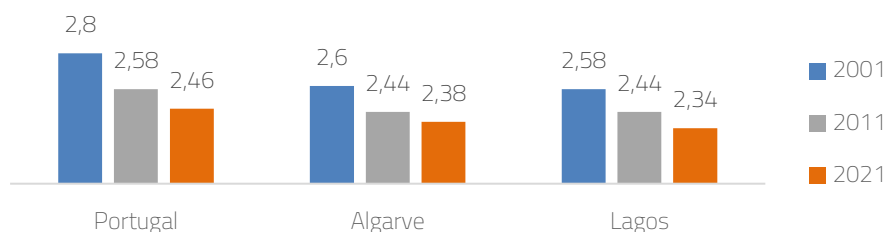


Para finalizar, foi analisada a dimensão média dos agregados domésticos (gráfico 27). Em linha com a reflexão desta subsecção, o primeiro ponto a reter é que existe um decréscimo constante entre os três últimos Censos em todos os contextos em questão. O segundo ponto que se sublinha

Código Civil). O *casal de facto* é aquele que estabeleceu uma ‘união de facto’ – uma situação jurídica de duas pessoas que vivam em condições análogas às dos cônjuges há mais de dois anos (Lei n.º 7/2001).

é que, tanto o Algarve quanto Lagos, registaram sempre médias inferiores às nacionais, sendo que o concelho apresenta os menores valores. Em 2001, a média dos agregados lacobrigenses era de 2,58 pessoas, diminuindo para 2,44 em 2011 e 2,34 em 2021, enquanto, neste último ano, o país registou 2,46 e a região 2,38. O terceiro ponto que importa referir é que a diminuição da dimensão média foi superior (em todos os casos) entre 2001 para 2011, do que no período seguinte.

**Gráfico 27.** Dimensão média dos agregados domésticos privados em Portugal, Algarve e Lagos, n.º (INE/Censos 2001, 2011 e 2021)



Tendo em atenção a situação das freguesias citadas na Tabela 5, observa-se que as freguesias de Odiáxere e São Gonçalo de Lagos apresentaram as maiores dimensões médias em ambos os Censos, sendo que, na primeira, este indicador teve a menor alteração de entre os territórios analisados (0,06 p.p.). Por outro lado, as freguesias da Luz (0,13 p.p.), de São Gonçalo de Lagos (0,1 p.p.) e a UF de Bensafrim e Barão de São João (0,09 p.p.) registaram médias em diminuição entre períodos.

**Tabela 5.** Dimensão média das famílias clássicas em Lagos por freguesia, n.º (INE, Censos 2011 e 2021)

	Luz	Odiáxere	Bens. Barão S. João	S. Gonçalo Lagos
2011	2,36	2,55	2,35	2,45
2021	2,23	2,49	2,26	2,35

Estes dados revelam as tendências para as quais os demógrafos têm alertado durante os últimos anos. O decréscimo populacional, o envelhecimento demográfico e o consequente aumento da taxa de mortalidade acompanhados da diminuição da taxa de natalidade estão a alterar dramaticamente a estrutura populacional de Lagos. Tudo isto associado às alterações nas trajetórias profissionais que condicionam os projetos familiares e resultam numa diminuição da dimensão média das famílias. O concelho tem, no entanto, a capacidade para atrair e reter população estrangeira, nomeadamente imigrantes da categoria de “elite”.

## Síntese das dinâmicas demográficas

### População residente

- Aumento populacional pouco expressivo, a contrariar as tendências nacionais, e com sinais de desaceleração;
- Padrão de ocupação do litoral e das freguesias mais urbanas.

### População jovem

- Diminuição acentuada do índice de dependência jovem, mas ainda acima dos valores nacionais;
- Freguesia de Odiáxere única que registou um aumento na população jovem.

### População idosa

- Índice de envelhecimento abaixo dos valores nacionais e regionais, mas com tendência de aumento do indicador;
- UF de Bensafrim e Barão de São João e a freguesia da Luz são os territórios mais envelhecidos, enquanto a freguesia de Odiáxere é onde se registou o aumento menos significativo.

### População migrante

- Concelho atrativo e capaz de reter residentes estrangeiros;
- Desde 2015, que se regista um aumento significativo da população estrangeira residente, bem como a alteração do perfil – de “sobrevivência” para “elite”.

### Taxas de fecundidade, natalidade e mortalidade

- Menores taxas de fecundidade e natalidade (abaixo dos valores nacionais e regionais) em 2020;
- Taxa de mortalidade em ascensão.

### Estruturas Familiares

- Primazia de estruturas familiares simples, nomeadamente de casais de direito sem filhos;
- Freguesia da Luz com a maior proporção de casais sem filhos e UF de Bensafrim e Barão de São João e a freguesia de São Gonçalo de Lagos de casais com filhos.





02

# DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS

# 02

## DINÂMICAS SOCIOECONÓMICAS

O segundo capítulo deste diagnóstico foca-se na apresentação de um conjunto de indicadores que permitem refletir sobre as dinâmicas socioeconómicas do concelho de Lagos. A análise das dinâmicas económicas de um determinado território permite perceber as características do seu tecido económico e empresarial e assim, identificar um conjunto de potencialidades e limitações que possibilitam uma atuação mais direta e eficaz das políticas públicas. No Algarve, este tem sido caracterizado como sendo pouco resiliente a choques externos. Isto acontece principalmente pela forte terciarização da atividade económica, mas principalmente, por ser uma região onde o setor do turismo e outros setores associados, assumem um predomínio significativo. É, portanto, uma economia pouco diversificada e essa é uma das suas principais fragilidades.

Além disso, as dinâmicas socioeconómicas tendem a ser relativamente mais voláteis do que as sociodemográficas. Isto acontece por vários motivos, mas o principal está relacionado com o próprio contexto histórico, social e económico num determinado momento e da forma como esses choques externos têm influência direta e imediata no desempenho económico. Fatores como a pandemia, a sazonalidade ou até a guerra, resultam em alterações significativas num conjunto de fatores que condicionam todo o cenário socioeconómico. Neste sentido, é importante olhar para alguns dos indicadores apresentados neste capítulo de forma contingencial e com essas dimensões em mente. As dinâmicas socioeconómicas são também profundamente condicionadas pelas tendências sociodemográficas. Por exemplo, o aumento do índice de envelhecimento e a diminuição da taxa de natalidade pode condicionar a taxa de atividade da população jovem e as características da população ativa e inativa.

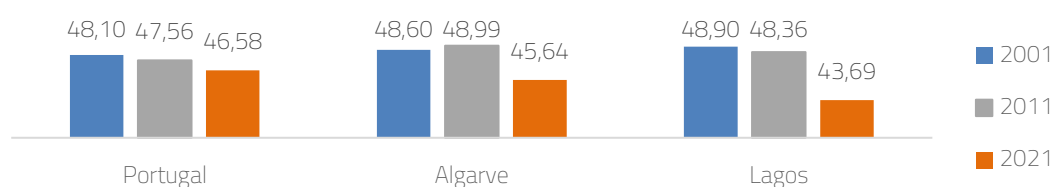
Este capítulo está dividido em 6 partes: uma reflexão sobre as taxas de atividade e a renovação da população em idade ativa. Segue-se com a caracterização das empresas e dos setores económicos. Por último, são apresentadas algumas considerações sobre os trabalhadores e os seus ganhos médios, bem como uma análise do saldo natural das empresas e dos rendimentos dos agregados.

### 2.1 Taxa de atividade em trajetória decrescente

A taxa de atividade geral representa o número de ativos (mão de obra disponível para trabalhar, incluindo-se na população ativa, os trabalhadores empregados e desempregados) por cada 100 pessoas com 15 e mais anos. O gráfico 28 mostra um cenário preocupante principalmente para o

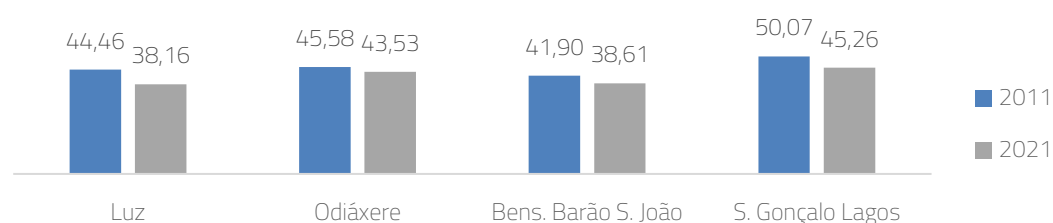
concelho de Lagos. Esta taxa tem registado decréscimos sucessivos ao nível nacional (48,1% em 2001, 47,6% em 2011 e 46,6% em 2021), Lagos protagoniza um cenário em que se verificam decréscimos mais acentuados no indicador, em especial de 2011 para 2021. Em 2001, esta taxa era de 48,9% no concelho e situava-se acima dos valores regionais e nacionais. Por outro lado, em 2011, o Algarve foi o território em análise que assinalou o maior aumento superando a taxa de atividade nacional, ao par que o decréscimo lacobrigense foi de aproximadamente 0,54 (p.p.). Em 2021, embora se tenha verificado uma diminuição pouco significativa nos valores nacionais, a maior diminuição ocorre no âmbito municipal, com menos 4,67 (p.p.) face a 2011.

**Gráfico 28.** Taxa de atividade Geral da população residente em Portugal, Algarve e Lagos, % (INE/Censos 2001, 2011 e 2021)



Os dados desagregados por freguesia (gráfico 29) corroboram este cenário de diminuição da taxa de atividade geral em Lagos, sendo que todos os territórios que compõem o concelho registaram decréscimos durante a última década. De modo geral, as freguesias onde o indicador é maior são: São Gonçalo de Lagos e Odiáxere, seguindo-se da Luz e, por fim, de Bensafrim e Barão de São João, tanto em 2011 quanto em 2021. Durante este período foi nas freguesias da Luz e de São Gonçalo de Lagos que se assinalaram as diminuições mais significativas, 6,3 (p.p.) e 4,81 (p.p.) respetivamente. Na UF de Bensafrim e Barão de São João o decréscimo foi de 2,39 (p.p.) e na freguesia de Odiáxere de aproximadamente 2,0 (p.p.), o território que melhor conseguiu equilibrar a taxa de atividade geral.

**Gráfico 29.** Taxa de atividade Geral da população residente em Lagos por freguesias, % (INE/Censos 2001, 2011 e 2021)



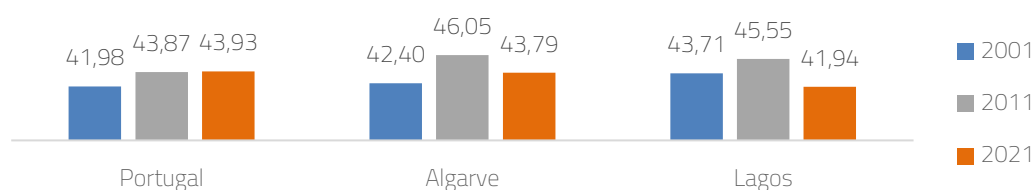
As flutuações na taxa de atividade geral estão, obviamente, dependentes das alterações verificadas em outros indicadores complementares, como é o caso da taxa de atividade feminina ou de atividade jovem. A taxa de atividade feminina é um indicador que permite aferir sobre a participação feminina no mercado de trabalho. O gráfico 30 expõe como essa taxa varia em

Portugal desde 2001, no Algarve e em Lagos. Existem três aspetos importantes a reter para esta análise.

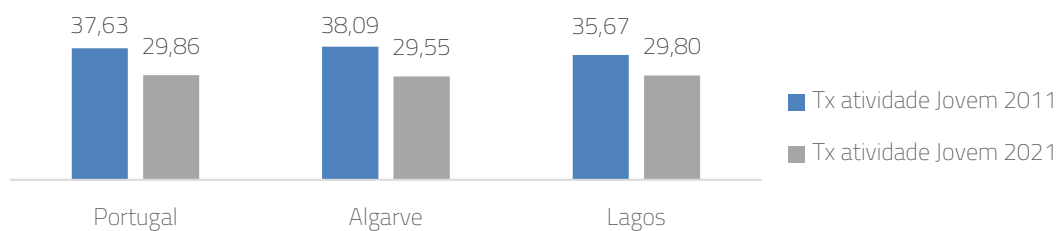
Em primeiro lugar, sublinhar a ideia de que em Portugal tem aumentado, constantemente, a participação das mulheres no mercado de trabalho, registando aumentos consecutivos com maior ênfase no período 2001-2011 (41,98% em 2001, 43,8% em 2011 e 43,9% em 2021). Em segundo lugar, importa destacar que a taxa de atividade feminina era tanto na região algarvia como no concelho de Lagos superior à nacional, em 2001 e 2011. Em 2001, o Algarve registava 42,4% e em 2011 cerca de 46% – um aumento significativo de cerca de 4,0 (p.p.). No concelho de Lagos, embora o aumento não tenha sido tão visível, não deixa de ser relevante – 43,71% em 2001 e 45,55% em 2011. Em 2011 a participação das mulheres no mercado de trabalho no concelho era mais de 1,7 (p.p.) do que a taxa nacional. Em terceiro lugar, mas também de suma importância é a tendência que se verificou desde 2011 até 2021. Neste caso, enquanto a taxa foi aumentando ao nível nacional, no Algarve e sobretudo em Lagos foi reduzindo – a região registou um decréscimo de quase 2,3 (p.p.) e o concelho de aproximadamente 3,6 (p.p.).

Este cenário é preocupante e deve ser acautelado porque revela uma perda significativa da participação feminina no mercado de trabalho regional e do concelho, num contexto em que existe um aumento da população residente feminina. Como verificado no capítulo 1 deste diagnóstico, em 2021, 51,4% da população residente em Lagos era do sexo feminino e este facto contribui para a não justificação, tendo em conta as proporções populacionais, desta diminuição em 2021.

**Gráfico 30.** Taxa de atividade feminina da população residente em Portugal, Algarve e Lagos, % (INE/Censos 2001, 2011 e 2021)



Por outro lado, seria expectável que a taxa de atividade jovem estivesse a diminuir na última década, principalmente porque existe uma diminuição generalizada deste segmento populacional em todos os territórios em análise. Numa estrutura populacional caracterizada por tendências de envelhecimento e de fraca natalidade é compreensível existirem menos jovens para participar no mercado laboral. Neste caso, as diminuições têm sido relativamente estáveis para os três territórios em análise, segundo o gráfico seguinte. Em Portugal, a taxa de atividade jovem diminuiu 8,77 (p.p.) de 2011 para 2021, no Algarve o decréscimo foi de 8,54 (p.p.) e em Lagos registou-se uma perda de 5,87 (p.p.) – sendo, portanto, o território onde a participação dos jovens no mercado de trabalho menos diminuiu.

**Gráfico 31.** Taxa de atividade jovem em Portugal, Algarve e Lagos, % (INE/Censos 2001, 2011 e 2021)

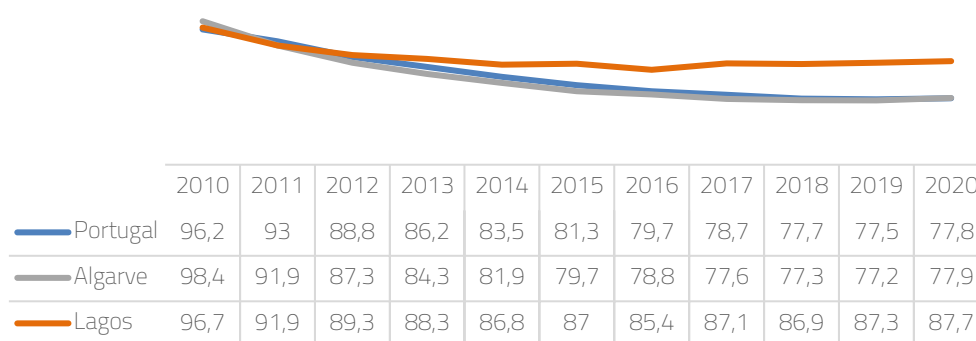
Em suma, a análise das taxas de atividade em Lagos revela tendências que devem ser consideradas prioritárias para o concelho. Desde logo, Lagos registou uma diminuição da taxa de atividade geral superior à regional e nacional de 2011 para 2021. Essa perda foi acompanhada de um decréscimo também significativo da participação do sexo feminino no mercado de trabalho lacobrigense, enquanto em Portugal essa participação aumenta desde 2001. Isto é particularmente importante porque a maioria da população lacobrigense é do sexo feminino, portanto, há que refletir sobre as causas desta diminuição na taxa de atividade para que se possam desenvolver instrumentos municipais que procurem reverter esta tendência.

## 2.2 Renovação da população em idade ativa

De acordo com o INE, o índice de renovação da população em idade ativa mede a relação entre a população que potencialmente está a entrar e a que está a sair do mercado de trabalho, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 55-64 anos). Este índice é de particular relevância para as dinâmicas populacionais e laborais porque permite refletir sobre a sustentabilidade do mercado de trabalho e, conseqüentemente, sobre a resiliência dos sistemas de pensões da segurança social. Quanto menor for este índice menor é a população que está potencialmente a entrar no mercado de trabalho e maior é a população que se está a aproximar da idade da reforma. O gráfico seguinte mostra como se tem alterado o índice de renovação da população em idade ativa, entre 2010 e 2020, em Portugal, no Algarve e em Lagos. De forma geral, é possível verificar uma tendência decrescente dentro da série temporal analisada. Em 2010, o Algarve era o território onde o índice era mais elevado. No entanto, foi também neste território que se registaram os maiores decréscimos, principalmente entre 2011 e 2016. Em 2020, a região voltava a aproximar-se dos valores nacionais. Lagos é um caso particular e a tendência do índice revela uma maior

eficácia em manter a estabilidade entre a população que entra e sai do mercado de trabalho. Embora, em 2010, estivesse abaixo dos valores regionais, desde 2012 que não tem registado decréscimos significativos e, em 2020, situava-se bastante acima dos valores nacionais e regionais.

**Gráfico 32.** Índice de Renovação da População em Idade Ativa em Portugal, Algarve e Lagos, n.º (INE, 2010-2020)



### 2.3 Forte terciarização do setor económico

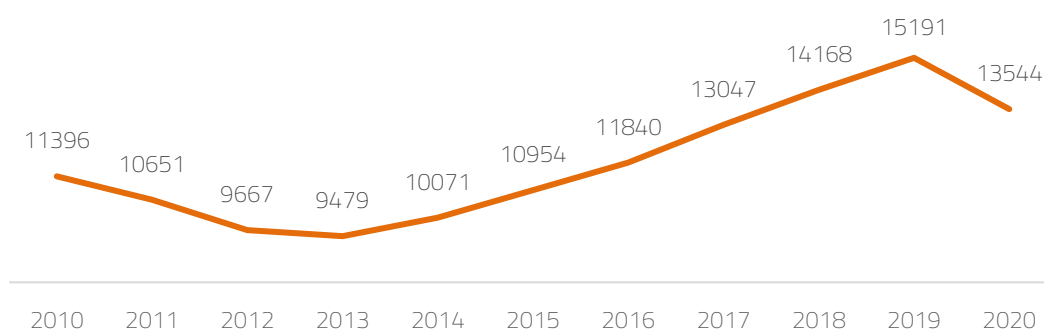
O gráfico seguinte mostra o pessoal ao serviço<sup>5</sup> dos estabelecimentos<sup>6</sup> residentes em Lagos. Por pessoal ao serviço entendem-se as pessoas que participaram na atividade dos estabelecimentos em análise, independentemente da duração dessa participação.

<sup>5</sup> Pessoas que, no período de referência, participaram na atividade da empresa/instituição, qualquer que tenha sido a duração dessa participação, nas seguintes condições: a) pessoal ligado à empresa/instituição por um contrato de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração; b) pessoal ligado à empresa/instituição, que por não estar vinculado por um contrato de trabalho, não recebe uma remuneração regular pelo tempo trabalhado ou trabalho fornecido (p. ex.: proprietários-gerentes, familiares não remunerados, membros ativos de cooperativas); c) pessoal com vínculo a outras empresas/instituições que trabalharam na empresa/instituição sendo por esta diretamente remunerados; d) pessoas nas condições das alíneas anteriores, temporariamente ausentes por um período igual ou inferior a um mês por férias, conflito de trabalho, formação profissional, assim como por doença e acidente de trabalho. Não são consideradas como pessoal ao serviço as pessoas que: i) se encontram nas condições descritas nas alíneas a), b), e c) e estejam temporariamente ausentes por um período superior a um mês; ii) os trabalhadores com vínculo à empresa/instituição deslocados para outras empresas/instituições, sendo nessas diretamente remunerados; iii) os trabalhadores a trabalhar na empresa/instituição e cuja remuneração é suportada por outras empresas/instituições (p. ex.: trabalhadores temporários); iv) os trabalhadores independentes (p. ex.: prestadores de serviços, também designados por "recibos verdes").

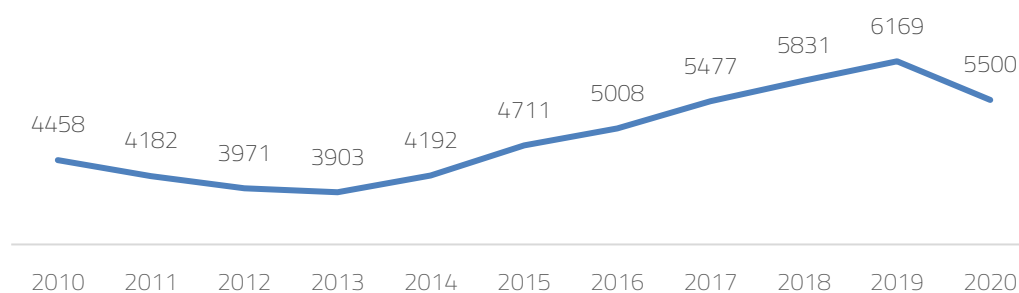
<sup>6</sup> Empresa ou parte de uma empresa (fábrica, oficina, mina, armazém, loja, entreposto, etc.) situada num local topograficamente identificado. Nesse local ou a partir dele exercem-se atividades económicas para as quais, regra geral, uma ou várias pessoas trabalham (eventualmente a tempo parcial), por conta de uma mesma empresa.

Este gráfico permite perceber que Lagos regista uma trajetória de aumento do indicador em apreço. Embora se verifique uma retração entre 2010 e 2013, período de recessão económica, é a partir deste ano que se começam a assinalar aumentos sucessivos e constantes. Entre 2013 e 2019 – ano em que se atingiu o pico dentro da série temporal em análise – houve um aumento de 5.712 pessoas que participam na atividade dos estabelecimentos residentes. No entanto, a partir de 2019 a tendência começa a reverter-se e em 2020 existiam 13.544 pessoas ao serviço. Com o aparecimento da pandemia em 2020 é expectável que esta tendência decrescente se continue a registar até ao cenário pós-pandémico. A evolução das empresas revela uma tendência semelhante à do pessoal ao serviço, como seria expectável (gráfico 33) – um decréscimo até 2013 ao qual se segue um cenário de crescimento exponencial até 2019, ano onde se atinge o máximo registado entre 2010 e 2020, e finalmente, uma diminuição também significativa de 2019 para 2020.

**Gráfico 33.** Pessoal ao serviço dos estabelecimentos residentes em Lagos (CAE Rev. 3), n.º total (INE/Sistema de contas integradas das empresas, 2010-2020)



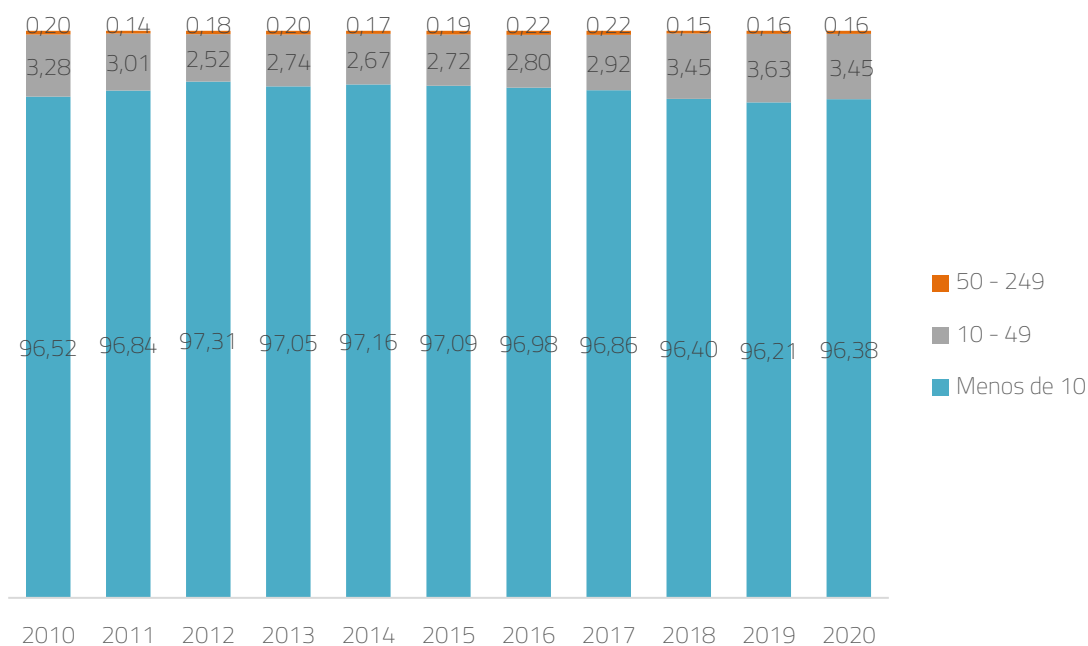
**Gráfico 34.** Evolução de empresas em Lagos, n.º total (INE/Sistema de contas integradas das empresas, 2010-2020)



O gráfico 35 reflete a evolução das empresas do concelho quanto ao escalão de pessoal ao serviço. Mais importante do que olhar para a série temporal – que se tem mantido relativamente estável ao longo do período analisado, não se verificando quaisquer sinais de inversão de tendências – importa refletir sobre o tecido empresarial lacobrigense. A larga maioria das empresas (cerca de 96%) do concelho são microempresas. Considera-se uma microempresa a empresa que emprega menos de 10 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2

milhões de euros. Esta é também uma característica regional e nacional, sobre a qual é importante refletir para traçar as estratégias de desenvolvimento socioeconómico não só da região, mas dos diferentes concelhos que a compõem. O número de funcionários pode estar relacionado com o capital social e, principalmente, com a massa crítica de que uma empresa dispõe, fundamental para o desenvolvimento de inovação e também para as dinâmicas de exportação.

**Gráfico 35.** Evolução das empresas em Lagos quanto ao escalão de pessoal ao serviço, % (INE/Sistema de contas integradas das empresas, 2010-2020)



A distribuição do pessoal ao serviço por área de atividade económica (tabela 6) expõe outra das principais fragilidades do tecido empresarial e da estrutura económica não só de Lagos, mas de todo o Algarve. Grande parte dos recursos humanos estão concentrados na área do alojamento, restauração e similares (cerca de 30% do total de pessoal ao serviço no concelho está nesta atividade económica). Esta é uma área muito associada ao setor turístico. Nas agendas de desenvolvimento regional é debatido com alguma regularidade a dependência excessiva que o Algarve tem face a esse setor, e como isto torna a região menos resiliente. A Estratégia de Desenvolvimento Regional mais recente – Algarve 2030 – volta a sublinhar a importância de diversificação económica apoiada nos princípios da especialização inteligente (RIS3) onde o turismo deve assumir uma posição de setor âncora, mas que consiga alavancar outros setores emergentes e estratégicos para a região (CCDR, 2020)<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> CCDR Algarve (2020), Estratégia de Desenvolvimento Regional Algarve 2030, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, Faro.



**Tabela 6.** Pessoal ao serviço dos estabelecimentos residentes em Lagos por atividade económica (CAE Rev. 3), n.º (INE/Sistema de contas integradas das empresas, 2010-2020)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
<b>Total</b>	<b>11396</b>	<b>10651</b>	<b>9667</b>	<b>9479</b>	<b>10071</b>	<b>10954</b>	<b>11840</b>	<b>13047</b>	<b>14168</b>	<b>15191</b>	<b>13544</b>
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	270	247	*	250	275	274	288	297	313	349	328
B - Indústrias extrativas		*	*	0	0	0	0	0	0	0	0
C - Indústrias transformadoras	372	357	261	265	231	246	262	278	309	357	360
D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	12	11	13	11	9	*	20	23	25	21	21
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	23	23	65	72	75	*	134	144	116	134	151
F - Construção	2143	1763	1272	1049	1086	1178	1269	1476	1735	1929	1899
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	2400	2287	2092	2065	2124	2188	2202	2350	2466	2560	2382
H - Transportes e armazenagem	281	264	278	293	295	265	268	293	331	374	369
<b>I - Alojamento, restauração e similares</b>	<b>2538</b>	<b>2601</b>	<b>2560</b>	<b>2618</b>	<b>2872</b>	<b>3487</b>	<b>3867</b>	<b>4352</b>	<b>4821</b>	<b>5153</b>	<b>4010</b>
J - Atividades de informação e de comunicação			48	48	52	58	58	58	80	76	72
L - Atividades imobiliárias	515	418	365	384	436	454	517	584	623	698	650
M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	649	594	545	546	562	571	603	657	682	730	741
N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	855	805	762	748	839	820	946	1029	1119	1184	1046
P - Educação	247	235	223	213	211	217	233	250	261	258	261
Q - Atividades de saúde humana e apoio social	350	358	352	356	382	422	422	449	433	466	463
R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	263	254	243	250	295	314	373	409	432	463	388
S - Outras atividades de serviços	376	388	347	311	327	337	378	398	422	439	403

A maioria dos concelhos litorais da região tende a sofrer da mesma problemática e a apresentar a mesma estrutura económica. O concelho de Lagos procura desenvolver instrumentos que colmatem as consequências desta situação e principalmente, proceder a uma reestruturação e diversificação económica.

Na Estratégia de Desenvolvimento Local LAGOS CIDADE 2020, uma das principais linhas estratégicas é precisamente aumentar a atividade empresarial e a comercial durante a época baixa, de modo a combater a sazonalidade característica de economias ancoradas excessivamente no setor turístico. O Plano Estratégico de Turismo no Concelho de Lagos (IPI, 2021)<sup>8</sup> contempla a diversificação da oferta turística que deverá também servir para alavancar um

<sup>8</sup> IPI Consulting Network (2021), Plano Estratégico de Turismo no Concelho de Lagos, Lisboa.

conjunto de outras dimensões com capacidade de geração de emprego, como é o caso da saúde e bem-estar, da gastronomia e do património.

Estes dados mostram a forte terciarização da estrutura empresarial lacobrigense e apontam para uma consequente maleabilidade limitada das empresas, que se focam nos bens não transacionáveis e que se encontram demasiado dependentes de um setor de atividade. Isto, se não revertido, conduz, inevitavelmente, a padrões de desenvolvimento pouco coesos do ponto de vista territorial, social e económico e condiciona a capacidade inovadora das empresas e das suas cadeias de valor.

### 2.4

#### Trabalho terciário, pouco qualificado e em empresas de pequena dimensão

Esta subsecção foca-se na análise dos indicadores relativos aos trabalhadores por conta de outrem no concelho de Lagos, ou seja, indivíduos que exercem uma atividade sob a autoridade e direção de outrem, nos termos de um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, e que lhes confere o direito a uma remuneração, a qual não depende dos resultados da unidade económica para a qual trabalha. De modo geral, e à semelhança do que se tinha verificado anteriormente relativamente ao pessoal ao serviço, existe um aumento constante e gradual do número de trabalhadores por conta de outrem<sup>9</sup> até 2018 (tabela 7). Em 2011, totalizava 5.959 e em 2018 ascendeu aos 7.846, equivalendo a um aumento de cerca de 32%. Entre 2018 e 2019 regista-se um ligeiro decréscimo, que não se tinha verificado aquando da análise do pessoal ao serviço nos estabelecimentos residentes em Lagos. Contudo, a maior queda ocorreu entre 2019 e 2020, passando de 7.833 para 7.017 trabalhadores, uma redução de cerca de 10%.

**Tabela 7.** Evolução dos/as trabalhadores/as por conta de outrem nos estabelecimentos em Lagos, n.º (Anuários Estatísticos Regionais do Algarve, Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social/MTSSS, 2011-2020)

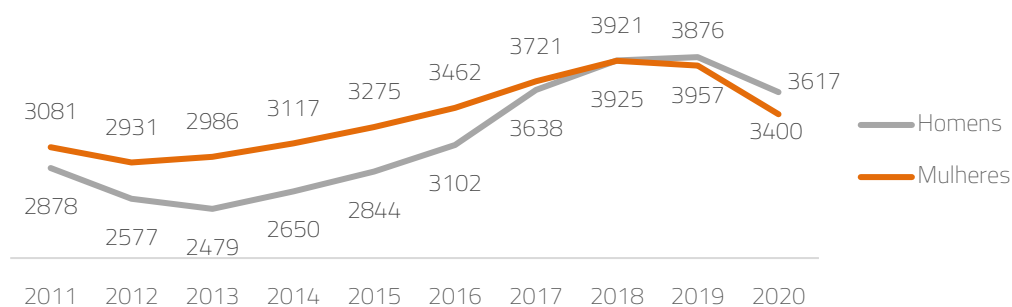
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
5 959	5 508	5 465	5 767	6 119	6 564	7 359	7 846	7 833	7 017

<sup>9</sup> Os dados dizem respeito a trabalhadores/as por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa.

A análise do mesmo indicador, mas desta vez desagregado por sexo (gráfico 36) vem corroborar uma tendência já verificada anteriormente e que indica uma crescente diminuição da presença do sexo feminino no mercado de trabalho lacobrigense. Em 2011, existiam mais 203 mulheres do que homens a trabalhar por conta de outrem em Lagos. O desfasamento entre sexos foi aumentando nos anos seguintes, principalmente devido a uma diminuição do número de pessoas do sexo masculino. No entanto, a partir de 2016 esta tendência começa a registar sinais de inversão com o número de homens a aumentar de forma significativa. Em 2018 e 2019, a diferença entre sexos é praticamente nula, embora seja a partir de 2019 que as mulheres começam a aparecer em menor número quando comparadas com os trabalhadores masculinos. Em 2020, existiam menos 217 pessoas do sexo feminino empregadas por conta de outrem do que do masculino. Além disso, a diminuição entre 2018 – ano em que se registou o maior número de mulheres neste cenário – e 2020 foi de 521 trabalhadoras.

Já se havia sublinhado a importância de olhar atentamente para esta tendência aquando da análise do número de mulheres ao serviço em estabelecimentos residentes em Lagos. Este fator ganha relevância quando analisado com outras dimensões. Em primeiro lugar, porque é uma tendência regional e do concelho. Por exemplo, ao nível nacional a taxa de atividade feminina tem aumentado, enquanto no Algarve e em Lagos tem diminuído, sendo que no concelho esse decréscimo é mais expressivo do que ao nível regional. Em segundo lugar, porque o número de mulheres residentes em Lagos é ligeiramente superior ao de homens.

**Gráfico 36.** Trabalhadores/as por conta de outrem nos estabelecimentos em Lagos por sexo, n.º (Anuários Estatísticos Regionais do Algarve, MTSSS, Quadros de pessoal 2011-2020)

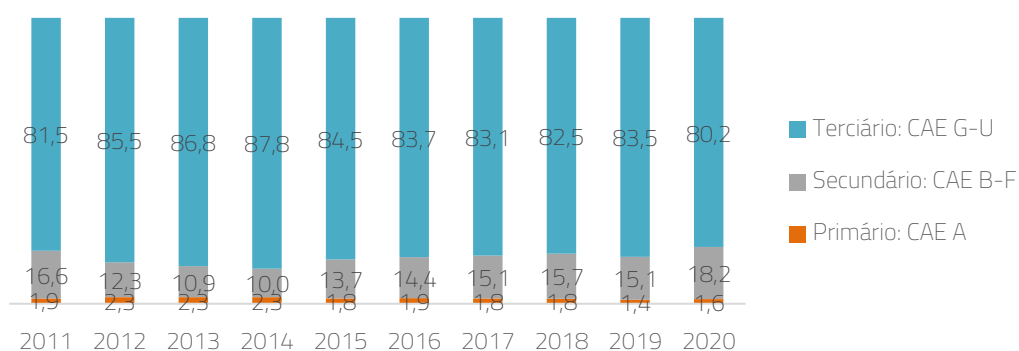


O gráfico 37 também vem sedimentar uma ideia que já se tinha avançado anteriormente, que está relacionada com a forte terciarização do tecido económico e empresarial do concelho. O aumento da representatividade do setor terciário é claramente acompanhado ou suportado por um aumento proporcional no número de trabalhadores por conta de outrem afeto a este setor. Neste caso, este é um cenário que se repete não só um pouco por todo o país, mas também pelas sociedades ocidentais, ditas desenvolvidas. Está, desde logo, relacionado com os próprios modelos de desenvolvimento e com a transferência da indústria primária e secundária para os

países periféricos. No caso do Algarve esta foi uma trajetória que se intensificou durante os anos 70. O Algarve era uma região fortemente ancorada na indústria transformadora, nomeadamente na conserveira. Portimão, Olhão, mas também Lagos eram dos principais centros industriais neste domínio e a indústria conserveira era o setor que mais empregava nestes concelhos. A partir da década de 70, principalmente após o 25 de Abril, devido a inúmeros fatores sociais e económicos, o setor começa a perder relevância e atualmente faz apenas parte da memória coletiva e do património regional.

Por isso, a tendência de terciarização é transversal a toda a série temporal analisada (2011 – 2020) porque é reflexo de um processo e de uma estratégia que se tem consolidado nos últimos 40 anos. No entanto, há pequenas particularidades que talvez valha a pena destacar. Apesar de o setor terciário empregar cerca de 80% dos trabalhadores por conta de outrem, o setor secundário parece dar sinais de um possível aumento da sua representação. Em 2011, empregava 16,6% dos trabalhadores de Lagos, passando por um período de decréscimo entre 2012 e 2014. Em 2015 cresce 3,7 (p.p.) e a partir daí tem registado aumentos relativos, sendo que 2020 foi o ano em que esse aumento foi maior – 3,1 (p.p.) quando comparado com 2019. Além disso, em 2020 a proporção de trabalhadores no setor secundário (18,2%) é maior do que a registada em 2011.

**Gráfico 37.** Trabalhadores/as por conta de outrem nos estabelecimentos em Lagos por sector de atividade, % (Anuários Estatísticos Regionais do Algarve, MTSSS, Quadros de pessoal 2011-2020)



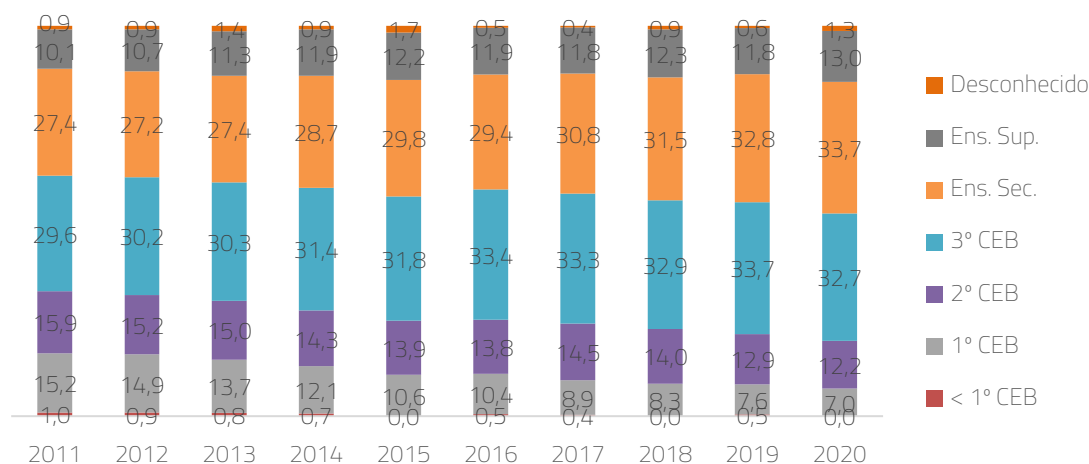
O gráfico 38 mostra a distribuição dos trabalhadores por conta de outrem tendo em conta as suas habilitações literárias. O primeiro ponto que importa destacar é que Lagos é um concelho onde a proporção de pessoas não alfabetizadas e não escolarizadas, ou seja, com habilitações inferiores ao primeiro ciclo, com emprego por conta de outrem é praticamente inexpressiva. Aliás, nos anos de 2015, 2018 e 2020 a proporção chega a ser de 0%.

O segundo aspeto está relacionado com as habilitações literárias cuja maioria dos trabalhadores por conta de outrem possui. Neste caso, existe uma divisão equitativa entre o terceiro ciclo e o ensino secundário, com alguma vantagem para o terceiro ciclo. Atualmente, a escolaridade

obrigatória em Portugal é o ensino secundário (ou até atingir os 18 anos). O ensino secundário ganha destaque junto dos trabalhadores lacobrigenses. Em 2011, 29,6% dos trabalhadores tinha o 3.º ciclo e 27,4% o ensino secundário. Em 2020, essa tendência mostra sinais de inversão, com 33,7% a apresentarem habilitações literárias ao nível do ensino secundário e 32,7% ao nível do terceiro ciclo. O último ponto a destacar prende-se com a baixa proporção de trabalhadores com o ensino superior. No entanto, também existem sinais positivos de aumento –os indivíduos com ensino superior aumentaram cerca de 3,0 (p.p.) entre 2011 e 2020.

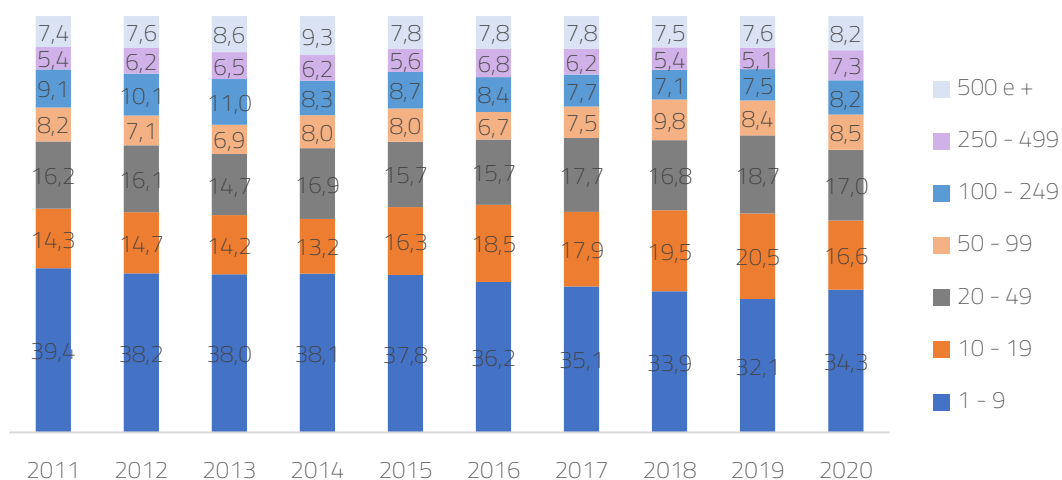
Isto revela que ainda existem lacunas na capacidade de atração de recursos humanos altamente qualificados. Esta dificuldade pode dever-se a dois fatores principais: por um lado, às próprias características socioeconómicas do tecido económico e empresarial do concelho e, por outro lado, às características territoriais. Ambos os fatores são comuns a toda a região que tem registado dificuldade não só na atração como também na retenção de recursos humanos qualificados.

**Gráfico 38.** Trabalhadores/as por conta de outrem nos estabelecimentos em Lagos quanto às habilitações literárias, % (Anuários Estatísticos Regionais do Algarve, MTSSS, Quadros de pessoal 2011-2020)



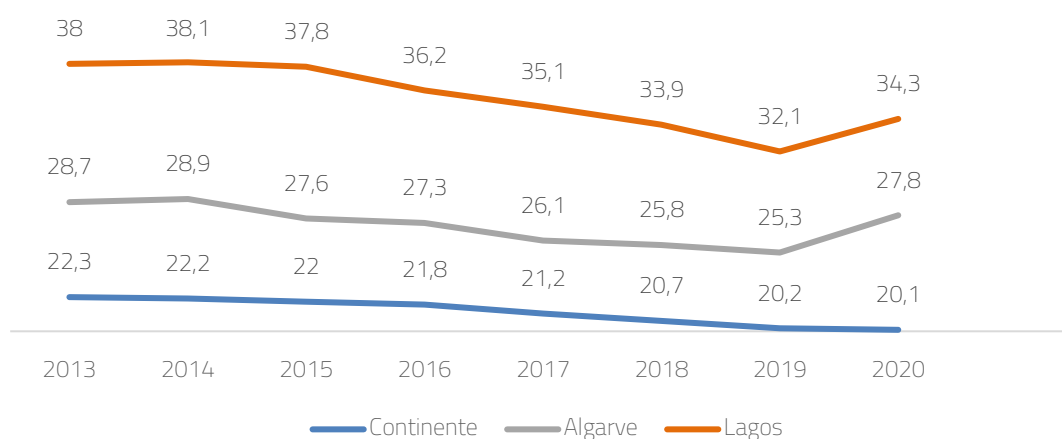
A estrutura empresarial composta maioritariamente por empresas de pequena dimensão é também refletida na % de trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos do concelho por escalão de pessoal (gráfico 39). Em 2011, 39,4% dos trabalhadores estavam empregados em empresas com 1 a 9 colaboradores e 14,3% em empresas com 10 a 19. Embora estruturalmente, as condições não se tenham alterado entre 2011 e 2020, é possível verificar algumas ‘nuances’ que importam sublinhar. Por um lado, uma diminuição ligeira da proporção de trabalhadores por conta de outrem nas empresas de menor dimensão, que passa dos 39,4% em 2011 para 34,3% em 2020. Por outro lado, este decréscimo é naturalmente acompanhado de um aumento do pessoal contratado para trabalhar tanto em empresas com 10 a 19 colaboradores (14,3% em 2011 e 16,6% em 2020), como em empresas com 20 a 49 funcionários (16,2% em 2011 e 17% em 2020).

**Gráfico 39.** Trabalhadores/as por conta de outrem nos estabelecimentos em Lagos por escalão de pessoal da empresa, % (Anuários Estatísticos Regionais do Algarve - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Quadros de Pessoal, 2011-2020)



De facto, tanto as micro empresas quanto as pequenas e médias empresas são estruturais para o tecido económico e empresarial lacobrigense. Também já se havia dado conta que esta era uma tendência nacional e até europeia. O gráfico 40 permite fazer uma análise comparativa entre a proporção de população empregada por conta de outrem em empresas com menos de 10 trabalhadores em Portugal, no Algarve e em Lagos. Esta comparação revela um desfazamento significativo entre a realidade nacional, regional e do concelho.

**Gráfico 40.** Proporção de população empregada por conta de outrem em estabelecimentos de empresas com menos de 10 trabalhadores em Lagos, % (INE - MTSSS/GEP, Quadros de pessoal, 2011-2020)



Ao nível nacional, a população empregada em empresas com menos de 10 trabalhadores era de 22,3%, e regista uma trajetória descendente. A região algarvia tem tido sempre proporções maiores de pessoas a trabalhar em empresas deste escalão – 28,7% em 2013, com ligeiros decréscimos até 2019 (ano em que atinge o valor mais baixo) para voltar a aumentar novamente

em 2020 situando-se nos 27,8%, ou seja, aproximadamente mais 8,0 p.p. do que o verificado ao nível nacional.

Lagos apresenta valores substancialmente superiores a estes, mas com uma tendência de decréscimo mais próxima do declive nacional. Em 2013, 38% da população empregada no concelho estava em empresas com menos de 10 trabalhadores, equivalendo a mais 15,7 (p.p.) do que o valor nacional em período análogo. À semelhança do Algarve, é em 2019 que esta proporção atinge valores mais baixos (32,1%) para depois voltar a aumentar em 2020, situando-se nos 34,3%.

Estes dados revelam que Lagos, ao nível da inserção profissional da sua população, tende a seguir algumas das tendências nacionais: a maioria dos trabalhadores está associado ao terceiro setor, com qualificações essencialmente ao nível do terceiro ciclo e do ensino secundário e em empresas de micro ou pequena dimensão. Existem, no entanto, duas características que merecem um olhar atento por se afastarem daquilo que são as trajetórias regionais e nacionais: uma diminuição da proporção de mulheres empregadas por conta de outrem, bem como uma proporção de trabalhadores em empresas com menos de 10 colaboradores significativamente superior à nacional e regional. Estas características mostram um quadro sobre o qual é importante refletir, monitorizar e intervir para que o concelho possa evitar um maior desfasamento da realidade regional e nacional.

### 2.5

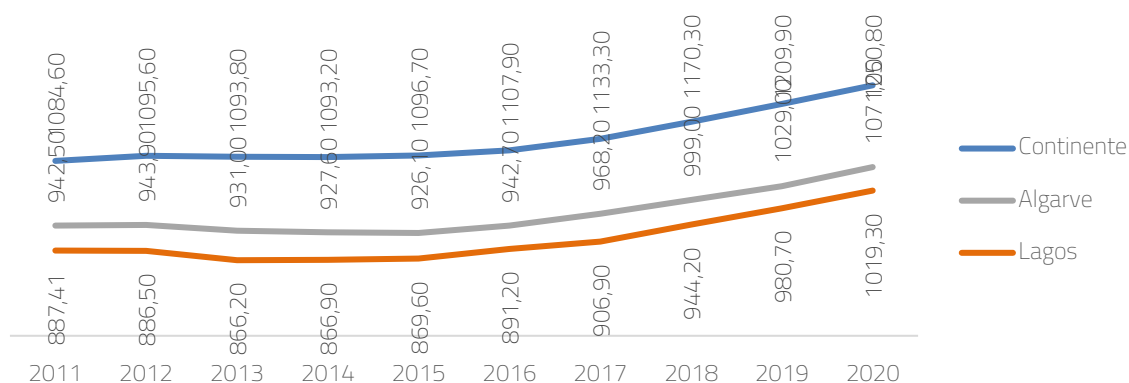
## Desfasamento dos ganhos médios e impacto da pandemia na estrutura laboral

Uma das formas de avaliar as condições socioeconómicas de um território é através da análise do valor do ganho mensal. Este refere-se ao montante que o empregado recebe, de facto, todos os meses. Para além da remuneração de base, inclui outras remunerações pagas pelo empregador, como horas extra, subsídio de férias ou prémios.

O gráfico 41 compara a evolução do indicador em Portugal continental, no Algarve e no concelho de Lagos, entre 2011 e 2020. De modo geral, é possível perceber um aumento dentro do período em análise que embora seja pouco expressivo, acaba por ser constante. Outro fator importante de assinalar é o facto de o ganho mensal médio ser substancialmente inferior no Algarve e em Lagos do que em Portugal continental. Em 2011, o montante médio recebido em Portugal continental era de 1.084,60 €, enquanto no Algarve era de 942,50 € e em Lagos esse valor não chegava aos 900 €, situando-se nos 887,41 €. Nos anos subsequentes, registaram-se aumentos em todos os territórios analisados. Em 2020, o ganho médio mensal continental foi de 1.250,80

€, no Algarve de 1.071,00 € e em Lagos de 1.019,30 €, sendo que foi apenas neste ano que o ganho médio mensal lacobrigense ultrapassou os 1.000 €. Ainda assim, a remuneração média mensal em Lagos é cerca de menos 230 € do que a média continental.

**Gráfico 41.** Ganho médio mensal no Continente, Algarve e Lagos, € (MTSSS/GEP, Quadros de pessoal, 2011-2020)



O gráfico 42 mostra o mesmo indicador, mas desagregado por sexo e apenas focado no concelho de Lagos. Neste caso, é possível verificar a permanência de uma desigualdade entre o ganho médio das trabalhadoras femininas e dos masculinos. A desigualdade salarial não é um problema exclusivo de Lagos – é, pelo contrário – uma tendência nacional e europeia. A disparidade salarial é um problema estrutural que é ainda mais gritante quando comparado com o aumento das taxas de escolarização feminina e da entrada das mulheres no mercado de trabalho. Devido ao seu impacto estrutural e temporal, a União Europeia tem procurado desenvolver um conjunto de políticas públicas que procuram colmatar este problema social. O exemplo mais emblemático talvez seja a Declaração de Pequim<sup>10</sup>. Esta é uma problemática tão estrutural e tão incrustada nas instituições sociais e económicas que se torna de difícil resolução. A Declaração de Pequim acabou por não ter o impacto esperado e atualmente a desigualdade de género faz parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas.

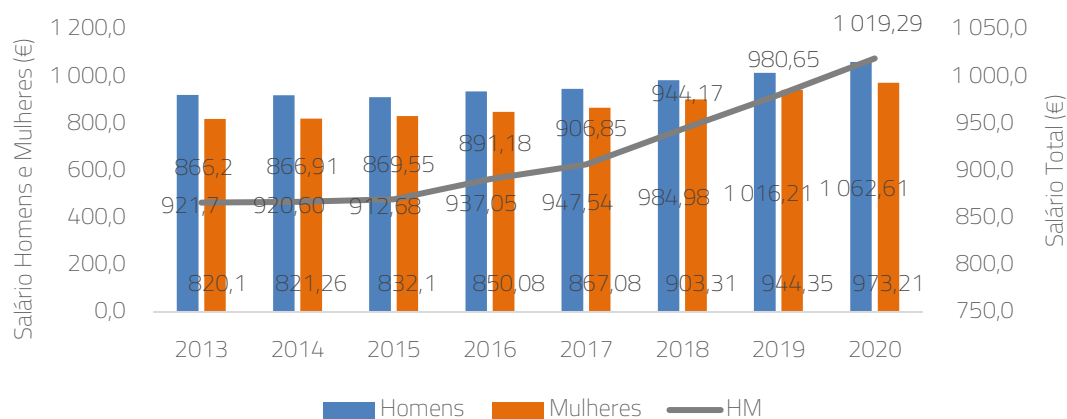
Em 2013, o ganho médio mensal dos homens de Lagos era de 921,68 € ao passo que as trabalhadoras do sexo feminino recebiam 820,1 €, o que perfaz uma diferença de aproximadamente 100 €. Em 2015, regista-se uma diminuição no ganho mensal masculino (912,68 €) e um aumento do feminino (832,1 €), alterando a diferença para cerca de 80 €. A disparidade volta a aumentar logo o ano seguinte – 937,05 € para os homens e 850,08 € para as mulheres – situando-se próximo dos 90 €. O ganho mensal médio lacobrigense do sexo masculino ascende aos 1.000 € a partir de 2019, enquanto o das mulheres ainda não atingiu esses valores. Em 2020, o aumento da remuneração média é visível em ambos os casos. Os homens ganhavam

<sup>10</sup> Nações Unidas (1995) Beijing Declaration and Platform for Action. Re-editado pela UN Women em 2014.



em média 1.062,61 € e as mulheres 973,21 € perfazendo uma diferença de 89 €. Isto permite perceber que, embora a desigualdade de género continue a ser um problema estrutural, existem indícios de uma ligeira e lenta diminuição da disparidade salarial entre sexos.

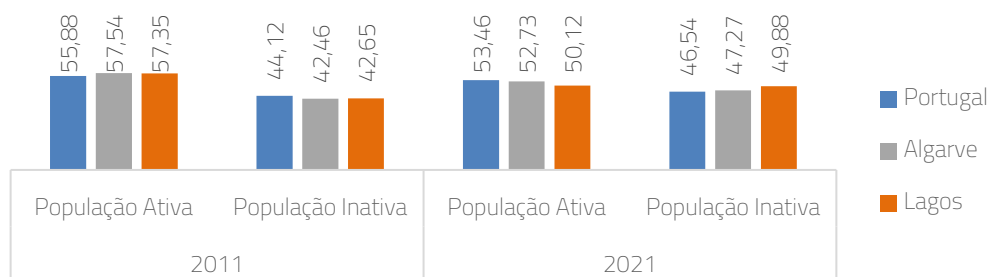
**Gráfico 42.** Ganho médio mensal dos/das trabalhadores/as por conta de outrem nos estabelecimentos em Lagos quanto ao sexo, € (MTSSS/GEP, Quadros de pessoal, 2013-2020)



Ainda acerca dos ganhos associados ao emprego, importa perceber as condições de trabalho da população de Lagos e comparar essa realidade com a nacional e regional. Por população inativa entende-se o conjunto de indivíduos que no período de referência não podem ser considerados economicamente ativos, isto é, não estão empregados nem desempregados, nem a cumprir o serviço militar obrigatório. Importa esclarecer que a população inativa se distingue da população desempregada precisamente por não estarem ativamente inscritos nos centros de emprego e não apresentarem indícios de procura de emprego. A população ativa representa o conjunto de pessoas com idade mínima de 15 anos disponíveis para trabalhar, podendo estar empregadas ou desempregadas.

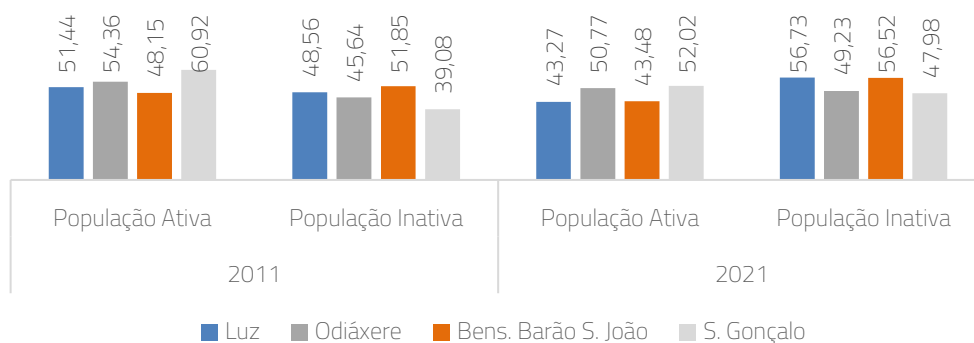
O gráfico 43 revela dois aspetos principais a reter. Em primeiro lugar, a ideia de que o rácio entre população ativa e inativa diminuiu entre 2011 e 2021, sendo que neste último ano a diferença entre ambas as condições de trabalho não são tão elevadas como eram em 2011. Em segundo lugar, que essa diferença é ainda menor em Lagos. Ao par que, em 2011, a população ativa em Lagos era superior à realidade nacional (57,35% em Lagos e 55,88% em Portugal), em 2021, essa tendência inverte-se de forma significativa. No último ano analisado a população ativa ao nível nacional era de 53,46% (menos 2,42 p.p. do que em 2011) e em Lagos era apenas de 50,12% (menos 7,23 p.p. do que em 2011). Em contrapartida, a população inativa tende a aumentar no período dos 10 anos analisados. Esse aumento é particularmente substancial no caso de Lagos onde a população inativa era mais de 7,23 (p.p.) em 2021 do que em 2011. No caso nacional esse aumento foi de apenas de 2,4 (p.p.) e no Algarve foi de 4,81 (p.p.).

**Gráfico 43.** População residente com 15 e mais anos de idade em Portugal, Algarve e Lagos segundo a condição de trabalho, % (INE/ Censos 2011 e 2021)



Os dados desagregados por freguesia (gráfico 44) mostram essa mesma tendência, mas com algumas particularidades interessantes. Em 2011, a maioria da população ativa de Lagos (60,92%) estava localizada na freguesia de São Gonçalo de Lagos, de Odiáxere (54,36%) e da Luz (51,44%). A UF de Bensafrim e Barão de São João registava o menor número de pessoas neste grupo (48,15%). De 2011 para 2021, a proporção de ativos diminuiu em todas as freguesias do concelho. Embora, em 2021, fosse a freguesia de São Gonçalo de Lagos que se continuava a concentrar a maior percentagem de população ativa (52,02%), foi também neste território que se verificou a maior perda face ao período anterior (menos 8,9 p.p.). A segunda freguesia a registar uma maior diminuição foi a Luz com uma perda de 8,17 (p.p.), seguindo-se a UF de Bensafrim e Barão de São João (4,67 p.p.) e, por fim, a freguesia de Odiáxere (3,59 p.p.).

**Gráfico 44.** População residente com 15 e mais anos de idade em Portugal, Algarve e Lagos segundo a condição de trabalho e freguesias, % (INE/ Censos 2011 e 2021)

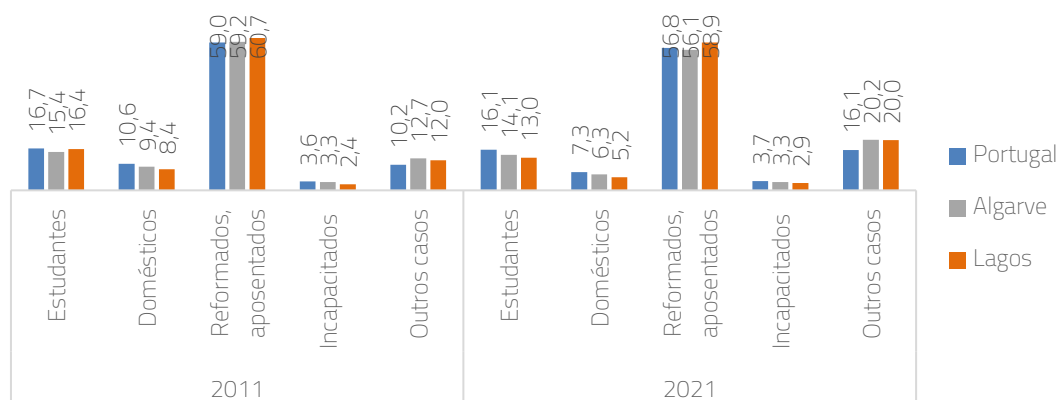


Como foi referido, a população inativa refere-se a um conjunto de indivíduos que não estão nem empregados, nem desempregados, mas que podem estar em diversas situações. Dada a expressão do aumento da população inativa entre 2011 e 2021, importa perceber de forma mais detalhada qual a estrutura deste segmento da população. O gráfico 45 mostra esta segmentação distinguido entre estudantes, domésticos, reformados e aposentados, incapacitados e outros casos. Tal como seria expectável, a maioria da população inativa são os reformados, tanto em 2011 como em 2021, em todos os territórios em análise. No entanto, existem algumas mudanças

que merecem alguma exploração. É o caso da diminuição significativa da proporção de estudantes em Lagos entre 2011 e 2021 (16,4% e 13%, respetivamente).

Esta é uma tendência que não se verificou a nível nacional e regional onde a proporção de estudantes se manteve relativamente estável. Isto deve ser encarado como uma condição sobre a qual importa refletir para melhor adaptar a política pública à atração de estudantes. Claro que esta diminuição está também relacionada com a diminuição da população em idade ativa verificada no primeiro capítulo deste diagnóstico. No entanto, o facto de a nível nacional e regional não se ter registado uma diminuição tão acentuada torna este facto um problema localizado, neste caso em Lagos, que merece também uma leitura mais focalizada.

**Gráfico 45.** Estrutura da População Inativa, em Portugal, Algarve e Lagos, % (INE/ Censos 2011 e 2021)

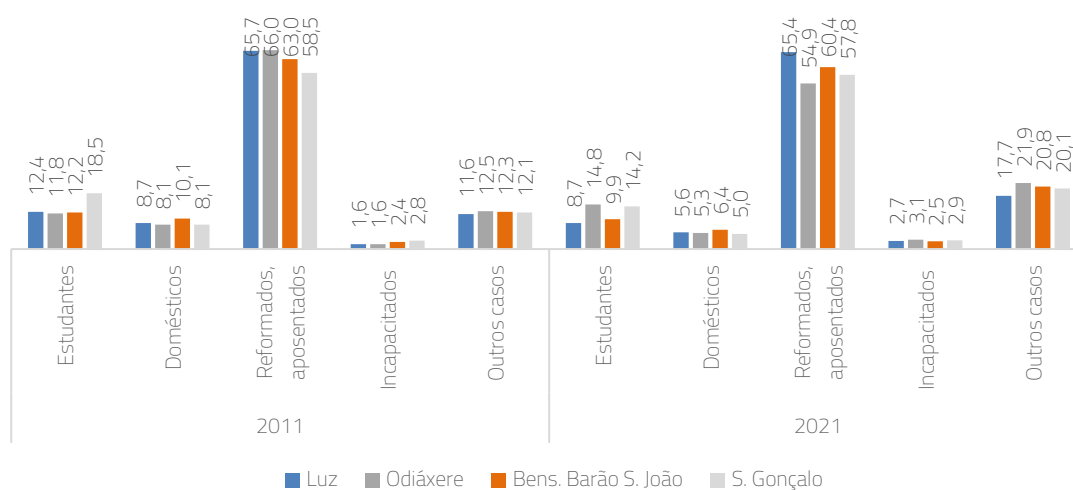


No gráfico seguinte, a análise da estrutura da população inativa por freguesia permite corroborar a leitura anterior, embora com alguns aspetos que merecem um destaque particular. De modo geral, continua a verificar-se uma tendência de decréscimo da população inativa por motivos de estudo, domésticos e também de reformados e aposentados. Por outro lado, salienta-se um ligeiro aumento no caso dos incapacitados e um aumento significativo na dimensão categorizada como “outros casos”.

Em particular, há duas categorias que apresentam diferenciações por freguesia. Veja-se o caso dos estudantes. A generalidade das freguesias de Lagos viu a sua população inativa cair neste segmento – a freguesia de São Gonçalo de Lagos foi a que registou um maior decréscimo (-4,3 p.p.), em seguida a Luz (-3,7 p.p.) e a UF de Bensafrim e Barão de São João com uma diminuição de 2,3 (p.p.) entre 2011 e 2021. A freguesia de Odiáxere volta a destacar-se, como já havia acontecido com um conjunto de indicadores analisados ao longo deste diagnóstico, como o único território onde a população inativa por estudo aumentou dentro do período em questão – cerca de 3,0 (p.p.).

Paralelamente, e analisando-se o caso dos reformados e aposentados, também existem diferenças significativas. Neste caso, é na UF de Bensafrim e Barão de São João que se regista o maior decréscimo (-2,6 p.p. entre 2011 e 2021), seguida pela freguesia de São Gonçalo de Lagos com uma perda de 0,7 p.p. e pela freguesia da Luz com menos 0,3 (p.p.). Odiáxere volta a destacar-se por ser a freguesia que mais população inativa neste segmento perdeu. Em 2011, a proporção de reformados/aposentados nesta freguesia era de 66, o que significa que era o território com maior peso nesta tipologia (a freguesia da Luz tinha 65,4%, a UF de Bensafrim e Barão de São João tinha 63% e a freguesia de São Gonçalo de Lagos era a que tinha menos com 58,5%). Em 2021, esse valor desce para 54,9%, uma diminuição de cerca de 11,0 (p.p.) face a 2011, e uma inversão completa da realidade e da posição desta freguesia quando comparada com as restantes.

**Gráfico 46.** Estrutura da População Inativa em Lagos por freguesias, % (INE/ Censos 2011 e 2021)



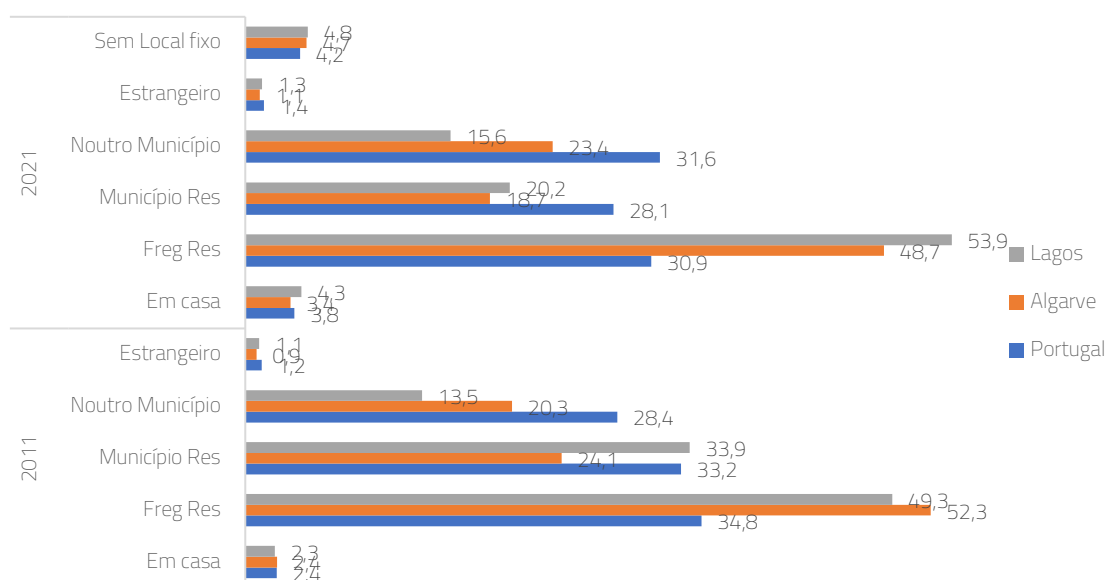
O gráfico 47 mostra a proporção da população residente que trabalha ou estuda noutro município, comparando o cenário lacobrigense com o regional e nacional. Veja-se em primeiro lugar o cenário de 2011. Um dos pontos que esta análise comparativa permite destacar é que na região do Algarve e no concelho de Lagos existe menos mobilidade intermunicipal do que na média nacional. Em 2011, Portugal detinha a maior percentagem de pessoas a trabalhar em municípios que não residiam (28,4%), estando, em seguida, o Algarve (20,3%) e Lagos (13,5%). Ainda em 2011, a maioria da população algarvia e lacobrigense trabalhava ou estudava na freguesia de residência (52,3% e 49,3%, respetivamente), enquanto no cenário nacional eram 34,8%. Neste ano, a larga maioria da população, em qualquer um dos territórios em análise, trabalhava ou estudava essencialmente na freguesia e município de residência ou noutros municípios. Apenas cerca de 2% (2,4% em Portugal e no Algarve e 2,3% em Lagos) da população trabalhava em casa.

Em 2021, 30,9% da população portuguesa trabalhava ou estudava na freguesia de residência, revelando um ligeiro decréscimo quando comparado com 2011. No caso do Algarve verificou-se

a mesma tendência. Na região 48,7% das pessoas exerciam a sua atividade profissional ou de estudo na freguesia de residência, ao passo que em Lagos essa proporção foi de 53,9%. Também se verificou uma quebra daqueles que trabalham e estudam no município de residência, mas noutra freguesia, sendo que essa percentagem era de 28,1% em Portugal em 2021, 18,7% no Algarve e 20,2% no concelho. Em todos os contextos territoriais em análise verificou-se um acréscimo de população que se desloca para outro município por motivos profissionais ou de estudo, tendo ascendido a 31,6% da população portuguesa (variação positiva de 3,2 p.p.), 23,4% da população algarvia (acrécimo de 3,1 (p.p.)), e 15,6% dos residentes lacobrigenses, traduzindo-se num aumento de 2,1 (p.p.).

Em 2021, regista-se um ligeiro aumento da população que trabalha ou estuda em casa, muito provavelmente fruto das medidas de confinamento consequência da pandemia de COVID-19, que decretou o teletrabalho como obrigatório em muitas profissões, bem como a adoção de modelos de escola e aulas 'online'. No entanto, mesmo após o levantamento da recomendação de teletrabalho, muitas empresas e/ou trabalhadores acabaram por assumir modalidades desta natureza como estrutura de trabalho. Nos Censos de 2021, foi adicionada a análise dos que não possuem um lugar fixo de trabalho ou estudo, pelo que se verifica que no ano em apreço, esta dimensão apresenta uma maior proporção do que aqueles que trabalham ou estudam em casa, ao ascender a 4,2% da população portuguesa, 4,7% dos algarvios e 4,8% dos residentes em Lagos.

**Gráfico 47.** Proporção da população residente que trabalha ou estuda noutro município em Portugal, Algarve e Lagos, % (INE/ Censos 2011 e 2021)



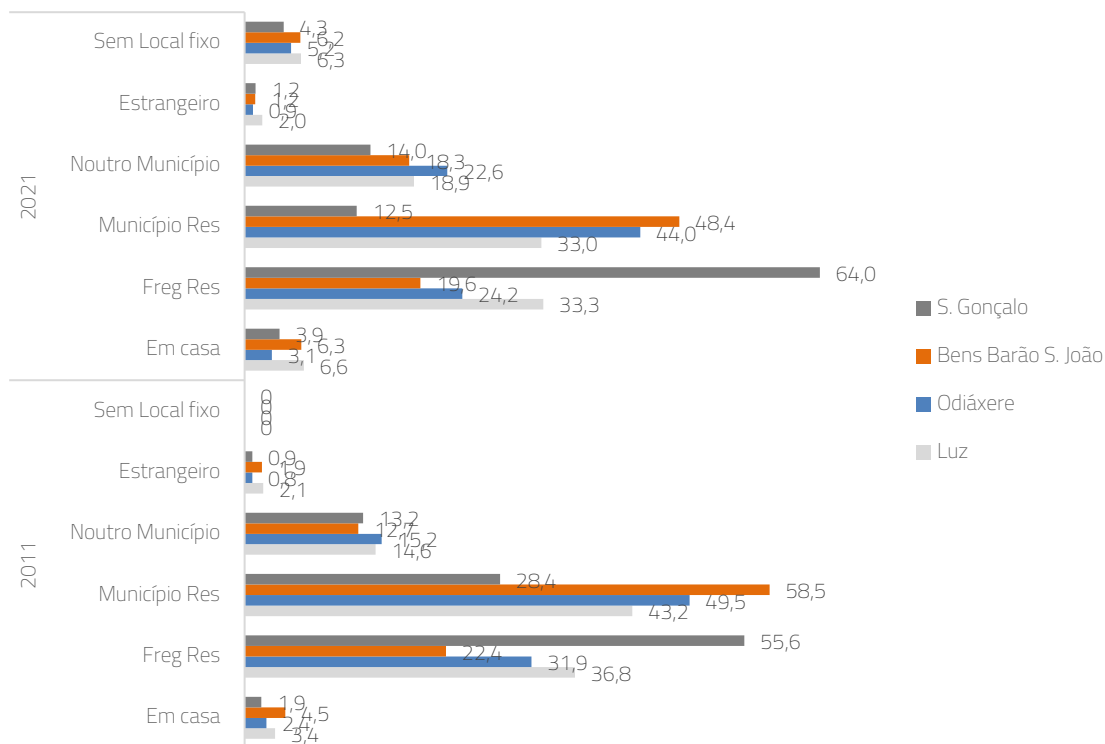
Ao nível das freguesias (gráfico 48), é em São Gonçalo de Lagos que se concentra a maior proporção de população que trabalha e estuda na freguesia de residência, algo que não é

surpreendente uma vez que se trata da freguesia onde se localiza a sede do Município e uma maior concentração de serviços, escolas e empresas, resultando como fator de atratividade para a fixação das pessoas.

Assim, em 2011, cerca de 55,6% das pessoas trabalhavam e estudavam no território referido, ao passo que em 2021 eram 64%. A freguesia da Luz passou de 36,8% para 33,3%, Odiáxere de 31,9% para 24,2% e a UF de Bensafrim e Barão de São João de 22,4% para 19,6%, o que leva a concluir que as restantes freguesias viram diminuir a proporção de residentes que aí exercem a sua atividade profissional ou estudam. Também a proporção de pessoas que vive nestas freguesias, mas que ainda assim trabalha ou estuda no concelho perdeu peso, por outro lado, os residentes passaram a deslocar-se para fora do município em maior proporção. Relativamente a freguesia de São Gonçalo de Lagos, 13,2% trabalhava ou estudava noutro município em 2011, ao passo que, em 2021, eram 14%. A UF de Bensafrim e Barão de São João passou de 12,7% para 18,3%, a freguesia de Odiáxere de 15,2% para 22,6% e a freguesia da Luz de 14,6% para 18,9%.

Semelhante à dinâmica concelhia, também nas freguesias se verificou um aumento da proporção de residentes que trabalham ou estudam em casa. Aqueles que não apresentam local fixo ascendiam a 6,3% na Luz, 5,2% em Odiáxere, 6,2% em Bensafrim e Barão de São João e 4,3% em São Gonçalo de Lagos.

**Gráfico 48.** Proporção da população residente que trabalha ou estuda noutro município em Lagos por freguesia, % (INE/ Censos 2011 e 2021)

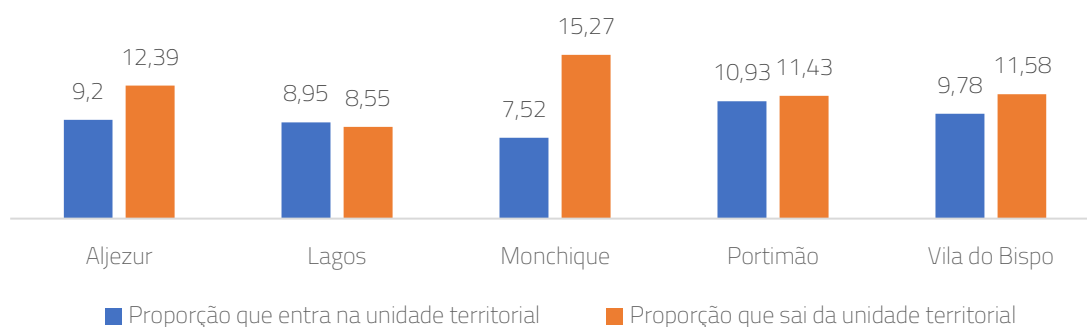


Os gráficos anteriores mostram, por um lado, que se verificou um ligeiro acréscimo de população que trabalha e estuda na freguesia de residência, algo que acontece sobretudo na freguesia de São Gonçalo de Lagos e, por outro, aumenta a proporção de residentes que exerce a sua profissão ou estuda fora do Município.

Por forma a perceber se Lagos é atrativo em termos de trabalho ou estudo, recorreu-se a uma análise dos movimentos pendulares no gráfico seguinte, ou seja, as deslocações efetuadas pela população diariamente entre a sua residência e o local de trabalho ou estudo, nos concelhos limítrofes.

Face ao exposto, é possível verificar que Monchique apresenta o maior desfasamento entre a proporção de população que sai da unidade territorial (15,27%) e a que entra (7,52%), representando uma diferença de 7,75 (p.p.), seguindo-se Aljezur ao apresentar cerca de 9,2% de população que entra e 12,39% que sai. Vila do Bispo tem cerca de 9,78% de proporção de indivíduos que efetua movimentos pendulares a entrar e 11,58% a sair. Embora em menor grau, com uma diferença de 0,5 (p.p.), Portimão tem cerca de 10,93% da população a entrar e 11,43% da população a sair. Curiosamente, dos concelhos apresentados, Lagos é o único que apresenta uma maior proporção de população a entrar (8,95%) do que a sair (8,55%).

**Gráfico 49.** Proporção da população residente que executa movimentos pendulares nos concelhos limítrofes de Lagos, % (INE/ Censos 2021)



Existem diferenças assinaláveis entre as freguesias de Lagos. Foi precisamente na freguesia mais urbana e central de Lagos, São Gonçalo de Lagos, que houve um maior aumento da população a trabalhar e estudar. Por outro lado, as restantes freguesias perderam atratividade, uma vez que diminuiu a proporção de residentes que trabalham ou estudam na mesma, acabando por se deslocar para outro município para o fazer.

A estrutura da população, nomeadamente a sua atividade (ou inatividade) e o ganho médio que auferem são indicadores importantes para compreender a capacidade e as circunstâncias

socioeconômicas do concelho de Lagos. Estes fatores são preponderantes para o próprio comportamento e desempenho das empresas, formadas por estas constelações de atores económicos.

Através da análise dos movimentos pendulares é possível perceber que Lagos apresenta uma realidade distinta dos concelhos limítrofes, uma vez que apresenta uma maior proporção da população residente a entrar na unidade territorial do que a sair, o que indica por um lado que o concelho é atrativo em termos profissionais e/ou educacionais e, por outro, que a oferta habitacional a preços competitivos para fixação das famílias pode estar comprometida.

### 2.6 Empresas individuais em maioria, mas com um saldo oscilante

Um dos principais objetivos estratégicos do concelho de Lagos tem sido a sua orientação para dinamizar a empregabilidade e o setor empresarial. Neste âmbito, destaca-se uma das iniciativas mais recentes: o programa +CO3SO EMPREGO - Sistema de incentivos ao emprego e ao empreendedorismo. Esta é uma iniciativa que surge no contexto do DLBC Urbano Lagos Cidade 2020 inserido no GAL Lagos Cidade 2020 e que tem como principal objetivo conferir apoios à criação de emprego e ao empreendedorismo, incluindo empreendedorismo social. São várias as tipologias de operação, mas que se consubstanciam em torno da criação do próprio emprego e da criação de postos de trabalho para desempregados.

Esta é uma iniciativa recente e os dados que se apresentam a seguir ainda não mostram o reflexo do seu impacto. No entanto, é um exemplo do esforço que o concelho está a fazer na fomentação do empreendedorismo. Isto é relevante porque a tabela 8 permite perceber o peso significativo que as empresas individuais têm no contexto empresarial lacobrigense. A grande conclusão que daqui se retira é que o aumento do total das empresas em Lagos deve-se, essencialmente, à emergência de um número cada vez maior de empresas individuais, em detrimento das sociedades. Em 2010, cerca de 68% das empresas lacobrigenses eram de natureza individual e 33% eram sociedades. Em 2019, essa disparidade aumenta e as empresas individuais representavam cerca de 72% da totalidade do tecido empresarial. Em 2020, regista-se uma ligeira diminuição, aproximando-se da realidade de 2010, com 69% de empresas individuais e 32% de sociedades.



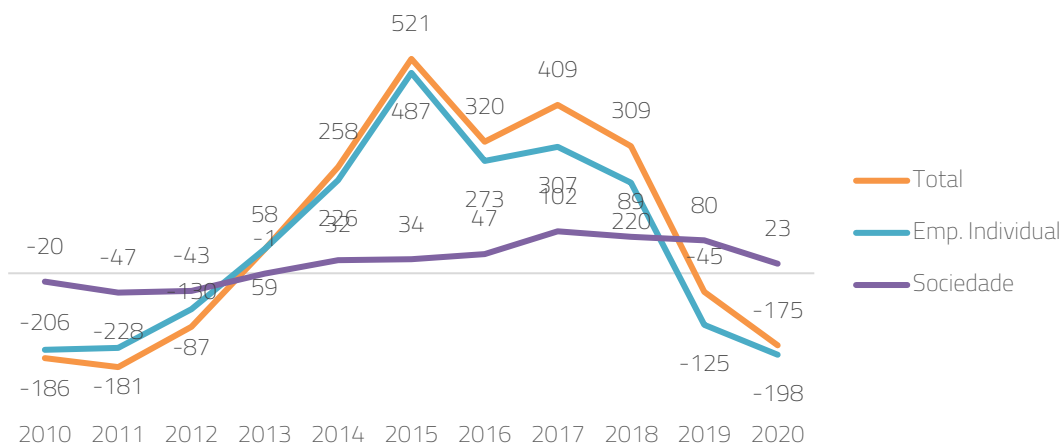
**Tabela 8.** Empresas em Lagos quanto à forma jurídica, n.º, (INE/ Sistema de contas integradas das empresas, 2010 a 2020)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Total	4458	4182	3971	3903	4192	4711	5008	5477	5831	6169	5500
Emp. Individual	2990	2762	2590	2557	2823	3323	3582	3965	4204	4444	3723
Sociedade	1468	1420	1381	1346	1369	1388	1426	1512	1627	1725	1777

O saldo natural de empresas é representado pela diferença entre as empresas que nascem e as que morrem, ou seja, entre as empresas que são criadas e as que encerram a sua atividade. O gráfico 50 mostra o saldo natural de empresas em Lagos, de acordo com a sua forma jurídica.

Uma vez que o tecido empresarial lacobrigense é maioritariamente formado por empresas individuais, qualquer oscilação nesta dimensão reflete-se numa oscilação similar no indicador total. Pese embora o facto de existir uma maioria significativa de empresas individuais, são também estas que tendem a ser menos resilientes e suscetíveis a mais flutuações no seu saldo natural. Em toda a série temporal em análise o saldo das sociedades é relativamente estável e largamente positivo, com exceção do período compreendido entre 2010 e 2013 onde o saldo de todas as empresas lacobrigenses é negativo.

Relativamente às empresas individuais, é possível perceber que após este período de saldo negativo, regista-se um aumento exponencial do seu saldo natural, fruto, simultaneamente, de um aumento das empresas criadas e da diminuição da mortalidade empresarial. Entre 2013 e 2018, as empresas individuais apresentam um saldo substancialmente superior ao das sociedades. Contudo, a partir de 2019, começa a registar-se uma queda acentuada e, em 2019, o saldo já era negativo, descendo ainda mais em 2020.

**Gráfico 50.** Saldo natural de empresas total em Lagos quanto à forma jurídica, n.º (*adaptado a partir de dados do INE, 2010-2020*)

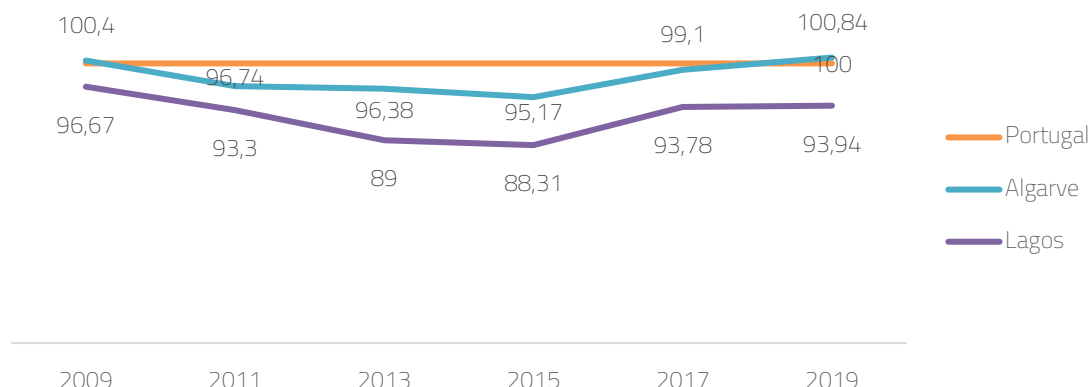
De modo geral, a realidade empresarial lacobrigense é largamente caracterizada pelo predomínio de empresas de natureza individual, registando-se aumentos significativos principalmente a partir de 2015. Apesar deste desfasamento entre a proporção de empresas individuais e sociedades, são estas últimas que tendem a manter uma maior estabilidade no seu saldo e uma tendência maioritariamente positiva. As empresas individuais mostram menos sinais de resiliência e constância, oscilando entre períodos com saldos naturais negativos acentuados e subidas exponenciais.

## 2.7 Tendência descendente dos rendimentos dos agregados

O gráfico seguinte indica o poder de compra per capita em Portugal, no Algarve e em Lagos. Este é um indicador compósito que pretende traduzir o poder de compra em termos per capita. É um número índice com o valor 100 na média do país, que compara o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos per capita, nos diferentes municípios ou regiões. Conforme a metainformação disponibilizada pelo INE, deve ser tida alguma precaução na comparação temporal deste indicador, pois valores distintos podem derivar de uma efetiva variação do poder de compra relativamente à média nacional, mas podem também resultar de outros fatores, tais como a utilização de um conjunto de variáveis de base na construção do indicador não totalmente coincidentes.

Tendo em conta estas precauções comparativas, é importante referir que a linha referente a Portugal não apresenta declives porque serve precisamente de fator de estabilidade para comparação. Os valores do Algarve e de Lagos são apresentados por referência ao valor nacional (100). Dois aspetos parecem ser de particular destaque. O primeiro é que tanto a região algarvia como o concelho de Lagos apresentam, regra geral, as mesmas oscilações no poder de compra per capita entre 2009 e 2019. O segundo é que, de facto, enquanto o Algarve apresenta valores sempre mais próximos da referência nacional, tendo até registado um poder de compra ligeiramente superior em 2009 e em 2019. Lagos situa-se sempre abaixo dos valores nacionais e regionais. Em 2009, o poder de compra per capita lacobrigense era 96,67 – enquanto o regional era 100,4. Este foi o ano, dentro da série temporal analisada, em que o poder de compra lacobrigense foi mais elevado. Desde aí tem registado sempre pequenos decréscimos: 93,3 em 2011, 89 em 2013 e 88,3 em 2015 – ano em que atinge o valor mais baixo. Posteriormente, em 2017 volta a subir para situar-se nos 93,78 e novamente em 2019 registando um valor de 93,94.

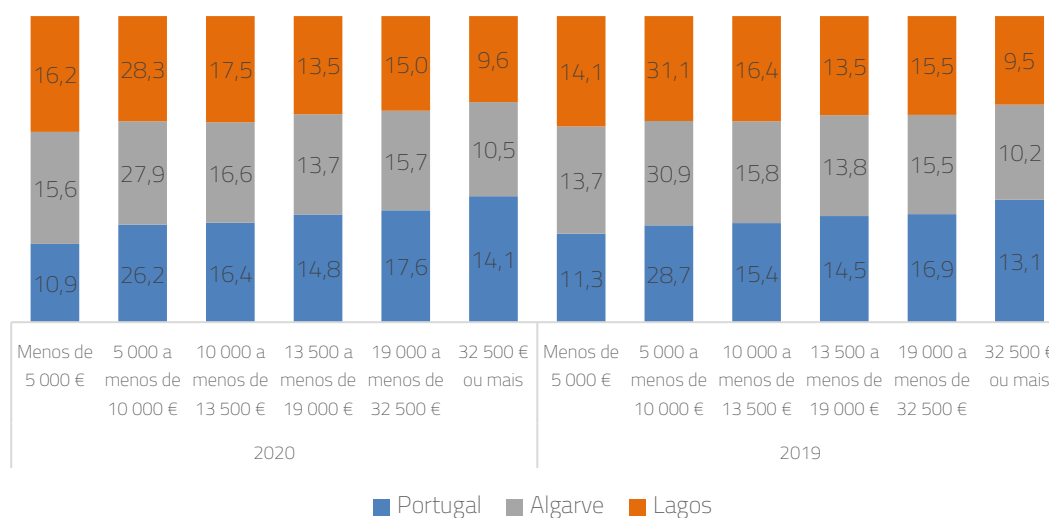
**Gráfico 51.** Poder de compra per capita em Portugal, Algarve e Lagos, n.º (INE/Estudo sobre o poder de compra concelhio, 2009-2019)



Para perceber de forma mais detalhada quais os rendimentos das famílias lacobrigenses o gráfico abaixo (gráfico 52) mostra os agregados fiscais por escalões de rendimento bruto declarado, comparando a realidade nacional, com a regional e com a do concelho de Lagos. O rendimento bruto é o montante que cada família ganhou no ano. Inclui remunerações do trabalho, pensões, lucros, juros, dividendos, indemnizações, rendas e outros tipos de ganhos abrangidos pelo imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS). O gráfico apresenta uma comparação entre 2019 e 2020, permitindo perceber que, em 2019, 28,7% dos agregados fiscais declaravam entre 5.000 € a menos de 10.000 €, no Algarve a percentagem sobre para 30,9% e em Lagos para 31,1%.

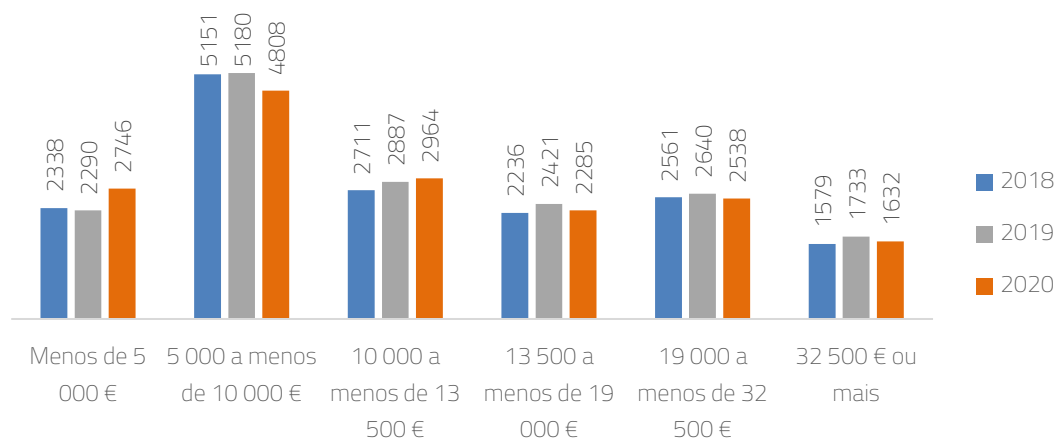
A nível comparativo sublinham-se as seguintes tendências: tanto em 2019 como em 2020, Lagos apresenta uma proporção menor (quando comparada com a nacional e regional) de agregados com rendimentos mais elevados. Em 2020, por exemplo, Lagos tinha: 13,5% de agregados a declarar entre 13.500 € e menos de 19.000 € (comparando com 13,7% no Algarve e 14,8% em Portugal); 15% com rendimentos entre 19.000 € a menos de 32.500 € (15,7% na região e 17,6% no país); e apenas 9,6% de agregados que declararam rendimentos brutos de mais de 32.500 € enquanto no Algarve eram 10,5% e em Portugal 14,1%. A tendência oposta é igualmente visível. Em 2020, 16,2% dos agregados lacobrigenses declararam rendimentos inferiores a 5.000€ ao passo que no Algarve foram 15,6% e em Portugal apenas 10,9%. No mesmo ano, cerca de 28% dos agregados fiscais em Lagos auferiram entre 5.000 a menos de 10.000 € (27,9% no Algarve e 26,2% em Portugal) e 17,5% referiram rendimentos brutos que se situam entre os 10.000€ e menos de 13.500 € (16,6% na região e 16,4% no país).

**Gráfico 52.** Agregados fiscais em Lagos por escalões de rendimento bruto declarado, % (INE/Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação produzida pelo Ministério das Finanças - Autoridade Tributária e Aduaneira, 2019 e 2020)



Isto significa que Lagos tem mais agregados com rendimentos mais baixos e menos nos escalões dos maiores rendimentos, por comparação tanto com a região como com o país. Além disso, ao analisar a evolução entre 2019 e 2020, verifica-se que esta tendência tende a continuar de forma ainda mais diferenciada, principalmente nos extremos dos escalões de rendimento. Em 2020, existiam mais cerca de 2,0 p.p. de agregados fiscais em Lagos a declarar menos de 5.000 € de rendimento bruto – valor que não foi acompanhado por um aumento no extremo oposto do escalão de rendimentos. O gráfico 53 permite precisamente corroborar esta leitura, pois apresenta o caso particular de Lagos. Entre 2018 e 2019, registaram-se aumentos no número de agregados em todos os escalões de rendimento, com exceção do mais baixo (menos de 5.000 €) que sofreu uma pequena diminuição. Os escalões com valores maiores foram o de 13.500 € a menos de 19.000€ e o de 32.500 € ou mais. Esta tendência inverte-se entre 2019 e 2020, como já havia sido mencionado. Nesse período existe uma diminuição das famílias em quase todos os escalões. A exceção são os agregados que declaram entre 10.000€ a 13.500€ e, principalmente, aqueles com rendimentos inferiores a 5.000 € – onde se regista o maior aumento.

**Gráfico 53.** Agregados fiscais em Lagos por escalões de rendimento bruto declarado, n.º (INE/Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação produzida pelo Ministério das Finanças - Autoridade Tributária e Aduaneira, 2018, 2019 e 2020)



Esta é uma situação preocupante que deve ser analisada com atenção por parte do concelho, pois pode indiciar um caminho não desejável em direção a padrões mais acentuados de pobreza. Desde logo, porque o poder de compra per capita é menor em Lagos do que no Algarve e em Portugal e, principalmente, porque o aumento de agregados fiscais com rendimentos inferiores a 5.000 € é uma tendência particular do concelho. Tanto no Algarve quanto em Portugal, esta proporção registou uma diminuição entre 2019 e 2020. Portanto, é uma característica que deverá ser acautelada para que não se torne estrutural e que não afete de forma significativa outras dimensões sociais e económicas de Lagos.

## Síntese das dinâmicas socioeconómicas

### Taxa de atividade

- Lagos acompanha o cenário nacional e regional, com diminuição da taxa de atividade geral;
- Diminuição da taxa de atividade da população feminina;
- Lagos é o território onde a participação dos jovens no mercado de trabalho menos diminuiu.

### Renovação da população em idade ativa

- Algarve é o território com maiores decréscimos do índice de renovação da população em idade ativa;
- Lagos apresenta um índice de renovação da população em idade ativa estável e com menores diminuições;
- Lagos apresentou um índice bastante acima dos valores nacionais e regionais em 2020.

### Setores

- Trajetória de aumento do pessoal ao serviço nos estabelecimentos do concelho;
- Grande proporção de empresas com menos de 10 pessoas;
- Alojamento, restauração e similares é o setor mais preponderante do tecido económico lacobrigense.

### Trabalhadores

- Aumento da representatividade do setor terciário claramente acompanhado ou suportado por um aumento proporcional no número de trabalhadores por conta de outrem afeto a este setor;
- Proporção de trabalhadores em empresas com menos de 10 colaboradores

significativamente superior à nacional e regional;

- Maioria dos trabalhadores por conta de outrem com qualificações ao nível do 3º ciclo e do ensino secundário.

### Salários

- Ganho médio mensal em Lagos é cerca de menos 230€ do que a média continental;
- Ligeira e lenta diminuição da disparidade salarial entre géneros;
- Freguesia de São Gonçalo de Lagos foi a que mais população ativa perdeu;
- Odiáxere é a única freguesia onde a população inativa aumentou por via do acréscimo de estudantes dentro do período em questão;
- Odiáxere é a freguesia que mais perde população inativa no segmento “reformados e aposentados”.

### Empresas

- Predomínio de empresas de natureza individual, registando-se aumentos significativos a partir de 2015;
- Empresas individuais mostram menos sinais de resiliência e constância, oscilando entre períodos com saldos naturais negativos acentuados e subidas exponenciais.

### Rendimentos

- Poder de compra per capita em Lagos é menor do que no Algarve e em Portugal;
- Aumento de agregados fiscais com rendimentos inferiores a 5.000€ é uma tendência particular do concelho.



03

GRUPOS SOCIAIS VULNERÁVEIS

# 03

## GRUPOS SOCIAIS VULNERÁVEIS

A sociedade é composta por diversos grupos sociais, cada um com as suas próprias características, identidades e desafios. Infelizmente, alguns desses são mais vulneráveis do que outros, e enfrentam maiores obstáculos para alcançar os seus objetivos e garantir os seus direitos. Os grupos vulneráveis incluem, por exemplo, pessoas com deficiência, idosos, crianças em situação de risco, refugiados e imigrantes, entre outros. Alguns dos desafios mais comuns que enfrentam incluem: situações de discriminação e preconceito que podem limitar o acesso às oportunidades, serviços e recursos; situações de exclusão social que potenciam a pobreza e a desigualdade; e ainda situações de abuso e violência.

Para colmatar alguns destes desafios são necessárias um conjunto alargado e multidisciplinar de respostas sociais para apoiar esse público, que incluem políticas públicas, programas sociais, serviços de saúde, educação e assistência social, entre outros. A atenção dirigida aos grupos vulneráveis, para além de ser um imperativo moral e ético é também uma necessidade económica e social. Quando essas pessoas recebem o acompanhamento adequado, tornam-se mais capacitados para participarem ativamente na sociedade civil e, assim, contribuir de forma mais eficaz para o desenvolvimento do território em que vivem.

Neste capítulo, discute-se mais detalhadamente os diferentes grupos sociais vulneráveis. Numa primeira subsecção são analisados os dados referentes às crianças e aos jovens, seguindo-se os idosos e as pessoas com incapacidades ou deficiência. Um quarto momento é dedicado à reflexão da vulnerabilidade dos desempregados e os dados do Rendimento de Inserção Social e do Subsídio de Doença. As partes seguintes focam-se nas vítimas de violência doméstica e nas famílias monoparentais. Por fim, são analisados os beneficiários de apoios de ação social da Câmara Municipal de Lagos e as características dos migrantes enquanto grupo vulnerável.

### 3.1

#### **Aumento da vulnerabilidade das crianças e jovens, com destaque para a violência doméstica e negligência**

As crianças e os jovens integram os grupos vulneráveis porque dependem de outros para o seu cuidado e proteção, bem como devido a sua falta de experiência e de competências sociais e emocionais para lidar com os desafios que podem enfrentar. Este grupo pode ser afetado negativamente por fatores socioeconómicos, como a pobreza, a discriminação, a falta de acesso à educação e saúde adequadas, entre outros. É crucial compreender e abordar os desafios



inerentes, de modo a garantir que tenham as melhores oportunidades para crescer e se desenvolver de maneira saudável e segura.

A tabela 9 apresenta informações sobre a caracterização demográfica de Portugal, Algarve e Lagos, com um foco especial nos indicadores que permitem analisar a população de crianças e jovens. De modo geral, a população residente em Lagos é de 33.494 pessoas, representando cerca de 0,3% da população total de Portugal. A percentagem de pessoas de 0 a 19 anos no concelho é de 17,7%, um pouco abaixo da média regional de 18,4%, mas próxima da média nacional (17,9%). Relativamente aos nados-vivos e às taxas de mortalidade infantil e de natalidade, é possível perceber que o município apresenta uma taxa quinquenal de mortalidade infantil muito baixa, de apenas 0,8 por mil nados-vivos, em comparação com a média nacional e regional de 2,9 e 3,0, respetivamente. A taxa bruta de natalidade é de 7,7 por mil habitantes, menor que a média nacional e regional (8,2 e 9,9, respetivamente). Em suma, Lagos tem uma proporção menor de crianças e jovens do que a região e país, pese embora se destaque o baixo valor da taxa quinquenal de mortalidade infantil como ponto positivo.

**Tabela 9.** Síntese de caracterização demográfica de Portugal, Algarve e Lagos, % e n.º (INE/Censos 2021)

	Lagos	Algarve	Portugal
População residente (n.º) INE/Censos 2021	33 494	467 343	10 343 066
Pessoas de 0-19 anos (%) INE/Censos 2021	17,7%	18,4%	17,9%
Nados-vivos (n.º) INE, 2021	258	4 119	79 582
Taxa quinquenal de mortalidade infantil (‰) INE, 2016 - 2020	0,8	3,0	2,9
Taxa Bruta de Natalidade (‰) INE, 2020	7,7	9,9	8,2

A tabela 10 apresenta informações sobre os processos geridos pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) em Lagos, entre 2019 e 2021, em que se nota uma redução nos casos ao longo dos anos, passando de 273 no início do período de análise para 234. As ocorrências podem ser classificadas como “transitadas” (processos que transitaram do ano anterior) ou “instauradas” (processos novos ou reabertos). Em 2019, 106 casos transitaram, 129 iniciaram e 38 foram reabertos. Em 2020, houve um aumento significativo de processos transitados (132), enquanto os novos e os reabertos diminuíram (85 e 30, respetivamente). Em 2021, por outro lado, houve uma redução no número total, consequência da queda nas ocorrências transitadas, uma vez que as demais modalidades sofreram com um acréscimo. É importante considerar que a redução registada no ano de 2020 pode estar associada ao contexto de crise pandémica, nomeadamente às restrições de circulação impostas, que dificultaram a realização de denúncias, pelo menos, até as entidades criarem canais alternativos de atendimento ao público. Por fim, essas informações

### 03 Grupos sociais vulneráveis

podem ser úteis para a tomada de decisões da CPCJ de Lagos e para o planeamento de políticas públicas orientadas para a proteção das crianças e jovens.

**Tabela 10.** Entrada de processos na CPCJ em Lagos, n.º (Relatórios anuais CPCJ/Lagos 2019, 2020 e 2021)

		2019	2020	2021
Transitados		106	132	87
Instaurados	Novos processos	129	85	112
	Reabertos	38	30	35
		273	247	234

A tabela abaixo apresenta as entidades sinalizadoras de processos na CPCJ de Lagos nos anos de 2019, 2020 e 2021. No período em análise, as organizações em destaque foram as autoridades policiais, os estabelecimentos de ensino e Ministério Público/Tribunal de Família e Menores. Especialmente em 2021, as autoridades policiais reduziram para 50 sinalizações, menor valor registado na série temporal, enquanto as escolas e o Ministério Público aumentaram para 31 e 22, respetivamente. Além disso, é importante mencionar a subida de notificações realizadas pelos próprios pais entre 2020 e 2021, que passaram de 3 para 13, bem como a partir de familiares e da autarquia.

A participação mais acentuada de determinadas instituições na sinalização de casos sublinha a importância das mesmas no trabalho de prevenção e proteção de crianças e jovens em risco ou perigo. No entanto, o surgimento de outras organizações com este papel pode ser útil para estender a atenção a esta matéria para outros segmentos da sociedade.

**Tabela 11.** Processos na CPCJ, quanto às entidades sinalizadoras (Relatórios anuais CPCJ/Lagos)

	2019	2020	2021
Ministério Público / Trib Família e Menores	17	15	22
NACJR	2	-	-
Estabelecimentos de Ensino	36	24	31
Serv da Segurança Social	3	1	1
Autoridades Policiais	73	60	50
Serviços de Saúde	3	-	1
IPSS	2	-	-
Próprio	2	-	-
Familiares	2	-	5
Pais	10	3	13
CPCJ	4	2	1
Vizinhos e Particulares	4	-	-
Sem informação	1	9	16
Outras CPCJ	8	-	-
EMAT	-	1	-
Autarquia	-	-	6
DGRS	-	-	1

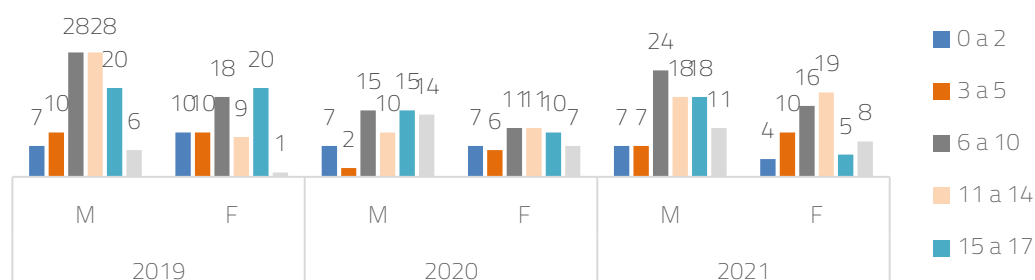
A tabela 12 apresenta os dados referentes às problemáticas relatadas nos processos da CPCJ de Lagos nos anos de 2019, 2020 e 2021. A situação mais reportada nos três anos foi a violência doméstica, seguida de negligência e abandono/absentismo escolar. Em 2011, houve um aumento significativo no número de casos de negligência, maus-tratos físicos/psicológicos e exposição a comportamentos que afetam o bem-estar da criança/jovem relativamente aos anos anteriores. É importante destacar que, apesar de não terem sido reportados muitos casos, aliciamento/abuso sexual e prostituição são problemáticas graves que merecem atenção e medidas de prevenção e proteção por parte da CPCJ e das autoridades competentes.

**Tabela 12.** Processos na CPCJ, quanto às problemáticas (Relatórios CPCJ/Lagos)

	2019	2020	2021
Abandono/ Absentismo Escolar	31	18	27
Negligência	34	7	36
Violência Doméstica	49	47	38
Maus-tratos Físicos/Psicológicos	5	4	12
Exposição a comportamentos que afetam o bem-estar da criança/jovem	18	5	4
Criança/jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar	28	14	15
Aliciamento/ Abuso Sexual	2	3	1
Prostituição	-	-	1
Outros	-	17	13

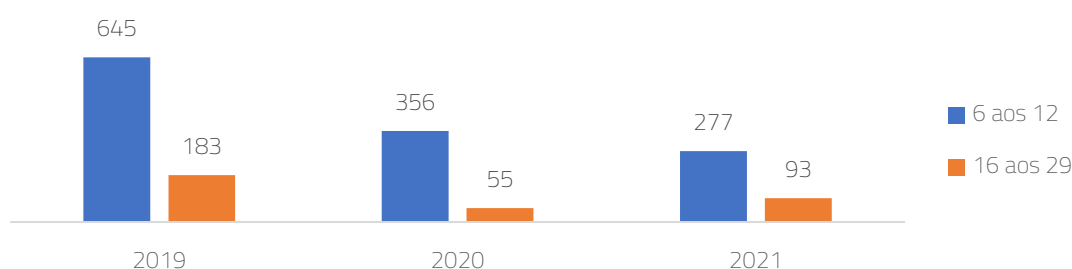
O gráfico 54 expõe o número de processos na CPCJ, desagregados por idade e sexo, permitindo fazer uma comparação entre os anos 2019 e 2020. Em 2019, a maioria dos casos era de crianças e jovens do sexo masculino com idades compreendidas entre os 6 a 17 anos (76). No caso do sexo feminino, as principais sinalizações abrangiam crianças e jovens entre os 6 a 10 anos (18) e entre os 15 a 17 anos (20). De modo geral, regista-se uma diminuição significativa na totalidade de situações de um ano para o outro, mas mantém-se a incidência nas faixas etárias identificadas, assim como no género associado. Em 2021, volta a registar-se um aumento generalizado, novamente mais acentuado no sexo masculino com 123 crianças e no sexo feminino com 62.

**Gráfico 54.** Processos na CPCJ, quanto à idade e sexo das crianças/jovens, n.º (Relatórios CPCJ/Lagos)



Uma das formas de minimizar a vulnerabilidade das crianças e jovens é desenvolver atividades que permitam o seu envolvimento com a comunidade. Das inúmeras iniciativas como as que são promovidas por associações e clubes desportivos, escolas, instituições particulares de solidariedade social, entre outros, destacamos como exemplo o programa OTL - Viver o Verão. Este é organizado pela Câmara Municipal de Lagos, com a colaboração das Juntas de Freguesia, tem como principal objetivo apoiar as famílias disponibilizando ações nas férias de verão. Provavelmente devido à pandemia, o número de participantes diminuiu entre 2019 e 2021, passando de 828 para 370. De modo geral, o projeto tem tido sempre mais crianças dos 6 aos 12 anos, do que jovens dos 16 aos 29 anos. No entanto, importa sublinhar que enquanto existe uma tendência constante de decréscimo na primeira faixa etária no período em análise, observa-se um aumento no outro ciclo, na ordem dos 38 indivíduos.

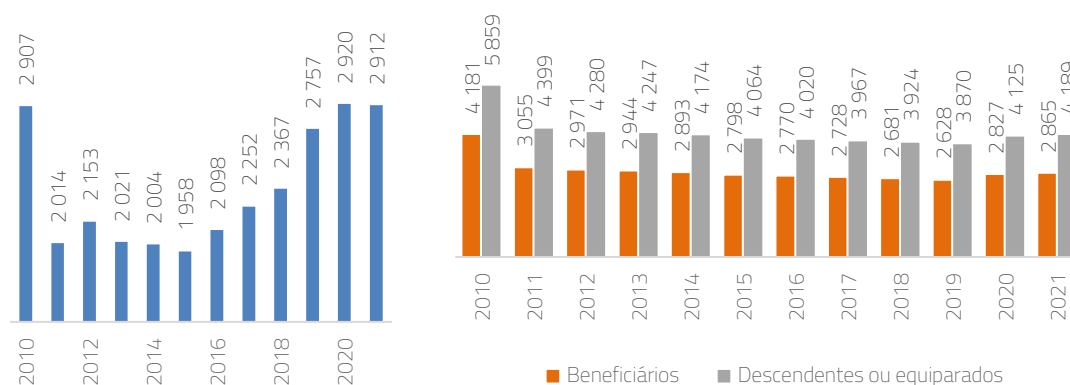
**Gráfico 55.** Crianças e jovens do Projeto Viver o verão, n.º (Câmara Municipal de Lagos, 2019, 2020 e 2021)



Outra forma de diminuir possíveis situações de vulnerabilidade é através de um conjunto de políticas públicas que procuram melhorar os rendimentos das famílias, como o caso do abono de família (gráfico 56).

O abono de família é um apoio financeiro do Estado português às famílias com crianças e jovens em idade escolar. Esse benefício é pago mensalmente às famílias elegíveis, com base na situação financeira e no número de filhos a cargo, e o seu valor varia segundo a idade dos beneficiários e os rendimentos do agregado familiar. Segundo o gráfico anterior, é possível perceber que o valor deste apoio sofreu uma retração muito significativa em 2011 – fruto da crise de 2008 e de um vasto conjunto de medidas de austeridade – mantendo-se relativamente baixo até 2017, registando o valor mais baixo em 2015 (1 958 milhares €). A partir de 2017, começou a aumentar progressivamente, com maior incidência a partir de 2019. Apenas em 2020, se atingem os valores contabilizados em 2010 (2 920 milhares € e 2 907 milhares €, respetivamente). Em 2021, o indicador atinge o valor mais elevado.

**Gráfico 56.** Abono de família para crianças e jovens da Segurança Social em Lagos, valor em milhares de € (MTSSS/IIES, 2010-2021)



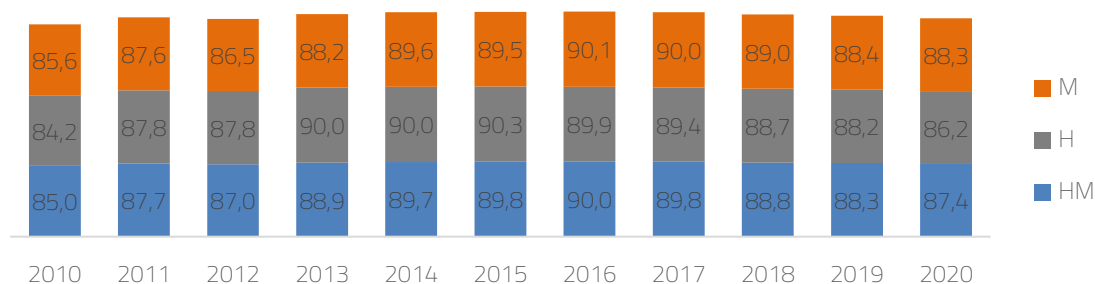
As políticas públicas desempenham um papel crucial no desafio de enfrentar as problemáticas associadas às crianças e aos jovens, bem como amenizar as vulnerabilidades inerentes. De modo geral, é importante destacar a necessidade de garantir a proteção e bem-estar destes, fornecendo o acesso aos serviços de saúde, educação e assistência... resguardando os seus direitos e combatendo a exclusão social e a pobreza infantil.

### 3.2 Impacto da pandemia no isolamento social das pessoas idosas

Os idosos são considerados um grupo social vulnerável sobretudo por suas características e condições de vida. De entre as várias dimensões que contribuem para esta vulnerabilidade, como o declínio da saúde, o isolamento social, a discriminação etária e as potenciais situações de abuso; a dependência financeira é talvez a mais estrutural, uma vez que está diretamente relacionada com o aumento da pobreza.

O gráfico 57 apresenta a taxa de risco de pobreza de pessoas com mais de 65 anos, desagregado por sexo, em percentagem, no período de 2010 a 2020. Esta taxa mede a situação da pessoa idosa antes de qualquer transferência social, ou seja, não são considerados os efeitos das prestações sociais, tais como pensões, subsídios e apoios sociais. Observa-se que as transferências sociais desempenham um papel fundamental no combate ao risco de pobreza da população idosa, principalmente pelo facto de a maioria se encontrar aposentado ou reformado. De modo geral, este indicador tem-se mantido estável durante o período temporal analisado, situando-se entre os 85% e os 90%, com percentagem mais elevada em 2016 (90,1%). Além disso, a diferença entre sexos também não revela discrepâncias acentuadas, sendo ligeiramente superior nas mulheres.

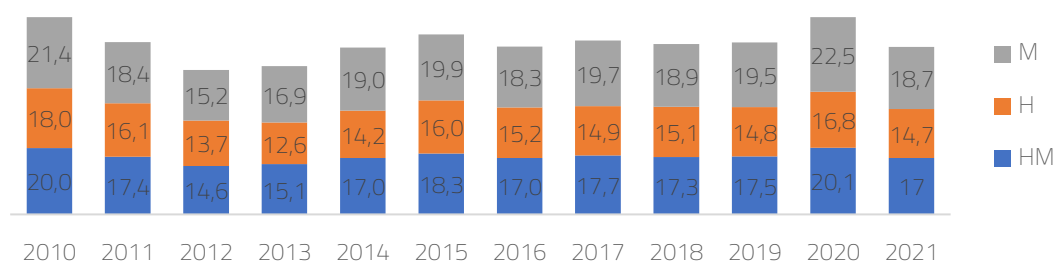
**Gráfico 57.** Taxa de risco de pobreza (antes de qualquer transferência social) de pessoas com mais de 65 anos quanto ao sexo, % (INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, 2010-2020)



O gráfico 58 apresenta a mesma taxa de risco de pobreza de pessoas com mais de 65 anos, mas, neste caso, considerando os efeitos das prestações sociais na redução da pobreza. Percebe-se que os apoios diminuem drasticamente a vulnerabilidade desta população, uma vez que a taxa reduz aproximadamente 60%. Nota-se, no entanto, uma maior oscilação nos valores, em consequência das condições socioeconómicas estruturais do país que variam em determinados momentos – registando, em 2021, uma diminuição face ao ano anterior, passando de 20,1% para 17%. No ano de 2010 e 2020, o indicador teve a percentagem mais elevada, situando-se nos 20%, em oposição ao ano de 2012 e 2013, em que contabilizou os menores taxas, 14,6% e 15,1%, respetivamente.

Quanto aos sexos, observa-se uma maior diferença entre homens e mulheres, diferente do identificado anteriormente. Isto significa que as pessoas idosas com 65 ou mais anos do sexo feminino tendem a ser mais vulneráveis do que os indivíduos idosos do sexo masculino na mesma faixa etária, devendo-se provavelmente às trajetórias profissionais em idade ativa e às diferenças de rendimentos de trabalho.

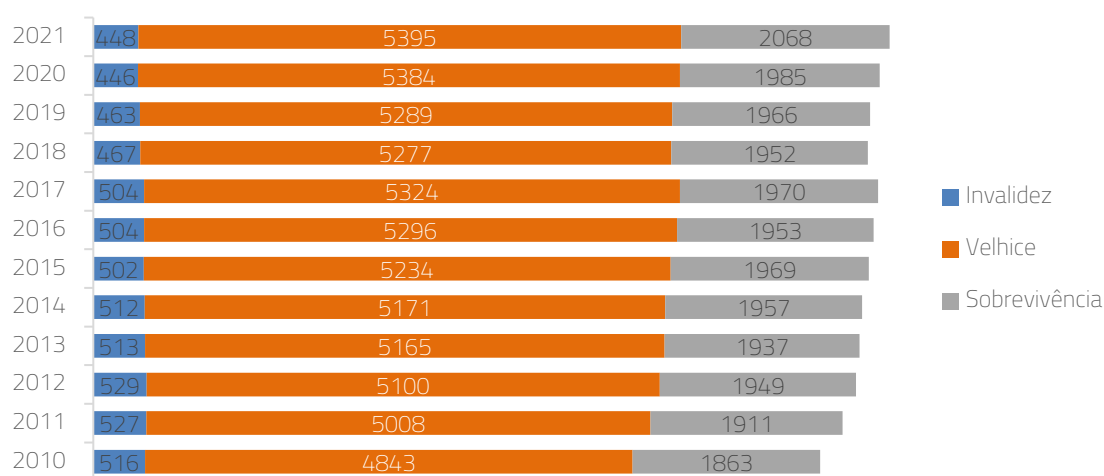
**Gráfico 58.** Taxa de risco de pobreza (após as transferências sociais) de pessoas com mais de 65 anos quanto ao sexo, % (INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, 2010-2021)



O gráfico 59 apresenta o número de pensionistas em Lagos, desagregado por tipo de pensão - invalidez, velhice e sobrevivência – no período de 2010 a 2021. A análise revela algumas tendências interessantes. Desde logo, observa-se um aumento no número de beneficiários em

todas as categorias ao longo dos anos. Em 2010, o total de pensionistas era de cerca de 7 000, número que cresceu para em torno de 8 000 em 2021, certamente reflexo do envelhecimento populacional. Esta conclusão é corroborada pelo crescimento do número de apoios associados à pensão de velhice, categoria mais representativa dos beneficiários lacobrigenses, que regista um aumento de cerca de 1 000 pessoas entre 2010 e 2021. Em contraste, a pensão por invalidez e sobrevivência registam uma proporção menor face ao total. Nota-se, no entanto, uma tendência de aumento nas pensões por sobrevivência, em oposição às prestações por invalidez que reduzem ao longo da série temporal analisada.

**Gráfico 59.** Pensionistas por invalidez, velhice e sobrevivência em Lagos, n.º (Anuários Estatísticos da região do Algarve/ MTSSS/IIES, 2010-2021)



Em síntese, os montantes anuais das pensões aumentaram em todas as categorias em análise, sendo mais elevados nos apoios à velhice. Importa perceber ainda de que forma se alteraram os valores nas diferentes tipologias.

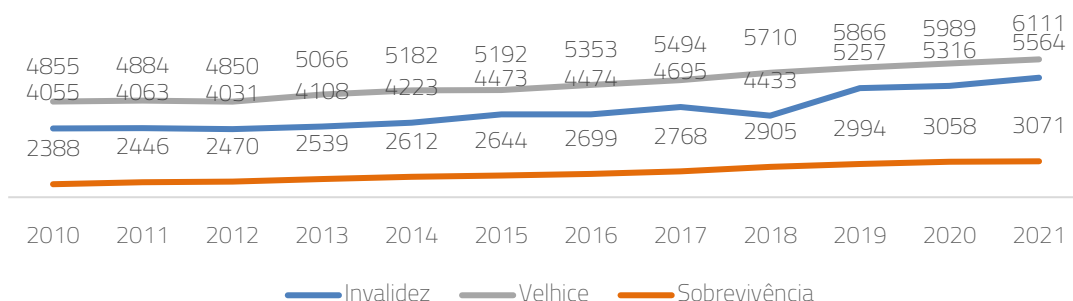
A pensão por velhice situava-se nos 4.855 € em 2010 e ascende aos 6.111 € em 2021, equivalente a um aumento de cerca de 1.250 €. Este acréscimo pode ser atribuído a vários fatores, como a inflação, o aumento do salário mínimo nacional e da pensão mínima de velhice. As pensões por invalidez apresentam um valor médio anual mais baixo, registando 4.055 € e 5.564 €, respetivamente no início e fim da série temporal. Essa diferença entre apoios pode ser explicada pelo facto de que a prestação por invalidez é geralmente concedida a pessoas mais jovens e com carreiras contributivas mais curtas.

Por fim, as pensões por sobrevivência apresentam valores médios significativamente inferiores e com menores sinais de crescimento, em que se regista 2.388 € em 2010 e 3.071 € em 2021. Estes dados salientam a importância de garantir apoios à sobrevivência adequados às necessidades dos agregados familiares que, muitas vezes, se vêm desprovidos da pessoa que os mantém. Nestes

### 03 Grupos sociais vulneráveis

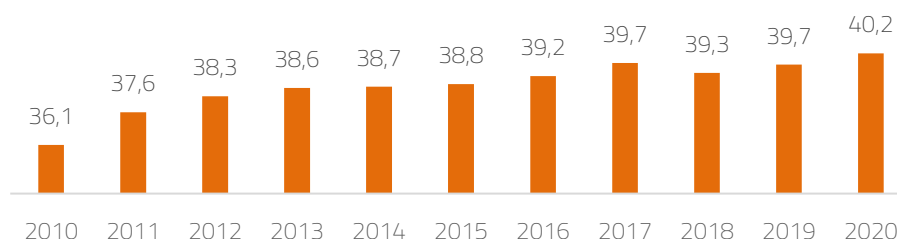
casos, este apoio deve promover a subsistência dos dependentes, ao nível da educação e das outras despesas essenciais, como habitação e saúde.

**Gráfico 60.** Valor Médio anual das pensões da Segurança Social em Lagos, € (Anuários Estatísticos da região do Algarve/ MTSSS/IIES, 2010-2021)



O Gráfico 61 revela a proporção de beneficiários de pensões da Segurança Social em Lagos relativamente ao total da população em idade ativa, permitindo observar um aumento constante ao longo do período analisado, passando de cerca de 36% em 2010 para aproximadamente 40% em 2020. À medida que as pessoas vivem mais tempo, num contexto de baixas taxas de natalidade que, por sua vez, repercutem-se numa incapacidade de renovação da população em idade ativa, é natural que esta proporção sofra um incremento. Assim, é importante ressaltar que as implicações financeiras para a Segurança Social podem ser significativas, uma vez que o total de pessoas em idade ativa (disponíveis para realizar as contribuições) tem vindo a diminuir, e devido ao envelhecimento populacional, o número de pensionistas tem aumentado.

**Gráfico 61.** Proporção de Beneficiários de pensões da Segurança Social no total da população em idade ativa em Lagos, % (Anuários Estatísticos da região do Algarve/ MTSSS/IIES, 2010-2020)



O Gráfico 62 regista a proporção de agregados domésticos privados unipessoais de pessoas com mais de 65 anos, com base nos dados dos Censos de 2011 e 2021. Observa-se que este indicador aumentou em todos os contextos analisado. Em 2011, a percentagem em Portugal era de cerca de 10%, subindo para 12,46% em 2021. O mesmo aconteceu no Algarve, que teve um acréscimo ainda mais acentuado de cerca de 3 (p.p.), passando de 10,19% em 2011 para 13,03% em 2021.

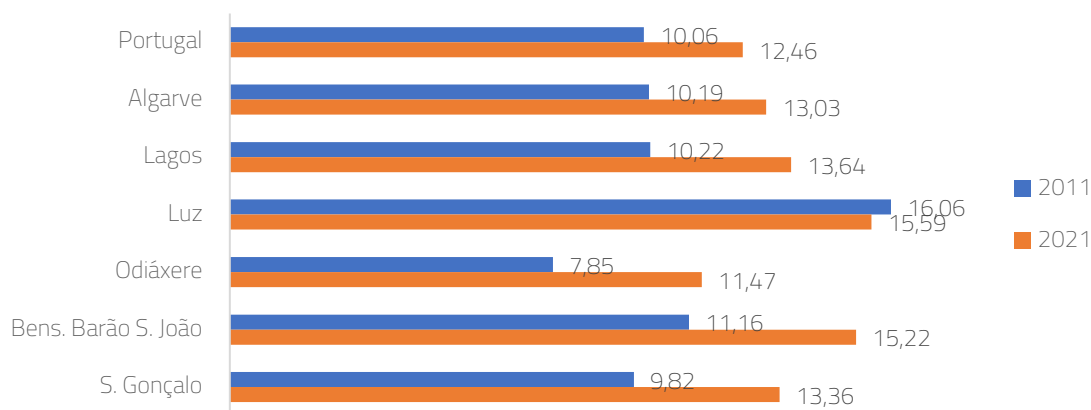


### 03 Grupos sociais vulneráveis

Lagos, que apresentava um valor muito próximo da região em 2011 (10,22%), contabilizou uma subida superior em 2021, com a marca dos 13,64%.

A análise dos dados desagregados por freguesia permite perceber um aumento generalizado, porém, com ligeiras distinções entre elas. Em 2021, a freguesia da Luz (15,59%) registou o maior valor (15,59%), embora seja esta a única que teve uma redução face a 2011. A UF de Bensafrim e Barão de São João teve um acréscimo de cerca de 4,0 (p.p.) entre Censos, enquanto a freguesia de São Gonçalo de Lagos aproximadamente 3,0 (p.p.). A freguesia de Odiáxere apresentou uma subida semelhante à de São Gonçalo de Lagos, mas é o território com menor proporção – 7,85% em 2011 e 11,47% em 2021.

**Gráfico 62.** Proporção de agregados domésticos privados unipessoais de pessoas com mais de 65 anos, em Portugal Algarve, Lagos e freguesias, % (INE/Censos 2011 e 2021)



A tabela 13 apresenta os dados referentes aos alojamentos familiares clássicos de residência habitual em Lagos, onde os moradores são apenas pessoas com 65 anos ou mais anos. É possível observar que na maioria das habitações residem indivíduos idosos isolados (entre 48% e 55%, no universo de freguesias) ou com dois residentes (entre 44% e 51%). Apenas 1% dos imóveis têm três ou mais idosos. Esses dados indicam uma realidade na qual idosos/as vivem sozinhos/as ou em casal, indicador que tende a aumentar a vulnerabilidade deste grupo, especialmente em situações de isolamento social e fragilidade física e mental.

**Tabela 13.** Alojamentos familiares clássicos de residência habitual, cujos residentes são apenas pessoas com 65 ou mais anos em Lagos por freguesia, % (INE/Censos 2021)

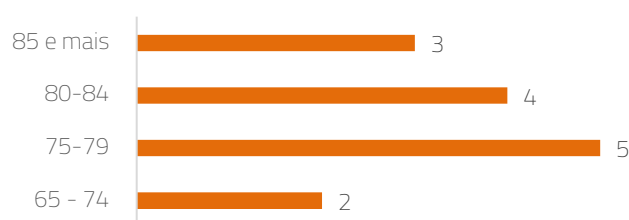
	Concelho	Luz	Odiáxere	Bens. Barão S. João	S. Gonçalo
Com 1 residente	52%	49%	48%	55%	53%
Com 2 residentes	47%	50%	51%	44%	46%
Com 3 ou mais residentes	1%	1%	1%	1%	1%

### 03 Grupos sociais vulneráveis

Um dos motivos que justificam a classificação da população idosa como grupo social vulnerável é precisamente as situações de isolamento. Entre 2019 e 2021, a Guarda Nacional Republicana (GNR) acompanhou 14 pessoas acima dos 65 anos nessa condição em Lagos, sendo 4 do sexo masculino e 10 do feminino. Estes dados permitem concluir que as mulheres estão em contexto de maior vulnerabilidade novamente (considerando que predominam também quanto ao risco de pobreza mencionado). Esta é uma situação que deve ser acautelada pelos órgãos de governança local, tendo em conta que o isolamento social contribui diretamente para o aumento de problemas de saúde físico e mental, bem como para os casos de violência, abuso e negligência.

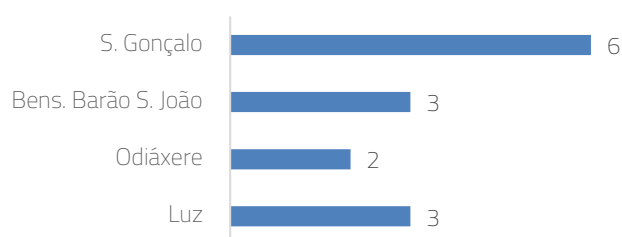
O gráfico seguinte mostra esta mesma população por perfil etário. Observa-se que a faixa etária com maior número pessoas idosas é a de 75 aos 79 anos, representando 35% do total, seguindo-se dos indivíduos entre 80 e 84 anos, com 4 casos identificados.

**Gráfico 63.** Idosos em situação de isolamento de 2019 a 2021, quanto à idade, n.º (GNR, Programa Idoso em Segurança da SPCPC – Secção de Prevenção Criminal e Policiamento)



Relativamente às situações de isolamento identificadas pela GNR por freguesia, é possível perceber no gráfico 64 que a freguesia de São Gonçalo de Lagos concentra a maioria das pessoas idosas, perfazendo 42% do total. As restantes freguesias estão mais ou menos equiparadas, tendo 2 ou 3 indivíduos nessas condições.

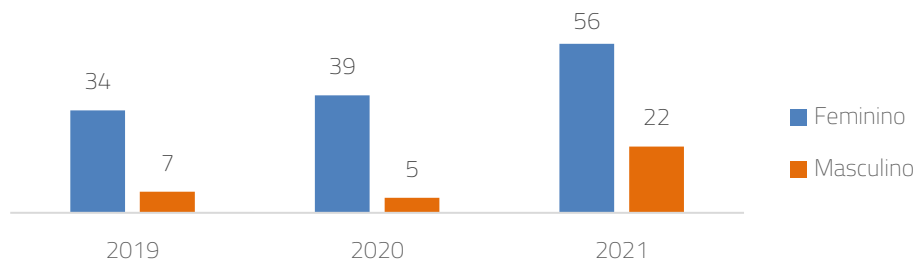
**Gráfico 64.** Idosos em situação de isolamento de 2019 a 2021, quanto à freguesia de residência, n.º (GNR, Programa Idoso em Segurança da SPCPC – Secção de Prevenção Criminal e Policiamento)



Por outro lado, a Polícia de Segurança Pública (PSP) também tem acompanhado este público, no âmbito do Programa Idoso em Segurança da SPCPC/ Secção de Prevenção Criminal e Policiamento. Segundo o gráfico 65, existiam em Lagos 41 pessoas idosas em situação de isolamento em 2019, sendo 7 homens e 34 mulheres. Em 2020, o número de idosos diminuiu para 5, enquanto o de

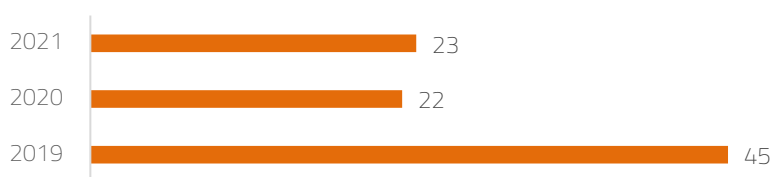
idosas aumentou para 39. Em 2021, os valores aumentaram exponencialmente em ambos os géneros, perfazendo um total de 78, como consequência das medidas de confinamento impostas durante a Pandemia da COVID-19. Ressalta-se que neste indicador também é evidente a predominância das mulheres.

**Gráfico 65.** Idosos em situação de isolamento de 2019 a 2021, quanto ao sexo, n.º (PSP, Programa Idoso em Segurança da SPCPC – Secção de Prevenção Criminal e Policiamento)



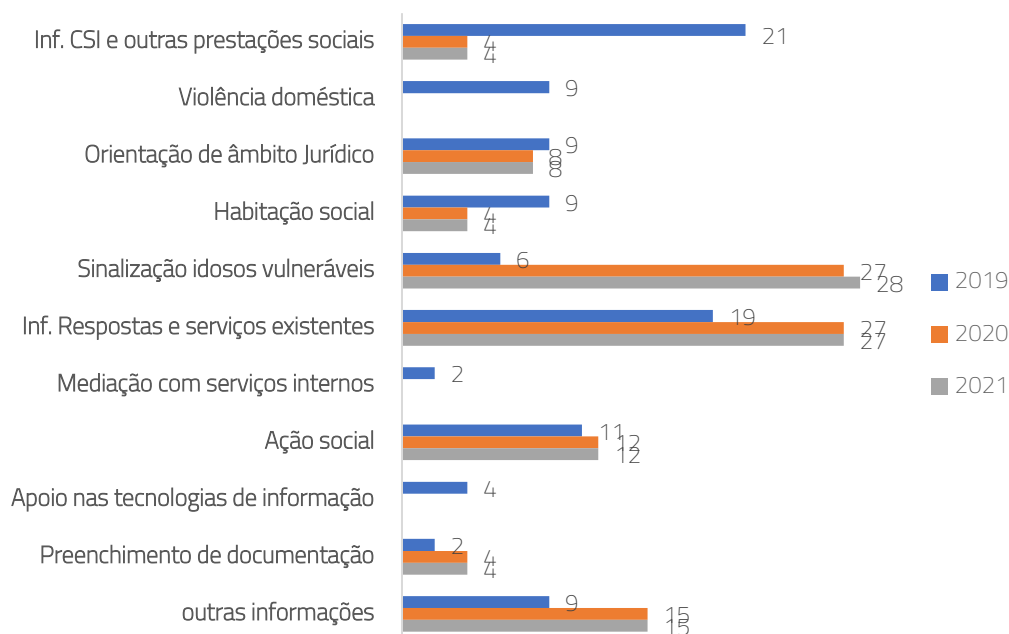
Ao nível dos atendimentos efetivados pelo Gabinete de Apoio à Pessoa Idosa (GAPI) identificou-se uma redução nas atividades entre 2019 e 2021, ainda que as pessoas em situação de isolamento tenham aumentado. Em 2019, foram realizadas 45 consultas, enquanto, em 2020 e 2021, este número diminuiu para cerca de metade – 22 e 23, respetivamente. Este facto pode ser explicado em parte pelas medidas de confinamento no âmbito da Pandemia da COVID-19, que restringiu os serviços presenciais, condicionando os meios de atendimento ao público. O GAPI é de extrema importância no apoio e assistência às pessoas idosas em situação de vulnerabilidade ou fragilidade social.

**Gráfico 66.** Atendimentos efetivados no GAPI, n.º (Gabinete de Apoio à Pessoa Idosa, 2019, 2020 e 2021)



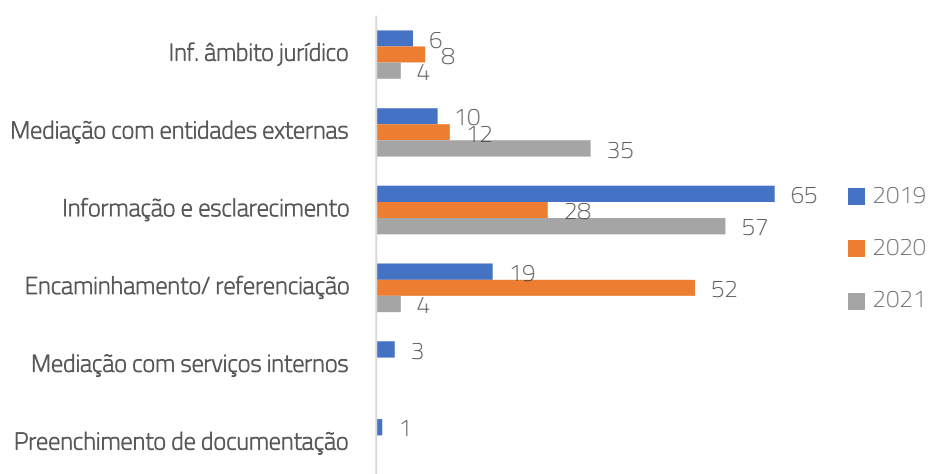
Relativamente ao tipo de solicitações apresentadas nos atendimentos efetivados no GAPI, observa-se algumas tendências principais no gráfico seguinte. Em primeiro lugar, a maioria das tipologias de pedidos aumentaram no período em análise. A grande exceção são as relacionadas com a prestação de informações sobre as CSI e outras prestações sociais, que passaram de 21 em 2019 para apenas 4 em 2020 e 2021. Por outro lado, a subida de alguns casos em específico estão associados com agravamentos causado pela Pandemia da COVID-19, por exemplo, a sinalização de idosos vulneráveis, que passou de 6 em 2019 para 27 em 2020 e 28 em 2021.

**Gráfico 67.** Atendimentos efetivados no GAPI, quanto ao tipo de solicitação % (Gabinete de Apoio à Pessoa Idosa, 2019, 2020 e 2021)



Na sequência destes atendimentos são normalmente efetuadas diligências no sentido de solucionar os problemas identificados, como se verifica no gráfico 68. Neste caso, destaca-se o aumento de situações que envolvem a mediação com entidades externas, que passou de 10 em 2019, 12 em 2020 e 35 em 2021. As solicitações de informação e esclarecimento, que são as mais frequentes, sofreram uma retração em 2020, mas voltaram a subir em 2021. Mediante o aumento de casos de maior vulnerabilidade e que carecem de respostas mais articuladas, foi registado um aumento significativo de diligências associadas ao encaminhamento e referenciação, de 19 em 2019 para 52 em 2020.

**Gráfico 68.** Diligências realizadas no seguimento dos atendimentos efetivados no Gabinete de Apoio à Pessoa Idosa, % (GAPI)



A população idosa é um grupo vulnerável sobre o qual as políticas públicas desempenham um papel crucial. O isolamento social pode ter graves consequências para a saúde e bem-estar, aumentando o risco de depressão, ansiedade, doenças crónicas e mortalidade precoce. O concelho de Lagos pode intervir nesta problemática de várias formas: desde a promoção da inclusão social, através da criação de atividades comunitárias até ao fortalecimento dos serviços de apoio, como transporte, assistência domiciliar, cuidados de saúde e alimentação, incentivando a independência e melhorando a qualidade de vida. Importa, no entanto, sublinhar que a vulnerabilidade deste grupo é um problema estrutural da sociedade portuguesa, agravado pela Pandemia da COVID-19, que carece de respostas mais articuladas.

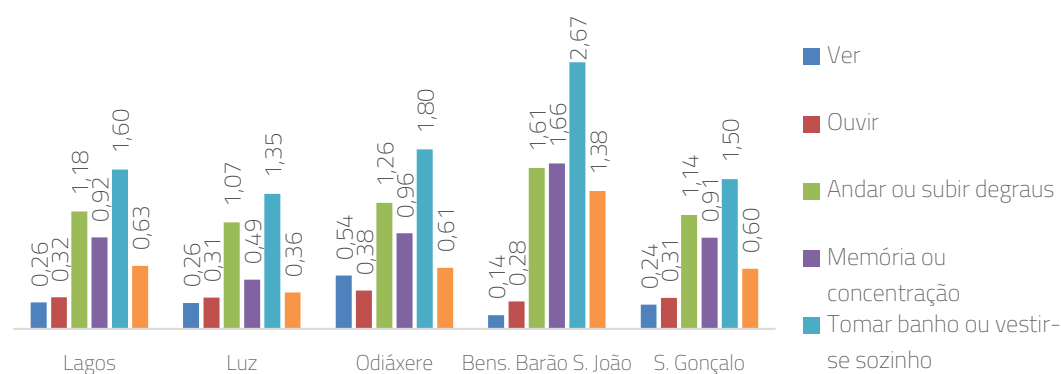
## 3.3

### Predominância de pessoas com dificuldades motoras e de cognição

As pessoas com incapacidade ou deficiência enfrentam barreiras que limitam a sua participação plena na sociedade e que podem colocá-las em situações de desvantagem relativamente aos seus direitos e oportunidades. Esses entraves podem ser físicos, sociais, políticos, económicos ou culturais, e afetam a educação, o emprego, o acesso à saúde, a mobilidade, o transporte e a participação na vida comunitária.

O Gráfico 69 apresenta a incidência de pessoas com dificuldades na população total com mais de 15 anos em Lagos. A UF de Bensafrim e Barão de São João apresenta a maior incidência de indivíduos nessas condições, com 7,74% com alguma dificuldade, valor acima da média do concelho (4,91%). De seguida, situa-se a freguesia de Odiáxere com 5,55%, de São Gonçalo de Lagos com 4,16% e a da Luz com 3,84%. Embora existam incidências distintas nas diferentes freguesias, de modo geral, as dificuldades mais comuns são tomar banho ou vestir-se sozinho, memória ou concentração e andar ou subir degraus.

**Gráfico 69.** Incidência das pessoas com dificuldades na população total com mais de 15 anos de Lagos por freguesias, % (INE/Censos 2021)



A tabela 14 apresenta informações sobre a população residente em Lagos com 15 ou mais anos, com muita dificuldade ou que não consegue executar uma determinada ação, bem como a sua condição perante o trabalho. Para efeitos da análise, optou-se por apresentar apenas os dados dos grupos que acumulam mais do que uma vulnerabilidade, isto é, da população ativa, aqueles que se encontram no desemprego e que não conseguem executar uma determinada ação ou apresentam muitas dificuldades. Da população inativa, os indivíduos que se encontram reformados, aposentados ou na reserva, uma vez que, por norma, são pessoas de escalões etários mais elevados e que auferem menores rendimentos, bem como pessoas permanentemente incapacitadas para o trabalho.

Das 884 pessoas que reportaram ter muita dificuldade em ver, 543 encontravam-se reformadas, aposentadas ou na reserva, perfazendo 61,4% desse total. Relativamente à audição, no mesmo grau de dificuldade, e mesma condição perante o trabalho, eram 475 em 588, ou seja, 80,8%. Relativamente a andar ou subir degraus, cerca de 74,5% (963 em 1.292) das pessoas estavam nessa condição, nas dificuldades de memória ou concentração 66,9% (415 em 620), tomar banho ou vestir-se sozinho/a 76% (263 em 346) e, por fim, compreender ou fazer-se compreender 64,4% (197 em 306).

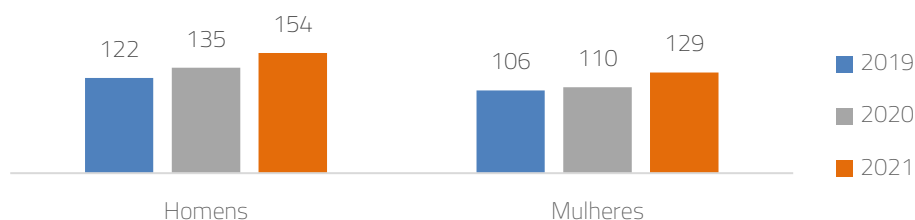
No que concerne à incapacidade de executar a ação, verifica-se também uma elevada concentração na população reformada, uma vez que 57,1% (44 em 77) não conseguia ver, 43,5% (40 em 92) ouvir, 76,5% (263 em 344) andar ou subir degraus, 77,2% (207 em 268) memorizar ou concentrar-se, 79,2% (369 em 466) tomar banho ou vestir-se sozinho, 77,2% (142 em 184) compreender ou fazer-se compreender. Sendo a proporção de pessoas reformadas a reportar incapacidade ou muita dificuldade em executar determinada ação, significativamente elevada, na maioria dos casos superior a 70%, por exclusão de partes, conclui-se que a incidência nos restantes grupos é bem menor, acometendo maioritariamente pessoas que já se encontram em idades mais avançadas. Estar na reforma não é por si só um fator de vulnerabilidade, no entanto, quando se acumula com situações de incapacidade e baixos rendimentos pode conduzir a situações preocupantes que devem ser monitorizadas e tidas em consideração.

**Tabela 14.** População residente, com 15 e mais anos de idade, em Lagos, que tem muita dificuldade ou não consegue executar a ação e condição perante o trabalho (INE/Censos 2021)

	Total		Desemprego		Reforma aposentadoria ou reserva		Incapacidade permanente para o trabalho	
	Tem Muita Dificuldade	não consegue	Tem Muita Dificuldade	não consegue	Tem Muita Dificuldade	não consegue	Tem Muita Dificuldade	não consegue
Ver	884	77	27	3	543	44	54	4
Ouvir	588	92	3	4	475	40	17	5
Andar ou subir degraus	1292	344	21	1	963	263	88	45
Memória ou concentração	620	268	7	2	415	207	57	22
Tomar banho ou vestir-se sozinho/a	346	466	1	3	263	369	43	55
Compreender outros ou fazer-se compreender	306	184	2	1	197	142	44	22

A prestação social para a inclusão é um apoio atribuído a pessoas com deficiência grave ou muito grave, com um grau de incapacidade igual ou superior a 60%. Tendo em atenção o gráfico 70, pode-se afirmar que o número de beneficiários em Lagos aumentou entre 2019 e 2021, em ambos os sexos, mas os homens estão sempre em predominância.

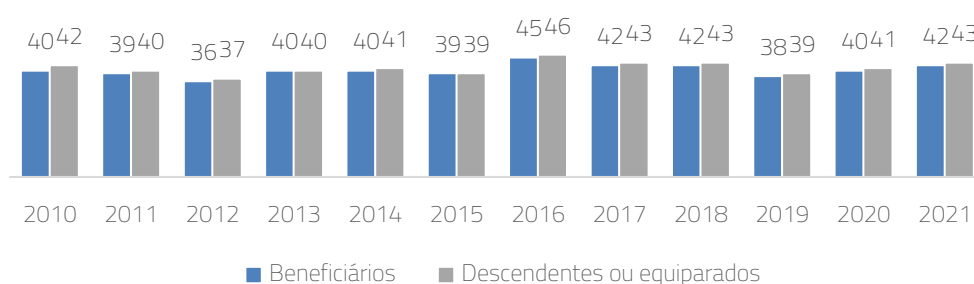
**Gráfico 70.** Beneficiários/as de prestação social para a inclusão em Lagos, quanto ao sexo, € (Anuários Estatísticos da região do Algarve/ MTSSS/IIES, 2019-2021)



O subsídio de assistência de 3.ª pessoa é uma prestação social que se destina a compensar as famílias com descendentes, a receber abono de família com bonificação por deficiência, que estejam em situação de dependência e que necessitam do acompanhamento permanente de terceira pessoa, para a realização das atividades básicas da vida diária, como comer, vestir-se ou tomar banho. De modo geral, é possível perceber que o número de pessoas que recebem este subsídio tem-se mantido relativamente estável dentro da série temporal em análise, rondando os 40 beneficiários (ou descendentes, ou equiparados), segundo o gráfico seguinte. Em 2012, foi registado o menor valor, no total de 73 beneficiários/descendentes ou equiparados, enquanto no ano de 2016 foi contabilizado o maior, com 91 apoiados.

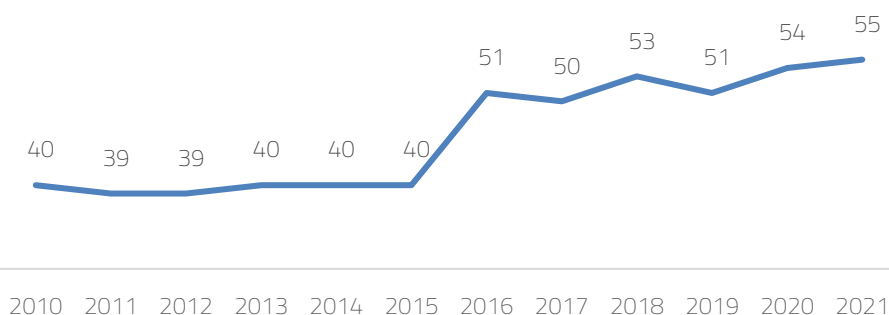
Além do referido subsídio, existe ainda o complemento por dependência, uma prestação atribuída a pensionistas e não pensionistas dos regimes de Segurança Social que se encontrem em situação de dependência e que necessitem da ajuda de outra pessoa para satisfazer as necessidades básicas da vida quotidiana.

**Gráfico 71.** Beneficiários/as do Subsídio de assistência de 3ª pessoa, n.º (Anuários Estatísticos da região do Algarve/ MTSSS/IIES, 2010-2021).



Considerando o gráfico 72, o valor gasto neste subsídio apresenta uma trajetória ascendente muito positiva. Entre 2010 e 2015, o custo rondou sempre os 40 milhares de euros. Em 2015, registou-se um aumento significativo de mais de 10 milhares de euros, que se manteve relativamente estável em torno dos 50 milhares de euros entre 2016 e 2021. Isto é sinal de um maior investimento nesta problemática, no sentido de minimizar a vulnerabilidade das pessoas com deficiência e incapacidade e melhorar as suas condições de vida.

**Gráfico 72.** Beneficiários/as do Subsídio de assistência de 3ª pessoa, valor/milhares de euros (Anuários Estatísticos da região do Algarve/Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade/IIES, 2010-2021)



De modo geral, verifica-se um esforço em desenvolver mecanismos que permitam melhorar o bem-estar das pessoas portadoras de deficiência ou incapacidade, contribuindo para equidade social. O que importa aqui destacar é que, apesar de existir diferenças entre os territórios, bem como uma maior incidência no sexo masculino, as dificuldades mais recorrentes neste contexto são as relacionadas com o tomar banho e vestir-se sozinho, com a memória e a mobilidade. Além disso, existe um aumento significativo do investimento associado a este subsídio.



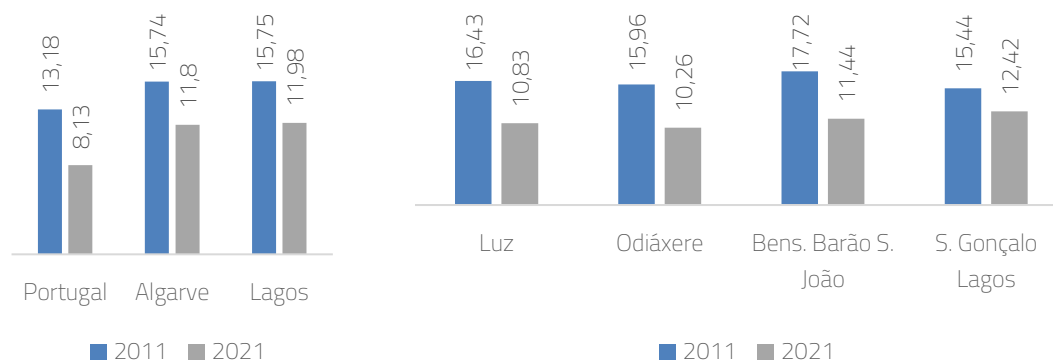
### 3.4 Impactos da sazonalidade, afetando sobretudo pessoas com baixas qualificações e mulheres

Os desempregados são considerados um grupo social vulnerável, especialmente os de longa duração. A falta de emprego pode conduzir a um conjunto de consequências negativas para os indivíduos e para a sociedade em geral. Essa vulnerabilidade é um tema relevante, sobretudo devido às sucessivas crises económicas e ao contexto de crescente instabilidade no mercado de trabalho. Em termos financeiros, pode comprometer a satisfação das necessidades básicas, sendo a raiz das situações de pobreza e exclusão social.

Com base no Gráfico 73, é possível observar que a taxa nos contextos em análise tem decrescido ao longo dos últimos anos. Em 2011, Portugal apresentava 13,18% de desempregados, o Algarve com 15,74% e Lagos com 15,75%. Em 2021, o valor nacional regride para 8,13%, enquanto na região e no concelho, situou-se próximo aos 12%. As percentagens superiores ao registado no país evidenciam alguma fragilidade local nesta matéria.

Os dados desagregados por freguesia também mostram uma tendência de decrescimento de 2011 para 2021, mas corroboram esta vulnerabilidade do concelho. Em 2011, apenas a freguesia de São Gonçalo de Lagos apresentava uma taxa de desemprego inferior à média do município (15,44%), sendo que a taxa mais elevada pertencia à UF de Bensafrim e Barão de São João (17,72%). Em 2021, este cenário inverte-se completamente, a freguesia de São Gonçalo de Lagos passa a ter o maior valor (12,42%) e a de Odiáxere o menor (10,26%). Estes dados, embora apresentem sinais de melhoria transversal, indicam a existência de desafios específicos relativamente ao mercado de trabalho e à economia local no concelho de Lagos e, em particular, nalgumas freguesias. É importante que políticas públicas e programas de incentivo ao emprego levem em consideração esse contexto.

**Gráfico 73.** Taxa de desemprego em Portugal, Algarve e Lagos, % (INE/Censos 2011 e 2021)

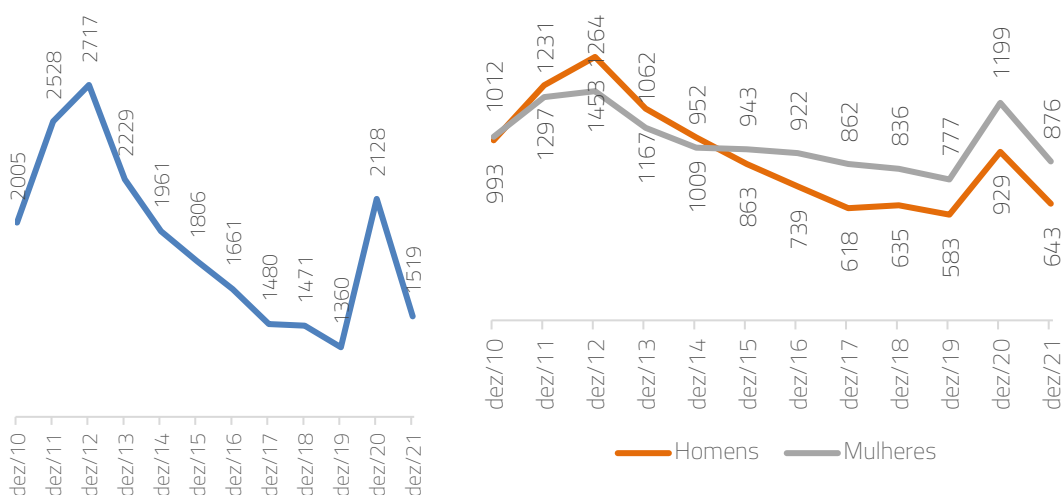


Analisando em mais detalhe a realidade lacobrigense, nota-se um aumento significativo no número de desempregados registados no IEFP entre 2010 e 2012, alcançando a marca de 2.717

pessoas. A partir dessa altura vive-se um período de relativo otimismo, com a descida constante e acentuada da população sem emprego até 2019. Em 2020, devido aos efeitos contextuais da Pandemia da COVID-19, os valores voltam a subir exponencialmente, em que se registou 2.128 indivíduos sem emprego.

A desagregação por género revela que são as mulheres que se encontram mais suscetíveis às situações de desemprego. Pese embora as trajetórias de crescimento e descida sejam as mesmas em ambos os sexos, o número de homens nessa condição foi superior entre 2011 e 2014. Isto deve-se provavelmente ao facto de o desemprego neste período estar muito associado à crise de 2008 que, embora se tenha feito sentir em todos os setores económicos, acabou por ter consequências gravosas no setor da construção civil – uma atividade maioritariamente associada ao sexo masculino. A partir de 2015, número de desempregadas tem sido sempre superior, e durante a pandemia essa vulnerabilidade ficou ainda mais evidente.

**Gráfico 74.** Desempregados inscritos no IEFP em Lagos, total e quanto ao género, n.º (IEFP, 2010-2021)

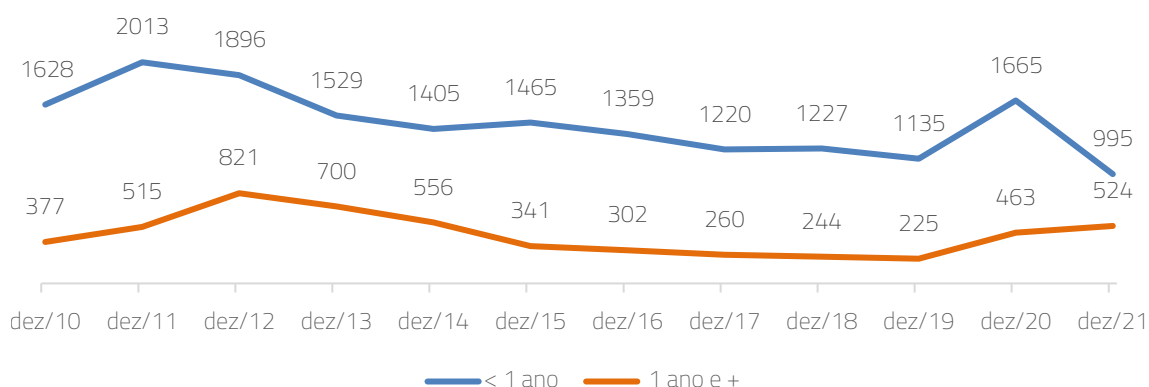


Um fator importante a ter em consideração em matéria de desemprego prende-se com a duração do mesmo. Desta forma, procedeu-se à análise do número de desempregados quanto ao tempo de inscrição no IEFP, segundo o gráfico 75. Apesar das oscilações, torna-se evidente que aqueles que se encontram inscritos por período inferior a um ano são em número mais elevado dos que se encontram nessa situação há mais de um ano. De modo geral, ambos apresentam uma trajetória semelhante, com uma tendência descendente a partir de dez/2012 até dez/2020, altura em que os efeitos da pandemia repercutiram-se em valores mais elevados de desemprego, apesar de todas as medidas tomadas para manter postos de trabalho. No entanto, no caso dos desempregados inscritos há menos de um ano, rapidamente o indicador inicia uma trajetória

descendente ao atingir o menor valor de toda a série temporal em dez/2021 (995), representando cerca de 61% do valor reportado em dez/2010 (1.628).

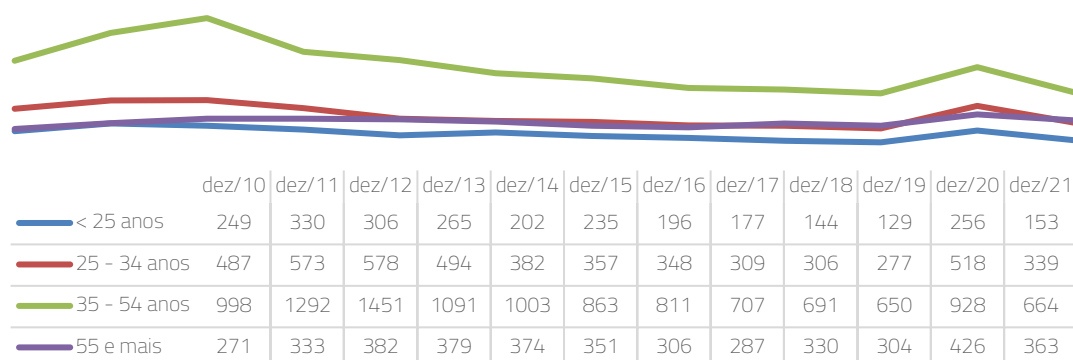
No que concerne ao desemprego de longa duração, ou seja, há mais de 12 meses, denota-se que o aumento não aconteceu apenas em dez/2020, mas que também se agravou em dez/2021, totalizando 524, valor que apenas foi ultrapassado entre dez/12 e dez/2014, representando um aumento de 133% relativamente a dez/2019. Estes dados evidenciam que o desemprego de longa duração apresenta uma evolução ascendente, situação preocupante, pois pode conduzir a perda do direito de auferir subsídio de desemprego sem que as pessoas tenham retornado ao mercado de trabalho. Apesar da existência de outras formas de apoio, não é um contexto favorável, em especial quando afeta indivíduos em escalões etários mais elevados.

**Gráfico 75.** Desempregados inscritos no IEFP em Lagos, quanto ao tempo de inscrição, n.º (IEFP, 2010-2021)



Com base no Gráfico 76, é possível observar que o número de pessoas desempregadas inscritas no IEFP em Lagos varia significativamente segundo a idade. A faixa etária onde recaem a maioria das pessoas desempregadas situa-se entre os 35 e os 54 anos, em toda a série temporal em análise. Em 2010, estavam inscritos neste grupo etário cerca de 1.000 indivíduos – sendo quase mais do dobro do que entre 25 e os 34 anos e, em 2012, atingiu-se o valor mais elevado, 1.451. Em 2020, regista-se um novo pico com 928 inscritos, que diminui para 664 em 2021. Embora o desemprego jovem seja uma problemática que assola o país, o gráfico mostra que o número de inscritos com idade até 25 anos era semelhante ao dos cidadãos com mais de 55 anos em 2010. Após esse período, os dados relativos a este grupo reduziram, contabilizando 153 pessoas em 2021.

**Gráfico 76.** Pessoas desempregadas inscritas no IEFP em Lagos, por idade, n.º (IEFP, 2010-2021)

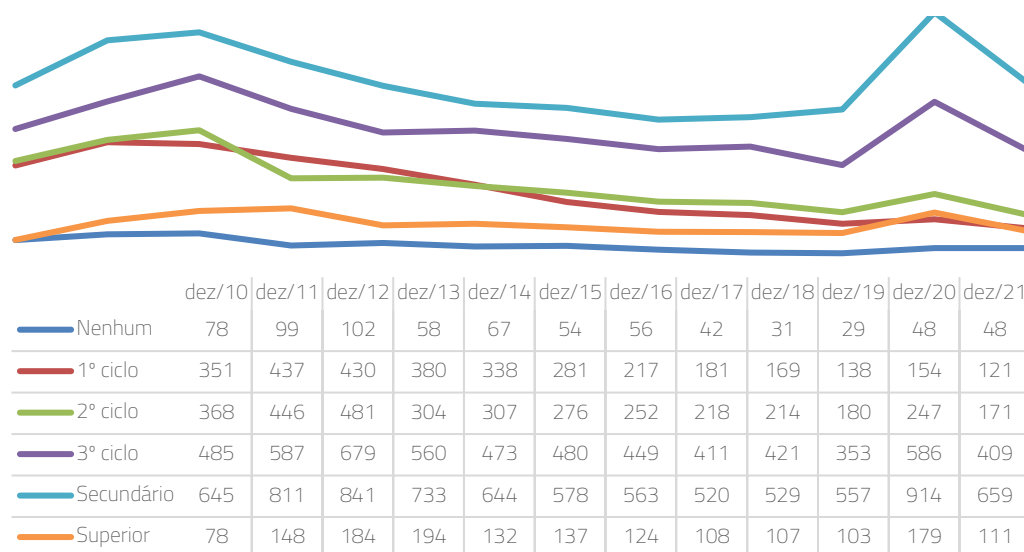


Com base no Gráfico 77, observa-se que o número de pessoas desempregadas inscritas no IEFP em Lagos varia significativamente segundo o nível de escolaridade. É possível destacar alguns momentos, essencialmente:

- Um crescimento no número de pessoas desempregadas entre 2010 e 2012/2013, desencadeado provavelmente pela crise económica de 2008, cujo efeito fez-se sentir até meados de 2013;
- Uma redução nos valores praticamente em todos os ciclos de estudo a partir de 2012/2013, sendo que, em alguns casos, iniciou de forma mais acentuada, por exemplo, no ensino superior, secundário, 2.º e 3.º ciclo, demonstrando um mercado de trabalho em recuperação;
- Uma nova subida no número de inscritos em 2020, seguida de uma descida em 2021. Neste período é evidente o impacto da Pandemia da COVID-19. As pessoas com o ensino superior, secundário e o 3.º ciclo foram as que mais sentiram os efeitos da crise. O ensino secundário registou valores acima dos contabilizados no ápice da crise de 2008 – 841 pessoas desempregadas em 2012 e 914 em 2020. O 3.º ciclo apresentou números próximos entre os períodos em análise, com 679 inscritos em 2012 e 586 em 2020. O ensino superior também atingiu valores semelhantes à recessão de 2008, mesmo que com números mais reduzidos face às escolaridades citadas, registando 194 em 2013 e 179 em 2020.

Por fim, apesar de o número de inscritos sem escolaridade ser baixo (em comparação aos demais), a percentagem de acréscimo entre 2019 e 2021 (65%) foi muito similar ao registado no ensino superior, secundário e 3.º Ciclo, respetivamente – 73%, 64% e 66%.

**Gráfico 77.** Pessoas desempregadas inscritas no IEFP em Lagos, por escolaridade, n.º (IEFP, 2010-2021)

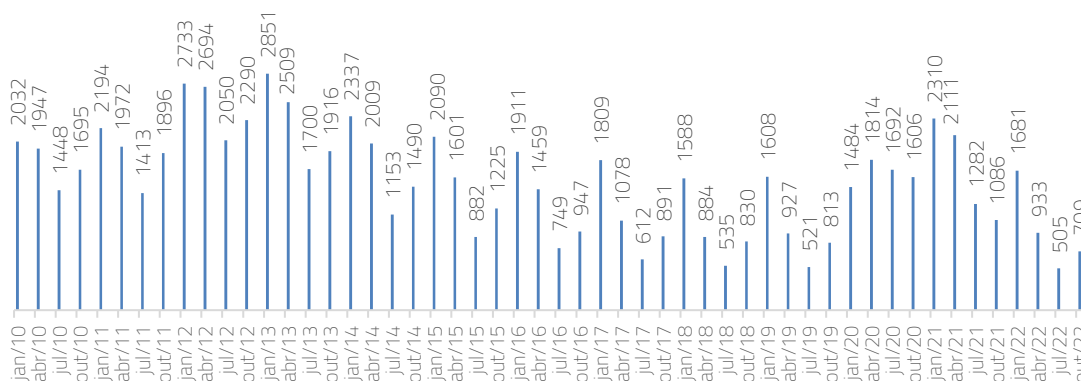


Estes dados indicam que a falta de qualificação e formação adequadas pode ser um fator que contribui para o desemprego em Lagos, não esquecendo os efeitos da sazonalidade, sobretudo em pessoas com graus de escolaridade mais baixos. A implementação de políticas públicas e programas de formação profissional podem ajudar a capacitar os trabalhadores na aquisição das competências necessárias para o mercado de trabalho atual.

Uma das características socioeconómicas da região algarvia e também do concelho de Lagos é a forte dependência de setores de atividade associados ao turismo, contribuindo para os impactos da sazonalidade. O gráfico 78 permite perceber os efeitos da sazonalidade no desemprego lacobrigense, evidenciando o aumento significativo de inscritos no IEFP entre janeiro e abril. No período de 2010 a 2021, é possível observar que o mês de janeiro é aquele que apresenta o maior valor, com um pico de cerca de 2.800 pessoas em 2013, em oposição ao mês de julho que regista os menores números.

Essas variações sazonais estão precisamente relacionadas com a dependência do turismo, sobretudo durante o verão, conduzindo a uma elevada oferta de empregos temporários no setor. Por outro lado, no inverno, há uma diminuição da procura turística, e conseqüentemente a extinção de vagas de emprego e redução das equipas. É importante promover a criação de empregos mais estáveis e duradouros em Lagos, reduzindo a dependência das atividades económicas sazonais.

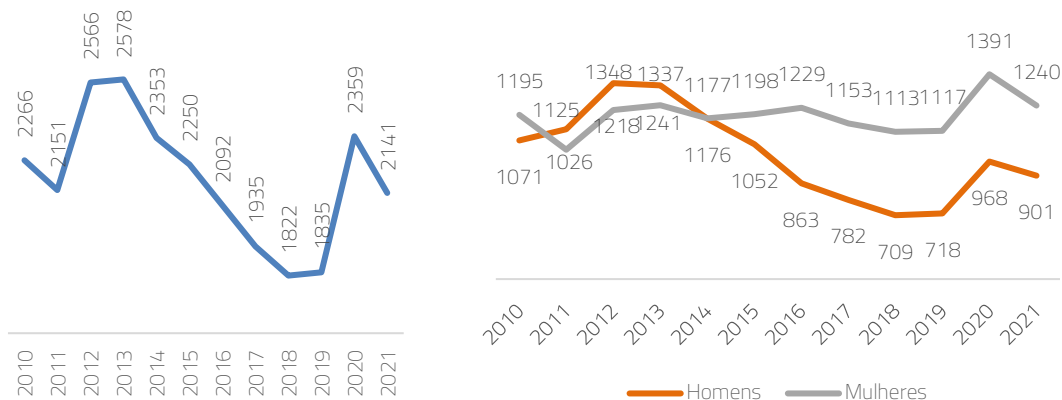
**Gráfico 78.** Pessoas desempregadas inscritas no IEFP em Lagos, por efeito sazonalidade, n.º (IEFP, 2010-2021)



O gráfico 79 apresenta o número de beneficiários de subsídio de desemprego em Lagos, revelando uma flutuação ao longo da série temporal, com um pico de 2.578 pessoas em 2013, seguido de uma queda gradual até atingir cerca de 1.800 em 2018. Novamente é evidente o impacto da crise pandémica no mercado de trabalho, com um aumento exponencial em 2020, em que se registou 2.359 apoiados. Em 2021, começa a desenhar-se uma nova trajetória descendente, mas ainda longe dos valores registados em 2018 e 2019.

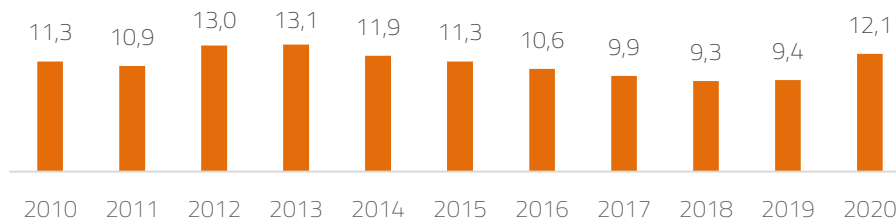
Além disso, nota-se uma grande disparidade entre géneros. No período em análise, as mulheres foram mais afetadas pelo desemprego estrutural e não contextual, principalmente a partir de 2015 onde a diferença entre sexos regista o maior fosso. Enquanto o número de beneficiários desce significativamente entre 2013 e 2019, passando de 1.337 para 718, as beneficiárias apresentam algumas oscilações, mas situa-se sempre em torno das 1.000 beneficiárias. Estes dados sublinham a importância de iniciativas e programas de incentivo ao emprego que tenham em consideração as desigualdades entre homens e mulheres, e que procurem promover a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho.

**Gráfico 79.** Beneficiários/as de subsídio de desemprego em Lagos, total e quanto ao gênero, n.º (Anuários Estatísticos da região do Algarve/ MTSSS/IIES, 2010-2021)



Observa-se no gráfico seguinte que a proporção de beneficiários de subsídio de desemprego relativamente à população em idade ativa em Lagos tem oscilado ao longo dos anos, com o valor máximo de cerca de 13% em 2012 e 2013, seguido de uma queda gradual até atingir em torno de 9% em 2018 e 2019. Estes dados indicam que o desemprego afeta uma parcela considerável dos cidadãos lacobrigenses em idade ativa.

**Gráfico 80.** Proporção de Beneficiários de subsídio de desemprego no total da população em idade ativa em Lagos, % (Anuários Estatísticos da região do Algarve/ MTSSS/IIES, 2010-2021)



Com base nos dados analisados, pode-se concluir que o desemprego é um fator crítico de vulnerabilidade social em Lagos. A taxa de desemprego está acima da média nacional, afetando especialmente grupos mais vulneráveis, como jovens, pessoas com baixas qualificações e mulheres. Essa condição é exacerbada pelos efeitos da sazonalidade no mercado de trabalho regional e local. Embora se trate de um problema estrutural, é importante concentrar esforços na criação de oportunidades de emprego e na implementação de políticas e programas de incentivo. Programas de assistência social, como o Rendimento Social de Inserção e outros benefícios sociais, podem ajudar a reduzir a vulnerabilidade dos desempregados e melhorar as suas condições de vida.

### 3.5 Tendência de crescimento de jovens beneficiários de RSI

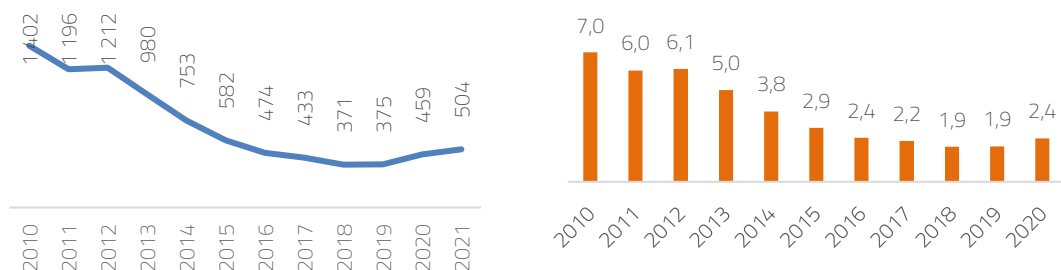
O Rendimento Social de Inserção (RSI) é um programa social que fornece um apoio mensal para cidadãos em situação de pobreza ou exclusão social, e o valor varia segundo a dimensão e as circunstâncias financeiras da família. O RSI desempenha um papel importante na redução da vulnerabilidade em Portugal.

O gráfico seguinte mostra o número de beneficiários do RSI em Lagos face a população em idade ativa, durante o período de 2010 a 2020. Nota-se que o indicador tem diminuído gradualmente ao longo dos anos, passando de 1.402 para 459 apoiados, representando 7% e 2,4% da população em idade ativa, respetivamente. Entre 2019 e 2020, no entanto, ocorreu um ligeiro aumento, mas

### 03 Grupos sociais vulneráveis

pouco significativo e muito longe dos valores registados no início da série temporal. Este acréscimo pode estar associado à crise pandémica, em que muitos sofreram com a perda dos rendimentos, tendo de recorrer aos apoios do Estado para a sua subsistência.

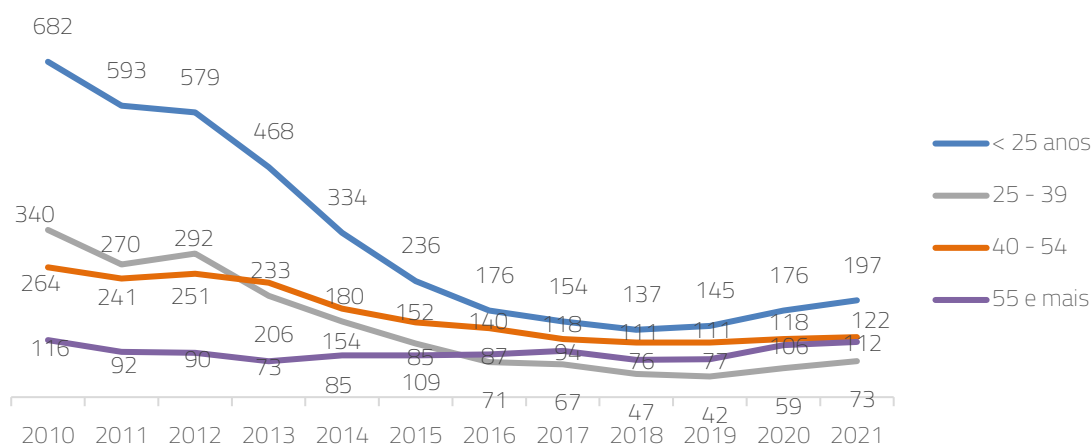
**Gráfico 81.** Beneficiários/as de RSI em Lagos, por número total e proporção no total da população em idade ativa (MTSSS/IIES, 2010-2020)



O gráfico 82 apresenta os beneficiários do RSI desagregados por faixa etária. Desde logo, volta a sublinhar-se a ideia de uma dinâmica generalizada decrescente, mais visível em algumas idades. O número de jovens com menos de 25 anos diminuiu de 682 apoiados em 2010 para 197 em 2021, mas voltou a subir a partir de 2019. O grupo entre os 25 e os 39 anos foi o segundo colocado com maior número de beneficiários até 2012, altura em que começou a diminuir, alcançando o total de 73, menor valor da série temporal em 2021. Esses dados revelam uma maior vulnerabilidade dos jovens que, apesar da descida acentuada, tem demonstrado tendência de crescimento suave nos últimos anos.

Outra forma de proteção social que pode ser considerada um mecanismo de redução das vulnerabilidades é o Subsídio de Doença. Este é um benefício pago pela Segurança Social a trabalhadores que estejam temporariamente incapacitados devido a uma doença ou lesão. O valor é calculado com base na remuneração e no tempo de incapacidade.

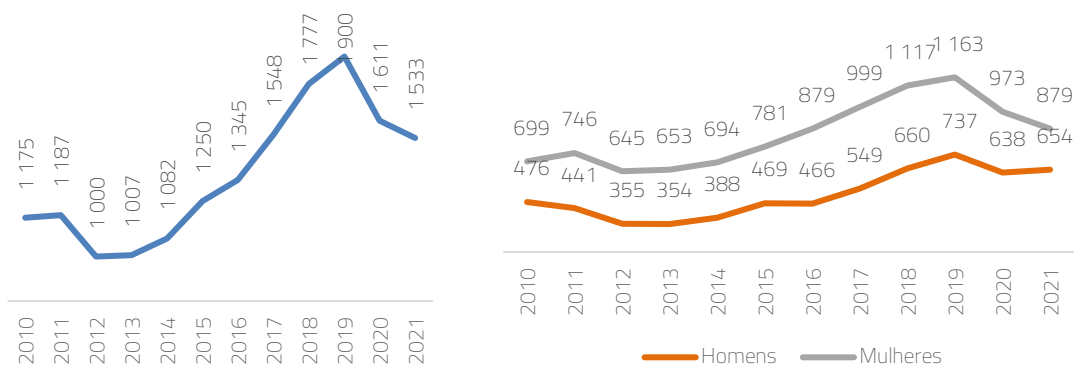
**Gráfico 82.** Beneficiários/as de RSI em Lagos, por idade, n.º (MTSSS/IIES, 2010-2021)





O Gráfico 83 demonstra a evolução deste indicador segundo o género, no período de 2010 a 2021. Ao contrário do verificado no RSI, o número de beneficiários deste subsídio em Lagos tem oscilado ao longo do tempo, mas com uma tendência generalizada de aumento, passando de 1 175 em 2010 para 1 533 em 2021. Nesse período registou-se uma descida para 1 000 apoiados em 2012, bem como um aumento acentuado para 1 900 em 2019. Quanto ao género, os valores associados às mulheres foram entre 699 e 879 nos limites da série temporal. Os homens, por sua vez, contabilizaram entre 476 e 654 beneficiários.

**Gráfico 83.** Beneficiários/as de Subsídio de Doença da Segurança Social em Lagos, total e quanto ao género n.º (MTSSS/IIES, 2010-2021)



De modo geral, é possível concluir que em Lagos o número de beneficiários do RSI tem diminuído. A faixa etária da população com menos 25 anos, a mais representativa na totalidade de apoiados, regista os maiores decréscimos. Em contrapartida, tende a aumentar as pessoas que recebem o Subsídio de Doença, principalmente as mulheres. Em conclusão, a Segurança Social desempenha um papel fundamental na proteção e bem-estar dos grupos vulneráveis, ajudando a garantir o acesso aos recursos para responder às suas necessidades básicas, promovendo uma sociedade mais justa e equitativa.

### 3.6

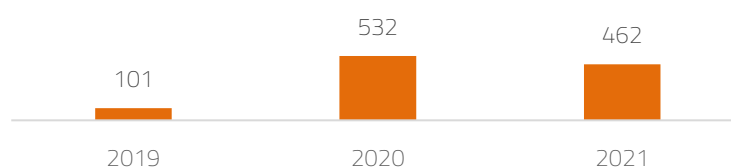
## Vítimas de violência doméstica são maioritariamente do sexo feminino

A violência doméstica é uma problemática social grave e complexa, afetando pessoas de todas as idades, géneros, orientações sexuais e classes socioeconómicas. Pode assumir diferentes formas – física, sexual, psicológica, económica e patrimonial. É importante destacar que não se trata de um problema privado, mas de uma questão de saúde pública e de direitos humanos.

O gráfico 84 mostra o número de atendimentos realizados pelo Gabinete de Apoio à Vítima em Lagos. Este iniciou o seu funcionamento em maio de 2019, facto que determina um menor

número de atendimentos ao longo desse ano, quando comparado com 2020 ou 2021. Em 2019, ocorreram 101 atendimentos, 532 em 2020 e 462 em 2021. De facto, o aumento dos atendimentos parece resultar de uma consolidação deste Gabinete junto da população e das entidades parceiras. No entanto, poder-se-á especular que com a imposição de medidas de isolamento social e quarentenas, em virtude da crise pandémica, muitas pessoas foram forçadas a ficar em casa com os seus agressores, contribuindo para a subida de casos, mas também impedindo os pedidos de ajuda. Além disso, este contexto também favoreceu o controlo dos agressores face às suas vítimas e a exposição das crianças às situações de abuso e maus-tratos, dificultando a punição dos agressores e a proteção legal das vítimas.

**Gráfico 84.** Atendimentos realizados pelo GAVA n.º (GAVA-Gabinete de Apoio à Vítima da TAIPA)



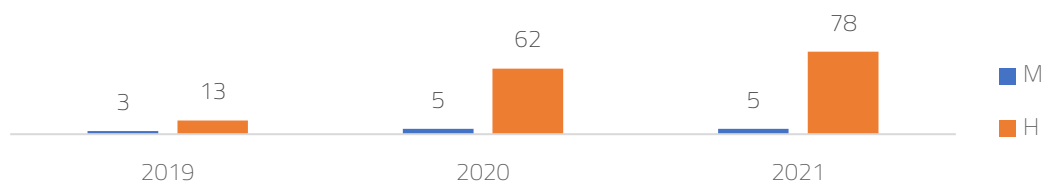
Historicamente, são as mulheres as principais vítimas de violência doméstica, consequência das desigualdades de género, enraizadas nas estruturas das sociedades contemporâneas. Por outro lado, a denúncia desses casos a partir de pessoas do sexo masculino ainda são um tabu, e nem sempre são reportadas. O gráfico seguinte revela essa discrepância, evidenciando uma larga maioria do sexo feminino, embora exista um aumento do número de homens apoiados. Em 2019, registaram-se 14 mulheres e 2 homens e, em 2021, os valores aumentaram para 79 e 4, respetivamente.

**Gráfico 85.** Vítimas apoiadas pelo GAVA, quanto ao sexo, n.º (GAVA-Gabinete de Apoio à Vítima da TAIPA)



Em contrapartida, são os homens os principais agressores. O gráfico 86 apresenta o número de vítimas apoiadas pelo GAVA quanto ao sexo dos que promovem a violência, permitindo perceber um aumento significativo no período em análise, diretamente relacionado com a subida de casos durante a pandemia. Em 2019, foram apoiadas 13 vítimas de agressores masculinos e 3 de agressores femininos. Em 2021, esses valores cresceram exponencialmente, passando para 5 e 78 respetivamente.

**Gráfico 86.** Vítimas apoiadas pelo GAVA, quanto ao sexo do agressor, n.º (GAVA-Gabinete de Apoio à Vítima da TAIPA)



A tabela 15 apresenta o número de vítimas do sexo feminino apoiadas pelo GAVA segundo a nacionalidade. Em 2021, foram apoiadas 79 mulheres, sendo que a maioria era portuguesa (73%), seguido pelo Brasil com 8 vítimas e o Reino Unido com 4. Nota-se ainda uma diversificação das nacionalidades representadas, incluindo Angola, Hungria, Dinamarca, Finlândia, França, Roménia, Holanda, Índia e EUA. É importante destacar que esses dados são apenas os reportados ao GAVA, e não refletem necessariamente a totalidade das vítimas de violência do concelho.

**Tabela 15.** Vítimas do sexo feminino apoiadas pelo GAVA, quanto à nacionalidade, n.º (GAVA-Gabinete de Apoio à Vítima da TAIPA)

	2019	2020	2021
Angola	2	5	1
Brasil	1	5	8
Hungria	1	-	-
Portugal	10	44	58
África do Sul	-	1	-
Dinamarca	-	1	1
Finlândia	-	1	-
França	-	1	2
Reino Unido	-	2	4
Roménia	-	3	1
Holanda	-	-	1
Índia	-	-	2
EUA	-	-	1
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>63</b>	<b>79</b>

A tabela seguinte mostra os dados relativos ao sexo masculino, indicando a maioria de nacionalidade portuguesa em 2021. Neste ano também foi reportado um caso de pessoa oriunda da Bulgária e do Reino Unido. Pese embora a amostra seja relativamente pequena, dificultando tirar conclusões mais amplas, é possível observar uma maior representação de vítimas portuguesas em comparação com outras nacionalidades.

**Tabela 16.** Vítimas do sexo masculino apoiadas pelo GAVA, quanto à nacionalidade, n.º (GAVA-Gabinete de Apoio à Vítima da TAIPA)

	2019	2020	2021
Portugal	2	1	2
Moçambique	-	1	-
Bulgária	-	-	1
Reino Unido	-	-	1

Uma das principais conclusões que se pretende evidenciar é que a pandemia da COVID-19 exacerbou ainda mais a vulnerabilidade de grupos já marginalizados, incluindo aqueles que sofrem com a violência doméstica. A necessidade de confinamento durante as fases críticas da crise pandémica, bem como o aumento do ‘stress’ financeiro, emocional e físico, intensificaram a pressão sobre as vítimas e tornaram ainda mais difícil o acesso a recursos e apoio. É crucial que os órgãos de governança e a sociedade civil reconheçam essa realidade e trabalhem em articulação para impedir novos casos, punir os agressores e proteger as vítimas.

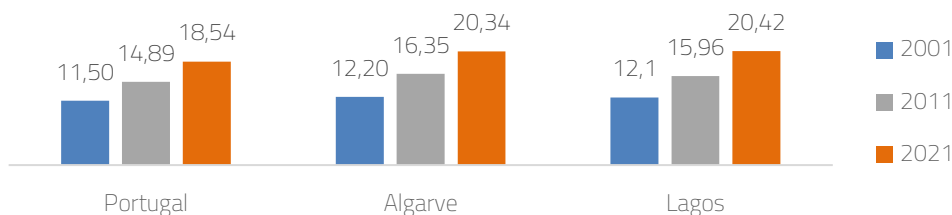
### 3.7 Aumento do número de famílias monoparentais

As famílias monoparentais são aquelas em que um único adulto é responsável por cuidar e apoiar os filhos ou dependentes. Essa pessoa pode ser um pai ou uma mãe solteira, um tutor legal, um avô ou outro parente próximo que assume a responsabilidade de cuidar da criança, ou do dependente. Estas famílias podem surgir por diferentes motivos, desde situações de divórcio, separação, morte do cônjuge, adoção por uma única pessoa ou gravidez solitária.

O Gráfico 87 apresenta a proporção de núcleos familiares monoparentais nos três contextos em análise. Observa-se que o indicador tem aumentado ao longo das últimas décadas, em todos os territórios. Em 2001, cerca de 11% dos núcleos em Portugal eram monoparentais, enquanto, em 2011, esse valor subiu para aproximadamente 15%, alcançando cerca de 18% em 2021. O Algarve sofreu com o mesmo crescimento semelhante, porém mais elevado do que a média nacional. Lagos apresenta uma dinâmica similar à região, mas com percentagens ligeiramente superiores: 12,1% em 2001, 15,96% em 2011 e 20,42% em 2021.

Essa tendência de aumento pode ser explicada por vários fatores, como a maior aceitação social do divórcio e da separação, o aumento da independência económica das mulheres e a opção por ter filhos sem constituir uma união estável.

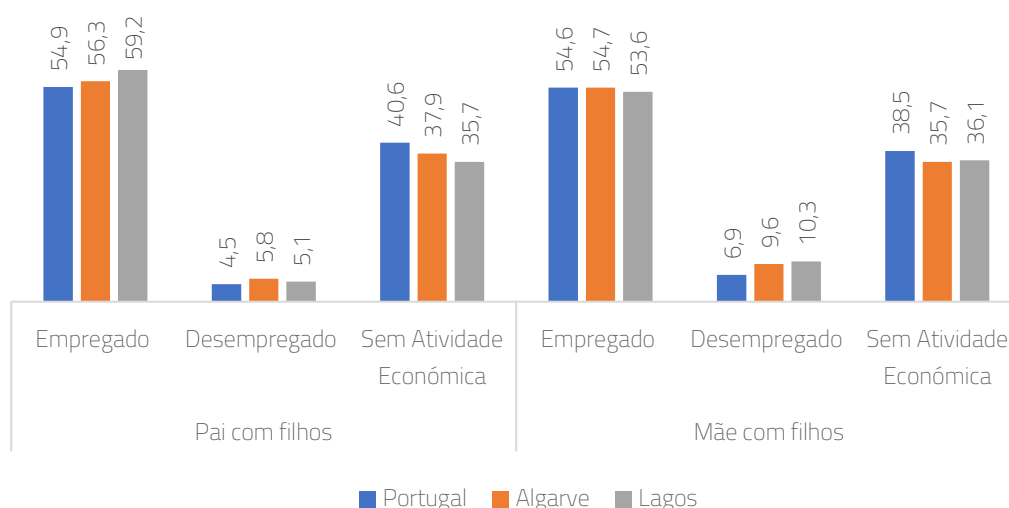
**Gráfico 87.** Proporção de Núcleos Familiares Monoparentais em Portugal, Algarve e Lagos, n.º (INE/Censos 2001, 2011 e 2021)



O Gráfico 88 mostra a condição perante o trabalho de famílias monoparentais com filhos a cargo, comparando o cenário lacobrigense com o regional e nacional para o ano de 2021. A maioria dos responsáveis por esses agregados encontra-se empregada, mas uma percentagem significativa não tem atividade económica, sendo que a região e o município registaram, neste caso, valores inferiores aos nacionais.

Quanto à situação de desemprego, observa-se que a proporção de pais com filhos é inferior ao contexto liderado por mães. Em Portugal, existiam 4,5% de pais nesta condição contra 6,9% de mães. No Algarve e em Lagos, essa proporção é superior aos números nacionais. O município registou 10,3% de mães sem emprego face a 5,1% de pais. Esta superioridade feminina está muito associada, por exemplo, ao facto de as mulheres ficarem com a guarda dos filhos nas ruturas familiares e as gravidezes solitárias.

**Gráfico 88.** Famílias Monoparentais com filhos a cargo e condição perante o trabalho em Portugal, Algarve e Lagos, % (INE/Censos 2021)

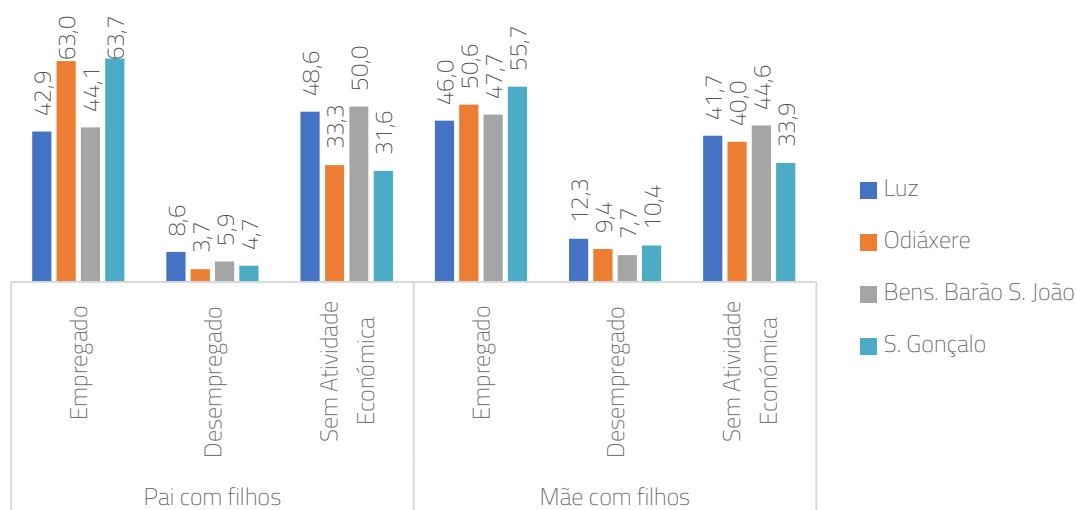


Os dados desagregados por freguesia dos Censos de 2021, apresentados no gráfico seguinte, mostram em traços gerais a mesma tendência, mas com algumas particularidades interessantes. Desde logo algumas disparidades entre freguesias no que diz respeito às famílias monoparentais

### 03 Grupos sociais vulneráveis

compostas por pais com filhos empregados. Enquanto a freguesia da Luz e a UF de Bensafrim e Barão de São João apresentam uma proporção abaixo da média do concelho – 42,9% e 44,1%, respetivamente – as freguesias de Odiáxere e São Gonçalo de Lagos revelam uma tendência oposta com 63% e 63,7%, respetivamente. Estes cenários são depois refletidos nas demais tipologias. No caso dos agregados liderados por mães, existe um maior equilíbrio e as diferenças não são significativas. Um aspeto importante de sublinhar em todas as freguesias é a maior percentagem de mulheres sem emprego. Neste caso, existem 12,9% na Luz, 10,4% em São Gonçalo de Lagos, 9,4% em Odiáxere e 7,7% em Bensafrim e Barão de São João.

**Gráfico 89.** Famílias monoparentais com filhos a cargo e condição perante o trabalho nas freguesias de Lagos, % (INE/Censos 2021)



Em síntese, Lagos apresenta uma maior proporção de famílias monoparentais quando comparado com a realidade regional e nacional. Além disso, verifica-se uma tendência de aumento que não apresenta sinais de abrandamento. A maioria destes núcleos familiares encontram-se empregados, embora exista uma percentagem considerável sem atividade económica. O desemprego é mais comum nas famílias compostas por mães com filhos, sobretudo na freguesia da Luz e de São Gonçalo de Lagos, sendo superior aos demais contextos em análise.

## 3.8

## Aumento da procura por apoio social para suprir as necessidades básicas

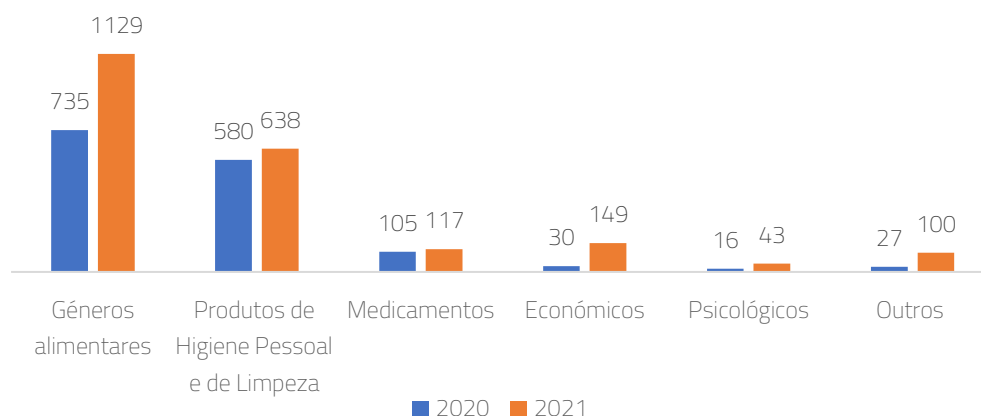
O gráfico 90 revela um ligeiro aumento no número de atendimentos na área da habitação e da ação social, efetivados pela Câmara Municipal de Lagos, que passaram de 1.756 em 2020 para 1.787 em 2021.

**Gráfico 90.** Atendimentos Habitação e Ação Social, n.º (Câmara Municipal de Lagos, 2020 e 2021)



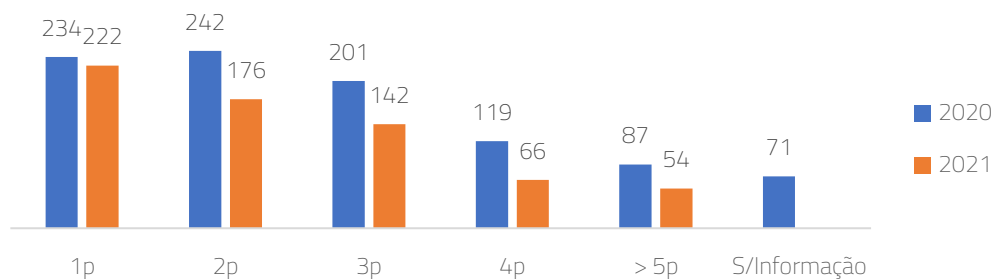
O gráfico 91 corrobora precisamente a ideia de que a maioria procurou ajuda para satisfação das necessidades básicas, como a alimentação e higiene. Uma primeira conclusão é a tendência de crescimento do número de agregados assistidos, em todas as tipologias de apoio, no período analisado. Em 2020, existiam 735 famílias a receber géneros alimentares e, em 2021, esse número atingiu 1.129, cerca de 53% de acréscimo. Nos produtos de higiene pessoal e de limpeza houve uma adição de 58 agregados e nos apoios económicos, 119, representando em torno de 79% a mais.

**Gráfico 91.** Agregados apoiados por tipo de apoio, n.º (Câmara Municipal de Lagos, 2020 e 2021)



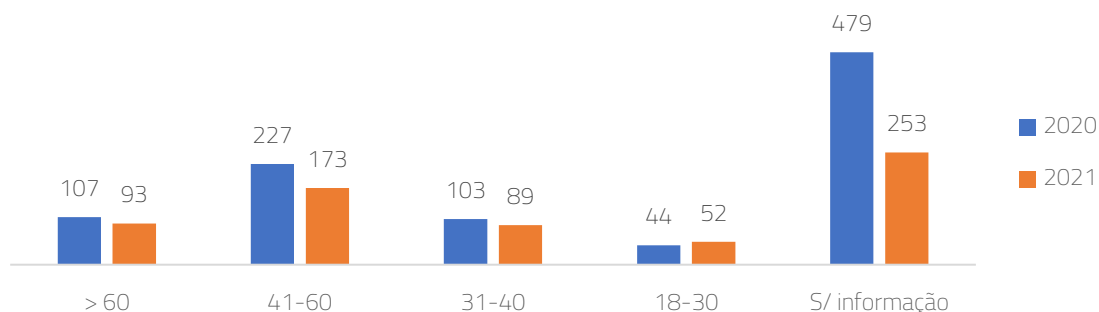
Relativamente à caracterização dos agregados apoiados, considera-se um total de 960 em 2020 e 660 em 2021. O gráfico seguinte demonstra a composição destes, em que se nota uma maioria de famílias monoparentais ou mononucleares. Neste caso, existe uma redução entre períodos, sobretudo nas estruturas compostas por 2 ou 3 pessoas. Outra ideia que importa sublinhar é que, quanto maior o número de elementos, menor a necessidade de apoio, justificando, de certa forma, a vulnerabilidade dos contextos monoparentais.

**Gráfico 92.** Agregados apoiados quanto à composição, n.º (Câmara Municipal de Lagos, 2020 e 2021)



O gráfico 93 mostra o número de agregados apoiados segundo a idade em 2020 e 2021. Os dados apresentados permitem inferir que quanto maior a idade, maior a vulnerabilidade e, conseqüentemente, maior a necessidade de recorrer aos apoios da ação social. É possível observar que a faixa etária dos 18 aos 30 anos possui menos titulares em ambos os períodos em análise, mas sofreu um ligeiro aumento. Em contrapartida, o ciclo acima dos 41 anos concentra 40% do total. Importa também referir que, apesar do crescimento dos contextos de emergência social associados a alguns grupos nos últimos anos, nota-se uma diminuição no número de apoios atribuídos.

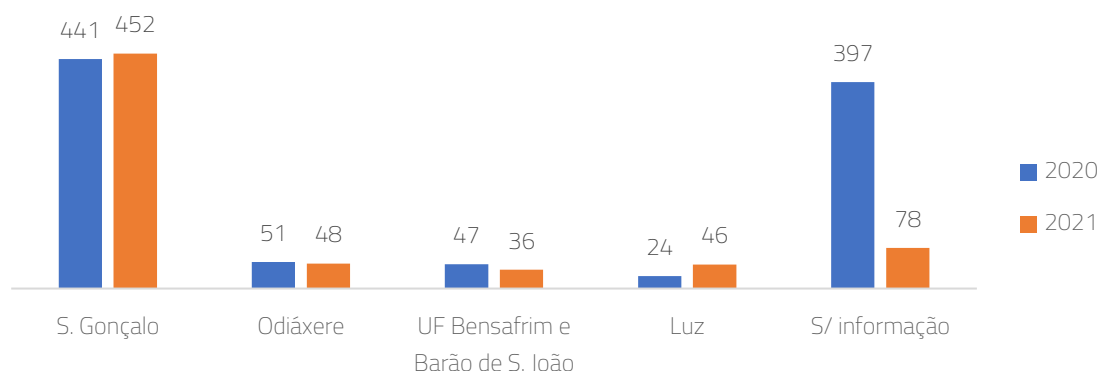
**Gráfico 93.** Agregados apoiados quanto à idade (referente ao titular do processo), n.º (Câmara Municipal de Lagos, 2020 e 2021)



Relativamente à área de residência dos agregados apresentada no gráfico seguinte, sublinha-se que é na freguesia de São Gonçalo de Lagos que se situam a maioria das famílias. Em 2020, registou-se 441 apoios e, em 2021, esse valor aumentou ligeiramente para 452. As demais freguesias mantiveram certo equilíbrio entre elas e estabilidade os dados de um ano para o outro. No entanto, ainda que com valores reduzidos, a freguesia da Luz teve um acréscimo de 47%, passando de 24 para 46 beneficiários. Ressalta-se que muitos não declararam a morada, comprometendo assim uma análise mais fidedigna da distribuição por freguesias. Isto significa que é expectável que em territórios com maior população existam também mais pessoas a receber apoio, como o caso da freguesia de São Gonçalo de Lagos.



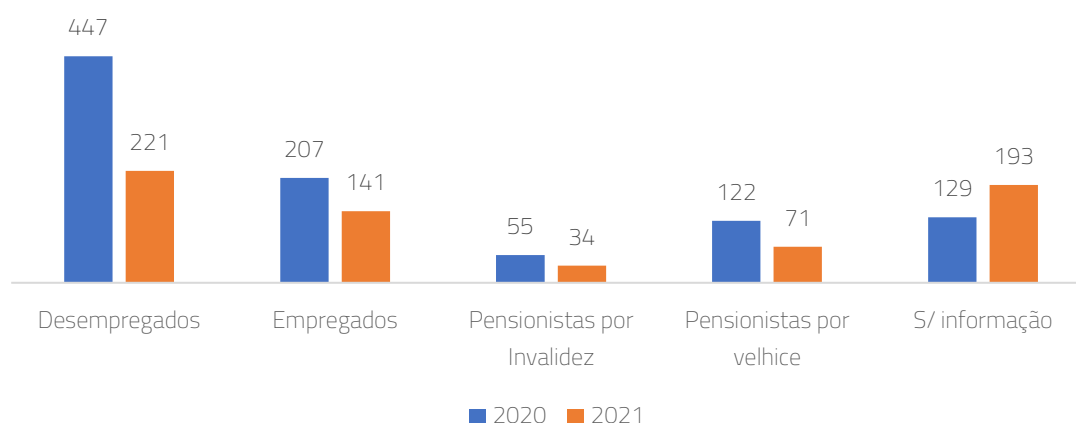
**Gráfico 94.** Agregados apoiados quanto à área geográfica de residência, n.º (Câmara Municipal de Lagos, 2020 e 2021)



O gráfico 95 mostra a situação profissional do titular do processo. Tal como seria expectável, são os desempregados que mais precisam de recorrer ao apoio da ação social, embora também importe sublinhar uma diminuição significativa de 2020 para 2021. Esta tendência de decréscimo é verificada em todas as categorias, e pode dever-se ao facto do ano de 2020 ter ocorrido aumentos substanciais nas situações de vulnerabilidade, voltando para cenários mais próximos ao pré-Covid em 2021.

Além disso, merece atenção o elevado número de pessoas com emprego que necessitaram de apoio social em ambos os anos em análise, representado 21% do total. Embora exista uma tendência de diminuição, o facto de os empregados serem a segunda situação profissional mais apoiada induz à reflexão acerca da ineficácia dos salários face aos aumentos do custo de vida, sublinhando a pouca resiliência de alguns agregados perante constrangimentos económicos.

**Gráfico 95.** Agregados apoiados quanto à situação profissional (referente ao titular do processo), n.º (Câmara Municipal de Lagos, 2020 e 2021)



A tabela 17 apresenta o número de apoios concedidos no âmbito do isolamento profilático em 2020 e 2021, discriminados por tipo. Em 2020, foram atribuídos um total de 153, sendo que a grande maioria (87%) correspondeu a géneros alimentares e produtos de higiene pessoal e de limpeza. Em 2021, a quantidade reduziu drasticamente, sendo concedidos apenas 15 apoios.

**Tabela 17.** Apoios no âmbito do isolamento profilático, n.º (Câmara Municipal de Lagos, 2020 e 2021)

	2020	2021
Géneros alimentares e produtos de higiene pessoal e de limpeza	134	15
Medicação	9	0
Outros	10	0
	153	15

Além dos apoios concedidos pela autarquia ao nível alimentar, importa salientar a existência de programas assegurados por outras entidades, como o Banco Alimentar Contra a Fome (BACF) – os Bancos Alimentares lutam contra o desperdício de produtos alimentares, encaminhando-o gratuitamente para as pessoas mais necessitadas. O Banco Alimentar do Algarve surgiu em maio de 2006 com a denominação de APPIA – Associação Pró-Partilha e Inserção do Algarve, tendo assinado o contrato com a Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares Contra a Fome em março de 2007. A cantina social é outra resposta importante que consiste no “fornecimento de refeições, em especial a indivíduos economicamente desfavorecidos, podendo integrar outras atividades, nomeadamente de higiene pessoal e tratamento de roupas”, sendo de ressaltar, que no caso do concelho de Lagos, apenas contempla o fornecimento de refeições. O Fundo Europeu de Apoio a Carenciados (FEAC) surgiu em 2014 em substituição do Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados (PCAAC), tendo como objetivo a distribuição de géneros alimentares junto das pessoas mais carenciadas.

A tabela seguinte sintetiza a informação relativa a cada entidade e, quando possível, por tipo de programa. De modo geral, verifica-se um grande aumento no número total de agregados familiares apoiados, isto é, de 493 em 2019 para 1.382 em 2020 e 1.660 em 2021, correspondendo a um incremento de aproximadamente 237%. Um olhar mais atento demonstra que foi entre os utentes do FEAC que se verificou um maior acréscimo de beneficiários. Por exemplo, no CASLAS (Centro de Assistência Social Lucinda Anino dos Santos) totalizavam 35 em 2019, 124 em 2020 e 132 em 2021. No NECI (Núcleo Especializado para o Cidadão Incluso) contabilizavam-se 80 famílias em 2019, 96 em 2020 e 104 em 2021. Os dados relativos ao apoio no âmbito do BACF acabam por ser mais estáveis, revelando pontualmente aumentos em 2020 (Associação Espírita, CASLAS e Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Odiáxere), embora no NECI tenham aumentado significativamente de 11 em 2019 para 60 em 2021. As cantinas sociais do CASLAS e Santa Casa da Misericórdia de Lagos apoiavam em conjunto 73 agregados em 2021, ou seja, mais 7 que em 2019. Destaca-se ainda o papel importante da Câmara Municipal de Lagos que devido ao programa “Lagos Apoia” acabou por abranger mais agregados familiares. Este foi criado visando minimizar os efeitos nocivos da crise pandémica no concelho de Lagos.

### 03 Grupos sociais vulneráveis

**Tabela 18.** Agregados familiares que beneficiam de apoios alimentares, no concelho de Lagos, por entidade e tipo de programa, n.º (CML)

Entidade   Programa(s)	2019	2020	2021
Associação Espírita (BACF)	28	52	27
CASLAS (BACF)	14	17	16
CASLAS (Cantina Social)	14	12	16
CASLAS (FEAC)	35	124	132
Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Odiãxere (BACF)	17	14	14
NECI (BACF)	11	51	60
NECI (FEAC)	80	96	104
Instituto Fonte de Vida (BACF, Donativos Próprios e Outros)	45	75	55
Cruz Vermelha Portuguesa- Lagos (Donativos Próprios)	21	16	15
Santa Casa da Misericórdia de Lagos (Cantina Social)	52	56	57
CM Lagos <sup>11</sup> (Donativos Próprios)	176	869	1144
Re-Food <sup>12</sup> (Outros)	-	-	20
Total	493	1382	1660

Em conclusão, os beneficiários da ação social lacobrigenses enfrentaram uma série de desafios decorrentes da Pandemia da COVID-19. A necessidade de suporte aumentou significativamente, e os programas de assistência social desempenharam um papel crucial em prover algum alívio para indivíduos e famílias com dificuldades financeiras. Estes apoios foram essenciais para garantir que as necessidades básicas, como alimentação, habitação e cuidados de saúde, fossem satisfeitas.

<sup>11</sup> Os dados da CM Lagos, diferem muito entre o ano de 2019 e seguintes, ao nível de agregados apoiados, devido às Medidas de Apoio Social "Lagos Apoia", que abrangeu um maior número de agregados, decorrente do aumento do RPC para benefício de apoios sociais, bem como aos apoios atribuídos às famílias em isolamento profilático.

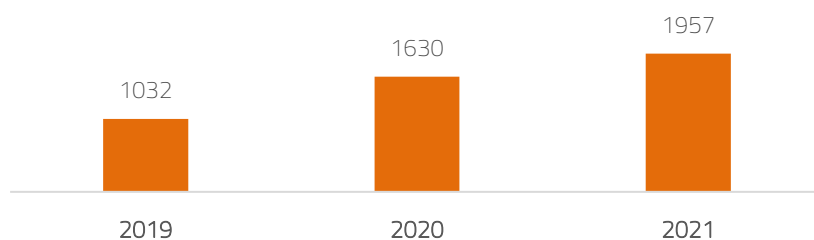
<sup>12</sup> Informação reporta-se apenas a 2 meses.

### 3.9 Maior necessidade de resposta do CLAIM aos migrantes

O CLAIM (Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes) de Lagos é um serviço disponível aos imigrantes, que visa apoiar a sua integração na sociedade portuguesa, oferecendo uma variedade de serviços, incluindo apoio jurídico, orientação na procura de emprego, aulas de português e suporte psicológico, entre outros. A criação do CLAIM foi uma resposta ao crescente número de imigrantes que se estabeleceram no concelho, e tem um papel importante na criação de uma comunidade local mais unida e inclusiva.

O gráfico 96 mostra o número de atendimentos efetivados no CLAIM, e permite perceber uma tendência de aumento. De facto, embora o concelho sempre tenha sido um território com capacidade de atração de imigrantes, os últimos anos têm sido particularmente desafiantes com um acréscimo significativo de estrangeiros, como referido anteriormente. Entre 2019 e 2020, houve uma subida de cerca de 58% nos atendimentos concedidos e 20% no ano seguinte, atingindo a marca de quase 2.000 em 2021.

**Gráfico 96.** Atendimentos efetivados no CLAIM de Lagos, n.º (CLAIM 2019, 2020 e 2021)



A tabela 19 apresenta o mesmo indicador segundo a nacionalidade do requerente. No que diz respeito aos países mais presentes, o Brasil lidera a lista em 2020 e 2021, com 625 atendimentos e 608, respetivamente. Em 2020, destacaram-se ainda a Índia, Cabo Verde e Ucrânia. No entanto, em 2021, algumas nacionalidades tiveram um aumento significativo, como o caso do Reino Unido, que passou de 3 atendimentos em 2020 para 376 em 2021, mas pode-se citar também Cabo Verde, Argentina e Canadá. Isto deve-se não só à união familiar de portugueses com cidadãos de Países Terceiros, a saída do Reino Unido da União Europeia, bem como ao facto de existirem alguns estrangeiros que solicitam os serviços de advogados e solicitadores locais que intermedeiam estes procedimentos.

**Tabela 19.** Atendimentos efetivados no CLAIM de Lagos, quanto ao país de origem, n.º (CLAIM 2020 e 2021)

	2020	2021
Brasil	625	608
Índia	109	88
Cabo Verde	57	80
Ucrânia	44	-
Angola	16	21
Nepal	15	-
Argentina	12	55
Austrália	12	19
Colômbia	12	-
Moldávia	11	-
Reino Unido	3	376
Portugal	8	161
Canadá	4	58
EUA	-	85

A tabela 20 detalha o assunto tratado nos atendimentos referidos. Em 2020, o tema mais frequente foi legalização (812), a renovação da Autorização de Residência (366) e reagrupamento familiar (203). Em 2021, destacaram-se os pedidos de residência permanente (415), de esclarecimentos relacionados ao *Brexit* (329), de reagrupamento familiar (229) e de renovação da autorização de residência (246). Alguns assuntos apresentaram uma diminuição no número de atendimentos de 2020 para 2021, como o caso da legalização e a renovação da Autorização de Residência.

**Tabela 20.** Atendimentos efetivados no CLAIM de Lagos, quanto ao assunto, n.º (CLAIM 2019 e 2021)

	2020	2021
Saúde	22	-
Retorno voluntário	7	-
Renovação da Autorização Residência	366	246
Registo de Menor	47	32
Reagrupamento Familiar	203	229
Prorrogação de Vistos	68	61
Legalização	812	-
Nacionalidade	11	33
Outras	89	121
Brexit	-	329
Cartão de Residência Permanente	-	415
Educação	-	32

Em conclusão, o aumento da imigração em Lagos entre 2019 e 2021 acaba por ter impactos em diversos setores. Embora esse fenómeno possa trazer alguns benefícios económicos, contribui também com desafios, nomeadamente num território com uma economia sazonal, cujo mercado de trabalho pode não ter capacidade de resposta face à dinâmica de crescimento desta população. Este contexto exige um trabalho articulado de estímulo à integração e coesão social.

### 3.10 Mais pessoas em situação de sem-abrigo

Segundo a Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2017, de 25 de julho, que aprova a Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA) 2017-2023, define-se o conceito de «pessoa em situação de sem-abrigo», como aquela que, “independentemente da sua nacionalidade, origem racial ou étnica, religião, idade, sexo, orientação sexual, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontre: sem teto, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário; ou sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito.”.

Ao nível local, dada a necessidade de implementação de um esforço coletivo de combate a este fenómeno de exclusão social extremo, foi celebrado um protocolo de parceria a 9 de julho de 2020, criando o Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA) de Lagos, seguindo as orientações constantes na ENIPSSA, com a missão de realizar o diagnóstico da população em situação de sem-abrigo, planear e ativar as redes de resposta neste domínio.

Com base nos dados enviados pela equipa da Câmara Municipal de Lagos aquando de cada inquérito de caracterização das pessoas em situação de sem-abrigo (PSSA), realizado no âmbito da ENIPSSA (tabela 21), contavam-se 37 indivíduos em 2018, tendo sofrido um aumento contínuo para 47 em 2019, 62 em 2020 e 67 em 2021, representando um incremento de 81% entre o início e final da série temporal em apreço. O maior acréscimo decorreu entre 2019 e 2020, provavelmente um efeito da pandemia de COVID-19.

Na região do Algarve, assistiu-se a uma diminuição de pessoas em situação de sem-abrigo entre 2018 e 2019, de 485 para 471, e posterior aumento acentuado para 604 em 2020, tal como aconteceu em Lagos, seguindo-se novo incremento para 674 em 2021. Assim, de 2018 para 2021, observou-se um acréscimo de 39% nas pessoas a viver sem teto ou sem casa. Face ao exposto, é possível concluir que o fenómeno teve um agravamento mais expressivo no concelho quando comparado com a região algarvia.

**Tabela 21.** Pessoas em situação de sem-abrigo em Lagos e no Algarve, n.º (ENIPSSA, 2018-2021)

	2018	2019	2020	2021
Lagos	37	47	62	67
Algarve	485	471	604	674

Com base no levantamento de caracterização realizado pela equipa do NPISA de Lagos, para os casos em que foi possível recolher essa informação, uma vez que existem pessoas sinalizadas para as quais ainda não constam dados, é possível concluir que a maioria das pessoas em situação de sem-abrigo são do sexo masculino (29) e da faixa etária dos 45 aos 64 anos (26). São de nacionalidade portuguesa (34) sendo que também estão representadas outras nacionalidades (8). No que concerne à escolaridade, 9 pessoas detinham apenas o primeiro ciclo do ensino básico e 2 até ao terceiro. Relativamente à duração da situação de sem-abrigo, 19 pessoas estavam nesta condição por um período superior a 1 ano e inferior a 5. O RSI surge como a fonte de rendimento mais observada (24). Muitas são as causas apontadas, sendo que geralmente será uma combinação de mais do que um fator, destacando-se a insuficiência financeira (23), ausência de suporte familiar (20), despejo ou desalojamento (17), desemprego ou precariedade no trabalho (14) e dependência de álcool ou de substâncias psicoativas (11).

Face ao exposto, tendo em consideração o crescimento do número de PSSA no período da pandemia, foram criadas algumas respostas para minimizar os impactos na população em apreço. Por exemplo, no ano de 2020, iniciou-se um programa de confeção e distribuição de refeições a agregados familiares carenciados e a PSSA. Em 2020, segundo os dados fornecidos pela Câmara Municipal de Lagos, num período de sensivelmente 10 meses, foram confeccionadas 10.346 refeições, ou seja, uma média de 1.034 por mês, ao passo que totalizaram 7.659 em 2021, perfazendo uma média mensal de 638. Esta resposta permitiu nos dois primeiros anos apoiar uma média de 40 PSSA e em 2021, a média situou-se nas 30 pessoas.

Em 2021, surgiu o projeto “TMN – Tua, Minha, Nossa” sob coordenação e dinamização do MAPS (Movimento de Apoio à Problemática da SIDA), financiado pelo Instituto de Segurança Social e o pelo Município de Lagos, que cedeu um imóvel para conversão em espaço habitacional partilhado e apoiou o seu apetrechamento. O TMN assenta numa abordagem diferenciada, uma vez que tem como ponto de partida ‘o alojamento’, numa lógica de direito e simultaneamente meio de desenvolvimento de competências, visando a construção de projetos de vida, autonomização e reintegração social dos utentes. A reconversão do imóvel criou 10 vagas para PSSA.

Também no mesmo ano, foi apresentado o projeto Legos, coordenado pelo MAPS e em parceria com o GATO (Grupo de Ajuda a Toxicodependentes), CASA (Centro de Apoio aos Sem-Abrigo), GRATO (Grupo de Apoio aos Toxicodependentes) e APF (Associação para o Planeamento da

Família). O projeto visa prestar apoio às PSSA em sete concelhos algarvios (Albufeira, Faro, Lagos, Loulé, Portimão, Tavira e Vila Real de Santo António), servindo como resposta complementar aos apartamentos partilhados. Este afirmou-se como inovador, pois pretende acompanhar e dar dignidade às PSSA de forma mais rápida e eficaz, todos os dias do ano e nas 24 horas de cada dia, através da figura de gestor de caso, que acompanha individualmente todas as pessoas sinalizadas, traçando um plano para a integração de cada cidadão na sociedade.

### 3.11 Cuidadores informais são maioritariamente mulheres

Para se ser reconhecido como cuidador informal é necessário verificar os requisitos genéricos constantes no artigo 5.º do Decreto Regulamentar n.º 1/2022, de 10 de janeiro, bem como, simultaneamente, os constantes no artigo 6º do mesmo diploma legal para poder ser considerado cuidador informal principal.

O cuidador informal é sempre o cônjuge ou unido de facto, parente ou afim até ao 4º grau da linha reta ou da linha colateral da pessoa cuidada (p. ex., filhos, netos, bisnetos, trinets, irmãos, pais, tios, avós, bisavós, trisavós, tios-avós ou primos)<sup>13</sup>. Importa referir que o cuidador informal pode ser principal – acompanha e cuida da pessoa cuidada de forma permanente, ou não principal – acompanha e cuida da pessoa cuidada de forma regular, mas não permanente.

Segundo os dados abaixo, existiam até dezembro de 2022, em Lagos, 26 pessoas com o Estatuto de Cuidador Informal (ECI) e 6 às quais foi atribuído o Subsídio de Apoio ao Cuidador Informal (SACI)<sup>14</sup>. Ao nível da região algarvia, contabilizam-se 562 ECI e 165 SACI, ao passo que no continente eram respetivamente 11.720 e 3 214.

**Tabela 22.** Requerimentos deferidos de Estatuto do Cuidador Informal e de Subsídio de Apoio ao Cuidador Informal até dezembro de 2022, de cuidadores residentes em Lagos, Faro e Portugal continental, n.º (ISS,IP - Gabinete de Planeamento e Estratégia)

	Estatuto Cuidador Informal	Subsídio de Apoio ao Cuidador Informal
Lagos	26	6
Faro (distrito)	562	165
Portugal Continental	11 720	3 214

<sup>13</sup> Guia Prático – Estatuto do Cuidador Informal Principal e Cuidador Informal não Principal do Instituto da Segurança Social, I.P.

<sup>14</sup> O Município de Lagos não integrou o grupo dos projetos-pilotos para cuidadores informais criado em 2020, tendo iniciado a sua participação apenas a partir de 2022, justificando os baixos números registados.



### 03 Grupos sociais vulneráveis

No que concerne aos montantes processados aos cuidadores residentes em Lagos com atribuição de SACI, totalizam 13.154,00 €, repartidos por 5 pessoas com ECI.

**Tabela 23.** Montantes processados de Subsídio de Apoio ao Cuidador Informal a cuidadores residentes no concelho de Lagos, n.º (ISS,IP - Gabinete de Planeamento e Estratégia)

N.º de Cuidadores	5
Valores lançados (€)	13 154

Através da informação constante da tabela abaixo é possível constatar que tanto os CI Principais e Não Principais são maioritariamente do sexo feminino, em todas as unidades territoriais em análise. No caso de Lagos, dos 15 CI Principais, 11 são do sexo feminino, ou seja, aproximadamente 73%, enquanto nos Não Principais não se registam pessoas do sexo masculino. Ao nível do distrito de Faro, cerca de 81% dos CI Principais são mulheres (253) e 84% dos Não Principais (179). Em Portugal Continental, conclui-se que 85% dos CI Principais são do sexo feminino (5 791) e 84% dos Não Principais (3 494).

**Tabela 24.** Cuidadores Informais com estatuto deferido não cessado em 2022, residentes em Lagos, distrito de Faro e Portugal Continental, por Tipo de Estatuto e por sexo, n.º (ISS,IP - Gabinete de Planeamento e Estratégia)

	Lagos		Faro		Portugal Continental	
	<i>CI Principal</i>	<i>CI Não Principal</i>	<i>CI Principal</i>	<i>CI Não Principal</i>	<i>CI Principal</i>	<i>CI Não Principal</i>
Feminino	11	9	253	179	5 791	3 494
Masculino	4	0	61	34	1 023	665
Total	15	9	314	213	6 814	4 159

No que concerne às pessoas cuidadas, apresentada na tabela 25, conclui-se que embora o sexo feminino seja prevacente, ocorre uma distribuição mais equitativa, ou seja, em Lagos, cerca de 60% das pessoas cuidadas por CIP (9) são mulheres, enquanto no distrito de Faro representam 51% (172) e 53% em Portugal Continental (3 830). Na distribuição por CINP, contabilizam-se 8 pessoas do sexo feminino em Lagos, 128 em Faro e 2 637 em Portugal continental, representando em termos relativos, respetivamente, 72%, 57% e 60%.

**Tabela 25.** Pessoas Cuidadas de Cuidadores Informais com estatuto deferido não cessado em 2022, residentes em Lagos, distrito de Faro e Portugal Continental, por Tipo de Estatuto e por sexo, n.º (ISS,IP - Gabinete de Planeamento e Estratégia)

	Lagos		Faro		Portugal Continental	
	<i>CI Principal</i>	<i>CI Não Principal</i>	<i>CI Principal</i>	<i>CI Não Principal</i>	<i>CI Principal</i>	<i>CI Não Principal</i>
Feminino	9	8	172	128	3 830	2 637
Masculino	6	3	164	97	3 356	1 788
Total	15	11	336	225	7 186	4 425

### 03 Grupos sociais vulneráveis

O artigo 16.º do Decreto Regulamentar n.º 1/2022, de 10 de janeiro, faz referência ao descanso do cuidador informal, um mecanismo para diminuir a sua sobrecarga física e emocional, já a funcionar desde a criação da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), em 2006. A tabela 26 enumera as ações de informação e encaminhamento para o descanso do cuidador, de beneficiários do Estatuto do Cuidador Informal (ECI), sendo que ao nível nacional totalizam 113 para a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), 28 para Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e 18 para Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI) ou Lar, ao passo que para o distrito de Faro, foram respetivamente 6 e inferior a 3 para SAD e ERPI.

**Tabela 26.** Ações de Informação e Encaminhamento para o Descanso ao Cuidador, até fevereiro de 2023, n.º (ISS,IP - Gabinete de Planeamento e Estratégia)

	Nacional	Faro	Lagos
Descanso do Cuidador - RNCCI	113	6	0
Descanso do Cuidador - SAD	28	<3	0
Descanso do Cuidador - ERPI ou LR	18	<3	0

Do universo de pessoas cuidadas, cujos cuidadores informais foram alvo das ações de informação e encaminhamento referidas no parágrafo anterior, 13 beneficiaram efetivamente de internamento em Unidades da RNCCI, para descanso do cuidador.

**Tabela 27.** Pessoas Cuidadas com Internamento na RNCCI para o Descanso ao Cuidador, até fevereiro de 2023, n.º (ISS,IP - Gabinete de Planeamento e Estratégia)

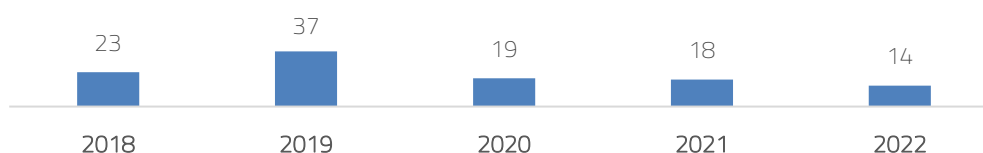
	Nacional	Faro	Lagos
Internamento - RNCCI	13	0	0

Importa referir que o ECI foi gradualmente alargado a todo o país, após uma fase em que existiu enquanto projeto-piloto, a partir do início de 2022, tendo a constituição das equipas que operacionalizam localmente a sua implementação, ocorrido ao longo desse ano. Essas equipas são compostas por dois profissionais de referência, das áreas da saúde e da segurança social, tendo em Lagos iniciado funções apenas em dezembro do mesmo ano.

Já o processo de referenciação para internamento em descanso do cuidador efetua-se através dos Centros de Saúde (avaliação médica, de enfermagem e social) e cada internamento tem a duração máxima de 30 dias. Por norma, os utentes do concelho de Lagos são internados nas seguintes unidades: UCCI Aljezur, UCCI Silves, UCCI Estômbar e UCCI Algoz. Estes internamentos ocorrem nas Unidades de Longa Duração e Manutenção (ULDM) da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), sendo unidades que possuem em média uma a duas camas para esse efeito.

Os dados abaixo referem-se ao universo alargado de utentes referenciados para descanso do cuidador e que beneficiaram de internamento numa unidade RNCCI, não sendo necessário integrar o ECI para aceder a esta resposta. Verifica-se um aumento das referenciações de 2018 para 2019, ou seja, de 23 para 37 e posterior diminuição para 19 em 2020, 18 em 2021 e 14 em 2022. Importa ressaltar que esta diminuição ocorreu em virtude da crise pandémica quer por suspensão das mesmas decretada em determinado período de 2020, quer devido à ocorrência de surtos nas Unidades de Cuidados Continuados, o que também provocou alguma renitência por parte de utentes e famílias. Dos dados apresentados, um total de 17 utentes, beneficiou de mais de um episódio de referenciação.

**Gráfico 97.** Referenciações para internamento em descanso do cuidador, n.º (ACES Barlavento 2018-2022)



Dos dados expostos, é possível verificar que a maioria dos cuidadores informais são mulheres. Uma elevada proporção de pessoas idosas mantém-se nas suas casas o máximo de tempo possível, no entanto, o aumento da longevidade acaba por acarretar consigo maiores fragilidades e longos períodos de incapacidade que impossibilitam uma vida independente. Grande parte dos cuidados assegurados aos idosos são realizados pelas esposas ou filhas e noras<sup>15</sup>. Esta tendência não é exclusiva de Portugal, uma vez que se verifica um pouco por toda a Europa, aliás segundo o relatório Eurofamcare (2004), estes cuidadores informais, são na sua maioria familiares (esposas, filhas/noras), com idades entre os 45 e 55 quando se trata de filhas/noras e 65 ou mais anos no caso das esposas, que residem com a pessoa de quem cuidam, apresentam baixa escolaridade, prestam cuidados durante quatro ou mais horas e auferem normalmente rendimentos baixos.

<sup>15</sup> Quem são os cuidadores informais em Portugal? – artigo do Jornal Público disponível em <https://www.publico.pt/2017/04/02/sociedade/noticia/quem-sao-os-cuidadores-informais-em-portugal-1766944>

## Síntese dos grupos vulneráveis

### Crianças e jovens

- Lagos apresenta uma menor proporção de crianças e jovens quando comparado com a realidade nacional e regional;
- Aumento do número de novos processos na CPCJ em 2021;
- Importância das autoridades policiais e dos estabelecimentos de ensino na sinalização de situações de risco;
- Violência doméstica, negligência e abandono escolar são as problemáticas mais frequentes;
- A maioria dos processos da CPCJ são de crianças e/ou jovens do sexo masculino;
- Aumento do valor do abono de família.

### População idosa

- Impacto das transferências sociais na diminuição da vulnerabilidade da população idosa;
- Mulheres com mais de 65 anos tendem a ser mais vulneráveis;
- Aumento generalizado do número de pensionistas, nomeadamente na categoria “pensionistas por velhice”;
- Aumento da proporção de pessoas idosas a viver sozinhas, principalmente na UF de Bensafrim e Barão de São João;
- A pandemia contribuiu para o isolamento social das pessoas idosas, sobretudo no sexo feminino.

### Pessoas com incapacidades ou deficiências

- UF de Bensafrim e Barão de São João é o território com maior incidência de pessoas com dificuldades;

- Dificuldades mais comuns são o tomar banho e vestir-se, problemas de memória e concentração, e andar e subir degraus;
- Aumento do número de beneficiários de Prestação Social para a Inclusão, e são maioritariamente do sexo masculino.

### Pessoas desempregadas

- Diminuição da taxa geral de desemprego. Algarve e Lagos apresentam taxas de desemprego superiores às nacionais;
- A freguesia de São Gonçalo de Lagos é a única com uma taxa de desemprego inferior à média do concelho;
- Maior número de desempregados do sexo feminino. Esta vulnerabilidade ficou mais evidente durante a pandemia;
- Claros efeitos da sazonalidade no desemprego que aumenta exponencialmente nos meses de inverno.

### RSI e do Subsídio de Doença

- Diminuição do n.º de beneficiários do RSI;
- Jovens com menos de 25 anos são a maioria dos beneficiários do RSI, mas também a faixa etária onde o decréscimo tem sido mais acentuado;
- Aumento dos beneficiários do Subsídio de Doença, que são essencialmente mulheres.

### Vítimas de Violência Doméstica

- Em maio de 2019 entrou em funcionamento o Gabinete de Apoio à Vítima (GAVA);

### 03 Grupos sociais vulneráveis

- As mulheres continuam a ser as principais vítimas e os homens os principais agressores.

#### **Famílias Monoparentais**

- Lagos tem uma proporção maior de famílias monoparentais do que a região e o país;
- Tendência crescente do número de famílias monoparentais;
- Maioria das famílias monoparentais com filhos a cargo tem pelo menos uma pessoa empregada;
- Proporção de pais com filhos que está desempregada é inferior à das mães com filhos.

#### **Beneficiários de Apoios de Ação Social da CML**

- Aumento do número de atendimentos no período em análise;
- Maior parte dos apoios atribuídos é de géneros alimentares;
- Crescimento da necessidade de apoio económico entre 2020 e 2021;
- Maior parte dos agregados apoiados residem na Freguesia de São Gonçalo de Lagos;
- Predominância de atribuição de apoios à agregados cujo titular estava em situação de desemprego.

#### **População Migrante**

- Aumento significativo do número de atendimentos desde 2019;
- Maior parte dos atendimentos é realizada à cidadãos brasileiros;
- Crescimento do número de atendimentos concedidos a pessoas do Reino Unido;

- Principal assunto tratado nos atendimentos está associado ao reagrupamento familiar e com as questões das autorizações de residência. Em 2021, houve um aumento dos processos associados ao BREXIT.

#### **Pessoas em Situação de Sem-Abrigo**

- Aumento das pessoas em situação de sem-abrigo em Lagos com especial agravamento de 2019 para 2020;
- A maioria das pessoas em situação de sem-abrigo são do sexo masculino, com idades entre os 45 e os 64 anos de nacionalidade portuguesa e com o 1.º CEB.

#### **Cuidadores Informais**

- Tanto os CI Principais como os Não Principais são maioritariamente do sexo feminino;
- A crise pandémica fez diminuir as referências para descanso do cuidador.



04

SAÚDE

# 04

## SAÚDE

A saúde é um tema crucial na análise subjacente a um diagnóstico social. É uma área que afeta todas as esferas da vida, incluindo a capacidade de trabalhar, estudar, relacionar-se e desfrutar do lazer. Ademais, a saúde está intrinsecamente ligada às condições sociais, económicas e culturais de uma determinada população. Um diagnóstico social bem-sucedido deve considerar a saúde como um fator determinante da qualidade de vida das pessoas.

Falar de saúde implica pensar numa perspetiva multidimensional que não remete apenas para a ausência de doenças, mas também para um estado de bem-estar físico, mental e social. Neste sentido, a saúde é influenciada por uma série de fatores que vão para além das condições biológicas individuais, que incluem o ambiente no qual as pessoas vivem e outras dimensões analisadas neste diagnóstico como os rendimentos e a educação. Isto permite identificar um conjunto de disparidades na área da saúde que persistem nas comunidades, neste caso no concelho de Lagos, ou seja, as diferenças no acesso, na qualidade e nos resultados de saúde entre diferentes grupos da população.

Este capítulo está dividido em 7 subseções. A primeira apresenta dados sobre a capacidade de atração de médicos e enfermeiros, seguindo-se a análise de várias taxas de mortalidade. A terceira parte apresenta a estrutura da rede de cuidados de saúde existente no concelho e, posteriormente, são tecidas considerações sobre a oferta dos serviços de saúde e as características dos utentes da rede de cuidados. O capítulo termina com a análise das dinâmicas de saúde mental, sublinhando as diferentes respostas locais.

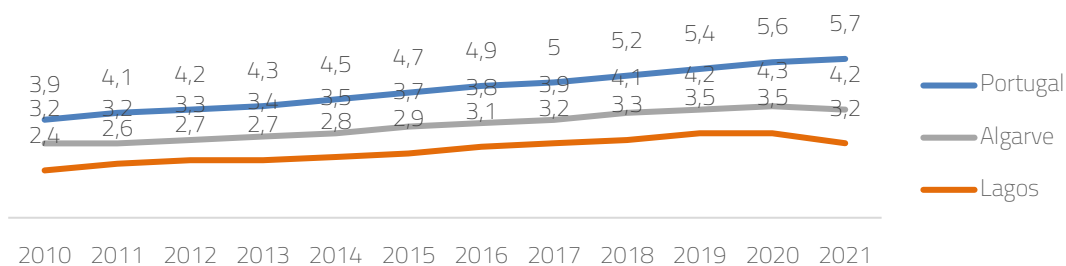
### 4.1 Dificuldade de atração de profissionais de saúde

A oferta de serviços de saúde pode variar segundo o tamanho e a localização do concelho, bem como a presença de hospitais e centros de saúde na área. É importante lembrar que a taxa de médicos por mil habitantes é apenas um dos indicadores possíveis para a avaliação da oferta desses serviços num determinado território.

O gráfico seguinte mostra o número de médicos por mil habitantes nos três contextos em estudo, entre 2010 e 2021. De modo geral, verifica-se que o indicador é inferior na região e no concelho face a média nacional em toda a série temporal. É possível observar que Portugal teve um aumento gradual, passando de 3,9 em 2010 para 5,7 em 2021. Nota-se também um acréscimo

no Algarve (de 3,2 para 4,2), que ocorreu também em Lagos, mas com menor expressão (de 2,4 para 3,2). Contudo, esses dois territórios apresentam uma tendência decrescente desde 2020, que deve ser acautelada, uma vez que revela dificuldades de atração desses profissionais de saúde.

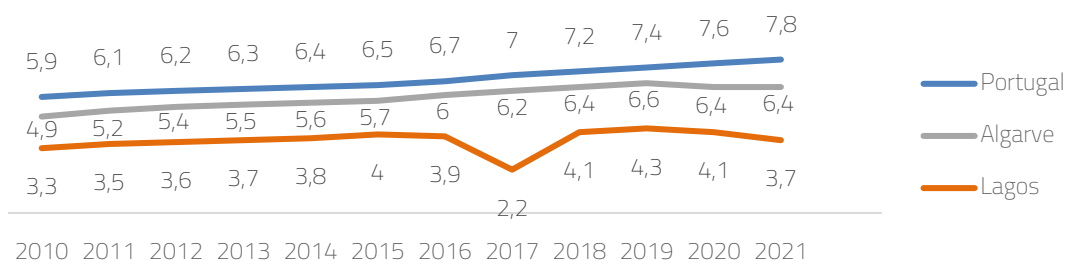
**Gráfico 98.** Médicos/as por mil habitantes em Portugal, Algarve e Lagos, n.º (INE, 2010-2021)



A presença de enfermeiros é fundamental para garantir a qualidade dos serviços de saúde e o acesso à assistência médica em todas as regiões de um país. Os enfermeiros desempenham um papel importante na prevenção e tratamento de doenças, na educação do paciente e na promoção da saúde. O gráfico 99 apresenta o número de enfermeiros por mil habitantes em Portugal, no Algarve e em Lagos, entre 2010 e 2021.

Os dados revelam que existiu em Portugal um aumento gradual de enfermeiros<sup>16</sup> ao longo do período analisado, passando de 5,9 em 2010 para 7,8 em 2021. No Algarve, o indicador também cresceu, de 4,9 para 6,4. Em Lagos, regista-se uma tendência semelhante, mas com um acréscimo bastante ligeiro – de 3,3 para 3,7. Embora os dados de 2021 sejam melhores do que os contabilizados no início da série temporal, o concelho tem registado uma diminuição nos últimos anos – algo que não acontece no cenário nacional. De modo geral, o gráfico indica uma dinâmica similar à observada para os médicos, de retração.

**Gráfico 99.** Enfermeiros/as por mil habitantes em Portugal, Algarve e Lagos, n.º (INE, 2010-2021)

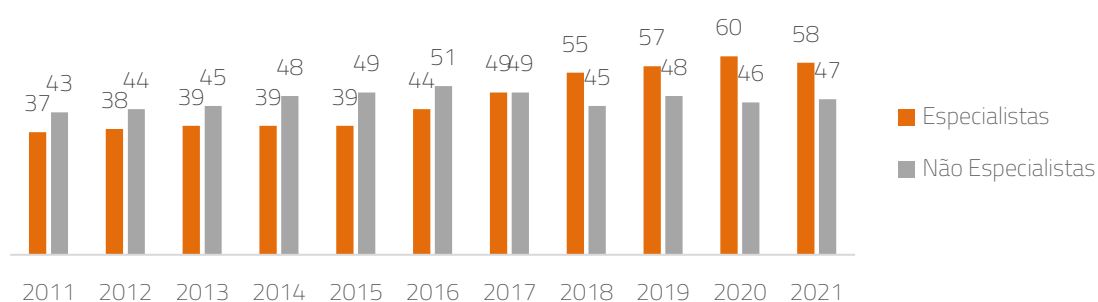


<sup>16</sup> Em 2017, a Ordem dos Enfermeiros disponibilizou a plataforma online "Balcão Único" para registo desmaterializado dos dados pelos seus associados e lançou diversas campanhas de sensibilização para a atualização dos dados, nomeadamente dos dados relativos ao local de trabalho, de que resultaram diferenças relevantes no número de enfermeiros de alguns municípios e NUTS III relativamente a 2016.



A presença de médicos residentes em Lagos pode variar segundo a tipologia dos serviços de saúde disponíveis na região. O gráfico abaixo mostra que a maioria dos profissionais pertence à categoria de “médicos especialistas”, que apresentou um aumento constante ao longo do período, passando de 37 em 2011 para 58 em 2021. Na categoria de “médicos não especialistas” verifica-se uma tendência oposta. Esta última tipologia possuía mais profissionais até 2016, mas foi ultrapassada pela especialidade, que se mantém dominante até o fim da série temporal. Estes dados sugerem que o concelho tem investido na atração de médicos especialistas, o que pode contribuir para melhorar a qualidade e a diversidade dos serviços oferecidos.

**Gráfico 100.** Médicos/as residentes em Lagos, por tipologia, n.º (INE, 2011-2021)



De modo geral, é possível verificar um aumento gradual no número de médicos e enfermeiros por mil habitantes em Portugal ao longo dos anos. No entanto, tanto a região quanto o concelho, apresentam valores inferiores à média nacional, com tendência decrescente, podendo afetar a qualidade e o acesso aos serviços de saúde nesse território. Pese embora, Lagos tenha investido na atração de médicos especialistas – uma estratégia positiva para a melhoria dos serviços prestados – a diminuição dos profissionais de saúde indica necessidade de medidas de atração para a região.

## 4.2 Declínio das taxas de mortalidade

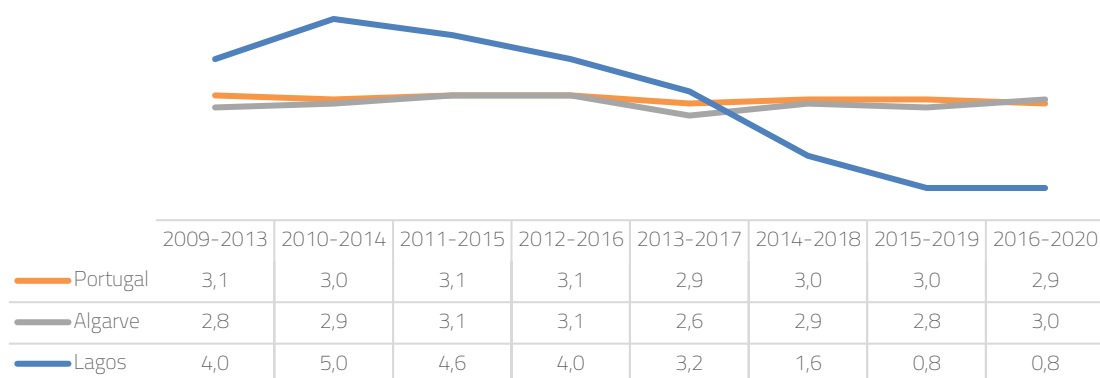
A taxa quinquenal de mortalidade infantil é uma medida utilizada para avaliar a mortalidade de crianças com menos de um ano. Este indicador é uma medida importante para avaliar a qualidade dos serviços de saúde, bem como a nutrição e o bem-estar da população infantil. Este indicador pode ser influenciado por diversos fatores, como acesso a cuidados pré-natais, qualidade do parto e do cuidado neonatal, programas de vacinação, nutrição adequada, saneamento básico e disponibilidade de água potável. A Organização Mundial da Saúde considera um importante

instrumento de análise da saúde pública e um indicador-chave para monitorizar o progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

O gráfico seguinte apresenta a referida taxa em Portugal, no Algarve e em Lagos, entre 2009 e 2020. De modo geral, o indicador apresenta uma certa estabilidade nos valores registados em Portugal e no Algarve. Enquanto o primeiro decresceu de 3,1 em 2009-2013 para 2,9 em 2016-2020, o segundo subiu ligeiramente de 2,8 para 3,0. Por outro lado, Lagos apresentou uma tendência mais oscilante, mas bastante positiva de diminuição, passando de 4,0 para 0,8 no mesmo período.

Estes dados sugerem que Lagos tem conseguido diminuir abruptamente a taxa de mortalidade infantil, situando-se atualmente abaixo da média nacional e regional, e que vem implementando políticas públicas e estratégias de saúde que têm contribuído para a redução deste indicador ao longo do tempo. No entanto, é importante ressaltar que a mortalidade infantil ainda é uma questão de saúde pública que merece atenção e esforços contínuos.

**Gráfico 101.** Taxa quinquenal de mortalidade infantil em Portugal, Algarve e Lagos, % (INE, 2009-2020)

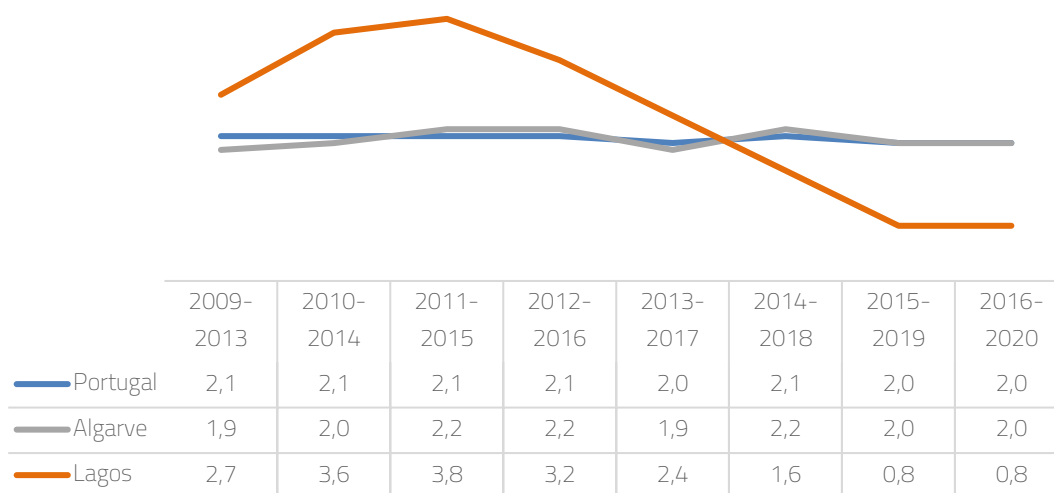


A taxa quinquenal de mortalidade neonatal é uma medida que avalia a mortalidade de recém-nascidos com menos de 28 dias de vida, sendo uma medida importante para analisar a qualidade dos serviços de saúde prestados aos bebés e às suas mães. A redução deste indicador é considerada uma prioridade global em saúde pública, sendo um dos principais objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU.

O Gráfico 102 apresenta a referida taxa em Portugal, no Algarve e em Lagos, entre 2010 e 2020. De modo geral, nota-se a mesma dinâmica da taxa de mortalidade infantil – de estabilidade dos valores do país e da região, e diminuição exponencial dos números do concelho. Em Lagos, a taxa era superior à nacional até 2014-2018, invertendo de forma significativa, até atingir a marca dos 0,8% em 2016-2020.

Para continuar a reduzir a taxa quinquenal de mortalidade neonatal, é necessário um compromisso contínuo com políticas e programas que garantam o acesso a cuidados de saúde materno-infantil de qualidade, além do fortalecimento dos sistemas de saúde em todo o país. É importante que as regiões com taxas mais elevadas recebam atenção especial, visando reduzir as desigualdades regionais em saúde e melhorar o bem-estar da população neonatal em todo o país. Lagos é neste caso, um bom exemplo de como atingir uma taxa praticamente nula.

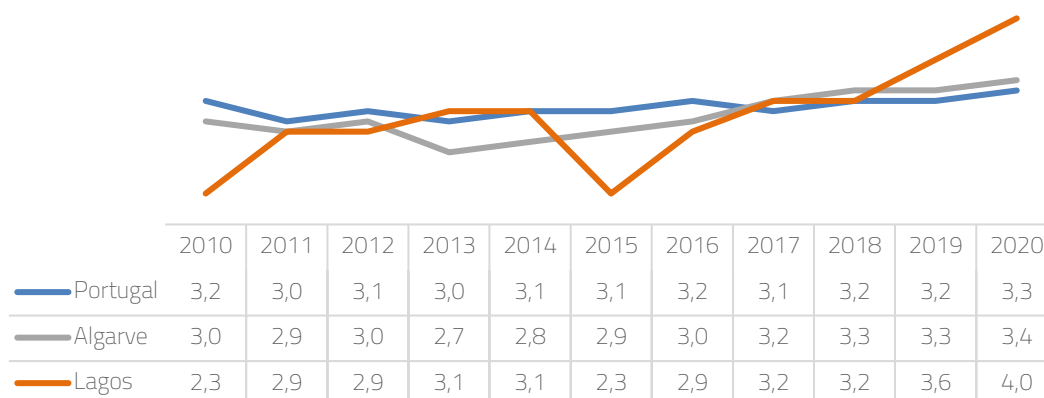
**Gráfico 102.** Taxa quinquenal de mortalidade neonatal em Portugal, Algarve e Lagos, % (INE, 2010-2020)



As doenças do aparelho circulatório, que incluem doenças como a hipertensão arterial, doença cardíaca isquémica e acidente vascular cerebral, são responsáveis por uma parte significativa da mortalidade em Portugal e em todo o mundo. O gráfico seguinte mostra a taxa de mortalidade por doenças desta natureza nos três contextos em análise entre 2010 e 2020. É possível observar que a taxa foi ligeiramente mais elevada em Portugal do que no Algarve e em Lagos até 2018, sendo que o país e a região apresentam uma tendência relativamente estável, rondando os 3%.

O concelho tem, por sua vez, uma curva mais oscilante. Em 2010, situava-se quase 1% abaixo da média dos demais, mas iniciou uma trajetória de aumento, atingindo a marca dos 4% em 2020, superior aos 3,4% e 3,3% registados respetivamente no Algarve e em Portugal. O aumento da mortalidade por doenças do aparelho circulatório pode ser atribuído a vários fatores, incluindo lacunas na prevenção, deteção e tratamento de doenças cardiovasculares, bem como mudanças no estilo de vida da população, como o aumento do tabagismo e a não adoção de uma dieta mais saudável e prática regular de atividade física.

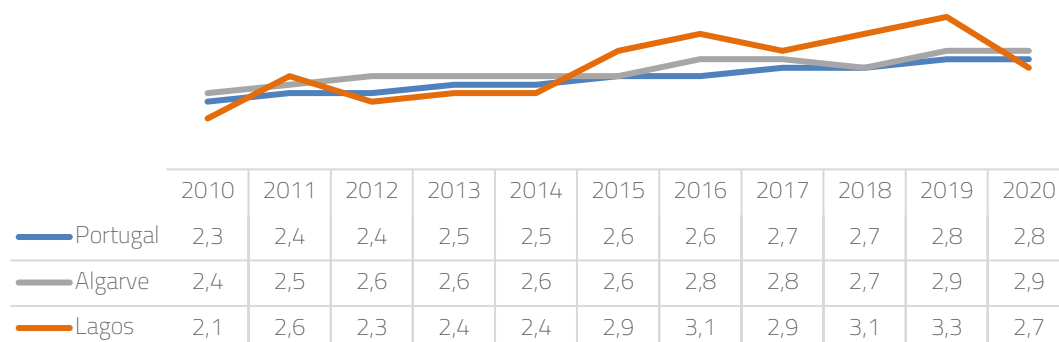
**Gráfico 103.** Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório em Portugal, no Algarve e em Lagos, % (INE, 2010-2020)



O gráfico abaixo apresenta a taxa de mortalidade por tumores malignos entre 2010 e 2020. É possível observar que, ao longo do período, houve um aumento, ainda que pouco significativo, em todos os três locais analisados. De modo geral, o indicador tem sido ligeiramente superior no Algarve do que em Portugal. Em 2010, o valor no país era de 2,1%, enquanto na região e no concelho eram de 2,4% e 2,3%, respetivamente. Em 2020, as percentagens subiram para 2,8% em Portugal, 2,9% no Algarve e 2,7% em Lagos.

Novamente, Lagos apresenta uma trajetória mais oscilante. Até 2014, se situou abaixo da média nacional e regional – com exceção do ano de 2011 – mas, a partir de 2015, verifica-se um cenário de aumento significativo, em que o concelho assumiu o pior desempenho. Em 2019, atingiu o pico de 3,3%, mas começou a diminuir e conseguiu registar o menor valor de entre os comparados em 2020 (2,8%). É importante continuar a monitorizar estes números e a desenvolver medidas para controlo dessas doenças, através da prevenção e o diagnóstico precoce.

**Gráfico 104.** Taxa de mortalidade por tumores malignos em Portugal, Algarve e Lagos, % (INE, 2010-2020)



O Município de Lagos pode ser visto como um bom exemplo no que diz respeito aos esforços empreendidos para a diminuição das taxas de mortalidade infantil e neonatal. Por outro lado, há que acautelar o desempenho do concelho na prevenção das doenças do aparelho circulatório, uma vez que a taxa de mortalidade nesta dimensão Lagos significativamente superior à média nacional.

### 4.3 Estrutura da Rede de Cuidados de Saúde

O Centro de Saúde de Lagos oferece serviços de cuidados de saúde primários, distribuídos por diversas unidades funcionais, incluindo consultas de medicina geral e familiar e cuidados de enfermagem, bem como cuidados comunitários, multidisciplinares e de saúde pública. Desde 2015, foram criadas duas Unidades de Saúde Familiar (USF) – a USF Descobrimentos e a USF Amendoeira – que procuraram reduzir significativamente o número de pacientes sem médico de família.

A tabela 28 apresenta a Rede de Cuidados de Saúde Primários de Lagos, estruturada em quatro segmentos. O Centro de Saúde disponibiliza consultas de Medicina Geral e Familiar e cuidados de Enfermagem personalizados nas Unidades de Saúde Familiar, de Cuidados de Saúde Personalizados e no Serviço de Atendimento Complementar (utentes sem médico de família). A Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC Infante) apoia a população com atendimento ao domicílio, à infância, à parentalidade, entre outros. A Unidade de Recursos Assistentes Partilhados (URAP) presta cuidados em estreita articulação com as restantes unidades, ao nível da psicologia, serviço social, medicina dentária, reabilitação, nutrição e outros. Já a Unidade de Saúde Pública, assegura, entre outros, a vigilância epidemiológica, os processos de avaliação de incapacidade ou as competências previstas para a mesma no âmbito da Lei de Saúde Mental. Além disso, este centro disponibiliza outros serviços, por exemplo, no âmbito da saúde mental e dos cuidados paliativos, através de equipas externas ao mesmo, mediante protocolos com o Centro Hospitalar e Universitário do Algarve (CHUA).

Em 2018, o Centro de Saúde de Lagos expandiu os seus cuidados de saúde primários para incluir uma consulta de Medicina Dentária, ampliando assim a gama de serviços disponíveis. Antes disso, a área já incluía cuidados de saúde oral fornecidos por técnicos de higiene oral, que eram responsáveis por programas de prevenção e promoção da saúde oral em escolas e pela administração do Cheque Dentista. Ao longo dos anos, o número de beneficiários elegíveis para o Cheque Dentista tem crescido.

Assim como em outras regiões, a população de Lagos tem acesso aos Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (MCDT) por meio de acordos entre entidades privadas e sociais e o Serviço Nacional de Saúde, mediante encaminhamento de médicos de Medicina Geral e Familiar e especialistas hospitalares. Relativamente à reabilitação física, um acordo com a Santa Casa da Misericórdia de Lagos ainda está em vigor, permitindo a realização de programas ambulatoriais de fisioterapia. Além disso, um novo ginásio foi construído no Centro de Saúde de Lagos para fisioterapia e terapia ocupacional, mas a aquisição de equipamentos ainda está em andamento.

**Tabela 28.** Estrutura da Rede de Cuidados de Saúde Primários de Lagos.

Medicina Geral e Familiar	Cuidados Comunitários (UCC Infante)	Unidade de Recursos Assistentes Partilhados (URAP)	Outros serviços
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Unidades de Saúde Familiar (USF) Descobrimientos e Amendoeira</li> <li>▪ Unidade de cuidados de saúde personalizados (UCSP)</li> <li>▪ Atendimento Complementar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI)</li> <li>▪ Intervenção Precoce na Infância</li> <li>▪ Núcleo de Apoio às Crianças e Jovens em Risco (NACJR)</li> <li>▪ Equipa para a prevenção da Violência em Adultos (EPVA)</li> <li>▪ Parentalidade</li> <li>▪ Saúde Escolar</li> <li>▪ Centro de Vacinação</li> <li>▪ Parcerias com a comunidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Serviço Social</li> <li>▪ Grupo de Apoio à Saúde Mental Infantil (GASMI)</li> <li>▪ Psicologia</li> <li>▪ Reabilitação</li> <li>▪ Saúde Oral</li> <li>▪ Nutrição</li> <li>▪ Espirometria</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Unidade de saúde pública</li> <li>▪ Gabinete do cidadão</li> <li>▪ Saúde Mental</li> <li>▪ Equipa Comunitária de Saúde Mental e de Suporte em Cuidados Paliativos</li> </ul>

No que diz respeito à rede hospitalar, houve uma mudança significativa na região do Algarve, com a criação do Centro Hospitalar e Universitário do Algarve (CHUA), que anteriormente era conhecido como Centro Hospitalar do Algarve (CHA). De destacar igualmente a entrada em funcionamento da Unidade de Hospitalização Domiciliária da Unidade de Portimão do CHUA, em 2021, traduzindo a aposta nesta nova área de cuidados também na região do Algarve, sendo constituída por uma equipa multidisciplinar de prestação de cuidados no domicílio.

Relativamente à Rede nacional de cuidados continuados integrados (RNCCI), o concelho de Lagos não tem nenhuma Unidade de Cuidados Continuados Integrados disponível desde meados de 2013, após o encerramento da Unidade de Convalescença do Hospital Privado de S. Gonçalo criada em 2008. No entanto, a Equipa de Cuidados Continuados Integrados domiciliários do Centro de Saúde de Lagos está disponível desde 2008 para atender as necessidades da população. A população de Lagos tem acesso às diferentes tipologias da Rede Nacional de Cuidados

Continuados Integrados (RNCCI), através de referenciação do Centro de Saúde de Lagos e do CHUA. Quanto à saúde mental, esta faz parte da RNCCI, mas está em fase inicial de desenvolvimento, segundo o Programa Nacional para a Saúde Mental (PNSM).

Além disso, o Centro de Saúde de Lagos não possui uma equipa dedicada a cuidados paliativos, mas é atendido pela Equipa Comunitária de Suporte em Cuidados Paliativos, com sede no Centro de Saúde de Lagoa, que gradualmente tem prestado apoio em toda a região de Barlavento Algarvio. Esta equipa é composta por profissionais de diversas áreas e oferece cuidados paliativos no domicílio. Além disso, a Unidade Hospitalar de Portimão do CHUA possui uma Unidade de Cuidados Paliativos para internamento, que não faz parte da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e segue um processo de referenciação diferente.

A pandemia da COVID-19, declarada pela OMS em março de 2020, provocou mudanças significativas no funcionamento de várias unidades de saúde, incluindo o SNS, levando à suspensão de alguns serviços. Em Lagos, tal como no resto do país, foram criados serviços de diagnóstico de COVID-19 (ADR) e mais tarde de vacinação (Centro de Vacinação), em colaboração com a Câmara Municipal. Além disso, o CHUA celebrou um acordo com o Hospital Privado de São Gonçalo de Lagos para internar doentes não COVID nesta unidade hospitalar.

### 4.4 Aumento do número de consultas médicas

A tabela seguinte apresenta o número de consultas realizadas em diferentes unidades funcionais do Centro de Saúde de Lagos em 2019, 2020 e 2021. Em 2019, foram realizadas um total de 83.445 consultas em todas as unidades funcionais, sendo a USF Descobrimentos e a USF Amendoeira as que tiveram o maior número, com 29.533 e 33.235, respetivamente. A UCSP Lagos também teve um valor significativo, com 20.647. A UCC Infante teve o menor indicador, com apenas 29, sendo que nesta unidade as consultas médicas realizam-se principalmente, em articulação com a Equipa de Cuidados Continuados Integrados no domicílio, não tendo, contudo, havido uma presença regular de médico nesta unidade.

Em 2020, o número total de consultas aumentou para 84.775, sendo a USF Descobrimentos e a USF Amendoeira novamente as unidades funcionais com os maiores valores. O SAC Lagos, que foi criado em 2020, para atender os utentes sem médico de família, turistas e passantes, apresentou nesse mesmo ano 3.333 atendimentos. A UCC Infante teve um número ainda menor de consultas, com apenas 25.

#### 04 Saúde

Em 2021, o número total de consultas aumentou novamente, para 100.445. A USF Descobrimentos e a USF Amendoeira continuaram a ter o maior número, com 38.337 e 35.675, respetivamente. O SAC Lagos assumiu o segundo lugar nos atendimentos, com 5.813 realizados. O CDP Lagos apresentou 111 atendimentos. A UCC Infante teve o menor valor de todos os anos em análise (18). Importa referir que estes dados refletem o período da pandemia, que implicou um enorme ajustamento dos serviços de saúde, nomeadamente a necessidade de consultas por telefone, que pode justificar de certa forma a subida exponencial destas no período.

**Tabela 29.** Consultas no Centro de Saúde de Lagos por unidade funcional, n.º (ACES Algarve II - Algarve Barlavento)

	2019	2020	2021
UCC Infante	29	25	18
UCSP Lagos	20 647	19 541	20 484
CDP Lagos	-	-	111
SAC Lagos	-	3 333	5813
USF Descobrimentos	29 533	29 722	38 337
USF Amendoeira	33 235	32 154	35 675
ADR Comunidade Algarve Barlavento	-	-	7
CS Lagos (Inativo)	1	-	-
	83 445	84 775	100 445

A tabela abaixo mostra o número de consultas realizadas no Centro de Saúde de Lagos em três anos consecutivos, separadas por tipo de consulta. Em 2019, foram realizadas um total de 83 445, enquanto o valor aumentou para 84 775 em 2020 e 100 445 em 2021. A maioria das consultas foi na área de saúde de adultos, com 65 767 consultas em 2019, 70 578 em 2020 e 85 304 em 2021. Na área de saúde infantil, ocorreu uma quantidade significativamente menor de consultas, com 11 956 em 2019, 10 006 em 2020 e 11 460 em 2021. Semelhantemente, a área de saúde materna e planeamento familiar teve menos atendimentos, bem como houve um número reduzido em especialidades.

**Tabela 30.** Consultas no Centro de Saúde de Lagos por tipo, n.º (ACES Algarve II - Algarve Barlavento)

	2019	2020	2021
Saúde de Adultos	65 767	70 578	85 304
Saúde Infantil	11 956	10 006	11 460
Saúde Materna	2 731	2 709	2 498
Planeamento Familiar	2 894	1 481	1 183
Especialidade	95	-	-
Não especificado	2	1	-
	83 445	84 775	100 445



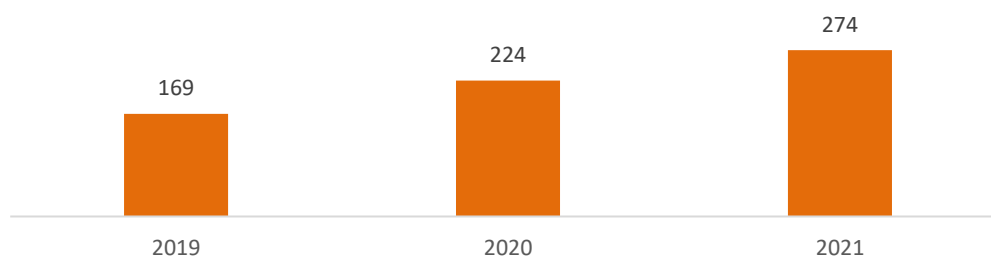
A Tabela 31 apresenta o número de consultas realizadas no Centro de Saúde de Lagos por programa de vigilância em 2019, 2020 e 2021. O programa específico do centro de saúde é o que mais consultas registou em todos os anos, sendo que houve um aumento significativo em 2021 relativamente aos anos anteriores. Os programas de planeamento familiar, saúde materna e saúde infantil apresentaram um decréscimo no número de atendimentos no período em análise, enquanto o rastreio oncológico registou um crescimento expressivo em 2021. Os programas de hipertensão e diabetes reduziram entre 2019 e 2021.

**Tabela 31.** Consultas por programa de vigilância no Centro de Saúde de Lagos, n.º (ACES Algarve II - Algarve Barlavento)

	2019	2020	2021
Programa Específico CS	87 994	87 244	107 661
Planeamento familiar	4 455	2 795	3 243
Saúde Materna	2 756	2 742	2 513
Rastreio Oncológico	7 749	4 132	5 446
Hipertensão	12 019	9 033	8 847
Diabetes	6 173	5 625	5 433
Saúde Infantil	5 321	3 683	3 411
Ficha individual	1	-	-
	126 467	115 254	136 554

O Gráfico 105 representa o número de consultas médicas ao domicílio entre 2019 e 2021. Observar-se que este indicador teve um aumento significativo ao longo dos anos. Em 2019, foram realizadas cerca de 170 consultas, número que subiu para mais de 220 em 2020 e 274 em 2021. Este aumento pode ser explicado pela pandemia de COVID-19, que fez com que muitas pessoas evitassem os hospitais e centros de saúde, optando por receber cuidados médicos nas suas residências. Além disso, também é possível ter havido um aumento na procura por cuidados de saúde em geral, incluindo os cuidados domiciliários.

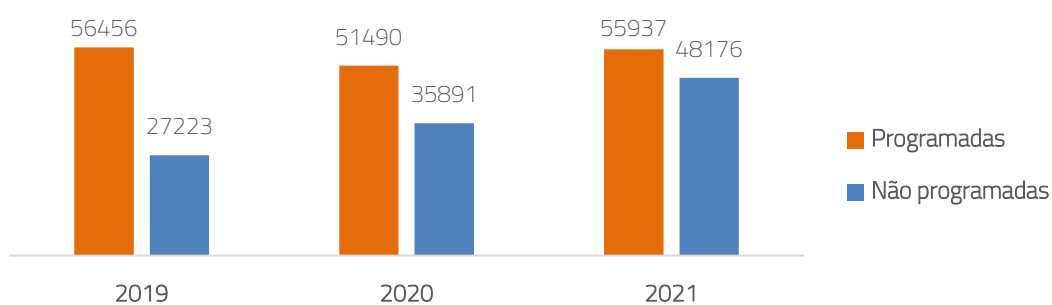
**Gráfico 105.** Consultas ao domicílio em Lagos, n.º (ACES Algarve II - Algarve Barlavento)



O gráfico abaixo apresenta a evolução das consultas programadas e não programadas no Centro de Saúde de Lagos, no período de 2019 a 2021, de acordo com dados do ACES Algarve II - Algarve Barlavento. Pode-se observar que o número das programadas é significativamente maior do que

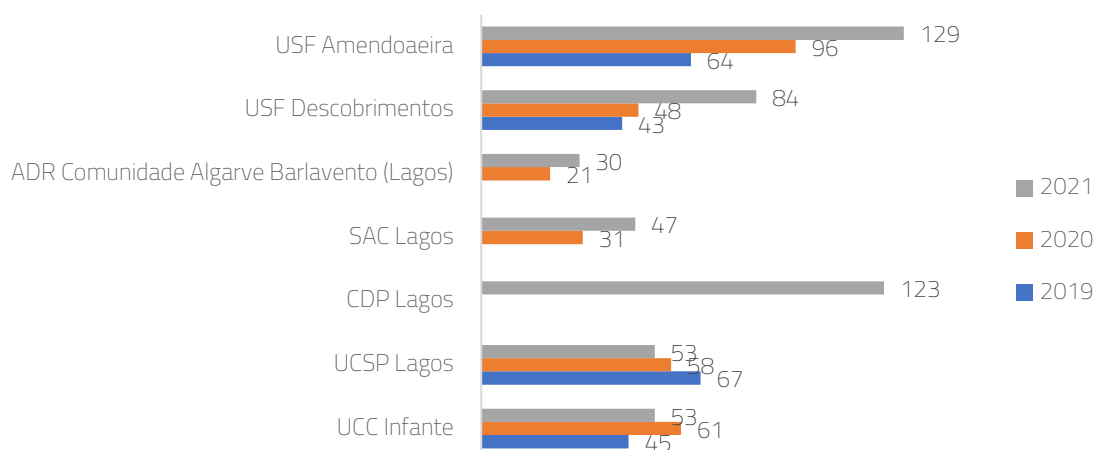
as não programadas em todos os anos. Em 2019, o total de consultas programadas foi de 56 450, enquanto de não programadas foi de 27 220. Em 2020, houve uma queda nos valores devido à pandemia de COVID-19, mas a proporção entre consultas programadas e não programadas permaneceu a mesma. Por outro lado, em 2021, o indicador subiu exponencialmente relativamente ao ano anterior, com cerca de 56 000 consultas programadas e 48 176 consultas não programadas. Pode-se concluir, portanto, que as consultas programadas são mais frequentes do que as não programadas, e que o número total tem crescido ao longo do tempo.

**Gráfico 106.** Consultas programadas e não programadas em Lagos, n.º (ACES Algarve II - Algarve Barlavento)



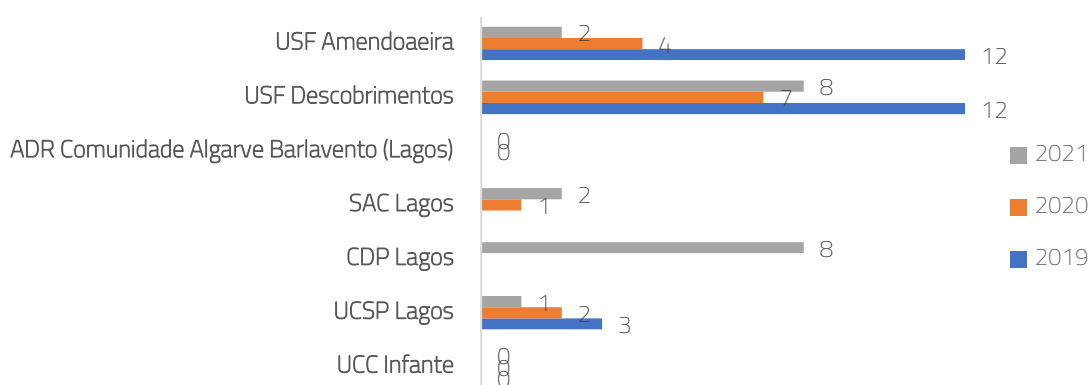
O Gráfico 107 mostra a média de tempo de espera após a chegada. Observa-se que, de modo geral, a espera tem sido sempre superior na USF Amendoeira. Nesta unidade registou-se também um aumento significativo, que passou de aproximadamente 60 minutos em 2019 para mais do dobro em 2021. A mesma tendência foi verificada na USF Descobrimentos, que subiu de 43 minutos em 2019 para 84 em 2021. Na ADR Comunidade Algarve Barlavento e no SAC Lagos também houve um acréscimo no tempo de espera. Por outro lado, na UCSP Lagos e na UCC Infante manifesta-se uma tendência de diminuição entre 2019 e 2021.

**Gráfico 107.** Média de tempo de espera após chegada, minutos (ACES Algarve II - Algarve Barlavento)



A média de dias de espera para obter consulta também fornece informação importante sobre a eficácia e eficiência das unidades de saúde. Ao analisar o gráfico seguinte, é possível perceber um cenário positivo de aumento dessa eficiência devido à diminuição significativa da média dos dias de espera até obter consulta. Na USF Amendoeira esse valor passou de 12 em 2019 para apenas 2 em 2021 – sendo esta a unidade onde se regista a maior redução. Na USF Descobrimentos, embora a descida não seja tão acentuada, nota-se uma tendência decrescente, uma vez que os utentes aguardavam, em média, 12 dias até obterem consulta em 2019, e este valor caiu para 8 em 2021.

**Gráfico 108.** Média de dias de espera para obter consulta, dias (ACES Algarve II - Algarve Barlavento)



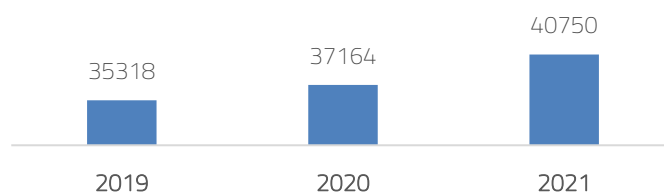
De modo geral, existem indícios positivos sobre as consultas da rede de cuidados de saúde, tanto ao nível do aumento de consultas quanto da diminuição do número de dias para as obter. Isso pode indicar uma melhoria nos processos internos da instituição, como uma melhor gestão de fluxo de pacientes, um aumento na eficiência dos funcionários ou uma alocação mais eficiente dos recursos. A redução gradual no tempo médio de espera pode indicar uma melhoria nos processos internos, mas é importante considerar os fatores externos que podem influenciar esse indicador.

## 4.5 Aumento do número de utentes no Centro de Saúde

O Gráfico 109 apresenta a evolução de utentes inscritos no Centro de Saúde de Lagos, no período entre 2016 e 2021. Observa-se que o número de inscritos tem aumentado ao longo dos anos, de forma gradual, passando de cerca de 34 mil em 2016 para cerca de 40 mil em 2021. Esse acréscimo pode ser resultado de um incremento na população da região e uma maior

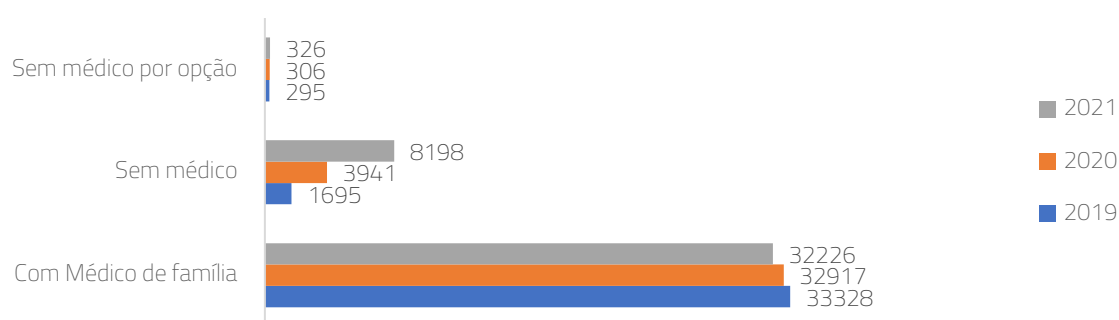
consciencialização dos pacientes sobre os serviços de saúde disponíveis, impactando no tempo de espera para consultas e na qualidade do atendimento. É importante que o Centro de Saúde esteja preparado para lidar com essa dinâmica de procura. Isso pode exigir a alocação de mais recursos, como pessoal médico e equipamentos, para garantir que os pacientes recebam o atendimento adequado.

**Gráfico 109.** Utentes inscritos no Centro de Saúde de Lagos, n.º (ACES Algarve II - Algarve Barlavento)



O gráfico seguinte apresenta duas séries de dados relacionadas com o número de utentes inscritos no Centro de Saúde de Lagos e com a atribuição de médico de família, ao longo dos anos de 2017 a 2021. É possível perceber que, no período em questão, houve um aumento gradual no número de utentes inscritos. No entanto, estes com um médico de família atribuído permaneceram relativamente estáveis. Embora a maioria dos inscritos tenha um médico de família, nota-se um crescimento dos que não possuem – que era 1.695 em 2019 e passaram para 8.198 em 2021. Isto pode indicar uma possível falta de recursos ou pessoal médico disponível para responder à necessidade existente por serviços de saúde no concelho (como referido anteriormente) ou, por outro lado, um aumento da procura que ainda não foi respondido.

**Gráfico 110.** Utentes inscritos no Centro de Saúde de Lagos e atribuição de médico de família, n.º (ACES Algarve II - Algarve Barlavento)

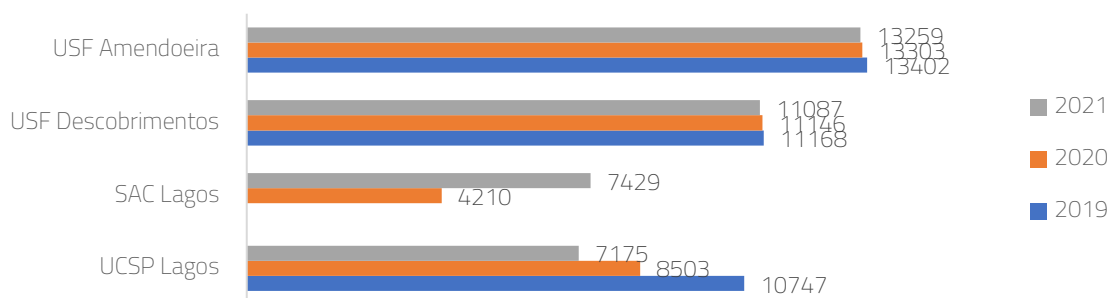


O gráfico abaixo apresenta informações importantes sobre a distribuição dos utentes inscritos no Centro de Saúde de Lagos, segmentados por unidade funcional. Como referido, a instituição é composta por várias unidades funcionais. A maioria dos utentes inscritos estão registados na USF Amendoeira e na USF Descobrimentos, com um número significativamente maior do que os contabilizados nas outras unidades. De modo geral, a quantidade de utentes tem-se mantido

estável nestas unidades entre 2019 e 2021. No SAC Lagos e na UCSP Lagos registam-se um crescimento expressivo de inscritos durante o período estudado.

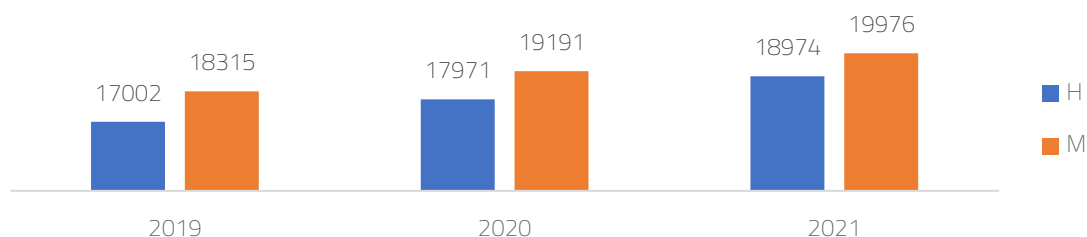
É importante que as unidades funcionais trabalhem em conjunto e comuniquem para garantir uma abordagem coordenada e holística ao cuidado do paciente. A colaboração entre as diferentes áreas pode levar a uma melhor qualidade de atendimento e melhores resultados de saúde para os pacientes.

**Gráfico 111.** Utentes inscritos no Centro de Saúde de Lagos por unidade funcional, n.º (ACES Algarve II - Algarve Barlavento)



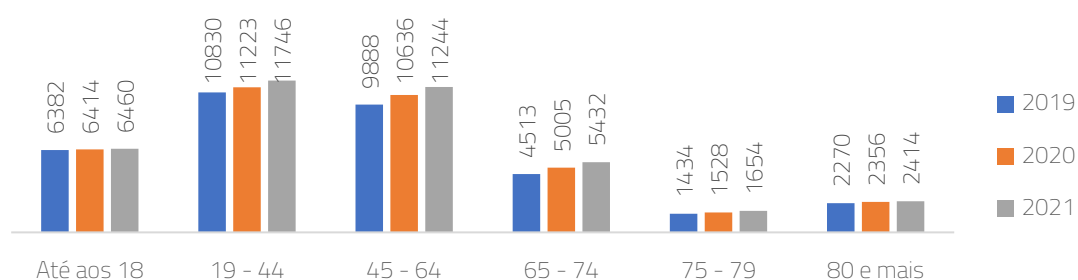
O Gráfico 112 apresenta informações sobre a distribuição dos utentes inscritos no Centro de Saúde de Lagos quanto ao sexo. Nota-se que a maioria dos inscritos são mulheres, porém, este desfasamento entre sexos tende a diminuir, sendo menor em 2021. Existe uma multiplicidade de fatores que podem ajudar a explicar esta diferença, no entanto, independentemente das causas subjacentes, é importante que as instituições de saúde estejam cientes dessas particularidades e considerem esses fatores ao planear e prestar os serviços de saúde.

**Gráfico 112.** Utentes inscritos no Centro de Saúde de Lagos quanto ao sexo, n.º (ACES Algarve II - Algarve Barlavento)



A distribuição dos utentes inscritos no Centro de Saúde de Lagos quanto ao perfil etário revela que a sua maioria está concentrada nas faixas etárias entre os 19 e os 64 anos, representando cerca de 60% do total. Ao longo do período em análise, é possível observar um aumento na quantidade de utentes inscritos em todas as faixas etárias, porém, mais acentuado no grupo entre os 45 e os 74 anos.

**Gráfico 113.** Utentes inscritos no Centro de Saúde de Lagos quanto ao perfil etário, n.º (ACES Algarve II - Algarve Barlavento)



Em suma, os dados apresentados destacam a importância de garantir recursos adequados para lidar com o aumento da procura por serviços de saúde no concelho de Lagos, de fornecer um médico de família a todos os pacientes inscritos, e de considerar as necessidades específicas dos pacientes ao planear e prestar serviços de saúde.

## 4.6 Agravamento da saúde mental no Algarve

A tabela seguinte apresenta os dados sobre as consultas médicas na especialidade de psiquiatria na unidade de consulta externa dos hospitais em Portugal e no Algarve entre os anos de 2015 e 2021, bem como a proporção entre as consultas nacionais e regionais. Nota-se que o número de consultas em Portugal tem aumentado ao longo dos anos, atingindo um pico de 863.188 em 2021. No Algarve, também houve um crescimento significativo, de 13.262 em 2015 para 29.915 em 2021. A proporção da região relativamente ao país regista aumentos sucessivos, passando de 1,7% para 3,5%, indicando um agravamento da procura deste tipo de especialidade ao nível regional.

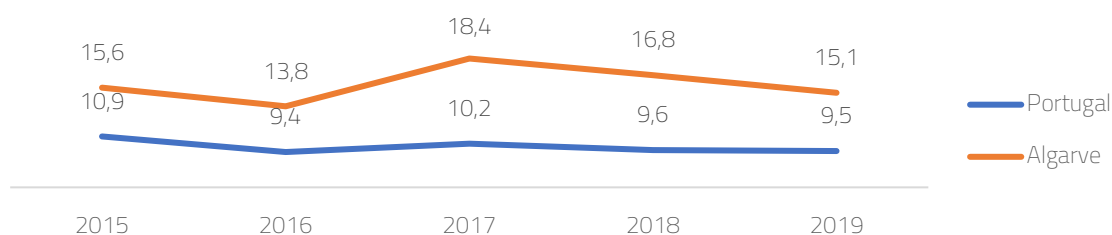
**Tabela 32.** Consultas médicas na unidade de consulta externa dos hospitais em Portugal e Algarve - especialidade de psiquiatria, n.º (INE, Inquérito aos hospitais)

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Portugal	768 025	796 890	820 700	836 260	838 412	818 263	863 188
Algarve	13 262	14 010	14 646	17 668	20 679	24 069	29 915
Proporção	1,7	1,8	1,8	2,1	2,5	2,9	3,5

Esses dados podem demonstrar uma subida na procura por serviços de saúde mental, bem como um reconhecimento crescente da importância desta temática na sociedade. No entanto, também podem refletir a falta de recursos para o tratamento desses transtornos.

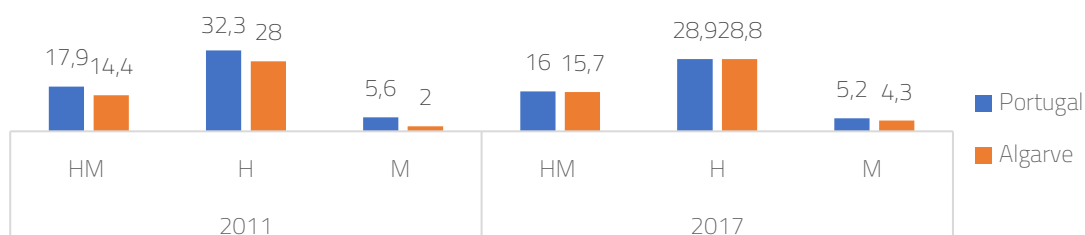
O gráfico seguinte mostra a taxa de mortalidade por lesões autoprovocadas intencionalmente, também conhecido como taxa de suicídio, por 100 mil habitantes em Portugal e no Algarve no período de 2000 a 2019. Observa-se que Portugal apresenta uma taxa relativamente estável, com uma ligeira tendência de diminuição, passando de 10,9% em 2015 para 9,5% em 2019. No Algarve, apesar de apresentar variações ao longo do período analisado, o indicador tem sido consideravelmente mais elevado face ao nacional, sendo de 15,6% em 2015 e 15,1% em 2019, registando um pico de 18,4% em 2017. É importante destacar que esse desfecho pode ser influenciado por diversos fatores, como fatores socioeconómicos, culturais, psicológicos e de saúde mental, caracterizando-se como um problema de saúde pública, que requer medidas preventivas e de tratamento adequadas.

**Gráfico 114.** Taxa de mortalidade por lesões autoprovocadas intencionalmente (suicídio) por 100 000 habitantes em Portugal e Algarve (INE, Óbitos por causas de morte)



O gráfico abaixo mostra a taxa de mortalidade por doenças relacionadas com o consumo de substâncias alcoólicas, comparando os mesmos contextos. De modo geral, é possível perceber que as mortes por essas doenças são largamente superiores no sexo masculino em ambos os territórios em análise. Outro aspeto que importa sublinhar é que a taxa regional era inferior à nacional em 2011, em ambos os sexos. Em 2017, embora fosse superior em Portugal, a diferença para a região diminuiu, 16% e 15,7%, respetivamente. No caso das mulheres, enquanto ao nível nacional existiu uma ligeira redução (5,6% em 2011 e 5,2% em 2017), a região duplicou (de 2% em 2011 para 4,3% em 2017).

**Gráfico 115.** Taxa de mortalidade padronizada por doenças atribuíveis ao álcool por 100 000 habitantes em Portugal e Algarve, quanto ao sexo (INE, Óbitos por causas de morte)



A comparação entre o cenário nacional e regional nesta dimensão da saúde mental permite algumas conclusões que convergem na mesma ideia – no Algarve tem-se assistido a uma trajetória de piora das situações do foro mental, visível não só no aumento da proporção entre as consultas de psiquiatria quanto ao nível das taxas de mortalidade por suicídio. Isto coloca a saúde mental como uma das principais dimensões de atenção constante no âmbito regional.

## 4.7 Respostas locais à Saúde Mental

No que diz respeito aos cuidados de saúde mental no concelho, houve mudanças significativas na estrutura de saúde, como a implementação de Equipas Comunitárias de Saúde Mental (ECSM) nos Cuidados de Saúde Primários para atender a população com mais de 18 anos. No Centro de Saúde de Lagos, a ECSM começou a operar em 2019, sendo composta principalmente por profissionais da Unidade Hospitalar de Portimão do CHUA, que se deslocam semanalmente ao Centro de Saúde de Lagos, bem como aos Centros de Saúde de Vila do Bispo e de Aljezur.

Em 2020, foi criada a consulta de Psicologia no Centro de Saúde de Lagos para a população a partir dos 18 anos, assim como em outros centros de saúde. Os cuidados de saúde mental fazem parte da RNCCI e estão em desenvolvimento, havendo três respostas em funcionamento na região do Algarve, fornecidas por instituições particulares de solidariedade social, com um total de 60 vagas na área de Cuidados Continuados de Saúde Mental.

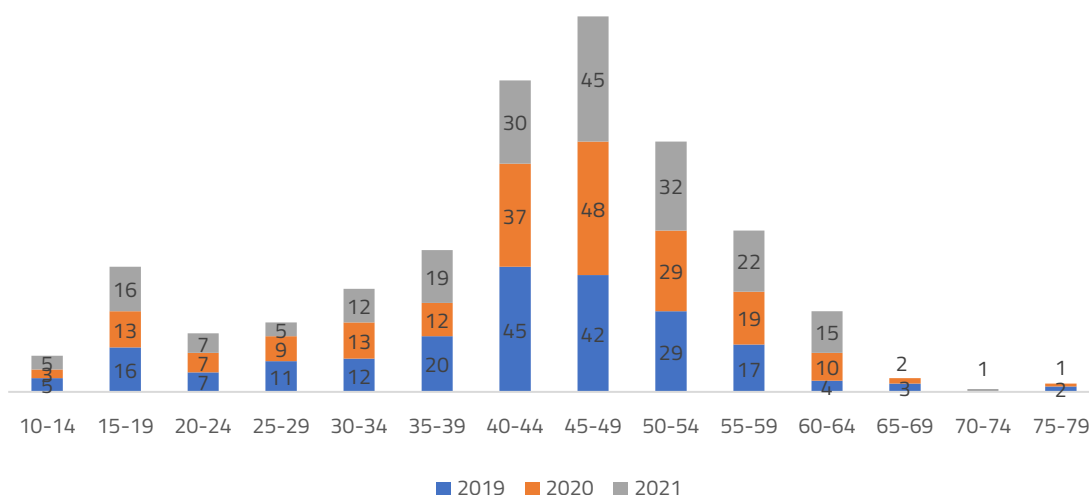
A ACASO, a ASMAL, a Casa do Povo de São Bartolomeu de Messines e a Unir (Associação dos Doentes Mentais Famílias e Amigos do Algarve) promovem essas respostas, incluindo Unidades Sócio-Ocupacionais (USO) e equipas de apoio domiciliário. A ACASO tem uma USO para adultos e uma equipa de apoio domiciliário em Olhão, enquanto a ASMAL tem uma USO para a infância e adolescência em Loulé, destinada a jovens dos 13 aos 17 anos. A Casa do Povo de São Bartolomeu de Messines também tem uma USO para adultos e uma equipa de apoio domiciliário. A Unir desenvolve diferentes projetos, por exemplo, o Projeto Construir Sorrisos, o Projeto Sentir, Unir e Educar, entre outros. Na área da infância, mantêm-se em funcionamento no Centro de Saúde de Lagos, o Grupo de Apoio à Saúde Mental Infantil (GASMI), para crianças dos três aos doze anos de idade e a Equipa Local de Intervenção Precoce na Infância (ELI), no âmbito do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI), para crianças até aos 6 anos de idade, funcionando em articulação com o Núcleo de Educação da Criança Inadaptada (NECI), ambas as equipas, são compostas por profissionais de diferentes disciplinas.



Na área das dependências, as Equipas Técnicas Especializadas de Tratamento (ETET) do Barlavento e Sotavento estão integradas na Divisão dos Comportamentos Aditivos e Dependências (DICAD) da ARS do Algarve, com a missão de tratamento de indivíduos com dependências de álcool, drogas e jogo. São equipas multidisciplinares constituídas por médicos, psicólogos, enfermeiros, técnicos superiores de serviço social, assistentes administrativos e assistentes operacionais.

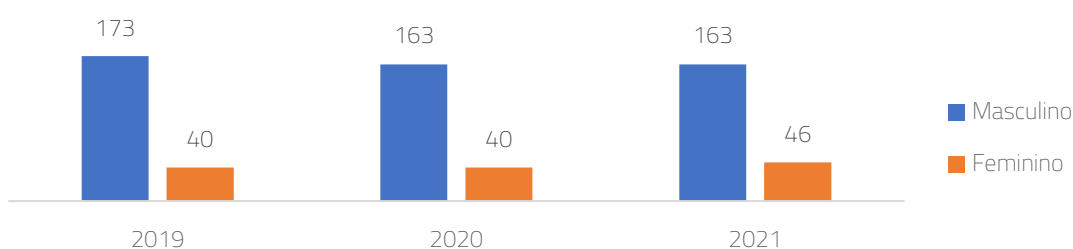
Os dados constantes no gráfico abaixo permitem concluir que a maioria dos utentes se situa na faixa etária dos 45 aos 49 anos, seguindo-se a dos 40 aos 44 anos e dos 50 aos 54 anos. Nos escalões etários mais jovens será necessário dar uma especial atenção ao ciclo dos 15 aos 19 anos, uma vez que apresenta um pico, totalizando 16 utentes em 2019, 13 em 2020 e 16 em 2021.

**Gráfico 116.** Utentes da ETET, residentes em Lagos, quanto ao escalão etário, n.º (ETET Barlavento)



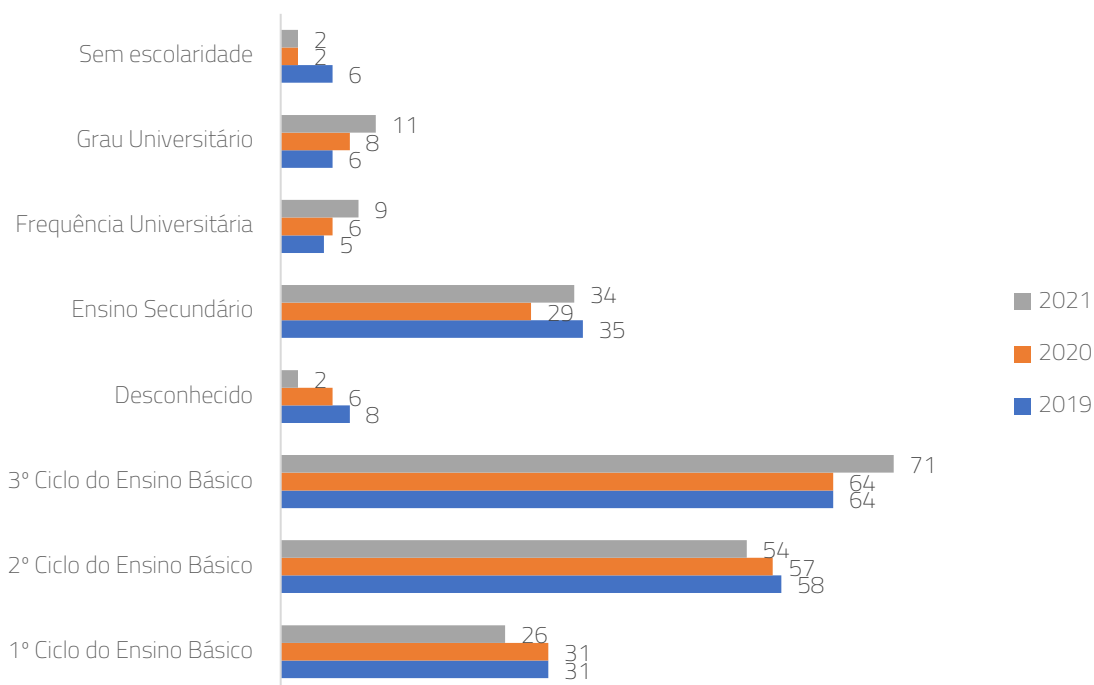
No que concerne ao género dos utentes, o masculino está claramente em maioria, ou seja, 173 em 2019 (81%), 163 em 2020 (80%) e 163 em 2021 (78%). Os dados também demonstram uma diminuição relativa dos homens face às mulheres, revelando um ligeiro aumento de utentes do sexo feminino, que aumentaram de 40 em 2019 e 2020 para 46 em 2021.

**Gráfico 117.** Utentes da ETET, residentes em Lagos, quanto ao género, n.º (ETET Barlavento)



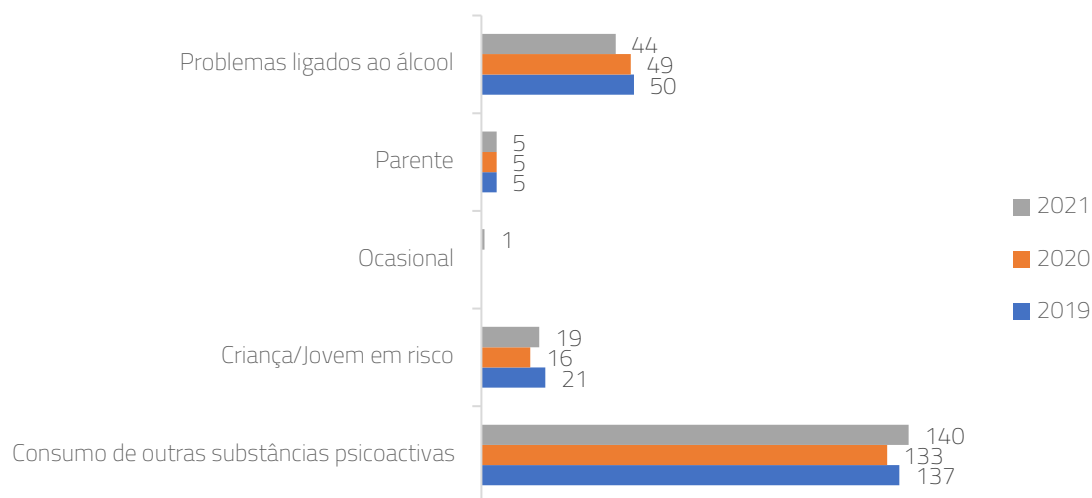
Relativamente ao nível de escolaridade apresentada no gráfico 118, conclui-se que a maioria dos utentes detinha o terceiro ciclo do ensino básico ou o segundo. Em 2019, 64 utentes tinham concluído o 3.º CEB, 64 em 2020 e 71 em 2021. Os que concluíram o 2.º CEB totalizavam 58 em 2019, 57 em 2020 e 54 em 2021. O número de utentes com ensino secundário ou que apenas detinham o 1.º CEB são bastante semelhantes. Em 2021, 34 tinham concluído o secundário e 26 o 1.º CEB. De 2019 para 2021 aumentaram os utentes com grau universitário, de 6 para 11 e também aqueles que se encontravam a frequentar a universidade de 5 em 2019 para 9 em 2021. Por outro lado, diminuíram os que não tinham concluído qualquer nível de ensino, de 6 em 2019 para 2 em 2020 e 2021.

**Gráfico 118.** Utentes da ETET, residentes em Lagos, quanto ao nível de escolaridade, n.º (ETET Barlavento)



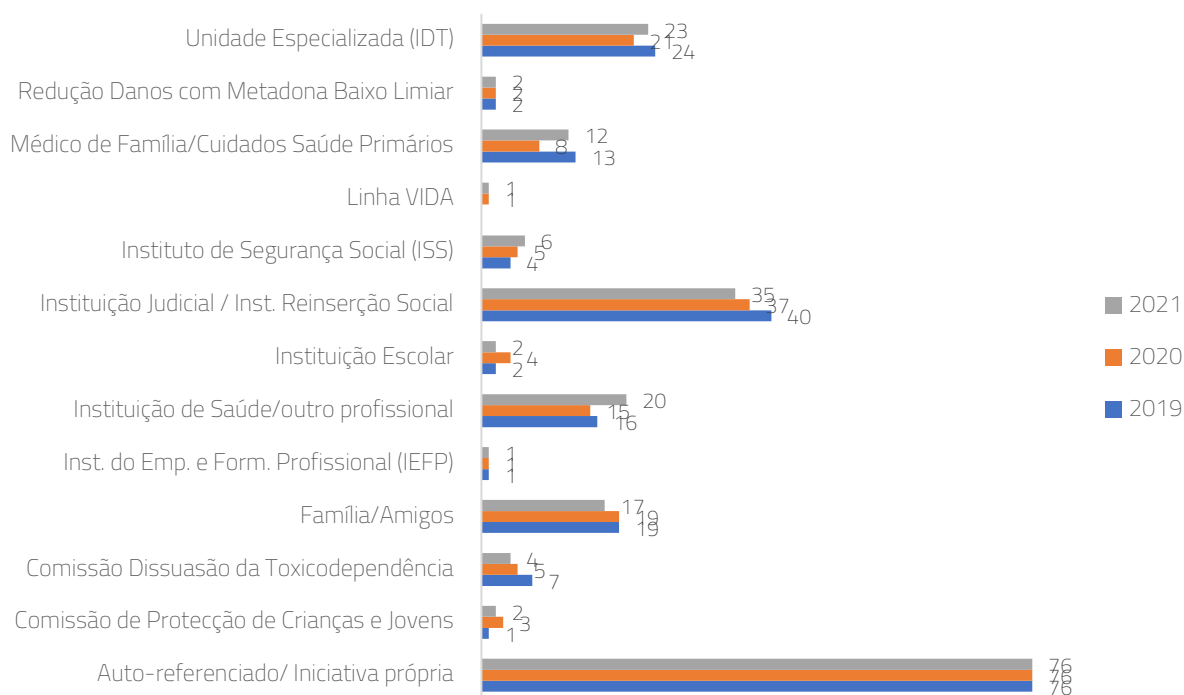
O principal motivo que leva os utentes à consulta prende-se com o consumo de outras substâncias psicoativas que, aliás, sofreu um ligeiro aumento, em 2019 137 pessoas procuraram este serviço, 133 em 2020 e 140 em 2021. Os problemas relacionados com o consumo de álcool surgem como a segunda ordem de grandeza, tendo levado em 2019 50 utentes à consulta, 49 em 2020 e 44 em 2021, demonstrando um ligeiro decréscimo. O terceiro motivo está relacionado com crianças e jovens em risco, representando 21 utentes em 2019, 16 em 2020 e 19 em 2021.

**Gráfico 119.** Utentes da ETET, residentes em Lagos, quanto ao motivo da consulta, n.º (ETET Barlavento)



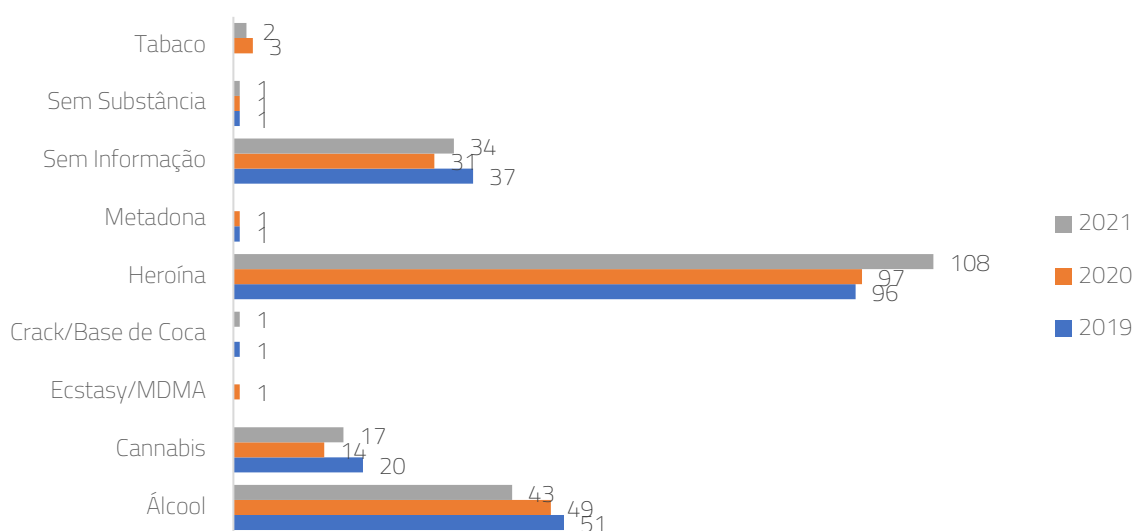
Segundo o gráfico seguinte, a maioria dos utentes chega à consulta da ETET por iniciativa própria ou autorreferenciação, mantendo-se o número de utentes ao longo da série temporal, ou seja, 76. Seguem-se aqueles que chegam por via de uma instituição judicial ou de reinserção social, isto é, 40 em 2019, 37 em 2020 e 35 em 2021. Entre 21 e 24 utentes foram referenciados por uma unidade especializada, enquanto a família e as unidades de saúde apresentam também papéis muito relevantes na sinalização de utentes para acesso a este serviço.

**Gráfico 120.** Utentes da ETET, residentes em Lagos, quanto à fonte de referenciação, n.º (ETET Barlavento)



O gráfico 121 revela que a heroína surge como a principal substância psicoativa de consumo mencionada, tendo uma tendência crescente, de acordo como os dados abaixo, sendo consumida por 96 utentes em 2019, 97 em 2020 e 108 em 2021. Segue-se o álcool, apesar de apresentar uma tendência decrescente, com 51 pessoas em 2019, 49 em 2020 e 43 em 2021. A terceira substância mais relevante é a cannabis, consumida por 20 indivíduos em 2019, 14 em 2020 e 17 em 2021. Estes dados não refletem ainda todo o período de pandemia, pelo que poderão surgir aumentos de utentes a acorrer a esta consulta devido a um agravamento das suas condições mentais e psicológicas que podem ter levado a um incremento de comportamentos aditivos e dependências.

**Gráfico 121.** Utentes da ETET, residentes em Lagos, quanto à substância principal de consumo, n.º (ETET Barlavento)



A tendência é semelhante para os utentes em tratamento ambulatorio ou em internamento, isto é, uma redução de 2019 para 2020, e posterior aumento em 2021, ainda que para números inferiores aos de início da série, sendo que a diminuição que se verificou terá sido, muito provavelmente, por via das restrições impostas durante o período de pandemia, do que uma menor necessidade por parte das pessoas que sofrem deste tipo de dependências. Dos dados expostos abaixo, 3.725 utentes encontravam-se em tratamento ambulatorio em 2019, 3.356 em 2020 e 3.541 em 2021. Em internamento em Comunidades Terapêuticas – “Unidades Especializadas de Tratamento Residencial de longa duração, como uma duração de 3 a 12 meses, onde se presta apoio psicoterapêutico de modo a reorganizar o mundo interno dos utentes e a perspetivar o seu futuro”<sup>17</sup>, encontravam-se 122 pessoas em 2019, 118 em 2020 e 121 em 2021.

<sup>17</sup> Conceito definido pelo Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD): <https://www.sicad.pt/PT/Intervencao/TratamentoMais/SitePages/ModelosRespostas.aspx>

As Unidades de Desabilitação<sup>18</sup> – preconizam “internamentos programados de curta duração (7 a 10 dias, podendo ir até 20 dias em situações de comorbilidade) onde, através de uma abordagem psicofarmacológica de apoio psicoterapêutico e educação para a saúde, se promove o tratamento do síndrome de privação em utentes que não dispõem de condições individuais ou sociais para o fazer em regime ambulatorio.” Com base nos dados fornecidos, em 2019 foram internados 443 utentes nesse tipo de unidades, 268 em 2020 e 284 em 2021, um valor muito aquém do início da série e que representa uma quebra de 36%.

**Tabela 33.** Utentes em tratamento e em internamento, n.º (ETET Barlavento)

	2019	2020	2021
Tratamento ambulatorio	3725	3356	3541
Internamentos em Comunidades Terapêuticas	122	118	121
Internamentos em Unidades de Desabilitação	443	268	284

Os tempos de espera para uma consulta à data de março de 2023, para a ETET do Sotavento é de cerca de 2 meses, e no Barlavento de dois meses e meio. No que concerne ao Gabinete de Atendimento a Jovens e Envolvertes (GAJE) é de uma semana para Faro e de um mês para Portimão. Caso o utente detenha um critério de prioridade (grávidas, sem-abrigo ou migrante) o tempo de espera é por norma de 2 semanas. A consulta descentralizada em Lagos para administração de Metadona, que ocorre no Centro de Saúde, serve uma média de 45 utentes diariamente.

A saúde tem de ser tratada, cada vez mais de uma forma multidisciplinar e holística, uma vez que é essencial para o bem-estar físico, emocional e social das pessoas e comunidades. Cada vez mais se apostam em serviços de promoção da saúde e saúde mental, por exemplo, o Serviço de Ação Social da Câmara de Lagos, o GASMI, os serviços de psicologia nos dois agrupamentos escolares, entre outros. Assim, ao nível local, nomeadamente no concelho de Lagos, corrobora-se a tendência regional verificada anteriormente de agravamento da saúde mental. O gráfico 122 mostra um aumento significativo dos agregados com apoio psicológico pela Ação Social da Câmara Municipal de Lagos. Em apenas 1 ano (2020 para 2021) o número de agregados mais do que duplicou. A pandemia veio expor e agravar muitas dimensões associadas à saúde mental pelo que estes dados podem ser simultaneamente reflexo de: um aumento das necessidades reais de apoio psicológico e/ou uma diminuição do estereótipo associado à saúde mental o que facilita a procura deste tipo de apoio.

<sup>18</sup> Conceito definido pelo SICAD:

<https://www.sicad.pt/PT/Intervencao/TratamentoMais/SitePages/ModelosRespostas.aspx>

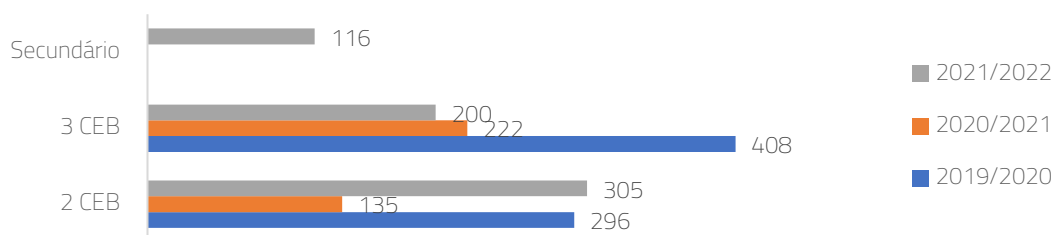
**Gráfico 122.** Agregados com apoio psicológico pela Ação Social da Câmara Municipal de Lagos, n.º (CML)



O Gabinete de Apoio Pedagógico (GAP) do Agrupamento de Escolas Gil Eanes (AEGE) foi constituído em 2016, como um serviço multidisciplinar, que procura materializar alguns objetivos do Plano de Ação do agrupamento, ao nível da “promoção do sucesso de todos os alunos, proporcionando-lhes um serviço de excelência, através de acompanhamento e apoio de caráter psicopedagógico, atividades e projetos de educação não formal, sessões de mediação de conflitos, ações em turma sobre várias temáticas e workshops/seminários para encarregados de educação, entre outras abordagens”. As crianças e jovens, tal como todos nós, sofrem os impactos da pandemia, das alterações climáticas, das guerras e das crises económicas, contextos que deixam marcas e graves consequências ao nível da saúde mental. Assim, as escolas têm um papel fundamental para sinalizar de forma precoce, prevenir e encaminhar todos os casos e situações que surgem no dia a dia.

O gráfico abaixo traduz o número de alunos acompanhados pelo GAP, pelo que se conclui que se registou um ligeiro aumento no 2.º CEB de 296 em 2019/2020 para 305 em 2021/2022. O ano de 2020/2021 foi de forte quebra, em virtude dos constrangimentos impostos pela pandemia. Relativamente aos alunos do 3.º CEB, registou-se uma quebra constante de 408 em 2019/2020 para 222 em 2020/2021 e 200 em 2021/2022. Ao nível do ensino secundário, registaram-se 116 beneficiários em 2021/2022.

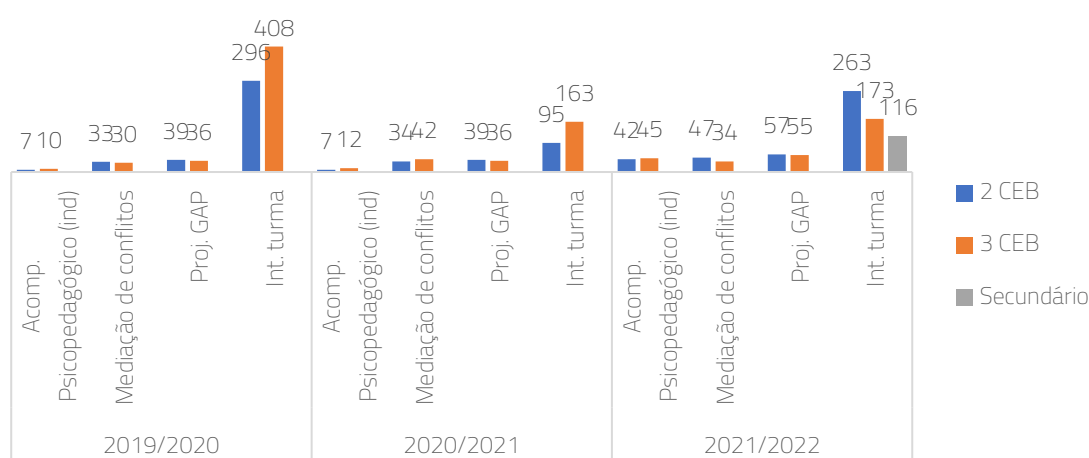
**Gráfico 123.** Alunos acompanhados/beneficiários do serviço GAP, por nível de ensino, n.º (Gabinete de Apoio Pedagógico do AEGE)



Um importante tipo de resposta realizado pelo GAP prende-se com o atendimento psicopedagógico que se realiza de forma individual. Relativamente a este serviço, os dados demonstram que ocorreu um elevado crescimento tanto para alunos do segundo como do terceiro ciclo. No que concerne a estudantes do 2.º CEB eram acompanhados 7 em 2019/2020, 7 em 2020/2021 e 42 em 2021/2022, ou seja, um aumento de 500%. Algo semelhante aconteceu com

os alunos do 3.º CEB, estes totalizavam 10 em 2019/2020, 12 em 2020/2021 e 45 em 2021/2022, isto é, um incremento de 350%. Também os beneficiários de mediação de conflitos sofreram um certo crescimento, embora de uma forma mais ténue, nos alunos do 2.º CEB passaram de 33 no início da série para 47 no final, ao passo que nos de 3.º CEB, de 30 para 34 respetivamente. O GAP também implementa projetos sobre temáticas específicas, como assembleias de delegados de turma, líderes digitais, deixa a tua marca, entre outros. Realiza intervenção em turma, por exemplo, com projetos/programas de prevenção do *bullying*, gestão de emoções, igualdade de género, tolerância, não-violência, direitos humanos, entre outros.

**Gráfico 124.** Alunos acompanhados/beneficiários do serviço GAP, por tipo de resposta, n.º (Gabinete de Apoio Pedagógico do AEGE)



### Contributos do fórum temático 'saúde e saúde mental' da Rede Social de Lagos

No âmbito do Fórum Temático sobre a saúde e saúde mental do concelho de Lagos, foi possível recolher as perceções dos vários participantes, que partilharam algumas vivências e dificuldades que encontram no terreno. Destacam-se um conjunto de contributos sobre esta temática, nomeadamente:

- A saúde mental necessita de ser trabalhada e abordada multidisciplinarmente, mas assiste-se a uma estagnação no investimento desta lógica no centro de saúde;
- Nas escolas assiste-se a casos de tentativas de suicídio e autolesão para "esquecer o sofrimento", perturbações de conduta e alimentares;
- Ocorreu um aumento do consumo de droga durante a pandemia e inclusive de migrantes que já chegam com problemas de dependências, bem como, mais casos de violência doméstica;
- Relativamente à consulta de dependências, verifica-se que há uma parte da população de Lagos que não se consegue deslocar a Portimão, pelo que é urgente criar este serviço em

Lagos. Nesta consulta conclui-se que ocorreu um aumento de crack (derivado da cocaína) e de álcool;

- O envelhecimento é um grande desafio, os cuidadores informais muitas vezes também já com alguma idade, necessitam de apoio, como por exemplo a referenciação para descanso do cuidador;
- Os fatores de sucesso na recuperação, no caso de consumo de substâncias aditivas, estão maioritariamente relacionados com a envolvência da família e suporte social como vizinhos ou os técnicos que fazem o acompanhamento.



## Síntese da saúde

### Médicos/as e enfermeiros/as

- Lagos tem menos médicos e enfermeiros do que o Algarve e Portugal;
- Existe um aumento do número de médicos especialistas.

### Taxas de Mortalidade

- Diminuição acentuada da taxa quinquenal de mortalidade infantil e neonatal;
- A taxa quinquenal de mortalidade neonatal é quase nula no concelho de Lagos;
- Maior incidência de mortes por doenças do aparelho circulatório do que em Portugal e no Algarve;
- Taxa de mortalidade por tumores malignos em declínio.

### Estrutura da Rede de Cuidados de Saúde

- Alargamento da rede;
- Ampliação dos serviços de saúde oral;
- Criação de duas novas unidades de saúde familiar.

### Serviços de Saúde

- Aumento do número de consultas no centro de saúde;
- Maioria das consultas são na área da saúde de adultos;
- Aumento do número de consultas ao domicílio;
- Aumento do tempo de espera no centro de saúde, mas diminuição do número de dias de espera para obter consulta.

### Utentes no Centro de Saúde

- Aumento significativo do número de utentes inscritos;

- Aumento do número de utentes sem médico de família;
- Aumento mais acentuado dos inscritos na faixa etária dos 45-64 e 65-74 anos.

### Saúde Mental

- Aumento da proporção de consultas de psiquiatria no Algarve, comparativamente com o cenário nacional;
- Taxa de mortalidade por suicídio superior na região do que a média nacional.

### Respostas locais à Saúde Mental

- Implementação das Equipas Comunitárias de Saúde Mental;
- Criação da Consulta de Psicologia no Centro de Saúde para a população com mais de 18 anos;
- Aumento dos agregados com apoio psicológico;
- Utentes da ETET são maioritariamente homens, com idades compreendidas entre 45 e 49 anos, com o 3º CEB, que consomem principalmente heroína e álcool;
- Aumento dos acompanhamentos psicopedagógicos realizados pelo GAP do AEGE, tanto para alunos do segundo como do terceiro ciclo.



05

EDUCAÇÃO

# 05

## EDUCAÇÃO

Analisar indicadores estatísticos sobre educação é fundamental para o diagnóstico social de um determinado território. Os dados e estatísticas educacionais fornecem uma visão abrangente sobre a qualidade da educação e sobre o seu impacto na sociedade. O uso destes indicadores estatísticos permite aos órgãos de governança e outras organizações compreender melhor a educação, detetar problemas e criar soluções efetivas. Estas informações também ajudam a avaliar os resultados de políticas educacionais e as tendências globais. Por estas razões, é crucial analisar indicadores estatísticos sobre educação para um diagnóstico social preciso.

A educação é fundamental para o desenvolvimento de um município. Investir em educação melhora a qualidade de vida da população ao aumentar o nível de escolaridade e a qualificação profissional. A educação também contribui para o avanço económico e social de um município, pois cria oportunidades de emprego, aumenta o nível de rendimento e estimula a inovação. Além disso, é uma dimensão essencial para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis, que contribuem para a formação de uma sociedade mais igualitária e inclusiva. Neste sentido, é fundamental que os municípios invistam na educação para poderem alcançar um desenvolvimento sustentável.

Este capítulo mostra as principais dimensões das características educacionais da população lacobrigense, situando-a face à realidade regional e nacional. Para isso, num primeiro momento são estudadas as tendências gerais de escolarização, seguindo-se os alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino de Lagos e os indicadores de sucesso e insucesso escolar. A análise passa depois para uma reflexão mais social focando-se nos beneficiários de ação social, alunos estrangeiros, estudantes com necessidades educativas especiais e problemáticas como o abandono escolar e o analfabetismo.

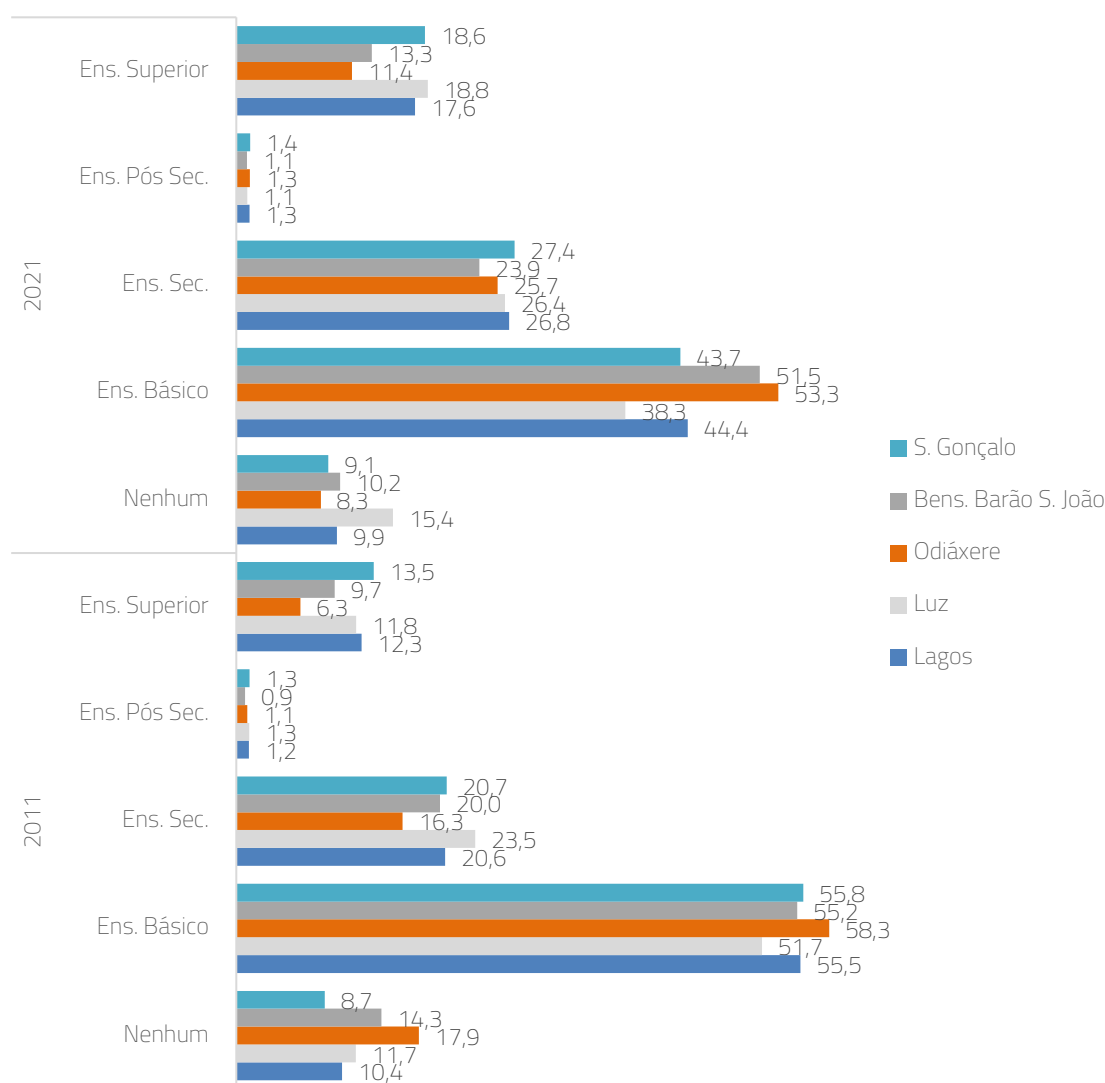
### 5.1

#### Melhoria das taxas de escolarização e redução da população não escolarizada

Este documento já refletiu sobre o nível de escolarização dos empregados por conta de outrem no concelho de Lagos. O gráfico seguinte foca-se agora na proporção de população residente quando ao nível de escolarização, de uma perspetiva geral, fazendo uma análise comparativa entre os anos de 2011 e 2021.

Em 2011, a maioria da população de Lagos com 15 ou mais anos de idade tinha o ensino básico, em todas as freguesias. A freguesia com menor escolaridade era Odiáxere, em que 17,9% não tinham nenhum nível de escolarização. A freguesia da Luz era onde existia maior proporção de população com ensino secundário (23,5%). No ensino superior, a freguesia de São Gonçalo de Lagos registava uma taxa de 13,5%, seguida da UF de Bensafrim e Barão de São João com 9,7% e das freguesias de Odiáxere com 6,3% e Luz com 11,8%. A média do município de indivíduos com ensino superior era 12,3% em 2011, com ensino básico era 55,5%, com ensino secundário 20,6%, com ensino pós-secundário 1,2% e sem escolarização era 10,4%. Estes dados revelam que em 2011, a população residente de Lagos com 15 ou mais anos de idade estava relativamente escolarizada. A maioria tinha pelo menos o ensino básico e um número significativo tinha ensino secundário e superior.

**Gráfico 125.** População residente com 15 e mais anos de idade em Lagos, quanto ao nível de escolaridade, % (adaptado a partir dos dados do INE/Censos 2011 e 2021)

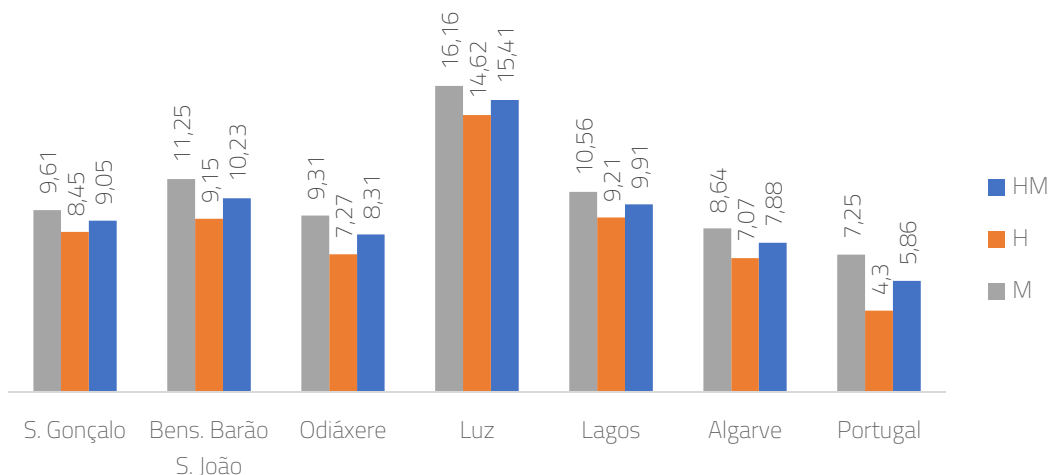


Ainda acerca do gráfico anterior, a população lacobrigense possuía uma taxa de escolarização de 44,4% ao nível do ensino básico, 26,8% com o secundário e 17,6% com o superior em 2021. No entanto, ainda há um número significativo de pessoas não escolarizadas no concelho (9,9%). A freguesia da Luz tem sido um ótimo exemplo de como a educação pode influenciar positivamente as comunidades. Apesar de ter 15,4% da população não escolarizada, a freguesia da Luz é o território onde mais pessoas possui o ensino superior (18,8%) e, em seguida, a Freguesia de São Gonçalo de Lagos com um total de 18,6% dos residentes.

Segundo o gráfico 126, a proporção de população portuguesa com 15 ou mais anos sem nenhum nível de escolaridade completo era de 7,25% para mulheres e 4,3% para homens em 2021. No Algarve, esta proporção era relativamente superior, situando nos 8,64% e 7,7%, respetivamente. Em Lagos, a proporção de pessoas do sexo feminino sem escolarização foi de 10,56%, enquanto do sexo masculino foi de 9,21%. De modo geral, existe uma distinção entre géneros que se reflete no facto de existir um universo maior de mulheres sem o ensino completo em todos os territórios analisados.

Os dados desagregados por freguesia também seguem esta mesma tendência. Na freguesia da Luz, a proporção era de 16,16% mulheres e 14,62% homens. Na freguesia de Odiáxere era de 9,31% e 7,27%, respetivamente. Na UF de Bensafrim e Barão de São João, 11,25% e 9,15%, respetivamente. Por fim, na freguesia de São Gonçalo de Lagos, foi de 9,61% e 8,45%, respetivamente. Estes dados revelam que, em 2021, a proporção de população sem nenhum nível de escolarização completo ainda era significativa, embora em algumas freguesias fosse ainda maior. Estes resultados são importantes para compreender as tendências de escolarização nestes territórios, para avaliar os efeitos das políticas educacionais, bem como refletir acerca de novas estratégias nesta matéria.

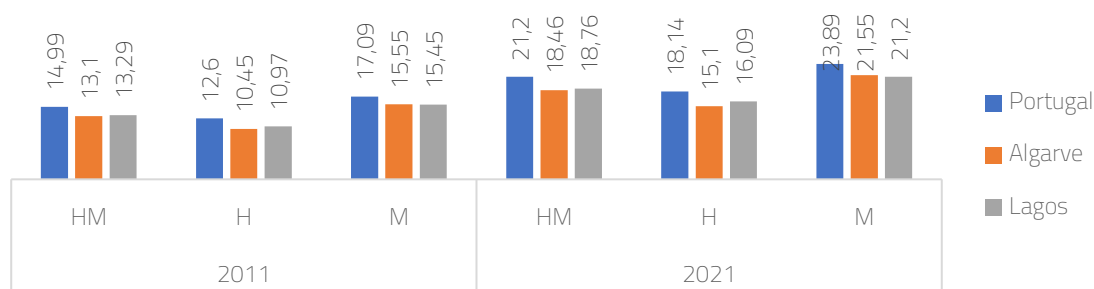
**Gráfico 126.** Proporção da população residente com 15 e mais anos de idade sem nenhum nível de escolaridade completo em Portugal, Algarve, Lagos e freguesias e Sexo, % (INE/Censos 2021)



Tendo em atenção o gráfico abaixo, em 2011, a proporção da população portuguesa com ensino superior completo era de 14,99%, dos quais 12,6% eram homens e 17,09% eram mulheres. No Algarve, era 13,1%, sendo a maioria mulheres. Em Lagos, a percentagem era de 13,29%, dos quais 10,97% eram do sexo masculino e 15,45% do sexo feminino. Estes números indicam que, em Portugal, há um número maior de mulheres com ensino superior completo do que homens. Na região do Algarve e em Lagos, a proporção é ligeiramente menor, mas as mulheres ainda representam a maioria. Em 2021, a proporção da população portuguesa com ensino superior completo foi de 21,2%, no Algarve de 18,46% e em Lagos de 18,76%, dos quais 16,09% eram homens e 21,2% mulheres.

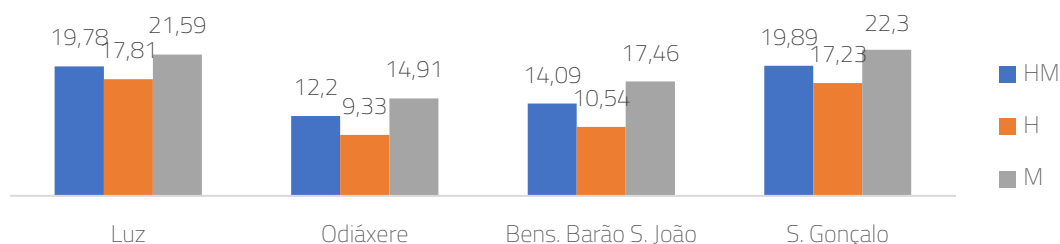
Ao comparar a situação de 2011 com 2021, pode-se observar um aumento significativo da proporção da população com ensino superior completo em Portugal, Algarve e Lagos, em que as mulheres representam uma maior tendência em terminar a licenciatura.

**Gráfico 127.** Proporção da população residente com ensino superior completo em Portugal, Algarve e Lagos quanto ao sexo, %, (INE/Censos 2011 e 2021)



Os dados desagregados por freguesia corroboram essa mesma tendência – a proporção de mulheres com ensino superior completo é superior em todas as freguesias do concelho de Lagos. De modo geral, a freguesia com maior proporção de licenciados é São Gonçalo de Lagos (19,89%), seguida pela freguesia da Luz (19,78%). Enquanto a freguesia de Odiáxere destacou-se em algumas dimensões analisadas noutros capítulos deste diagnóstico, neste caso é a freguesia onde existem menos licenciados (12,2%). Relativamente às diferenças entre géneros, é na UF de Bensafrim e Barão de São João que existe o desfasamento mais expressivo (cerca de 7 p.p.). Na freguesia da Luz, por outro lado, a discrepância é menor (3,8 p.p.).

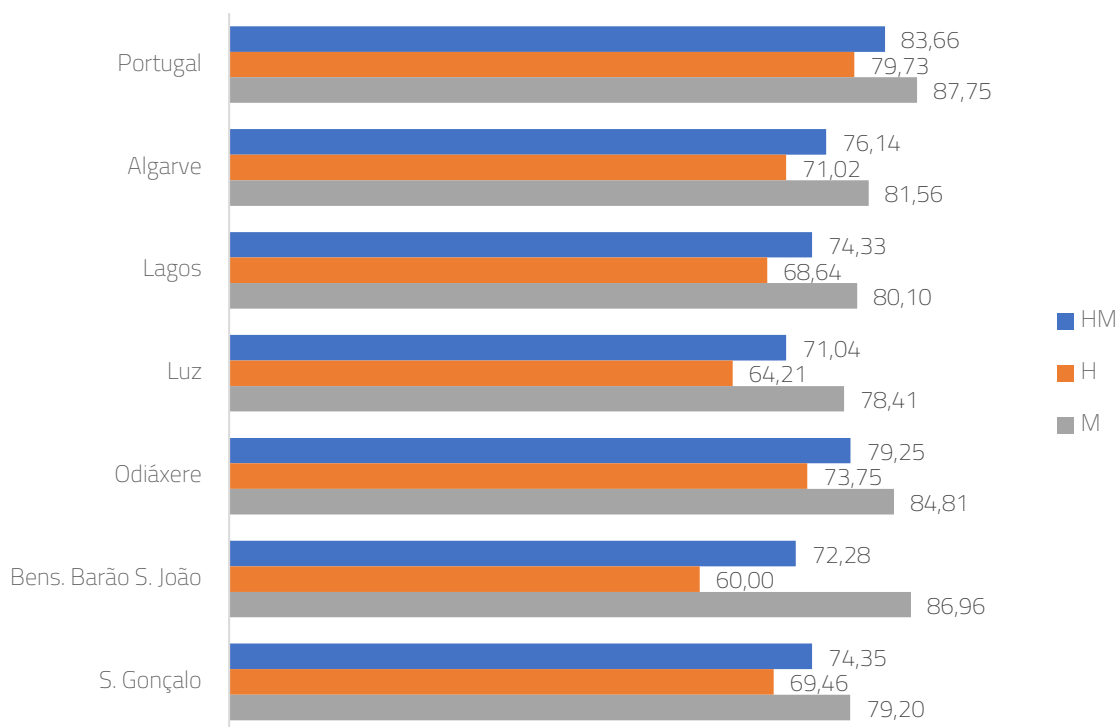
**Gráfico 128.** Proporção da população residente com ensino superior completo nas freguesias de Lagos quanto ao sexo, %, (INE/Censos 2011 e 2021)



Como foi referido no início deste capítulo, as tendências gerais dos padrões de educação do concelho de Lagos são animadoras, uma vez que revelam índices elevados de escolarização, mesmo que esta não seja ao nível do ensino superior. O gráfico seguinte mostra a proporção da população residente com idades entre os 20 e 24 anos que tenham pelo menos o ensino secundário completo. Sobre este tema, existem alguns pontos particularmente importantes a sublinhar. O primeiro é que, de facto, existe uma taxa elevada de população com o ensino secundário completo na faixa etária analisada, nos três contextos. O segundo é que se mantém a tendência de uma maior escolarização por parte das mulheres, embora menos acentuada da que se verificou no caso do ensino superior. Por fim, Lagos ainda apresenta resultados inferiores aos regionais e nacionais. De modo geral, em Portugal era de 83,66%, sendo que no Algarve esse valor diminuiu para 76,14% e em Lagos para 74,33%.

A freguesia de Odiáxere apresenta valores superiores à média do concelho e até melhor desempenho quando comparada com a realidade nacional, com 79,25% da população na faixa etária em análise com o ensino secundário completo. Por outro lado, as freguesias que apresentam os piores indicadores são a Luz (71,04%) e Bensafrim e Barão de São João (72,28%), que se situam abaixo da média lacobrigense. No caso desta última freguesia importa também sublinhar a diferença entre géneros, em que as mulheres superam em cerca de 17 (p.p.).

**Gráfico 129.** Proporção da população residente com idade entre os 20 e 24 anos com pelo menos o ensino secundário completo em Portugal, Algarve e Lagos quanto ao sexo, %, (INE/Censos 2011 e 2021)



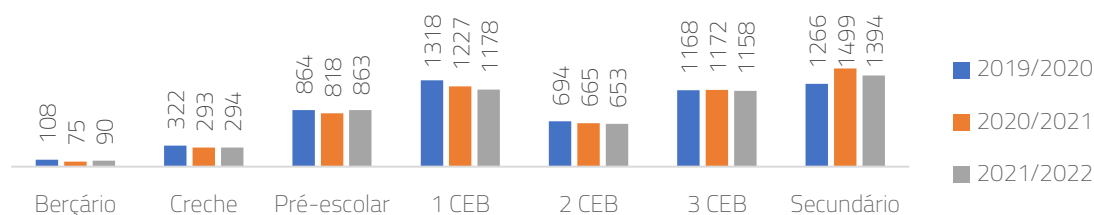
A escolaridade da população é extremamente importante para o desenvolvimento de um país, região ou concelho. Uma população com altos níveis de escolarização está mais bem preparada para enfrentar os desafios da vida moderna e serem cidadãos ativos nas sociedades em que estão inseridos. Além disso, os níveis de escolarização estão altamente relacionados com a estabilidade económica dos territórios, no sentido em que pessoas mais escolarizadas tendem a encontrar empregos mais bem remunerados e contribuir para o crescimento económico. No caso do município de Lagos, é possível concluir que existe uma tendência clara de evolução entre 2011 e 2021, com uma melhoria significativa das taxas de escolarização face à diminuição da proporção de população não escolarizada.

## 5.2

### Estabilidade ao nível do número de alunos matriculados, exceto no 1.º CEB e no Ensino Secundário

O indicador 'alunos matriculados por níveis de ensino' é importante porque permite monitorizar o número de alunos que se inscrevem em cada nível de ensino. No gráfico abaixo é possível perceber estas tendências no concelho de Lagos. É importante sublinhar neste caso que se verifica uma diminuição no 1.º e no 2.º Ciclo do Ensino Básico entre os anos letivos 2019/2020 e 2021/2022, embora a diferença seja mais significativa no 1.º CEB. Enquanto o número de matriculados no 3º ciclo se mantém relativamente estável, o número de alunos no secundário mostra sinais de aumento, ainda que tenha sofrido uma leve redução no último período. O incremento de estudantes no ensino secundário é um bom sinal para fortalecer a procura de oportunidades de emprego em indústrias cada vez mais competitivas.

**Gráfico 130.** Alunos matriculados por níveis de ensino em Lagos, n.º (CML 2019 a 2022)



Segundo a tabela seguinte, relativamente ao Agrupamento de Escolas Júlio Dantas, no que concerne à frequência do ensino noturno, é possível verificar um decréscimo ao longo dos três anos letivos em análise, de 150 em 2019/2020 para 119 em 2021/2022, ou seja, uma variação negativa de 20,7%. Na componente de Educação e Formação de Adultos (EFA) que disponibiliza cursos que visam incrementar a qualificação escolar e profissional da população adulta, denota-se um aumento de 84 alunos em 2019/2020 para 90 em 2020/2021 e manutenção deste número



em 2021/2022. No que concerne ao Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF), uma medida socioeducativa, de carácter temporário e excecional, a ser adotada uma vez esgotadas as restantes medidas de integração escolar, observa-se uma diminuição de 27 alunos em 2019/2020 para 20 em 2020/2021 e posterior aumento para 23 em 2021/2023.

**Tabela 34.** Alunos por tipo de frequência, n.º (Agrupamento de Escolas Júlio Dantas)

	2019/2020	2020/2021	2021/2022
Ensino Noturno	150	120	119
EFA	84	90	90
PIEF	27	20	23

A evolução do número de alunos matriculados é sem dúvida importante em matéria de planeamento, no entanto, relativamente às crianças com idade inferior à de frequência do ensino obrigatório, importa averiguar se a oferta é suficiente para colmatar as necessidades. A tabela seguinte apresenta a lista de espera para serviços de berçário, creche e pré-escolar no ano letivo de 2021/2022. Dos dados expostos, em termos de ensino público, existiam 56 crianças em lista de espera para pré-escolar, num total de 399 no cômputo das entidades que forneceram a informação (associações de solidariedade social e entidades privadas lucrativas), sendo que o CASLAS apresenta o número mais elevado (158), seguindo-se a Associação Infância Viva (93) e o Colégio São Gonçalo (74). Em termos de creche, os dados recolhidos, embora não reflitam a totalidade, apresentam uma lista de espera de 164 crianças, sendo que é no CASLAS que se regista o maior valor (124). Em termos de berçário contabilizam-se 47 crianças em lista de espera, sendo 21 para o CASLAS e 19 para o Centro Infantil de Odiáxere.

**Tabela 35.** Crianças em lista de espera no ano letivo 2021/2022, n.º (CML)

	Berçário	Creche	Pré-escolar
Ensino público	-	-	56
CASLAS	21	124	158
Centro Infantil Odiáxere	19	23	17
Associação Infância Viva	-	-	93
Colégio Bambino	2	4	1
Colégio S. Gonçalo	5	13	74
	47	164	399

Os serviços de berçário, creche e pré-escolar são respostas importantes e essenciais para a conciliação da vida profissional e familiar da população residente, que devem ser tidas em consideração em matéria de planeamento dos serviços escolares e de apoio às famílias.

### 5.3 Aumento do sucesso escolar, com atenção ao ensino secundário

Esta subsecção analisa as taxas de sucesso e insucesso escolar. A taxa de sucesso escolar é um indicador de desempenho que mede a quantidade de alunos que concluem com êxito um ciclo de estudos. Esta taxa é importante para avaliar o desempenho dos alunos e o nível de qualidade da educação que recebem. Este indicador é calculado dividindo o número de alunos que completaram com êxito um determinado ciclo de estudos por todos os alunos inscritos no mesmo. A taxa de insucesso remete exatamente para o oposto, referindo-se à percentagem de estudantes que não conseguem completar com êxito um determinado ciclo.

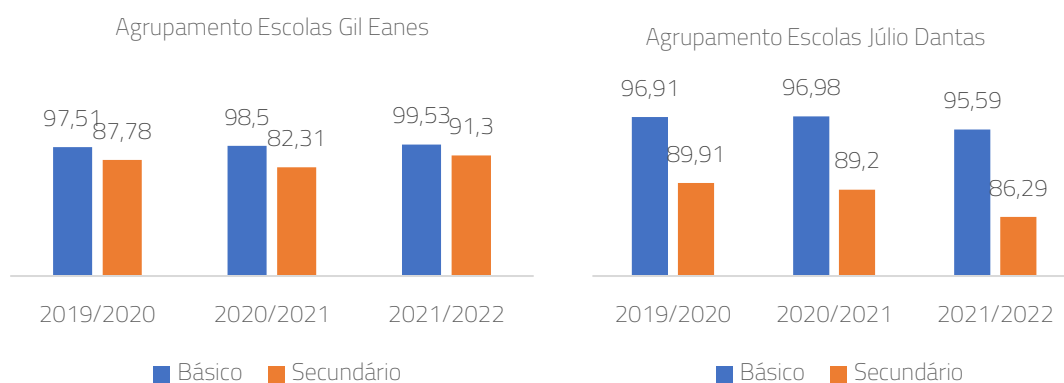
O Município de Lagos possui dois agrupamentos de escolas – o Agrupamento Gil Eanes e o Agrupamento Júlio Dantas. Os gráficos abaixo mostram a taxa de sucesso (gráfico 131) e insucesso (gráfico 132) escolar por nível de ensino em Lagos, comparando o ensino básico com o ensino secundário. De forma geral, é possível perceber que as taxas de sucesso são significativamente altas em ambos os casos, nos anos letivos analisados. Uma segunda conclusão é que a taxa de sucesso ao nível do secundário tende a ser sempre mais baixa do que no caso do ensino básico.

No ano letivo 2019/2020, o Agrupamento de Escolas Gil Eanes (AEGE) teve uma taxa de sucesso escolar no ensino básico de 97,51% e de 87,78% no ensino secundário. No ano letivo seguinte, a taxa de sucesso no ensino básico aumentou 1,0 (p.p.) – 98,5% – enquanto no caso do ensino secundário se registou um ligeiro decréscimo de cerca de 5,0 (p.p.). No último ano letivo – 2021/2022 – o sucesso no ensino básico continuou a demonstrar sinais de aumento situando-se nos 99,53%, uma taxa de praticamente 100%. No caso do ensino secundário, voltou a verificar-se um aumento, situando-se nos 91,3%. No que concerne ao Agrupamento de Escolas Júlio Dantas (AEJD) verificou-se uma evolução positiva na taxa de sucesso no ensino básico de 2019/2020 para 2020/2021 ao passar de 96,1% para 96,98% e uma quebra para 95,59% em 2021/2022. No ensino secundário a taxa de sucesso tem diminuído, de 89,91% em 2019/2020 para 86,29% em 2021/2022.

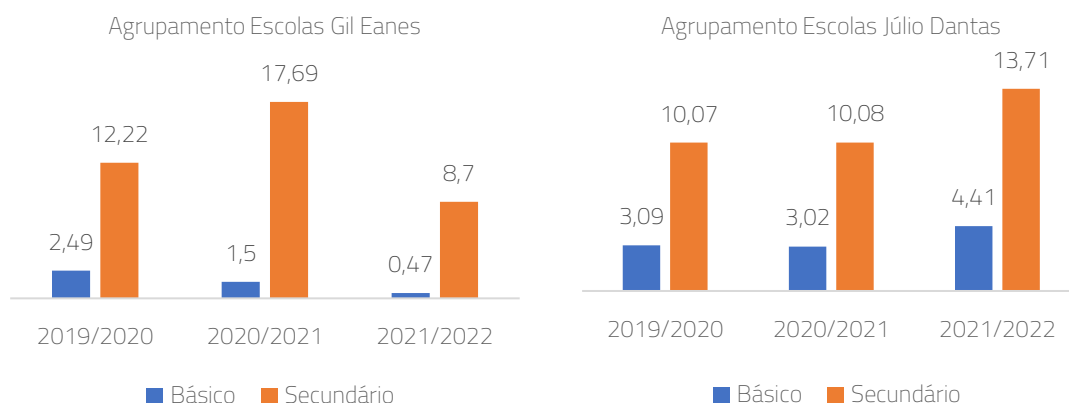
A taxa de insucesso é diretamente proporcional à taxa de sucesso o que significa que as conclusões tecidas anteriormente são espelhadas neste indicador. De modo geral, a taxa de insucesso ao nível do ensino secundário é significativamente superior à do ensino básico. Isto pode dever-se ao facto de que os alunos no ensino secundário têm de lidar com uma carga de trabalho mais elevada, e também por ser um ciclo de estudos mais especializado e orientado para diferentes áreas de trabalho que podem revelar-se não estarem alinhadas com os interesses, aptidões e motivações dos estudantes. No caso do AEGE, enquanto a taxa de insucesso ao nível

do ensino básico tem diminuído nos três anos letivos analisados, a taxa de insucesso no secundário revela tendências mais variáveis. No ano letivo 2019/2020 esta taxa foi de 12,2%, aumento cerca de 5,7 (p.p.) no ano letivo seguinte (17,69%), no entanto, em 2021/2022 volta a diminuir significativamente situando-se nos 8,7%. No AEJD verifica-se, numa primeira fase uma diminuição de insucesso no ensino básico seguido de um agravamento ao atingir os 4,41% em 2021/2022. No ensino secundário verificou-se um crescimento contínuo do indicador, embora muito ténue de 2019/2020 para 2020/2021, mas mais significativo para o último ano letivo em análise, ou seja, 13,71%. Esta situação parece ter sido circunstancial, parcialmente causada pelas interrupções de aprendizagem e mudanças no ensino provocadas pela pandemia de COVID-19, necessitando ainda de um período de ajustamento, que poderá vir a ser visível nos próximos anos letivos.

**Gráfico 131.** Taxa de sucesso escolar por nível de ensino em Lagos, % (Agrupamentos de Escolas 2019 a 2022)



**Gráfico 132.** Taxa de insucesso escolar por nível de ensino em Lagos, % (Agrupamentos de Escolas, 2019 a 2022)

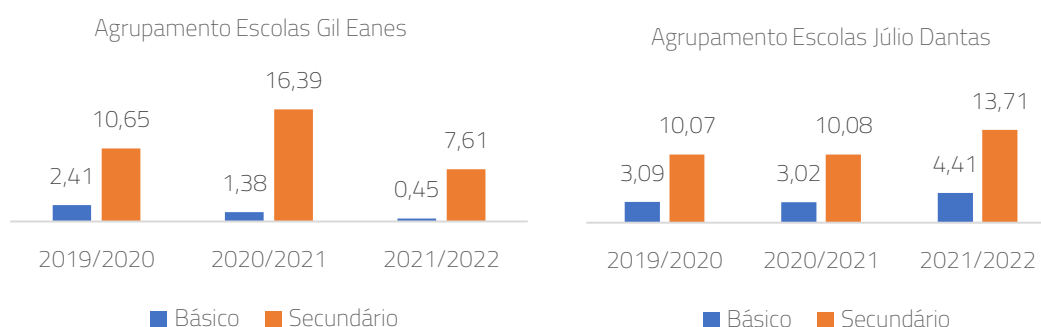


A retenção escolar é uma situação que ocorre em consequência do aproveitamento sem êxito do aluno pelo não cumprimento dos requisitos previstos na legislação em vigor para a frequência no ano de escolaridade seguinte àquele em que se encontra. O gráfico seguinte mostra o

desempenho deste indicador em Lagos, por nível de ensino. Novamente, verifica-se que a taxa de retenção tende a ser bastante mais elevada no ensino secundário do que no ensino básico. No caso do AEGE, no ensino básico existe uma tendência descendente em todos os anos letivos analisados e em 2021/2022 a taxa de retenção neste ciclo de estudos foi praticamente nula.

No caso do ensino secundário sublinha-se o aumento significativo de retenção no ano letivo 2020/2021 (16,39%), provavelmente uma situação pontual fruto das consequências da pandemia no setor do ensino. Uma vez que em 2021/2022 a taxa de retenção é de 7,61%, aproximadamente menos 3,0 (p.p.) do que em 2019/2020, pode inferir-se que se está perante um cenário de decréscimo da retenção escolar em ambos os ciclos de estudo. Todavia, no AEJD, a taxa de retenção revela trajetórias um pouco distintas, uma vez que os resultados em 2021/2022 estão aquém de 2019/2020, evidenciando até um decréscimo em 2020/2021, ano letivo que decorreu em plena pandemia. Assim, no início da série a taxa de retenção no ensino básico era 3,09% e 4,41% no final, ao passo que no secundário era respetivamente 10,07% e 13,71%. Mais uma vez, estes dados devem ser analisados com prudência, dado o contexto, sendo necessário possibilitar um ajustamento por parte de todos os envolvidos e monitorizar os resultados dos anos vindouros.

**Gráfico 133.** Taxa de retenção por nível de ensino em Lagos, % (Agrupamentos de Escolas, 2019 a 2022)

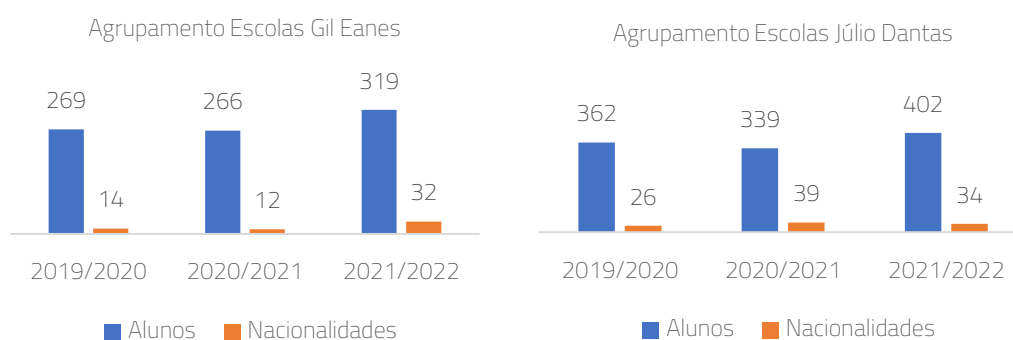


É importante que as escolas tenham uma taxa de sucesso escolar elevada, uma vez que indica que os alunos recebem uma educação de qualidade e que são bem preparados para o futuro. Os dados revelam que embora as taxas de insucesso e retenção escolar, de modo geral, tenham diminuído no concelho de Lagos, é ao nível do ensino secundário que se deve trabalhar para promover um maior sucesso escolar dos estudantes lacobrigenses. Revelam ainda que foi este o ciclo de estudos onde os efeitos das alterações dos contextos de ensino.

## 5.4 Aumento dos estudantes estrangeiros e diversificação das nacionalidades

No início deste diagnóstico, mais concretamente no primeiro capítulo, refletiu-se sobre o aumento da imigração no concelho de Lagos. Face a este aumento, a escola assume um papel preponderante para a integração de crianças e jovens migrantes. No entanto, a imigração também acarreta um conjunto de desafios para as escolas, que vão desde a necessidade de lidar com questões como a diversidade cultural e linguística, à adaptação dos alunos ao sistema educacional do país de acolhimento até à discriminação e preconceito por parte de outros alunos. O município não é exceção a esta realidade, e o gráfico abaixo permite fazer uma análise comparativa entre os dois agrupamentos escolares. Ao analisar o gráfico abaixo, sublinham-se as seguintes observações:

- Em ambos os agrupamentos de escolas, o número de alunos com nacionalidade estrangeira aumentou de 2019-2020 para 2021-2022;
- O Agrupamento de Escolas Júlio Dantas tem um número maior de alunos com nacionalidade estrangeira do que o Agrupamento de Escolas Gil Eanes, em todos os anos letivos;
- O número de nacionalidades representadas no Agrupamento de Escolas Gil Eanes diminuiu de 14 em 2019-2020 para 12 em 2020-2021, mas aumentou significativamente para 32 em 2021-2022. Já no Agrupamento de Escolas Júlio Dantas, o número de nacionalidades representadas aumentou de 26 em 2019-2020 para 39 em 2020-2021, mas diminuiu para 34 em 2021-2022.
- Embora ambos os agrupamentos de escolas tenham registado um aumento no número de alunos com nacionalidade estrangeira, é no Agrupamento de Escolas Júlio Dantas que se verifica um número maior de alunos e uma maior representatividade de diferentes nacionalidades. Este aumento deve-se essencialmente à receção de crianças e jovens de nacionalidade ucraniana que procuraram asilo em Portugal após a invasão da Ucrânia pela Rússia, no início do ano de 2022, que originou uma alteração nas cinco nacionalidades mais representadas dentro das escolas.

**Gráfico 134.** Alunos com nacionalidade estrangeira, n.º (Agrupamentos de Escolas)

Nos agrupamentos escolares lacobrigenses, notou-se um aumento das famílias com perfil de imigração de sobrevivência que se traduz num incremento no número de crianças portadoras de traumas, especialmente as oriundas de territórios em conflitos. Estes contextos de incerteza fazem com que exista uma elevada flutuação no número de alunos de um ano para o outro, dificultando o planeamento. Tudo isto acarreta um conjunto de situações que têm de ser refletidos e acautelados.

## 5.5 Aumento dos beneficiários de ação social escolar

Os beneficiários de ação social escolar são aqueles que têm direito a receber um auxílio financeiro para suportar parte ou todos os custos associados ao ensino. A ação social engloba um conjunto de modalidades de apoio, tais como o fornecimento de refeições escolares, lanche escolar, auxílios económicos, transportes escolares e outras, que combatem a exclusão social e promovem a igualdade de oportunidades entre as crianças e jovens.

A ação social escolar em Portugal é dividida em dois escalões, A e B. O escalão A é destinado a alunos de baixo rendimento cujas famílias não têm meios para suportar os custos, e recebem um auxílio financeiro para cobrir todas as despesas desta natureza. O escalão B é destinado aos alunos que, embora não sejam tão carenciados financeiramente, não têm meios suficientes para cobrir a totalidade dos custos.

Em Lagos, o número de beneficiários apoiados pela ação social tem subido, conforme se apresenta na tabela 36. No ano letivo 2019/2020, havia 244 beneficiários de escalão A e 338 em 2020/2021, o que perfaz um aumento de 94 estudantes. Ao nível do escalão B, existiam em 237 alunos apoiados em 2019/2020 e mais 26 em 2020/2021 (263). É possível perceber duas

tendências: por um lado, o número de alunos ao abrigo do escalão A é sempre superior ao do escalão B e, por outro, o escalão A têm registado os maiores aumentos.

Os valores de 2021/2022 são substancialmente superiores. Embora se sedimente a ideia de que o número de beneficiários tem aumentado, também importa referir que o acréscimo em 2021/2022 se deve a alterações no universo abrangido na análise. Os dados relativos ao ano de 2021 abrangem o número de alunos beneficiários de escalão de abono em todos os níveis do ensino público (pré-escolar ao secundário). Os dados referentes ao ano 2019 e 2020 correspondem somente aos alunos beneficiários de escalão que frequentaram o 1º ciclo do ensino público.

**Tabela 36.** Beneficiários de ação social por tipo de escalão, n.º (CML)

	2019/2020	2020/2021	2021/2022*
Escalão A	244	338	1065
Escalão B	237	263	886

A ação social escolar visa facilitar o acesso e a retenção dos alunos no ensino, aumentando o nível de escolaridade dos indivíduos e reduzindo a desigualdade de oportunidades educativas. Os órgãos de governança desempenham aqui um papel fundamental na minimização das desigualdades escolares, através da atribuição destes apoios. Neste sentido, é possível verificar uma tendência de crescimento de beneficiários apoiados pela ação social em Lagos, sinalizando que muitos agregados que possuem filhos em idade escolar encontram-se com constrangimentos financeiros, não conseguindo suportar as despesas de educação.

## 5.6

### Crescimento do número de alunos com necessidades de saúde especiais, mas com tendência de estabilização

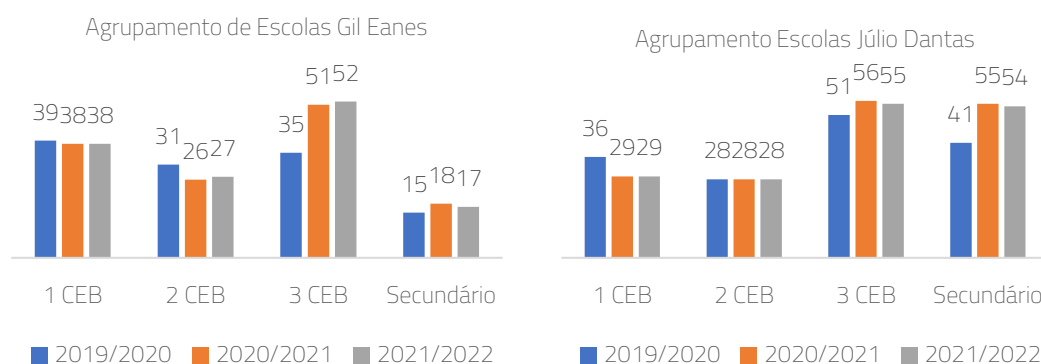
O Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho estabelece o regime jurídico da educação inclusiva, onde se define, entre outros, o conceito de alunos com Necessidades de Saúde Especiais (NSE), como aqueles que apresentam “necessidades que resultam dos problemas de saúde física e mental que tenham impacto na funcionalidade, produzam limitações acentuadas em qualquer órgão ou sistema, impliquem irregularidade na frequência escolar e possam comprometer o processo de aprendizagem”. Cabe a cada escola valorizar e reconhecer a diversidade dos seus alunos,

adotando as medidas necessárias para promover percursos escolares inclusivos, promovendo a igualdade e não discriminação.

O gráfico abaixo mostra o número de alunos com NSE, por agrupamento e ciclo de estudo em Lagos. No total, existiam 276 alunos com NSE no ano letivo de 2019/2020, número que aumentou para 301 no ano letivo de 2020/2021 (representando um acréscimo de cerca de 9%) e reduziu para 300 no ano letivo de 2021/2022. No AEGE, ao nível do 1.º ciclo, o número de estudantes tem-se mantido relativamente estável nos anos letivos em análise, não ultrapassando os 39. No 2.º ciclo, existiam 31 alunos com NSE em 2019/2020, número que diminuiu para 26 em 2020/2021 e mantém-se estável no ano seguinte. O destaque deste gráfico vai para o ensino secundário, em que se registou um aumento expressivo de estudantes nessas condições. Em 2019/2020, eram 35 estudantes e, em 2020/2021, aumentou para 51 e, no ano seguinte, para 52. O ensino secundário é o nível de ensino onde existem menos alunos com necessidades educativas especiais, não ultrapassando os 18.

No que concerne ao AEJD, os números apresentados são bastante similares ao AEGE, no 1.º CEB registou-se uma queda de 36 alunos em 2019/2020 para 29 nos dois anos letivos subsequentes. No 2.º CEB, foi contabilizado 28 em todos os períodos em análise, e um ligeiro acréscimo no 3.º CEB, de 51 em 2019/2020 para 55 em 2021/2022. Este último revela uma incidência semelhante ao secundário, embora se tenha registado um aumento de 41 alunos com NSE em 2019/2020, para 55 em 2020/2021 e 54 em 2021/2022.

**Gráfico 135.** Alunos com necessidades de saúde especiais, n.º (Agrupamento de Escolas)



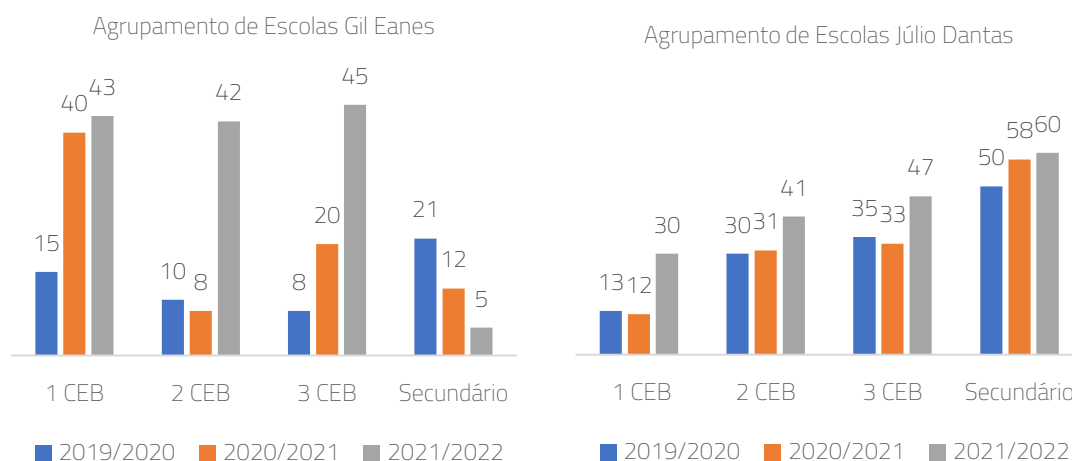
Relativamente aos alunos com apoio psicológico no gráfico 136, regista-se uma maior incidência no 1.º CEB no AEGE, isto é, eram 15 em 2019/2020, tendo aumentado para 40 em 2020/2021 e para 43 em 2021/2022. No segundo ciclo, os valores eram inicialmente relativamente baixos, tendo registado um elevado incremento de 10 em 2019/2020 para 42 em 2021/2022. No 3.º CEB, nota-se um acréscimo continuado, iniciando-se com 8 no início da série, aumentando para 20 em 2020/2021 e para 45 em 2021/2022. No secundário, verifica-se uma redução contínua,



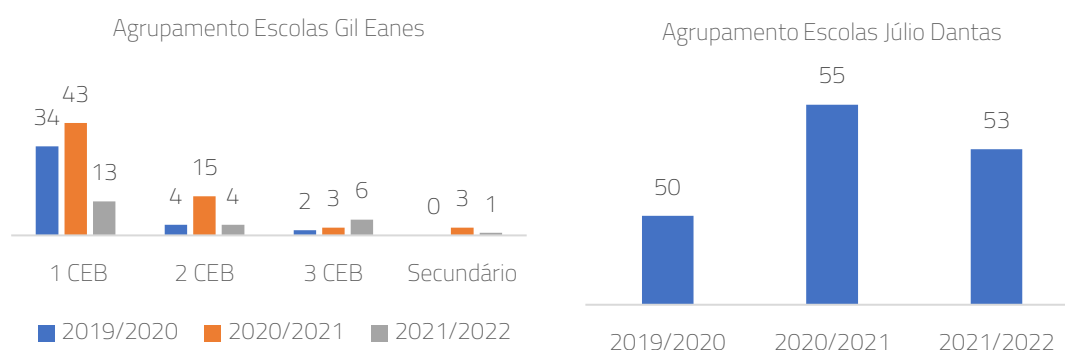
de 21 em 2019/2020 para 5 em 2021/2022. Estes dados devem ser analisados à luz da complexidade trazida pelas medidas decretadas em virtude da pandemia, uma vez que os agravamentos verificados no 2.º CEB e 3.º CEB poderão ser uma consequência direta, necessitando de um acompanhamento e monitorização no sentido de perceber se a situação se manterá ou se voltará aos níveis de 2019/2020.

No AEJD, os alunos com apoio psicológico são sempre em maior número no ano letivo 2021/2022 face a 2019/2020. Nesse ano letivo, foi contabilizado 30 no 1.º CEB, 41 no 2.º CEB, 47 no 3.º CEB e 60 no ensino secundário. Apesar de não terem ocorrido incrementos, sentiu-se também um agravamento do número de alunos com necessidades de apoio psicológico em 2021/2022, à semelhança do que aconteceu no AEGE.

**Gráfico 136.** Alunos com apoio psicológico (com indicação do nível de ensino), n.º (Agrupamento de Escolas)



As Equipas Multidisciplinares de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI) são recursos organizacionais específicos que visam o apoio à aprendizagem, de forma integrada e participada de todos os intervenientes no processo educativo. Segundo os dados do AEGE, é no 1.º CEB que se concentra o maior número de sinalizações, com um máximo de 43 em 2020/2021 e posterior redução para 13 em 2020/2021. Também no 2.º CEB se verificou um pico nesse mesmo ano de 15, voltando a estabilizar para 4 no ano letivo seguinte. Registou-se um ligeiro aumento no 3.º CEB, de 2 em 2019/2020 para 3 em 2020/2021 e 6 em 2021/2022. No secundário, verificou-se um número reduzido de alunos com sinalização, ou seja, 3 em 2020/2021 e 1 em 2021/2022. No AEJD o número de alunos com sinalização sofreu um aumento de 50 em 2019/2020 para 55 em 2020/2021, e posterior redução para 53 em 2021/2022.

**Gráfico 137.** Alunos com sinalização (EMAEI), n.º (Agrupamento de Escolas)

O município de Lagos é um concelho onde os alunos com necessidades de saúde especiais apresentam uma multiplicidade de problemáticas. A tabela abaixo mostra o tipo de constrangimentos existentes entre os alunos lacobrigenses, por ano letivo e agrupamento de escolas. Em todos os anos letivos, ambos os agrupamentos apoiaram alunos com perturbação do espectro do autismo, com trissomia 21 e com baixa visão/cegueira (exceto o AEGE no ano letivo de 2019/2020). Além disso, acerca das demais deficiências, o Agrupamento de Escolas Gil Eanes dedicou-se, nos anos letivos em análise, aos alunos com multideficiência, perturbação do espectro do autismo e comprometimento intelectual, enquanto o Agrupamento de Escolas Júlio Dantas apoiou estudantes com défice cognitivo, paralisia cerebral, perturbações de aprendizagem, entre outros.

**Tabela 37.** Alunos com necessidades de saúde especiais por tipo de deficiência, (Agrupamentos de Escolas)

	2019/2020		2020/2021		2021/2022	
	AEGE	AEJD	AEGE	AEJD	AEGE	AEJD
Multideficiência	Sim	-	Sim	-	Sim	-
PEA (*1)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Trissomia 21	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Intelectual	Sim	-	Sim	-	Sim	-
Baixa visão/cegueira	-	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Défice cognitivo	-	Sim	-	Sim	-	Sim
Paralisia Cerebral	-	Sim	-	Sim	-	Sim
PHDA (*2)	-	Sim	-	Sim	-	Sim
Perturbação específica da aprendizagem	-	Sim	-	Sim	-	Sim
Atraso global do desenvolvimento	-	Sim	-	Sim	-	Sim

\*1 – Perturbação do Espectro do Autismo/ \*2 – Perturbação de Hiperatividade e Déficit de Atenção

Os alunos com necessidades de saúde especiais em Portugal têm direito a uma série de apoios específicos nos diferentes níveis de ensino. Estes apoios incluem determinados tipos de medidas, que podem ser classificados como universais (abrangem todos os alunos visando promover a

participação e a melhoria das aprendizagens), seletivas (para colmatar necessidades de aprendizagem não supridas pelas medidas universais) ou adicionais (aplicadas caso persistam dificuldades acentuadas e persistentes ao nível da comunicação, interação, cognição ou aprendizagem que exigem outros tipos de apoios especializados).

Segundo a tabela abaixo, nos três anos letivos comparados, ambos os agrupamentos de escola apoiaram os alunos com NSE com terapia da fala e fisioterapia (exceto o AEJD no ano letivo de 2019/2020). A psicologia é disponibilizada pelo Agrupamento Gil Eanes, enquanto a terapia ocupacional pelo Agrupamento Júlio Dantas.

**Tabela 38.** Tipo de terapias para alunos com necessidades de saúde especiais e tipo de terapias, (Agrupamentos de Escolas)

	2019/2020		2020/2021		2021/2022	
	AEGE	AEJD	AEGE	AEJD	AEGE	AEJD
Terapia da Fala	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Fisioterapia	Sim	-	Sim	Sim	Sim	Sim
Psicologia	Sim	-	Sim	-	Sim	-
Terapia Ocupacional	-	Sim	-	Sim	-	Sim

## 5.7

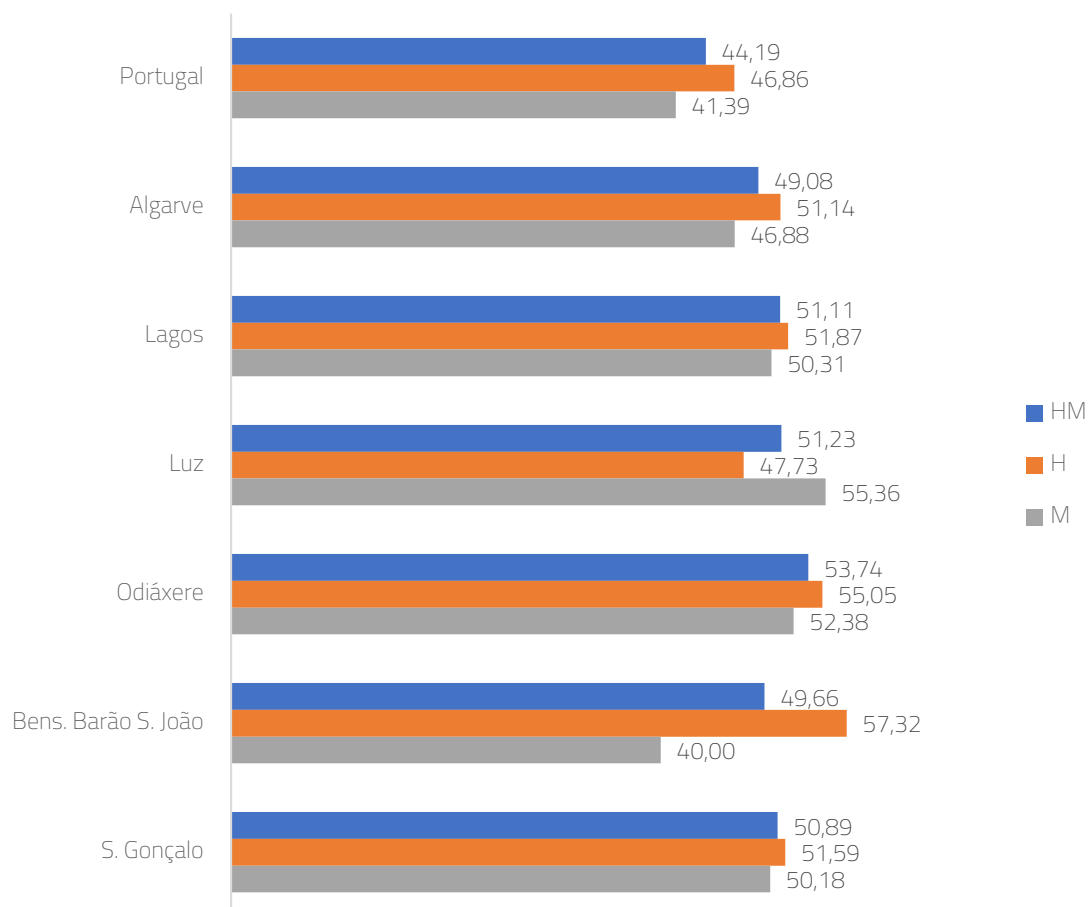
### Maior proporção de jovens a abandonar a escola face à realidade regional e nacional

O gráfico 138 mostra a proporção da população residente com idades entre os 18 e os 24 anos, com o 3.º ciclo do ensino básico completo que não frequenta o sistema de ensino. Este indicador ajuda a refletir sobre o abandono escolar. Um aspeto geral que é possível perceber é que são os homens que tendem a desistir da escola após completarem o ensino básico. Outro aspeto é que a proporção de população com o ensino básico completo, mas que não se encontra a frequentar o sistema de ensino é superior em Lagos (51,1%) quando comparado com a região algarvia (49,08%) e com a realidade nacional (44,19%).

Centrando a análise no caso particular de Lagos, não existe uma diferença tão significativa entre sexos, como a verificada nos demais contextos comparados. Em 2021, existiam 51,87% de homens e 50,31% de mulheres entre os 18 e os 24 anos com ensino básico completo que não se encontravam a frequentar o sistema de ensino. Os dados desagregados por freguesia revelam algumas disparidades. A freguesia da Luz é o único caso em que a proporção de homens é inferior à das mulheres (47,73% e 55,36%, respetivamente). A UF de Bensafirim e Barão de São João é onde existe uma maior disparidade, com 57,32% do sexo masculino e apenas 40% do feminino. Na freguesia de São Gonçalo de Lagos e Odiáxere existe um relativo equilíbrio entre géneros. De modo

geral, é na freguesia de Odiáxere que se verifica a maior proporção de população na faixa etária em análise que abandonou os estudos após o ensino básico.

**Gráfico 138.** Proporção da população residente com idade entre 18 e 24 anos com o 3º ciclo do ensino básico completo que não está a frequentar o sistema de ensino em Portugal, Algarve e Lagos, por freguesia (INE/Censos 2021)

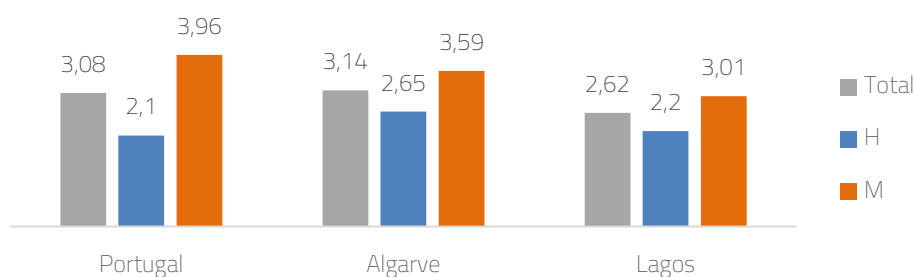


O abandono escolar é uma problemática séria que acarreta inúmeros impactos. As principais consequências são a redução do nível de educação dos indivíduos, o aumento da desigualdade social, o aumento das taxas de criminalidade, a redução da produtividade económica e o aumento do desemprego. Além disso, o abandono escolar pode também ter efeitos negativos a longo prazo, como o aumento da pobreza e das taxas de inatividade. Este é um constrangimento sobre o qual o concelho se deve debruçar, uma vez que apresenta taxas superiores às regionais e nacionais, particularmente na freguesia de Odiáxere.

## 5.8 Taxa de analfabetismo inferior ao país e à região, e predominância feminina

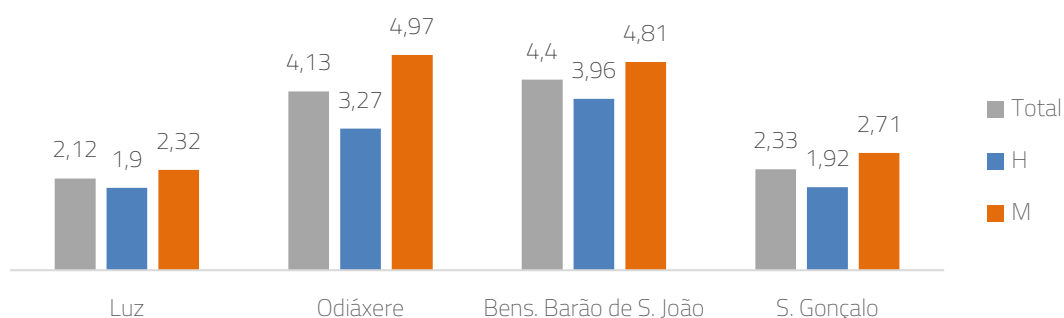
A taxa de analfabetismo é uma medida estatística que indica o número de pessoas que não têm habilidades básicas de leitura e escrita, sendo usada para avaliar os níveis de educação de um território. Neste indicador, Lagos apresenta um desempenho superior à registada ao nível regional e nacional. Enquanto em Portugal e no Algarve, havia cerca de 3% de população analfabeta em 2021, em Lagos esse valor era de 2,62%. Em todos os indicadores analisados até agora se verificou que é sempre o sexo feminino que tende a apresentar os melhores desempenhos escolares, porém, a taxa de analfabetismo revela uma realidade diferente, uma vez que as mulheres apresentam as maiores taxas. Este desfasamento é superior ao nível nacional, com uma diferença de aproximadamente 1,0 (p.p.).

**Gráfico 139.** Taxa de analfabetismo em Portugal, Algarve e Lagos, quanto ao sexo, % (INE/Censos 2021)



Os dados desagregados por freguesia corroboram esta tendência de disparidade entre géneros, com um maior índice de analfabetismo no sexo feminino. De modo geral, é na freguesia da Luz que existe uma menor taxa, total e em ambos os sexos, em oposição a UF de Bensafrim e Barão de São João e a freguesia de Odiáxere que apresentam os valores mais elevados, 4,4% e 4,13%, respetivamente. Essas duas últimas freguesias também registam percentagens acentuadas para as mulheres face aos homens, 4,81% e 4,97% respetivamente.

**Gráfico 140.** Taxa de analfabetismo em Lagos, quanto ao sexo e freguesias, % (INE/Censos 2021)



As consequências do analfabetismo são várias e afetam diversos aspetos da vida de uma pessoa. Primeiro, o analfabetismo tem um impacto negativo na qualidade de vida das pessoas, limitando a sua participação na vida social e económica. Além disso, as pessoas analfabetas têm maior dificuldade em obter empregos e menos hipóteses de ascensão na carreira. O analfabetismo também pode ter consequências psicológicas, como a baixa autoestima e o isolamento social. Embora o ideal seja diminuir a taxa de analfabetismo ao ponto de a erradicar, tal não é possível a curto prazo, uma vez que depende de uma trajetória geracional. Pese embora este facto, Lagos apresenta um desempenho positivo, com taxas mais baixas do que as regionais e nacionais.

## Síntese da educação

### Escolarização

- Número significativo de pessoas não escolarizadas;
- Mais mulheres sem escolarização, mas também com o ensino superior;
- A freguesia da Luz é onde existem mais pessoas com o ensino superior;
- Odiáxere é a freguesia onde existem menos licenciados.

### Alunos Matriculados

- Diminuição do número de alunos matriculados nos 1.º CEB e 2.º CEB entre 2019/2020 e 2021/2022;
- Necessidade de monitorização do número de estudantes matriculados no ensino secundário.

### (In)sucesso Escolar

- Sucesso escolar no EB próximo aos 100%;
- Diminuição do sucesso e aumento do insucesso escolar no secundário;
- Secundário é o nível de ensino que mais sofreu com as consequências da pandemia no setor da educação.

### Alunos estrangeiros

- Aumento do número de alunos com nacionalidade estrangeira em todas as escolas de Lagos;
- O Agrupamento de Escolas Júlio Dantas é onde existem mais alunos estrangeiros e mais diversidade cultural;
- Forte impacto da guerra na Ucrânia no número e perfil dos estudantes estrangeiros no concelho.

### Beneficiários de Ação Social

- Lagos aumenta o número de beneficiários de ação social;
- Predomínio de beneficiários do Escalão A.

### Alunos com Necessidades de Saúde Especiais

- Aumento significativo de alunos com NSE, mas com sinais de estabilização;
- Algumas NSE em Lagos são a perturbação do espectro do autismo, trissomia 21, dificuldades intelectuais, baixa visão/cegueira, défice cognitivo, e outras;
- As principais terapias disponibilizadas são a terapia da fala, a fisioterapia, a psicologia e terapia ocupacional.

### Abandono Escolar

- Os homens tendem mais frequentemente a abandonar a escola após completarem o ensino básico;
- Proporção de população com ensino básico completo, mas que não frequenta o sistema de ensino é superior em Lagos dos que no Algarve e em Portugal;
- A freguesia de Odiáxere registou o maior indicador de abandono escolar.

### Taxa de Analfabetismo

- Taxa de analfabetismo inferior à regional e nacional;
- Existem mais mulheres analfabetas do que homens;
- A freguesia da Luz é a que regista menor taxa de analfabetismo;
- A UF de Bensafrim e Barão de São João é onde a taxa de analfabetismo é maior.



06

HABITAÇÃO



# 06

## HABITAÇÃO

Nos últimos anos, o mercado de habitação em Portugal tem sido caracterizado por um aumento da procura, impulsionado por diversos fatores, incluindo o turismo, a migração interna e a atração de investidores estrangeiros. Como resultado, o mercado imobiliário regista a subida dos preços, especialmente nas áreas urbanas mais atrativas. Isto torna a habitação uma tarefa difícil para muitas pessoas, sobretudo para jovens, famílias de classe média e baixa e outros grupos vulneráveis.

A disponibilidade de habitação acessível é cada vez mais limitada, o que conduz a uma crescente pressão social e política para se desenvolverem estratégias que minimizem as consequências desta situação. O governo português tem implementado várias medidas neste sentido, que geralmente incluem incentivos para a construção de novos fogos, programas de habitação social e de subsídios para apoiar os agregados com rendimentos baixos e intermédios, entre outras ações. Pese embora este esforço, a situação do mercado habitacional continua a ser complexa e desafiadora, e requer esforços articulados entre os órgãos de governança central e as iniciativas municipais.

Neste capítulo, discute-se a importância da habitação como um direito humano básico, os principais problemas e desafios habitacionais enfrentados por diferentes grupos sociais no concelho de Lagos e a análise da situação habitacional lacobrigense. O capítulo está dividido em cinco partes principais. Em primeiro lugar, são analisadas as condições gerais do mercado de lacobrigense, seguindo-se a identificação das principais características do parque habitacional municipal. Um terceiro momento é dedicado aos pedidos de habitação e posteriormente são apresentados os dados relativos aos apoios ao arrendamento privado. O capítulo termina com a apresentação dos programas e planos municipais de habitação do concelho e com uma síntese conclusiva.

### 6.1

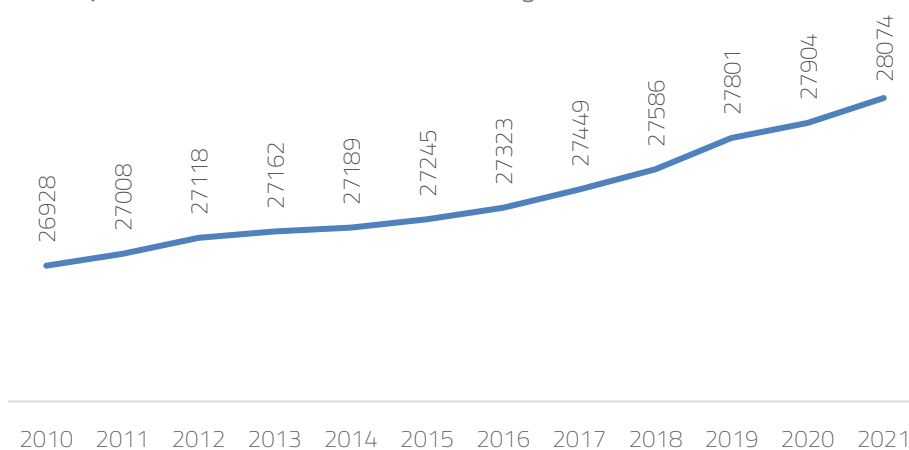
#### **Flutuações no mercado habitacional, com tendência de aumento nos preços das rendas e do m<sup>2</sup> para venda**

O mercado de habitação é o setor da economia que se dedica à oferta e procura de habitação, incluindo a compra, venda, aluguer e construção de imóveis residenciais. Este mercado é influenciado por vários fatores, como as condições económicas gerais, as políticas governamentais, a disponibilidade de crédito e as mudanças demográficas. Enquanto a procura

por habitação é impulsionada pelo aumento da população, crescimento económico e migração, entre outros fatores, as dinâmicas de oferta são influenciadas pela disponibilidade de terra, os custos de construção, a regulação governamental e a capacidade financeira das empresas de construção.

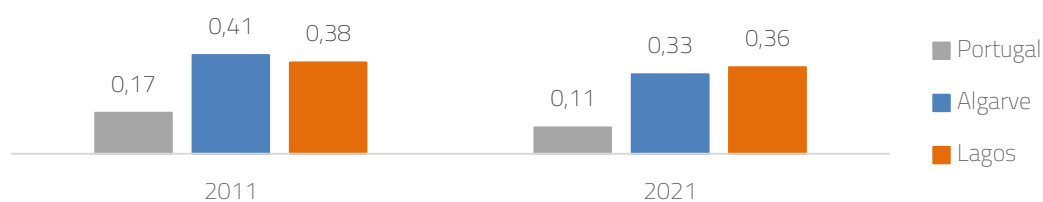
Um dos formatos típicos de habitação é o que se designa por alojamentos familiares clássicos – uma categoria de alojamento que se refere a residências onde habitam em conjunto as unidades familiares. Esta categoria de alojamento é uma das mais comuns, e pode incluir casas, apartamentos e outras formas de habitação. O gráfico abaixo mostra a evolução do número de alojamentos familiares clássicos em Lagos, revelando uma tendência crescente entre 2010 e 2021, ligeiramente mais acentuada a partir de 2019. Em 2010, existiam 26 928 alojamentos familiares clássicos no concelho e, em 2021, registaram-se 28 074, ou seja, um aumento de cerca de 4%.

**Gráfico 141.** Alojamentos familiares clássicos em Lagos, n.º (INE 2010-2021)



O gráfico 142 mostra a proporção da população residente em alojamentos familiares não clássicos nos três contextos em análise. Um alojamento familiar não clássico é aquele onde o espaço é partilhado com outras pessoas ou agregados familiares, ou seja, aqueles em que as cozinhas, casas de banho e quartos são utilizados por mais do que um agregado familiar. Exemplos desses tipos de alojamentos são prédios de apartamentos, residências de estudantes e albergues. Através da análise é possível perceber que houve uma ligeira diminuição da proporção de população que reside neste tipo de espaço, embora, regra geral, seja uma percentagem que não atinge os 1,0%. No Algarve e em Lagos, essa proporção foi sempre significativamente superior à registada ao nível nacional, em qualquer um dos anos analisados.

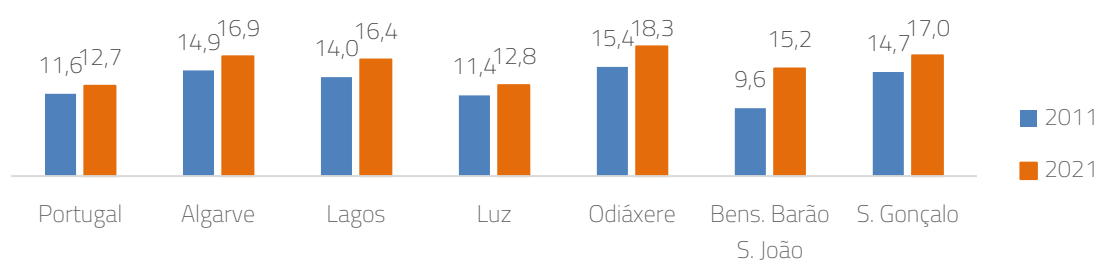
**Gráfico 142.** Proporção da população residente em alojamentos familiares não clássicos em Portugal, Algarve, Lagos, % (INE, Censos 2011 e 2021)



No gráfico 143, apresenta-se a proporção de agregados domésticos privados que vivem em alojamentos familiares clássicos sobrelotados. Entende-se por alojamento sobrelotado aquele onde o número de pessoas que nele vivem é superior à capacidade de alojamento. O gráfico permite concluir que existe uma tendência de crescimento das situações de sobrelotação nessas habitações entre 2011 e 2021, em todos os territórios analisados. De modo geral, esta sempre foi uma realidade mais premente em Lagos e no Algarve do que em Portugal. Ao nível nacional, 11,6% dos agregados domésticos privados estavam em situação de sobrelotação em 2011 e, em 2021, essa proporção aumentou para 12,7%. No Algarve, em 2011, cerca de 15%, registando-se um aumento de 2 (p.p.) em 2021. Em Lagos, esse indicador era de 14% em 2011 e 16,4% em 2021, perfazendo um aumento de 2,4 (p.p.).

Os dados desagregados por freguesia permitem perceber que existem determinados territórios onde esta tendência de crescimento é mais acentuada, exigindo um olhar mais atento. De modo geral, as freguesias onde existe uma maior proporção é Odiáxere e São Gonçalo de Lagos, também por serem as áreas mais urbanizadas e com maior concentração de população. Na freguesia de Odiáxere o aumento registado entre 2011 e 2021 foi de cerca de 3 (p.p.) e em São Gonçalo de Lagos foi de 2,3 (p.p.). A freguesia da Luz foi a que menos aumentou (1,4 p.p.) e, em contrapartida, a UF de Bensafirim e Barão de São João foi a freguesia onde esta realidade mais se acentuou. Enquanto, em 2011, apresentava a menor proporção de agregados em situações de sobrelotação (9,6%), em 2021, registou 15,2%. A sobrelotação está muito ligada, por exemplo, aos valores acentuados das habitações, que obriga a partilha de habitação como forma de redução dos custos.

**Gráfico 143.** Proporção de agregados domésticos privados nos alojamentos familiares clássicos sobrelotados em Portugal, Algarve, Lagos e respetivas freguesias, % (INE, Censos 2011 e 2021)



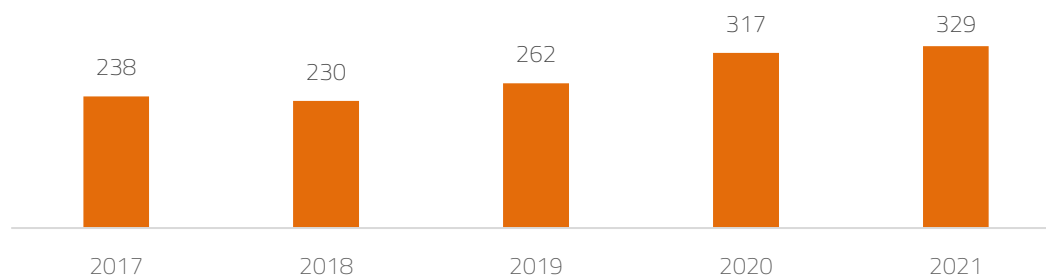
Uma das premissas das condições de habitabilidade é a existência de condições básicas como saneamento e eletricidade. No entanto, o aquecimento é cada vez mais importante, principalmente face aos invernos mais rigorosos. A tabela seguinte mostra o número de agregados domésticos privados nos alojamentos familiares clássicos de residência habitual em Lagos e nas suas freguesias, categorizados segundo a existência ou não de instalações de aquecimento. Nota-se que, do total de agregados (14 032), a maioria não possui aquecimento central (53%) ou nenhum tipo de sistema para aquecer a habitação (39%). Essa realidade se multiplica pelas freguesias. A freguesia da Luz é que apresenta a maior proporção de alojamentos com algum tipo de aquecimento face ao total de agregados (74,3%), em oposição está a freguesia de Odiáxere com 45%. A UF de Bensafrim e Barão de São João e a freguesia de São Gonçalo de Lagos possuem respetivamente 60% e 59,3% do total de alojamentos aquecidos de alguma forma.

**Tabela 39.** Agregados domésticos privados nos alojamentos familiares clássicos de residência habitual, em Lagos e respetivas freguesias e existência de instalações de aquecimento, n.º (INE, Censos 2021)

	N.º de agregados	Aquecimento central (%)	Aquecimento não central (%)	Sem aquecimento (%)
Lagos	14032	7,3	53,0	39,7
Luz	1893	11,8	62,5	25,7
Odiáxere	1208	5,1	39,8	55,0
Bens. Barão S. João	1033	5,0	58,0	37,0
S. Gonçalo	9898	7,0	52,3	40,7

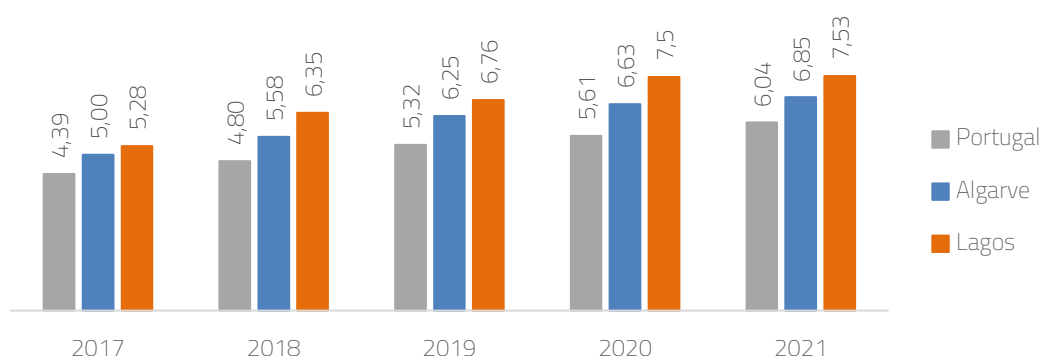
O gráfico seguinte apresenta o número de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares em Lagos entre 2017 e 2021, e corrobora a ideia já avançada de um aumento da procura por habitação nos últimos anos. De facto, houve um crescimento constante nos novos contratos, atingindo um pico de cerca de 329 em 2021. Este aumento da procura é reflexo das tendências e flutuações no mercado de arrendamento no concelho.

**Gráfico 144.** Novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares em Lagos, n.º (INE 2017-2021)



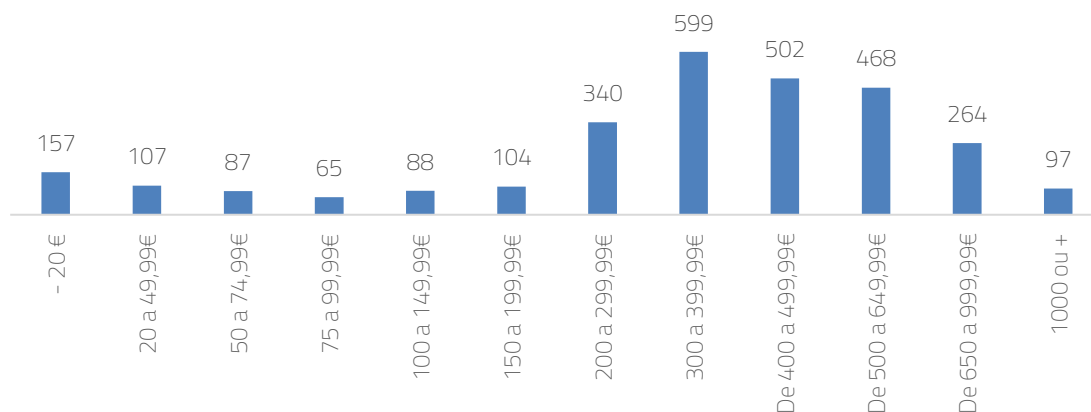
Esse aumento da procura tem sido também acompanhado de um aumento generalizado do preço dos imóveis e das rendas. O gráfico seguinte apresenta o valor mediano das rendas por metro quadrado de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares em Portugal, Algarve e Lagos, expresso em euros. Através da análise deste gráfico, podemos observar que o valor mediano das rendas por metro quadrado é geralmente mais alto do que o valor verificado em Portugal e no Algarve. Em 2017, o valor mediano em Lagos foi de cerca de 5,28 euros, enquanto em Portugal foi de cerca de 4,39 € e no Algarve foi de 5,0 €. Até 2021, verifica-se um aumento constante e gradual destes valores em todos os territórios analisados, mas de forma mais acentuada no Algarve e sobretudo em Lagos, ampliando a distância para a realidade nacional. Neste ano, o custo por m<sup>2</sup> era de 6,04 € em Portugal, 6,85 € no Algarve e mais de 7 € em Lagos. Este aumento constante traz desafios sociais acrescidos principalmente para os grupos vulneráveis e para as famílias de classe média, e sublinha a importância de desenvolvimento de políticas e estratégias que garantam o acesso à habitação a preços justos e comportáveis.

**Gráfico 145.** Valor mediano das rendas por m<sup>2</sup> de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares em Portugal, Algarve e Lagos, € (INE 2017-2021)



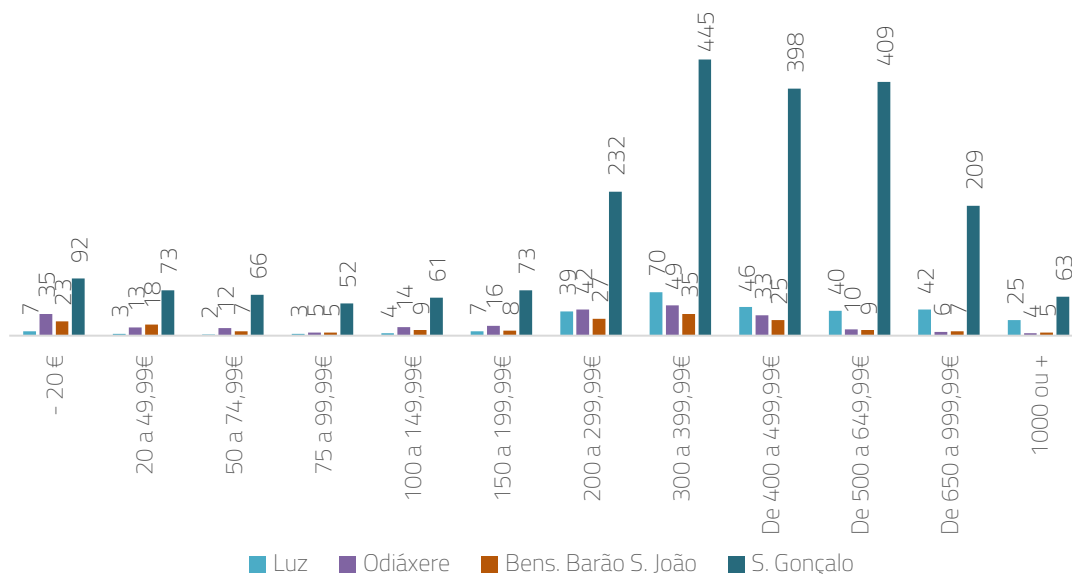
O gráfico seguinte apresenta o número de agregados domésticos privados nos alojamentos familiares clássicos arrendados em Lagos, segundo o escalão do valor mensal da renda. Através da análise deste gráfico, podemos observar que a maioria dos agregados domésticos em alojamentos familiares clássicos arrendados em Lagos pagavam uma renda mensal entre 300 € a 650 € em 2021 (54%) e 32% até 299 €. A situação atual é bem mais gravosa com um aumento asoerbarbado dos preços das rendas, sendo a habitação considerada um dos principais desafios da sociedade portuguesa. No caso do Algarve e de Lagos, o preço das habitações e das rendas acompanhado é uma das principais razões associadas à dificuldade de atração de mão de obra.

**Gráfico 146.** Agregados Domésticos Privados nos alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual em Lagos por escalão do valor mensal da renda, n.º (INE, Censos 2021)



A seguir, o gráfico e a tabela abaixo apresentam o mesmo indicador, mas ao nível da freguesia. Nota-se que a freguesia de São Gonçalo de Lagos e da Luz apresentam uma realidade muito semelhante ao concelho, com uma maioria a pagar entre 300 € e 649 €, 57,6% e 54,2% respetivamente. Por outro lado, a UF de Bensafrim e Barão de São João e a freguesia de Odiáxere é superior o número de agregados que pagam até 400 €, 61,2% e 63,2%, respetivamente. Destacam-se ainda as famílias que pagam entre 650 € e 1.000 € na Luz (14,6%). Estes dados são importantes para compreender as dinâmicas em territórios específicos, ajudando a identificar as áreas de maior pressão habitacional.

**Gráfico 147.** Agregados Domésticos Privados nos alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual nas freguesias de Lagos por escalão do valor mensal da renda, € (INE, Censos 2021)

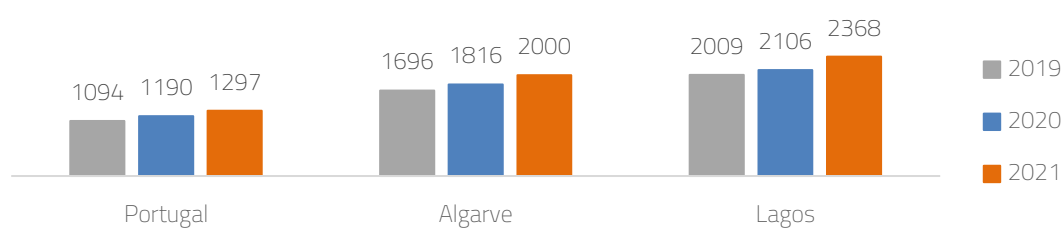


**Tabela 40.** Proporção de agregados domésticos privados nos alojamentos familiares clássicos de residência habitual em Lagos por freguesia e escalões de valor de renda, % (INE, Censos 2021)

	n.º agregados	20 a 49,99€	50 a 74,99€	75 a 99,99€	100 a 149,99€	150 a 199,99€	200 a 299,99€	300 a 399,99€	De 400 a 499,99€	De 500 a 649,99€	De 650 a 999,99€	1000 ou +
Lagos	2878	3,7	3,0	2,3	3,1	3,6	11,8	20,8	17,4	16,3	9,2	3,4
Luz	288	1,0	0,7	1,0	1,4	2,4	13,5	24,3	16,0	13,9	14,6	8,7
Odiáxere	239	5,4	5,0	2,1	5,9	6,7	17,6	20,5	13,8	4,2	2,5	1,7
Bens. Barão S. João	178	10,1	3,9	2,8	5,1	4,5	15,2	19,7	14,0	5,1	3,9	2,8
S. Gonçalo	2173	3,4	3,0	2,4	2,8	3,4	10,7	20,5	18,3	18,8	9,6	2,9

Embora o mercado de arrendamento esteja a sofrer de aumentos exponenciais e de cláusulas contratuais cada vez mais restritivas, os maiores crescimentos têm sido registados no mercado da compra e venda de habitação. O gráfico abaixo apresenta o valor mediano das vendas por metro quadrado de alojamentos familiares em Portugal, Algarve e Lagos. Podemos observar que o valor mediano das vendas em Portugal é menor do que em Lagos e no Algarve. Enquanto em Portugal o custo era de 1.297 € em 2021, no Algarve esse valor era quase o dobro, chegando aos 2.000 € e em Lagos ascendia aos 2.368 €. Além disso, é possível notar que, embora os valores tenham variado ao longo do período apresentado no gráfico, a tendência geral é de aumento do valor mediano das vendas por metro quadrado em todos os territórios.

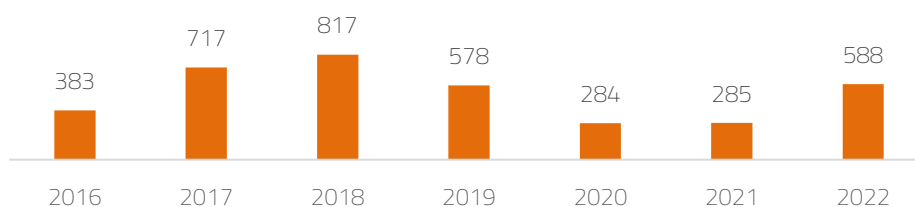
**Gráfico 148.** Valor mediano das vendas por m<sup>2</sup> de alojamentos familiares em Portugal, Algarve e Lagos (€), INE, Estatísticas de preços da habitação ao nível local



Uma das razões que justificam a diminuição do número de imóveis disponíveis e o aumento dos valores do m<sup>2</sup> é o aumento do turismo e, conseqüentemente, o crescimento do mercado do alojamento local em Portugal. O alojamento local refere-se a propriedades residenciais que são alugadas temporariamente a turistas, geralmente por curtos períodos. Este é um setor altamente competitivo, onde se procura capitalizar o mercado turístico crescente. A popularidade desta tipologia de espaço tem originado uma série de mudanças na indústria hoteleira do país, uma vez que muitos hotéis tradicionais foram afetados pela concorrência do alojamento local, tendo em conta que muitos oferecem preços mais baixos e uma experiência mais autêntica para os turistas.

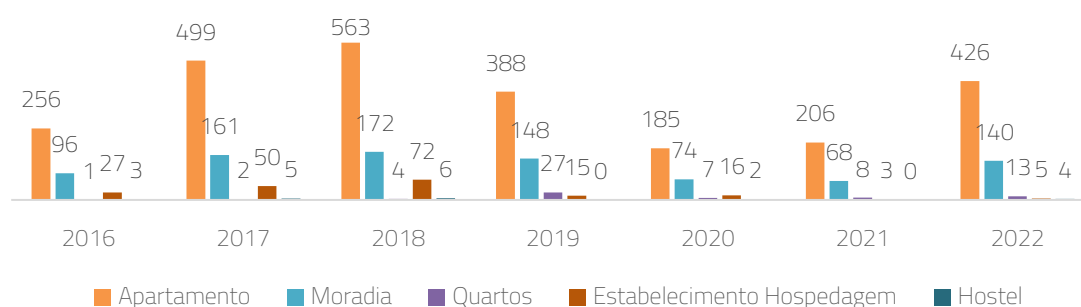
O gráfico seguinte apresenta o número de novos registos de alojamento local (AL) em Lagos ao longo dos anos, com base no Registo Nacional de Turismo. É possível observar que houve um aumento significativo de AL desde 2015, atingindo um pico de mais de 817 alojamentos em 2018. Entre 2020 e 2021, registam-se valores mais baixos devido ao impacto da pandemia de COVID-19, com apenas 284 e 285, respetivamente. Em 2022, o setor começa a dar sinais de recuperação com um incremento substancial, embora ainda longe dos valores verificado entre 2017 e 2018. Este crescimento pode ser atribuído à ascensão do turismo na região e ao interesse dos proprietários em lucrar com a locação das suas propriedades. Embora o turismo seja um setor estratégico para o a região e a sua dinamização seja importante, é fundamental também refletir sobre as consequências destes aumentos a longo prazo.

**Gráfico 149.** Novos registos de alojamento local em Lagos, n.º (Registo Nacional de Turismo 2016-2022)



Ao nível das modalidades, nota-se que apartamentos é a mais comum em Lagos, representando a maioria dos novos registos de AL ao longo dos anos. No entanto, as moradias também têm sido populares, com um número significativo em 2016 e 2017. Os quartos, por sua vez, tiveram um acréscimo relativamente baixo em comparação com as outras modalidades, mas ainda apresentou um incremento expressivo em 2018 e 2019. Por fim, os estabelecimentos de hospedagem apresentaram um número muito baixo de novos registos em todos os anos apresentados. Estes dados são úteis para perceber quais as modalidades de alojamento que têm sido mais procuradas, algo que poderá oscilar segundo a procura de mercado e as tendências do turismo do local.

**Gráfico 150.** Novos registos de alojamento local em Lagos quanto à modalidade n.º (Registo Nacional de Turismo 2016-2022)



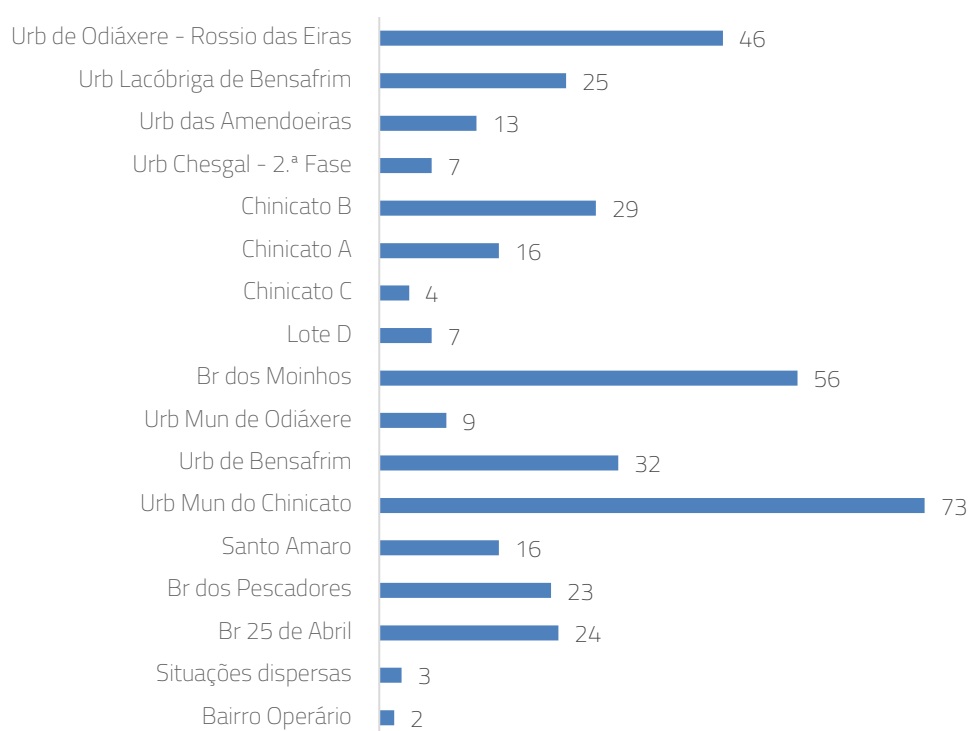


Em suma, estes dados mostram que o mercado de habitação em Lagos tem sido caracterizado por um grande dinamismo e apresenta sinais claros de crescimento, ao nível do mercado de arrendamento, de compra e venda e turístico, como o alojamento local. Os custos associados a estes mercados sofrem com graves aumentos, e têm sido sempre superiores aos valores regionais e nacionais.

## 6.2 Parque habitacional municipal com um número expressivo de fogos

Esta subsecção foca-se na análise do parque habitacional de Lagos. O município detém a gestão de 385 fogos, distribuídos em empreendimentos e algumas situações dispersas. Do total de empreendimentos, quatro concentram a maioria dos alojamentos, cerca de 53%, nomeadamente a Urbanização Municipal do Chincato (73), o Bairro dos Moinhos (56), a Urbanização Rossio das Eiras (46) e a Urbanização Bensafrim (32).

**Gráfico 151.** Empreendimentos habitacionais, n.º, Câmara Municipal de Lagos, jan/2023



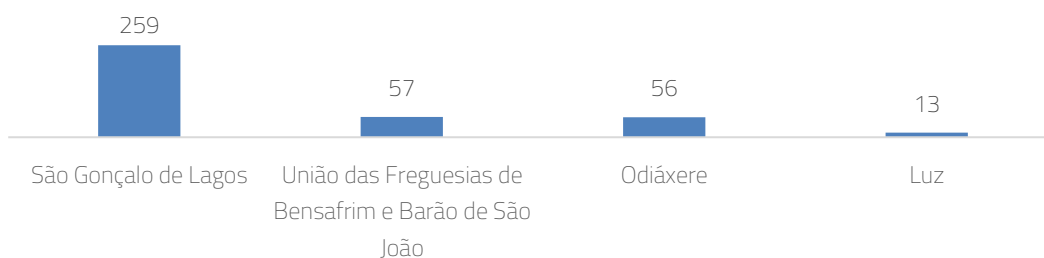
É possível observar no gráfico seguinte que há uma predominância de tipologia T2 (165) e T3 (148), compatível com a dimensão média das famílias lacobrigenses, mencionada no primeiro capítulo. A tipologia T0 é a menos representada (8), seguindo-se os T1 (25) e, por fim, os T4 (39).

**Gráfico 152.** Empreendimentos habitacionais quanto à tipologia, n.º (Câmara Municipal de Lagos, jan/2023)



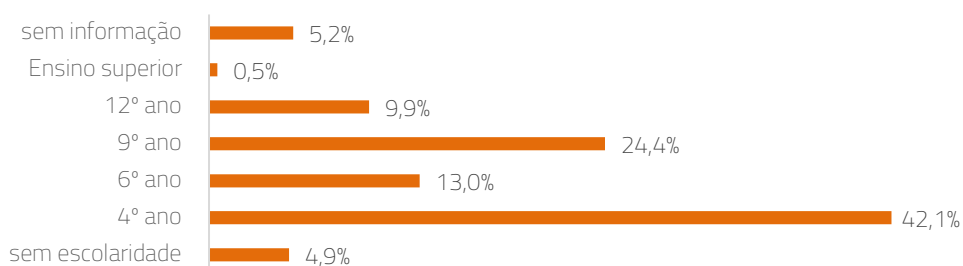
O gráfico 153 apresenta os fogos municipais por freguesia de localização, permitindo identificar que a maioria está localizada na freguesia de São Gonçalo de Lagos (259), seguida pela UF de Bensafrim e Barão de São João (97), bem como das freguesias de Odiáxere (56) e Luz (13).

**Gráfico 153.** Empreendimentos habitacionais quanto à localização por freguesia, n.º (Câmara Municipal de Lagos, jan/2023)



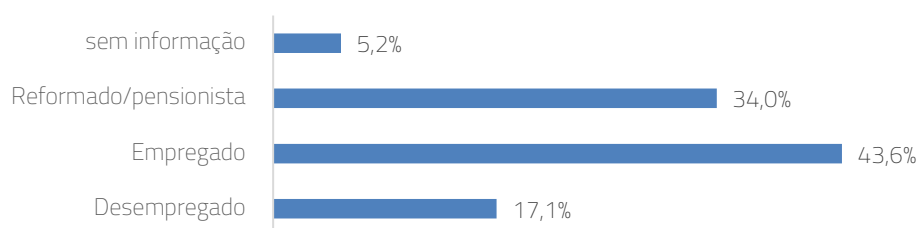
Ao nível da caracterização dos residentes do parque municipal, observa-se no gráfico 154 que a maioria dos titulares possui apenas o 1.º ciclo do ensino básico ou menos, representando 42,1% do total. Em seguida, temos os titulares com 9.º ano de escolaridade (24,4%) e os com 6.º ano (13%). Os que possuem o ensino secundário ou superior completo é uma minoria, com 9,9% e 0,5%, respetivamente. Estes dados revelam um contexto de baixos níveis de escolaridade, e evidencia a importância de políticas públicas que visem o acesso à educação de qualidade, para que se possa garantir a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento social e económico dos indivíduos e da sociedade em geral.

**Gráfico 154.** Caracterização dos moradores do Parque Habitacional Municipal quanto à escolaridade do titular da habitação, %, Câmara Municipal de Lagos, jan/2023



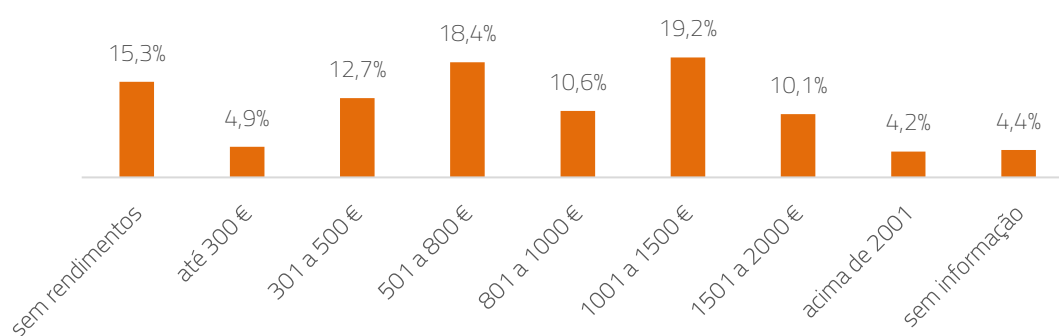
O gráfico 155 mostra a situação profissional dos titulares municipais, revelando que a maioria se encontra empregada (43,6%), reformada/pensionista (34%) ou desempregada (17,1%). É interessante notar a proporção significativa de moradores reformados/pensionistas indica existência de uma população mais idosa e com necessidades específicas de habitação.

**Gráfico 155.** Caracterização dos moradores do Parque Habitacional Municipal quanto à situação profissional do titular da habitação, % (Câmara Municipal de Lagos, jan/2023)



Quanto ao escalão de rendimento dos agregados, observa-se que uma percentagem considerável não apresenta rendimentos ou dispõem de rendimentos até 500 €/mês (32,9%), destacando a vulnerabilidade desta população. Por outro lado, 29% auferem entre os 501 € e 1.000 €/mês, e apenas 4% dos residentes pertencem ao escalão mais elevado, com um rendimento acima dos 2.000 €/mês. Este gráfico indica uma concentração de moradores do Parque Habitacional Municipal de Lagos em escalões de rendimento mais baixos, o que pode ser um reflexo da dificuldade em aceder a habitação no mercado privado por parte de famílias com menores rendimentos.

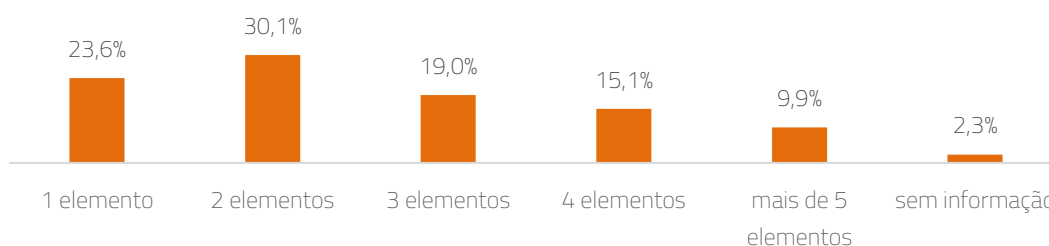
**Gráfico 156.** Caracterização dos moradores do Parque Habitacional Municipal quanto ao escalão de rendimento do agregado, % (Câmara Municipal de Lagos, jan/2023)



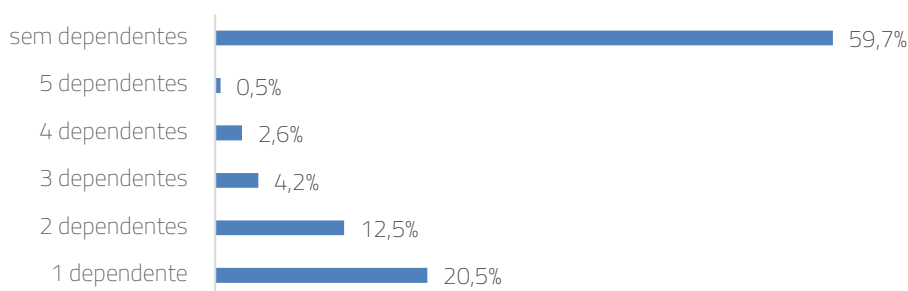
O Gráfico 157 mostra a caracterização dos moradores quanto à dimensão do agregado. A maioria dos agregados familiares é composto por 2 pessoas (30,1%), seguida do que possuem apenas 1 elemento (23,6%). Por outro lado, os núcleos com 4 pessoas ou mais representam cerca de 25% do total. Esses dados indicam que as habitações municipais são ocupadas por famílias de pequenas dimensões e, na sua maioria, sem dependentes (59,7%), como pode ser visto no gráfico 158. A ausência de dependentes pode estar associada à idade dos residentes, muitos deles idosos

ou numa faixa etária em que os filhos já se autonomizaram e não residem mais com os pais. Finalmente, ainda no âmbito da caracterização dos moradores municipais quanto à existência de pessoas com incapacidade/deficiência no agregado, é dominante a ausência de pessoas com alguma limitação desta natureza (90%).

**Gráfico 157.** Caracterização dos moradores do Parque Habitacional Municipal quanto à dimensão do agregado, % (Câmara Municipal de Lagos, jan/2023)



**Gráfico 158.** Caracterização dos moradores do Parque Habitacional Municipal quanto ao número de dependentes, % (Câmara Municipal de Lagos, jan/2023)



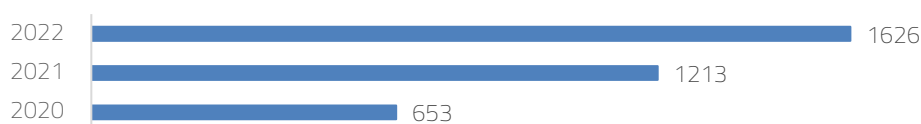
Em termos de propriedade das habitações, é de salientar que algumas urbanizações são mistas, ou seja, ocupadas por arrendatários municipais, mas também por proprietários privados, resultando em certo equilíbrio ao nível das características da população residente.

As habitações municipais têm uma importância significativa para os territórios e seus habitantes por várias razões: fornecem moradia acessível, contribuem para o desenvolvimento urbano, promovem a integração social, proporcionam segurança habitacional, contribuem para a redução do deficit habitacional e controlam os demais mercados. Segundo o exposto, foi possível perceber que Lagos tem um parque habitacional expressivo, que representa quase 3% do total de alojamento familiares clássicos contabilizados em 2021, este ainda em crescimento nos próximos anos. De modo geral, os residentes são caracterizados com pouca escolarização, empregados ou reformados/pensionistas e com baixos rendimentos, que vivem em agregados de pequena dimensão e sem dependentes.

### 6.3 Novos pedidos de apoio habitacional em decréscimo, mas valores acumulados em constante crescimento

O gráfico e a tabela seguinte apresentam a evolução dos pedidos de habitação entre 2020 e 2022. Os dados indicam uma diminuição de novos requerimentos entre o período analisado, mas uma evolução constante quando se contabiliza os acumulados. Isto porque os pedidos de apoio passaram a ser contínuos desde 2020, ou seja, migram de um ano para outro. Em 2020, o total de novos requerimentos atingiu a marca dos 653, reduzindo para 560 em 2021 e 413 em 2022. No entanto, os números acumulados impressionam, uma vez que se registou em 2022 um total de 1626 requerimentos de apoio.

**Gráfico 159.** Evolução dos pedidos de habitação, n.º (Câmara Municipal de Lagos, dez/2022)

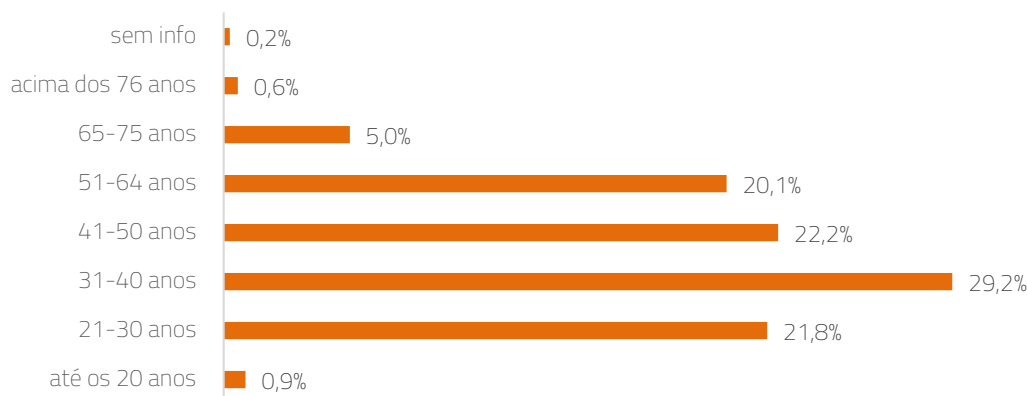


**Tabela 41.** Evolução dos pedidos de habitação, novos e acumulados, n.º (Câmara Municipal de Lagos, dez/2022)

	Novos	Acumulados
2020	653	653
2021	560	1213
2022	413	1626

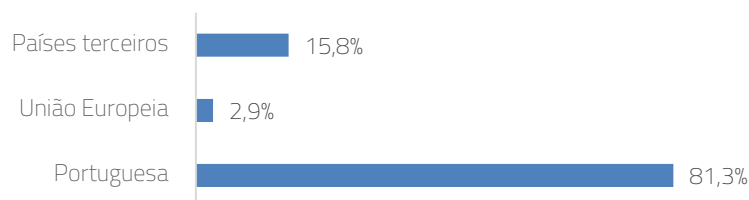
O gráfico seguinte apresenta a evolução dos pedidos de habitação em Lagos quanto à idade do requerente. É possível observar que a maioria dos pedidos foi realizado por pessoas com idade entre os 21 e os 40 anos (51%), seguindo-se dos requerentes entre os 41 e os 50 anos (22,2%) e entre os 51 e os 64 anos (20,1%). Os dados mostram que a procura por habitação é sobretudo por adultos em idade ativa.

**Gráfico 160.** Evolução dos pedidos de habitação quanto à idade do requerente, n.º (Câmara Municipal de Lagos, dez/2022)



O gráfico 161 mostra a evolução dos pedidos de habitação em função da nacionalidade do requerente, em que se nota a larga maioria de nacionalidade portuguesa (81,3%), mas um número significativo de pessoas oriundas de países terceiros.

**Gráfico 161.** Evolução dos pedidos de habitação quanto à nacionalidade do requerente, n.º (Câmara Municipal de Lagos, dez/2022)



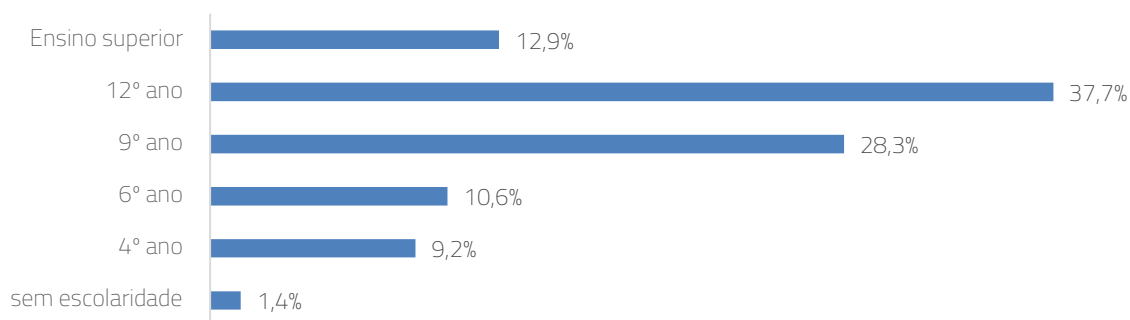
A tabela 42 destaca as principais nacionalidades estrangeiras que solicitaram habitação à Câmara Municipal de Lagos em dezembro de 2022. Do total de 254 pedidos realizados por migrantes, a maioria era de nacionalidade brasileira, representando 63,8% do universo. Em seguida, temos Cabo Verde com 9,1%, Ucrânia com 8,3% e Roménia com 7,9%. Esses dados reforçam a dificuldade de acesso a uma habitação condigna nos mercados atuais, sobretudo por migrantes do perfil de 'sobrevivência'.

**Tabela 42.** Evolução dos pedidos de habitação quanto às principais nacionalidades dos requerentes oriundos de Países Terceiros, n.º (Câmara Municipal de Lagos, dez/2022)

	N.º	%
Brasil	162	63,8%
Angola	10	3,9%
Cabo Verde	23	9,1%
Moldávia	11	4,3%
Ucrânia	21	8,3%
Roménia	20	7,9%
Índia	7	2,8%

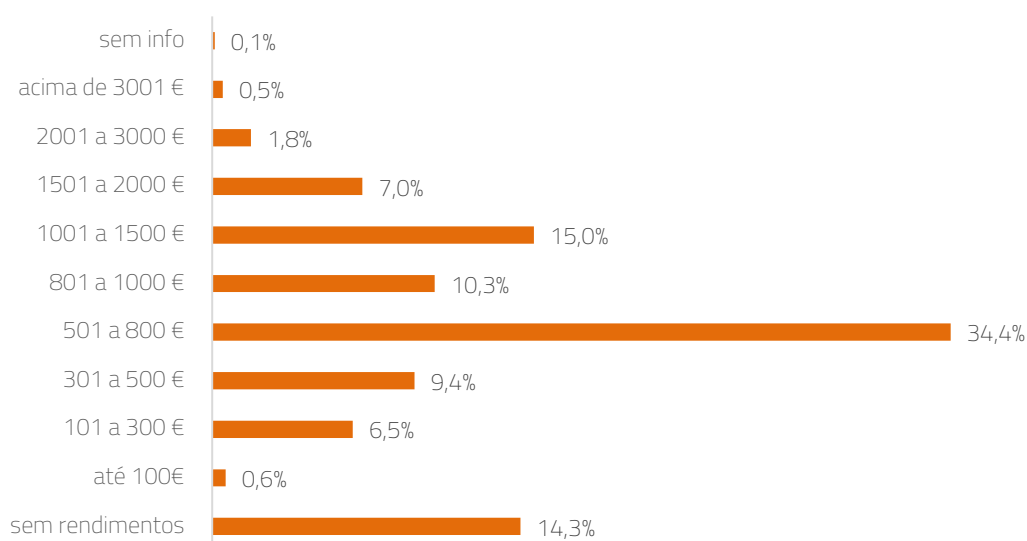
Quanto à escolaridade dos requerentes dos pedidos de habitação, apresentada no gráfico 162, é possível concluir que predomina os níveis elevados de escolarização, ao contrário do verificado anteriormente. Mais especificamente, 37,7% têm o 12º ano, 28,3% até o 9º ano e cerca de 13% possui o ensino superior completo. Em contrapartida, apenas 1,4% dos requerentes não têm qualquer tipo de estudo.

**Gráfico 162.** Evolução dos pedidos de habitação quanto à escolaridade do requerente, n.º (Câmara Municipal de Lagos, dez/2022)



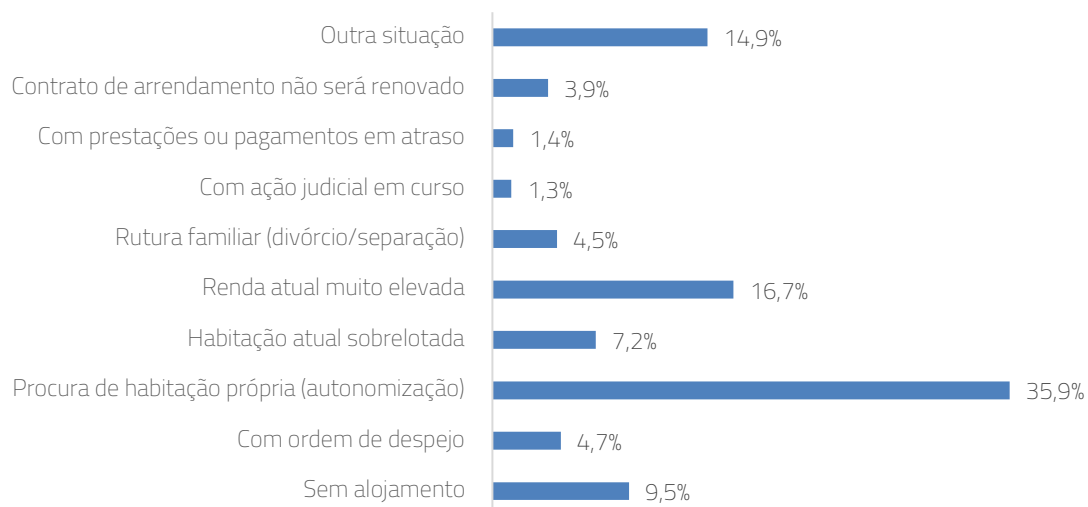
A maioria dos requerentes de pedidos de habitação está empregado e recebem um salário (64,2%), reforçando que as necessidades habitacionais alcançaram também outros grupos da sociedade. Ao nível do escalão de rendimentos, 34,4% auferem entre 501 € e 800 €, um valor, por vezes, abaixo do salário mínimo nacional. Outra dimensão que importa sublinhar é a larga percentagem de requerentes que não auferem rendimentos (14,3%).

**Gráfico 163.** Evolução dos pedidos de habitação quanto aos escalões de rendimento do agregado, n.º (Câmara Municipal de Lagos, dez/2022)



Segundo o gráfico 164, os principais motivos para os pedidos de habitação são de pessoas que procuram alguma autonomização (34,4%). Além disto, destaca-se o valor elevado das rendas (16,7%), o que é expectável, tendo em conta os valores praticados no mercado de arrendamento, que exige uma sobrecarga na taxa de esforço dos agregados, bem como a inexistência de alojamento (9,5%) e a sobrelotação (7,2%) – esta última com sinais de subida, como demonstrado anteriormente. Por outro lado, apesar de apresentar números menores, tem sido cada vez mais frequente as ações de despejo (4,7%), as situações de não renovação do contrato de arrendamento (3,9%) e as ações judiciais em curso (1,3%).

**Gráfico 164.** Evolução dos pedidos de habitação quanto ao motivo do pedido, n.º (Câmara Municipal de Lagos, dez/2022)



Finalmente, importa mencionar que alguns requerentes de apoio habitacional declararam o interesse em lotes para a autoconstrução, tendo sido registado 18 pedidos em 2019, 151 em 2020 e 116 em 2021, lembrando que pedidos de apoio passaram a ser contínuos desde 2020, ou seja, migram de um ano para outro.

De modo geral, os dados revelam que o número de novos pedidos de habitação tem diminuído ao par que o valor acumulado tem aumentado nos últimos 3 anos. O perfil dos requerentes de habitação é essencialmente caracterizado por pessoas entre os 20 e os 40 anos, maioritariamente de sexo feminino, de nacionalidade portuguesa, mas com percentagem significativa de estrangeiros de países terceiros e com elevados níveis de escolaridade. Em termos e características económicas, nota-se um público com rendimentos baixos, mas também intermédios, indicando, juntamente com os demais aspetos, uma mudança no perfil do requerente de apoio habitacional.

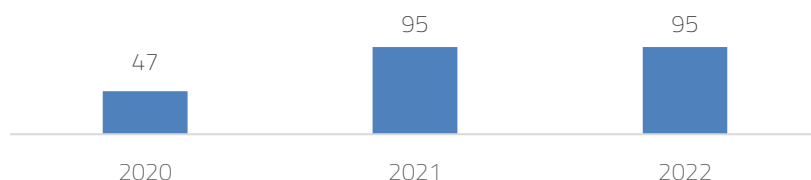
#### 6.4 Aumento dos requerentes de Apoio ao Arrendamento Privado

Embora Lagos apresente várias infraestruturas de habitação pública e social, não é suficiente para colmatar todas as necessidades dos munícipes lacobrigenses, sendo, por vezes, necessário avançar com alguns apoios de natureza privada. O apoio ao arrendamento privado é programa criado pela Câmara Municipal de Lagos em 2020, que visa atribuir um montante aos agregados



que possuam dificuldades em suportar as rendas do mercado livre, estado em contexto de taxa de esforço elevada. O gráfico seguinte mostra precisamente uma tendência de aumento do número de apoiados. Em 2020, o município apoiava 47 agregados, número que sofreu um acréscimo de cerca de 50%, passando para 95 em 2021, estabilizado também em 2022.

**Gráfico 165.** Agregados com apoio ao arrendamento privado, n.º (Câmara Municipal de Lagos)



O apoio ao arrendamento privado por parte das autarquias pode ser muito importante para garantir habitação adequada e acessível para os cidadãos, principalmente face às características atuais do mercado. A Câmara Municipal de Lagos tem tentado acompanhar esta tendência, aumentando o número de agregados que recebem este subsídio, criando taxas e comparticipações alternativas, tendo em atenção as transformações das dinâmicas locais.

### 6.5 Programas e Planos Municipais de Habitação

Face ao contexto generalizado de desequilíbrio da procura e da oferta habitacional existente no Município de Lagos, a Câmara Municipal tem desenvolvido inúmeros instrumentos de política habitacional para sustentar uma ação concertada nesta matéria, como se descreve sucintamente em seguida.

*O Programa Habitacional para o Município de Lagos (2018-2021)*, “um instrumento programático cujo objetivo é servir de alavanca para a concretização de medidas que procuram dar as respostas adequadas aos problemas que foram identificados ao longo destes últimos anos”. O programa estrutura-se em cinco eixos fundamentais: i) construção de novos fogos; ii) disponibilização de lotes; iii) arrendamento; iv) reabilitação e v) outros modelos de gestão.

O *Programa de Apoio ao Arrendamento Privado*, uma das ações previstas no Programa Habitacional, visando proporcionar apoio económico municipal ao arrendamento de imóveis para os munícipes e agregados que possuam título de arrendamento ou contrato de trabalho na área geográfica do Município de Lagos. O programa visa garantir a acessibilidade das famílias a uma habitação adequada, complementando as formas de arrendamento público. Alguns elementos deste

programa estão em revisão no âmbito do novo Regulamento Municipal de Acesso à Habitação de Lagos.

De forma também a colmatar o aumento das fragilidades sociais, o município de Lagos tem previsto um aumento das *Atribuições de Apoios no Âmbito da Ação Social (RMAAAS)*. Podem beneficiar dos apoios sociais a atribuir no âmbito do RMAAAS os indivíduos que comprovem residir legalmente na área do município há pelo menos 6 meses e que não usufruam de outro tipo de apoio. Ao nível da habitação, este regulamento prevê uma ajuda no âmbito da regularização de dívidas de consumo de água.

A *Estratégia Local de Habitação de Lagos/ Programa 1º Direito (2021-2026)* é atualmente um dos principais instrumentos municipais desta natureza. A estratégia tem como objetivo garantir o acesso a uma habitação para os agregados em condição de indignidade. O município identificou 399 pessoas/famílias nesse contexto, sendo que 198 estão em situação de precariedade, 176 de insalubridade e insegurança, 20 de sobrelotação e 5 de inadequação. A ELH se articula com outros planos e programas em matéria de habitação, reabilitação urbana e gestão territorial. Além disso, prevê a construção de novos fogos (previstos inicialmente no Programa de Habitação), o arrendamento para subarrendamento e a reabilitação do parque habitacional público. O documento se encontra em revisão para ampliar o número de respostas, abrangendo mais pessoas em contexto de necessidade habitacional.

### **Contributos do fórum temático ‘habitação’ da Rede Social de Lagos**

No âmbito do Fórum Temático sobre a habitação do concelho de Lagos, foi possível recolher as perceções dos vários participantes, que corroboram as tendências verificadas pelos indicadores analisados. Destacam-se um conjunto de contributos sobre as dinâmicas do mercado habitacional e as dificuldades de acesso, nomeadamente:

- A classe média tem muitas dificuldades para conseguir casa no concelho e para as famílias com rendimentos mais baixos é praticamente impossível. Por exemplo, para os professores deslocados, é extremamente complicado conseguir alojamento;
- As repercussões de condições de sobrelotação ou casos de despejo nas famílias e crianças a estudar é enorme, pois, é extremamente difícil abstrair dessas preocupações, o que inviabiliza as tentativas de concentração;
- No mercado imobiliário verifica-se uma elevada procura por pessoas estrangeiras entre os 55 e os 60 anos, em especial, oriundos dos EUA, Canadá, Suécia, França, Reino Unido. Estas pessoas ficam em média por 10 anos;
- Também se assiste a um aumento de procura por cidadãos da Índia, Brasil e Ucrânia;

## 06 Habitação

- A crise económica de 2008 a 2013 fez com que o sector público deixasse de ter capacidade para investir na produção de habitação, bem como o cooperativo e social, acabou também por extinguir os pequenos produtores que construía para a classe média, restando apenas aqueles que produzem para um segmento mais elevado da população;
- É necessário criar medidas para tornar a habitação num direito e não um negócio, bem como revitalizar o sector cooperativo e social, e, ainda, criar um farol de confiança para o mercado de arrendamento.

## Síntese da habitação

### Mercado habitacional

- Aumento do número de alojamentos familiares clássicos em Lagos;
- Lagos apresenta uma maior proporção de população residente em alojamentos familiares não clássicos quando comparado com a média nacional;
- Situações de sobrelotação são mais frequentes em Lagos do que no Algarve e em Portugal;
- UF de Bensafrim e Barão de São João foi onde se registou o maior aumento de situações de sobrelotação;
- Número significativo de alojamentos sem qualquer solução de aquecimento;
- Aumento de novos contratos de arrendamento;
- Aumento generalizado dos preços das rendas e dos imóveis para venda;
- Impacto da pandemia no Alojamento Local, mas com sinais de recuperação.

### Parque Habitacional Municipal

- Lagos tem diversos empreendimentos habitacionais, que representam quase 3% do total de alojamento familiares clássicos, cuja maioria se concentra na freguesia de São Gonçalo de Lagos;
- A tipologia mais representada no parque habitacional municipal são T2 e T3;
- Os moradores do parque habitacional apresentam, na sua maioria, baixos níveis de escolaridade e de rendimentos, estão maioritariamente empregados ou reformados/pensionistas, e em agregados

de pequenas dimensões e sem dependentes.

### Pedidos de apoio habitacional

- Aumento do número acumulado de pedidos de apoio habitacional, mas diminuição dos novos pedidos;
- O perfil dos requerentes é caracterizado essencialmente por pessoas entre os 20 e os 40 anos, maioritariamente do sexo feminino, de nacionalidade portuguesa, mas estrangeiros de países terceiros tem certa expressividade, com elevados níveis de escolaridade e com rendimento baixos e intermédios;
- Os requerentes estrangeiros são na sua maioria de nacionalidade brasileira;
- Algumas características dos requerentes de apoio habitacional, indicam uma possível mudança no perfil deste público.

### Apoio ao Arrendamento Privado

- Mais 48 agregados apoiados entre 2020 e 2022.



seguran

PLAZA  
EL CANEJ

Santander

POLÍCIA  
MUNICIPAL

POLÍCIA  
MUNICIPAL

CIA  
PAL

POLÍCIA  
MUNICIPAL

07

CRIMINALIDADE E SEGURANÇA

# 07

## CRIMINALIDADE E (IN)SEGURANÇA

A criminalidade e a segurança são temas fundamentais para a compreensão da dinâmica social de um território. A criminalidade pode ter diversas consequências sociais negativas, entre as quais se destacam: o aumento do sentimento de medo e de insegurança que contribui para a redução da qualidade de vida e do bem-estar da população, além de prejudicar o turismo e os negócios locais; impacto financeiro no sentido em que pode afastar investidores; aumento do estigma associado a determinados territórios que se tornam pouco atrativos; aumento da violência e potencia as situações de isolamento social. Pese embora, tanto o Algarve como Lagos sejam destinos turísticos, têm sido sempre caracterizados como locais seguros tanto para viver como para passar férias, e esta é um dos principais fatores competitivos da região.

Neste capítulo, serão apresentados dados sobre a criminalidade no município, incluindo o número e a tipologia de crimes registados nos últimos anos. Esta análise é importante para refletir sobre a efetividade das políticas públicas de segurança que o concelho pode adotar relativamente à redução da criminalidade e ao aumento da sensação de segurança. Isto permitirá para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes para a prevenção e o combate à criminalidade, bem como para a promoção de uma sensação de segurança mais ampla e sustentável para os moradores e visitantes do concelho.

### 7.1 Taxa de criminalidade em decréscimo

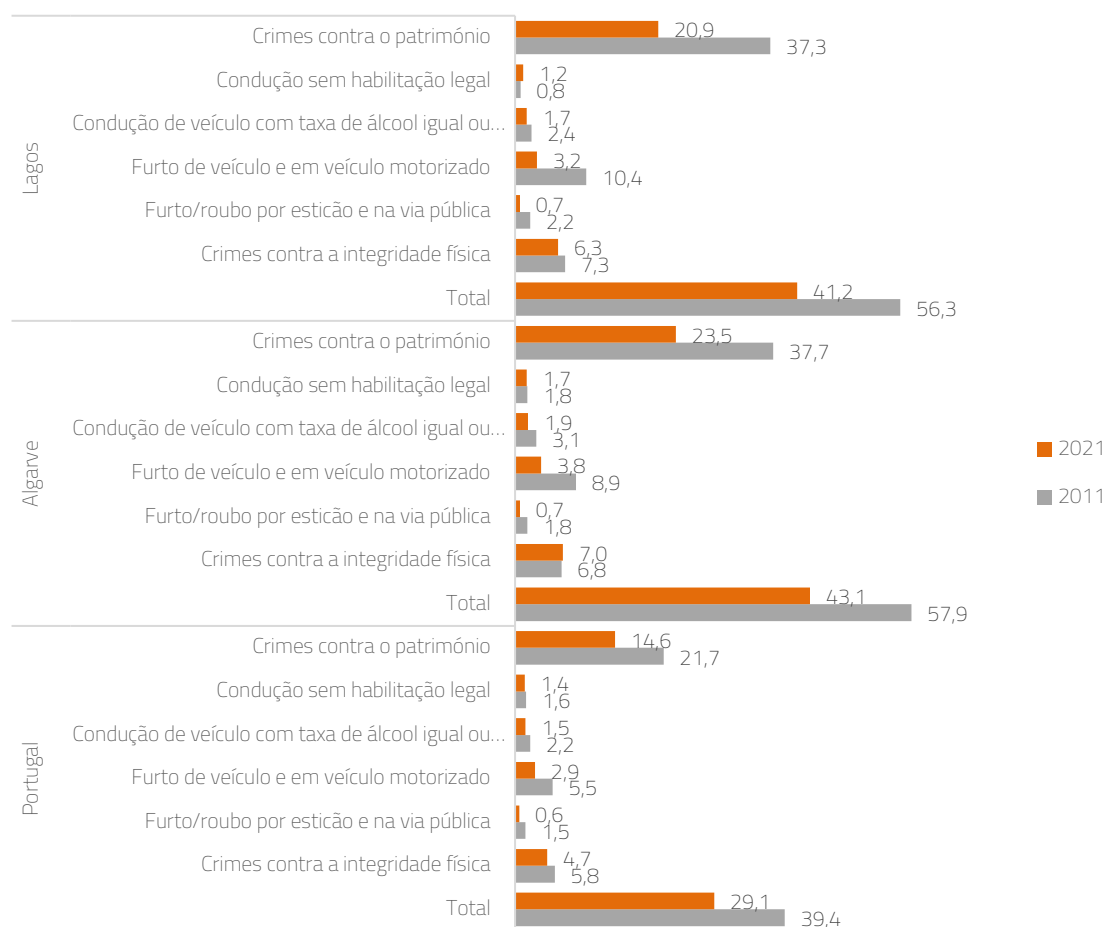
A taxa de criminalidade é uma medida estatística que quantifica o número de crimes cometidos numa determinada área geográfica relativamente à sua população total. Esta medida é geralmente expressa como o número de crimes por 100.000 habitantes em um determinado período. Pode ser usada para avaliar a segurança de um determinado território, bem como para identificar tendências e padrões de criminalidade ao longo do tempo. No entanto, é importante lembrar que este indicador pode ser afetado por muitos fatores diferentes, como mudanças na população, na economia ou nas políticas de aplicação da lei. Portanto, é relevante interpretar cuidadosamente e considerar outras informações relevantes ao avaliar a segurança de um determinado concelho.

O gráfico seguinte mostra a taxa de criminalidade em Portugal, no Algarve e em Lagos, desagregando os dados por categoria de crime. Os dados apresentados abaixo permitem retirar algumas conclusões principais. Em primeiro lugar, revela que a taxa diminuiu significativamente

entre 2011 e 2021, nos três territórios em análise. Em 2011, Portugal apresentava uma percentagem de 39,4% e, em 2021, situou-se no 29,1%. No Algarve, registou-se uma diminuição de cerca de 15% (57,9% em 2011 e 43,1% em 2021) e, em Lagos, o decréscimo foi de 15,1% (56,3% em 2011 e 41,2% em 2021). Em segundo lugar importa destacar que a região e o município apresentam taxas superiores às nacionais, embora o segundo tenha valores ligeiramente abaixo do que o primeiro.

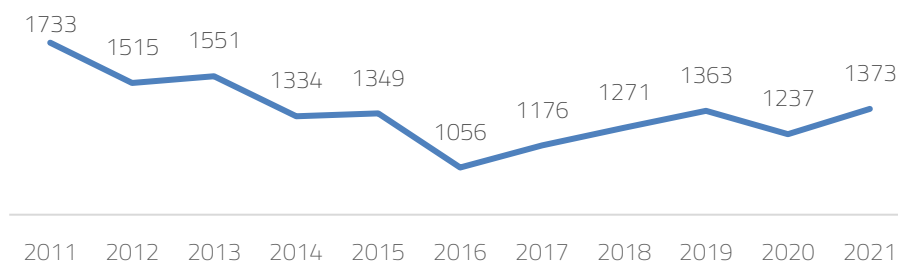
Em terceiro lugar, é também possível perceber quais as categorias de crime mais frequentes. Nesta dimensão existe uma tendência que é transversal aos territórios, que se trata da maior incidência de crimes contra o património. Crimes contra o património são aqueles que envolvem a violação do direito de propriedade ou a posse de bens materiais ou imateriais. Esses crimes geralmente resultam em danos materiais, perda financeira ou roubo de bens. Em 2021, a segunda categoria de crimes mais registada, mas manifestamente inferior ao citado, foram os crimes contra a integridade física (4,7% em Portugal, 7% no Algarve e 6,3% em Lagos). Este a manter-se relativamente estável entre 2011 e 2021 e, no caso do Algarve, registou-se um ligeiro aumento.

**Gráfico 166.** Taxa de criminalidade em Portugal, Algarve e Lagos, por categoria de crime, % (Direcção-Geral da Política de Justiça, 2011 e 2021)



Com base nas informações abaixo, notam-se algumas tendências relativamente aos crimes registados pelas autoridades policiais em Lagos entre 2011 e 2021. Observa-se uma tendência geral de decréscimo no número de crimes registados. Em 2011, foram contabilizados cerca de 1 733 crimes, enquanto, em 2021, esse número foi cerca de 1.300. A tendência de decréscimo foi particularmente acentuada entre 2011 e 2016, ano em que se regista o menor valor de toda a série temporal, com 1.056 crimes. Depois começa uma trajetória ligeiramente ascendente até 2019, uma ligeira diminuição em 2020 e novamente um aumento em 2021 – embora ainda longe dos valores verificados em 2011. No entanto, é importante destacar que o aumento dos crimes pode também estar relacionado com uma maior eficiência das autoridades policiais em identificar as situações, bem como com uma maior consciencialização da necessidade de denúncia por parte dos cidadãos.

**Gráfico 167.** Crimes registados pelas autoridades policiais em Lagos, n.º (Anuários Estatísticos Regionais do Algarve, 2011-2021)



Os dados analisados mostram um cenário positivo com uma diminuição generalizada da taxa de criminalidade e do número de crimes registados pelas autoridades policiais em Lagos, reforçando a ideia do concelho enquanto um local seguro para os seus habitantes e para que o visita. No entanto, importa sublinhar que embora a taxa de criminalidade seja inferior à regional, ainda é superior à taxa de criminalidade em Portugal. Isto fortalece a ideia de que a segurança e a criminalidade são setores nos quais o concelho deve continuar a investir.

## 7.2

### Furto de veículos, ofensa contra a integridade física e violência doméstica são os crimes mais praticados

Os crimes podem variar em intensidade, gravidade e consequência penal, estabelecendo-se várias tipologias. Com base nas informações do gráfico abaixo, é possível analisar as categorias de crime mais comuns em Lagos nos anos de 2019 a 2021. A categoria de crimes mais frequente em todo o período temporal analisado são os crimes relacionados com furto de veículos e em veículos motorizados. Esta é também a categoria onde o número de crimes se tem mantido mais estável



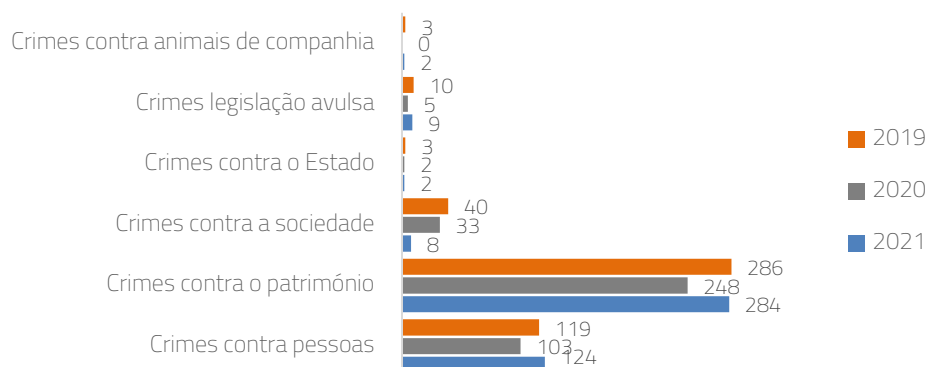
nos três anos em análise: foram registados 120 crimes nesta categoria em 2019, apenas 1 em 2020 e 105 crimes em 2021.

Em 2019, a categoria de crime mais proeminente eram os crimes de ofensa à integridade física voluntária simples (143), mas, nos anos subsequentes, Lagos conseguiu diminuir esse número para 92. Os crimes de condução de veículo com taxa de álcool superior a 1,2g/l também é relativamente comum em Lagos, sendo registados 57 crimes nesta categoria em 2021. Uma categoria problemática são os crimes relacionados com a violência doméstica. Já se havia dado conta do aumento de casos de violência doméstica, principalmente nos anos da pandemia. Em 2019, foram registados 63 crimes de violência doméstica contra cônjuge ou análogos e, em 2020, esse valor aumentou para 85. Posteriormente, regista-se um pequeno decréscimo em 2021, situando-se nos 73 crimes, mas ainda superior aos valores contabilizados em 2019.

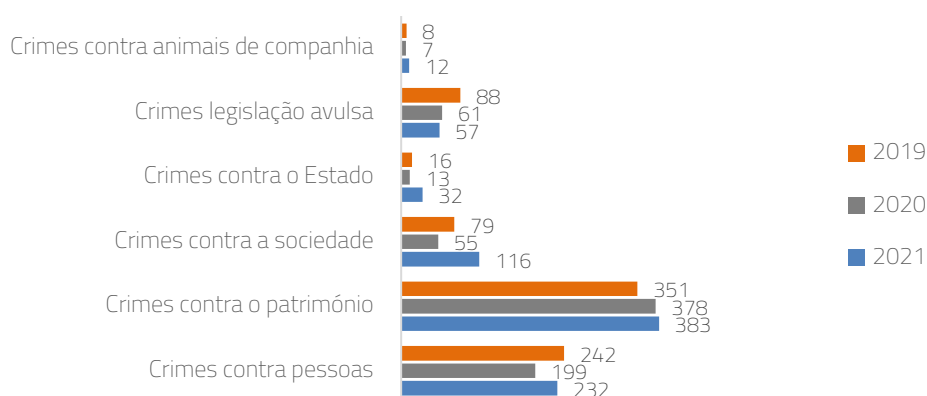
**Gráfico 168.** Crimes registados pelas autoridades policiais em Lagos, segundo as categorias de crime, n.º (Anuários Estatísticos Regionais do Algarve, 2011-2021)



Os crimes por tipologia podem variar segundo a área de intervenção – rural ou urbana – devido também às especificidades sociais, culturais e económicas desses territórios. O gráfico abaixo mostra o número de crimes por tipologia na área de intervenção da GNR, ou seja, rural. Neste caso, é possível perceber que a maioria dos crimes são os que atentam o património e as pessoas. Relativamente aos crimes contra o património, foram registados pela GNR um total de 286 crimes em 2019, valor que desceu para 248 em 2020 e voltou a aumentar para 284 em 2021. Quanto aos crimes contra pessoas, foi contabilizado 119 crimes em 2019, 103 em 2020, e o número volta a aumentar para 124 crimes em 2021. Os crimes menos frequentes em contexto rural e praticamente sem expressão, são os crimes contra animais de companhia e contra o Estado.

**Gráfico 169.** Crimes por tipologia na área de intervenção da GNR (área rural), n.º (GNR, 2019-2021)

Relativamente aos crimes registados em contexto urbano, é possível perceber um aumento em todas as categorias em análise. Os mais frequentes voltam a ser os realizados contra o património e contra as pessoas, à semelhança do verificado em contexto rural. Destaca-se neste caso o aumento significativo do número de crimes contra a sociedade que passaram de 79 em 2019 para 116 em 2021 e de crimes contra o Estado que passaram de 16 em 2019 para 32 em 2021. Em Portugal, crimes contra a sociedade são aqueles que têm um impacto negativo direto sobre a coletividade, afetando a paz social, a ordem pública e a segurança do Estado e são considerados crimes graves. Os crimes contra o Estado são aqueles que atentam diretamente contra as instituições, os símbolos e a soberania do país e podem ser punidos com penas severas, como prisão e multa. As especificidades urbanas são também reveladas pelo número elevado de crimes de legislação avulsa que embora tenham diminuído, ainda se situava nos 57 em 2021.

**Gráfico 170.** Crimes por tipologia na área de intervenção da PSP e GNR (área urbana), n.º (PSP e GNR, 2019-2021)

No decorrer deste capítulo, foram abordadas algumas das principais categorias de crimes, tais como crimes contra a pessoa, contra o património, contra a sociedade e contra o Estado. Cada uma dessas categorias possui características e penalidades próprias, sendo importante para a compreensão e prevenção de condutas delitivas.

## Síntese da criminalidade e (in)segurança

### Taxa de Criminalidade em Decréscimo

- Lagos apresenta uma taxa de criminalidade superior à nacional;
- Tendência generalizada de decréscimo entre 2011 e 2021;
- Diminuição acentuada do número de crimes registados em Lagos até 2016. Salienta-se uma possível trajetória ascendente de 2016 a 2021.

### Categorias de Crimes

- Crimes relacionados com o furto de veículos e em veículos motorizados são os mais frequentes em Lagos;
- Crimes de violência doméstica aumentaram em 2020;
- Crimes contra o património e contra as pessoas são os mais comuns tanto em contexto rural como em contexto urbano;
- Em contexto urbano, destacam-se ainda os crimes contra a sociedade e os crimes de legislação avulsa.

## CONCLUSÃO

O diagnóstico social do concelho de Lagos permitiu perceber que existem um conjunto de desafios que têm de ser acautelados e incorporados nos instrumentos de política pública.

Mais detalhadamente, com base nos dados apresentados, foi possível concluir que o concelho enfrenta várias **tendências demográficas** que moldam a sua população. Embora haja um aumento populacional, este é pouco expressivo e apresenta sinais de desaceleração, sendo mais acentuado nas freguesias urbanas e costeiras. A população jovem tem diminuído, embora o índice de dependência ainda seja superior ao nacional, com exceção da freguesia de Odiáxere, que regista um aumento nesta faixa etária. O concelho está a envelhecer, com uma tendência para acentuar, e as freguesias mais envelhecidas são Bensafrim e Barão de São João e a Luz. A imigração tem aumentado, e o município é visto como atrativo e capaz de reter estrangeiros residentes, com um perfil de “elite”. No entanto, o crescimento populacional está comprometido, com baixas taxas de fecundidade e natalidade, e uma taxa de mortalidade em ascensão. As estruturas familiares predominantes são as simples, com casais sem filhos, sendo a freguesia da Luz a que tem a maior proporção de casais sem filhos e a UF de Bensafrim e Barão de São João e São Gonçalo de Lagos as que registam a maior proporção de casais com filhos. Estas tendências demográficas têm impacto na economia local, na oferta de serviços e na qualidade de vida dos residentes, e exigem uma gestão cuidadosa do concelho e das suas políticas demográficas.

Ao nível das **dinâmicas socioeconómicas** conclui-se que Lagos apresenta uma realidade diversa com diminuição da taxa de atividade geral e da população feminina, mas com a participação dos jovens no mercado de trabalho menos afetada. Além disso, o setor terciário é o mais preponderante na economia local, com empresas de pequena dimensão e baixa qualificação dos trabalhadores. O turismo é um dos grandes impulsionadores económicos o que se reflete numa elevada sazonalidade da atividade económica e das dinâmicas do emprego, contribuindo para uma maior vulnerabilidade e menor resiliência do território. A desigualdade salarial entre géneros ainda persiste e os rendimentos dos agregados familiares tendem a diminuir. Apesar dos desafios, o município apresenta um índice de renovação da população em idade ativa relativamente estável e acima da média nacional e regional. É fundamental que as políticas públicas incentivem o desenvolvimento de setores mais diversificados e a qualificação da mão de obra para impulsionar o crescimento económico e melhorar a qualidade de vida da população.

Da análise dos indicadores referentes aos **grupos sociais vulneráveis** destaca-se que tem havido um crescimento da vulnerabilidade das *crianças e jovens* no concelho de Lagos. A violência doméstica, negligência e abandono escolar são as problemáticas mais frequentes, sendo

essencial que as autoridades policiais e os estabelecimentos de ensino estejam atentos e sinalizem situações de risco para que possam intervir precocemente e garantir a proteção dos mais jovens.

A *população idosa* é outro dos grupos mais vulneráveis do concelho. Neste caso, sublinha-se o impacto da pandemia da COVID-19 no isolamento social destas pessoas, especialmente nas mulheres. A proporção das pessoas com mais de 65 anos a viver sozinhas aumentou sobretudo na UF de Bensafrim e Barão de São João, o que pode agravar os contextos de solidão. No entanto, as transferências sociais desempenham um papel importante na redução da vulnerabilidade. É crucial, portanto, garantir o acesso desse grupo aos recursos e serviços que lhes permitam manter a conexão social e a qualidade de vida, especialmente em tempos de crise como o atual.

Com base nos dados apresentados, conclui-se que a UF de Bensafrim e Barão de São João apresentam mais *pessoas com incapacidades ou deficiências*, sendo as dificuldades mais comuns o tomar banho e vestir-se, problemas de memória e concentração, e andar e subir degraus. Além disso, houve um aumento do número de beneficiários de Prestação Social para a Inclusão, sendo maioritariamente do sexo masculino. É importante existir políticas públicas e iniciativas locais que promovam a inclusão e o acesso aos direitos destas pessoas, respeitando a sua dignidade e autonomia.

Os *desempregados* são também um grupo social que revelou apresentar várias vulnerabilidades. Embora a taxa geral de desemprego tenha diminuído, a taxa da região e do concelho ainda são superiores às nacionais. Além disso, a sazonalidade exerce um efeito significativo, com o desemprego a aumentar exponencialmente nos meses de inverno. As mulheres são particularmente mais vulneráveis, e a pandemia exacerbou ainda mais essa condição. É essencial desenvolver políticas de emprego que considerem a sazonalidade e as especificidades de género, para reduzir a precariedade deste setor.

A crise pandémica contribuiu também para um forte impacto no aumento do número de *vítimas de violência doméstica*, sendo que as mulheres continuam a ser as principais vítimas e os homens os principais agressores.

Os dados analisados relativos permitiram concluir que o número de *famílias monoparentais* estão a aumentar em Lagos, e que esta realidade é mais expressiva no concelho do que na região e no país. É interessante notar que a maioria desses agregados tem pelo menos uma pessoa empregada, o que pode indicar a necessidade de apoio para conciliar a vida familiar com o trabalho. Além disso, os dados mostram que a proporção de mães com filhos desempregadas é superior à dos pais, o que evidencia desigualdades de género no mercado de trabalho.

As mudanças sociais atuais também aumentaram a vulnerabilidade dos *migrantes*. Neste caso, sublinha-se que o CLAIM desempenha um papel cada vez mais importante na resposta às necessidades desta população em Lagos, com um aumento expressivo do número de atendimentos desde 2019. Os cidadãos brasileiros continuam a ser o principal grupo atendido, mas houve um crescimento nos atendimentos a cidadãos do Reino Unido. As questões relacionadas com o reagrupamento familiar e autorizações de residência são os principais temas tratados, com uma subida dos processos associados ao BREXIT em 2021. Isso destaca a importância do CLAIM em fornecer informações e apoio aos migrantes que procuram estabelecer-se no concelho.

Para diminuir a vulnerabilidade desses grupos são indispensáveis os *apoios de ação social*. Neste caso, foi possível observar que houve uma diminuição no número de beneficiários do RSI, sobretudo entre os jovens com menos de 25 anos. Em contrapartida, cresceu o número de beneficiários apoiados pelo Subsídio de Doença, em que as mulheres são a maioria. Além disso, é evidente a subida na procura por apoios de ação social na Câmara Municipal de Lagos, com destaque para a necessidade de subsídio económico e géneros alimentares. A freguesia de São Gonçalo de Lagos apresentou o maior número de agregados apoiados, estes predominantemente desempregados. Esses dados mostram a importância de apoios desta natureza na promoção da segurança e bem-estar social dos cidadãos, principalmente em momentos de crise e de instabilidade económica.

As principais conclusões que se retiram da análise dos dados relativos à **saúde** são que embora haja um aumento do número de médicos especialistas, ainda existem dificuldades em atrair profissionais de saúde para a região e para o concelho. No entanto, há um declínio das taxas de mortalidade, especialmente a infantil e neonatal. Sublinha-se ainda que houve um aumento significativo na oferta de serviços de saúde, incluindo consultas no centro de saúde, serviços de saúde oral e consultas ao domicílio. Além disso, a ampliação da rede de saúde e a criação de novas unidades de saúde familiar mostram um compromisso em melhorar o sistema de cuidados de saúde. Um dos principais desafios está relacionado com a saúde mental e com um aumento da proporção de consultas de psiquiatria e uma taxa de mortalidade por suicídio superior à média nacional. As respostas locais a este problema incluem a implementação de equipas comunitárias de saúde mental, uma consulta de psicologia no centro de saúde e um aumento de agregados com apoio psicológico. Ainda há muito trabalho a ser feito para melhorar o sistema de cuidados de saúde na região, mas as medidas em curso são um passo importante na direção certa.

Relativamente à **educação** também se podem destacar um conjunto de desafios e de avanços. Embora haja uma diminuição no número de alunos matriculados no ensino básico e secundário, o

sucesso escolar do ensino básico está próximo dos 100%. No entanto, há um aumento significativo de alunos com necessidades educativas especiais no ensino secundário, requerendo uma atenção especial por parte das autoridades educacionais. Além disso, é importante monitorizar o número de beneficiários de ação social, bem como os alunos com nacionalidade estrangeira, tendo em conta a diversidade cultural presente no concelho. Também é preciso enfrentar a problemática do abandono escolar, sobretudo entre os homens e, especialmente, na freguesia de Odiáxere. Apesar disso, há avanços na redução da taxa de analfabetismo. A freguesia da Luz possui a taxa mais baixa, enquanto a UF de Bensafrim e Barão de São João enfrentam desafios neste âmbito.

O mercado da **habitação** destaca-se como uma das grandes problemáticas nacionais. Lagos apresenta um aumento do número de alojamentos familiares clássicos e uma maior proporção de população residente em alojamentos familiares não clássicos em comparação com a média nacional. No entanto, as situações de sobrelotação são mais frequentes no concelho do que na região e no país. Os mercados de arrendamento e de venda sofreram graves aumentos, situando Lagos com valores acima dos registados no Algarve e na Região. O parque habitacional municipal é diverso, predominante com tipologias T2 e T3, e os moradores têm baixos níveis de escolaridade e de rendimentos. Por outro lado, o perfil dos requerentes de pedidos de habitação é caracterizado por pessoas entre os 20 e os 40 anos, com elevados níveis de escolaridade e rendimentos baixos e intermédios. Por fim, para auxiliar as famílias no acesso à habitação, existem diversos programas e planos municipais em vigor, como o Programa de Apoio ao Arrendamento Privado e a Estratégia Local de Habitação.

Por fim, na área da **criminalidade e insegurança** pode-se concluir que houve uma diminuição geral na taxa de criminalidade em Portugal entre 2011 e 2021. No entanto, Lagos ainda apresenta uma taxa superior à média nacional. O número de crimes registados no concelho teve uma diminuição acentuada até 2016, mas depois apresentou uma possível trajetória ascendente, sendo que os crimes relacionados com o furto de veículos e em veículos motorizados são os mais frequentes. É importante ressaltar que houve um aumento nos casos de violência doméstica em 2020. Isto significa que os órgãos de governança devem continuar a priorizar esforços para diminuir a taxa de criminalidade, especialmente em áreas com maior incidência e implementar medidas para combater a violência doméstica.

No entanto, foram também identificadas um conjunto de potencialidades características deste território, que podem ser exploradas para melhorar a qualidade de vida dos residentes e impulsionar o desenvolvimento local. Os que se destacam nesta conclusão são: a) a capacidade de atrair imigrantes de elite que desejam residir na região; b) um índice de renovação da população em idade ativa relativamente estável e acima da média nacional e regional; c) a presença de

empresas de turismo que impulsionam a economia local; d) a possibilidade de desenvolvimento de setores mais diversificados e qualificação da mão de obra para impulsionar o crescimento económico; e) a existência de transferências sociais que ajudam a reduzir a vulnerabilidade da população idosa; f) a necessidade de políticas públicas e iniciativas locais que promovam a inclusão e o acesso aos direitos das pessoas com incapacidades ou deficiências; e g) a existência de grupos sociais, como os jovens e as pessoas desempregadas, que podem ser alvo de intervenções para melhorar a sua situação.

Neste sentido, avança-se com a recomendação das seguintes linhas de intervenção:

- i. Apoiar a natalidade, com campanhas de informação às famílias que desejem ter filhos;
- ii. Promover a diversificação do setor económico, atraindo novas empresas e investimentos para a região;
- iii. Desenvolver medidas para reduzir a sazonalidade do turismo, criando incentivos para empresas que operem fora da época alta e apoiando a diversificação do setor turístico;
- iv. Reforçar as políticas de igualdade de género, através da implementação de medidas para reduzir a disparidade salarial entre homens e mulheres, bem como através do apoio à participação das mulheres no mercado de trabalho;
- v. Aumentar os recursos e serviços disponíveis para as crianças e jovens vulneráveis, implementando políticas de proteção social e prevenção da violência doméstica, negligência e abandono escolar;
- vi. Reforçar as medidas de proteção social para os idosos, através da criação de programas de apoio e acompanhamento, especialmente para aqueles que vivem sozinhos;
- vii. Implementar políticas de inclusão social para pessoas com deficiência ou incapacidade, criando infraestruturas e serviços que facilitem a sua mobilidade e acesso aos direitos sociais;
- viii. Promover programas de formação e emprego para os desempregados, com o objetivo de diminuir as taxas de desemprego e melhorar as condições socioeconómicas das famílias.



## Síntese dos problemas e necessidades

Tabela 43. Síntese dos problemas e necessidades do Concelho de Lagos (elaboração própria, 2023)

	Problemas	Necessidades
Grupos Etários	<p>Idosos/as</p> <p>Isolamento social das pessoas idosas, especialmente mulheres.</p> <p>Aumento da proporção de pessoas idosas a viver sozinhos, sobretudo na UF de Bensafrim e Barão de São João.</p> <p>Baixo valor das pensões que se traduzem em dificuldades económicas.</p> <p>Grande incidência de dificuldades e incapacidades nesta faixa etária, como andar ou subir escadas, ver e ouvir, entre outras.</p>	<p>Garantir o acesso da população idosa aos recursos e serviços que lhes permitam manter a conexão social e a qualidade de vida, especialmente em tempos de crise.</p> <p>Criação de mecanismos de vigilância cumulativos para prevenção de situações de dificuldades económicas ou abusos e violência.</p> <p>Desenvolver programas e iniciativas para combater o isolamento social e promover a sua integração na comunidade.</p>
	<p>Crianças e Jovens</p> <p>Aumento da vulnerabilidade das crianças e jovens no concelho de Lagos.</p> <p>Problemas de violência doméstica, negligência e abandono escolar.</p> <p>Aumento significativo de alunos com necessidades de saúde especiais no ensino secundário.</p> <p>Necessidade de monitorizar o número de beneficiários de ação social e alunos com nacionalidade estrangeira para garantir a inclusão e a diversidade cultural.</p> <p>Problemas de abandono escolar, principalmente no sexo masculino.</p>	<p>Intervenção das autoridades policiais e estabelecimentos de ensino para sinalizar e intervir precocemente em situações de risco.</p> <p>Ampliação dos recursos e apoio especializado para atender às necessidades de saúde especiais dos alunos no ensino secundário.</p> <p>Necessidade de dar resposta nas pausas letivas, aos alunos com necessidade de saúde especiais.</p> <p>Intervenção preventiva em contexto familiar, parental, escolar e comunitário.</p> <p>Sensibilização junto dos jovens e famílias para prevenção de comportamentos desviantes e para a tolerância e igualdade.</p> <p>Investimento em estratégias de combate ao abandono escolar e promoção de incentivos ao prosseguimento de estudos.</p>

## CONCLUSÃO Síntese dos problemas e necessidades

Grupos Específicos	Migrantes	<p>Aumento da vulnerabilidade dos migrantes devido a mudanças sociais atuais.</p> <p>Aumento significativo do número de atendimentos aos migrantes.</p> <p>Os cidadãos brasileiros são o principal grupo atendido, mas houve um aumento no número de atendimentos a cidadãos do Reino Unido.</p> <p>Processos associados ao BREXIT foram um tema crescente.</p>	<p>Necessidade de políticas e medidas que respondam às necessidades dos migrantes, sobretudo do perfil de 'sobrevivência', ajudando a combater as mudanças sociais que aumentam a vulnerabilidade.</p> <p>Investimento em recursos e apoio para organizações como o CLAIM que prestam serviços e informações aos migrantes, especialmente aqueles que enfrentam questões relacionadas ao reagrupamento familiar e autorizações de residência.</p> <p>Necessidade de garantir que os migrantes tenham acesso a informações precisas e atualizadas sobre seus direitos e recursos disponíveis, sobretudo relativamente à integração na comunidade local e no mercado de trabalho.</p>
	Pessoas em Situação de Sem-Abrigo	<p>Aumento do número de pessoas em situação de sem-abrigo.</p>	<p>Ampliação da resposta de alojamento temporário e apartamentos temporários no concelho.</p> <p>Desenvolver políticas sociais de reinserção na comunidade e no mercado de trabalho, bem como de prevenção e monitorização de novas situações.</p> <p>Promover ações de formação especializada e de informação para os técnicos do NPISA e demais entidades com intervenção nesta área.</p>
	Cuidadores Informais	<p>Cuidadores informais são maioritariamente mulheres com apoios reduzidos.</p>	<p>Apostar, entre outros, em mecanismos de apoio psicossocial para os cuidadores informais.</p> <p>Promover ações de formação e sensibilização sobre direitos e deveres, bem como prestação de cuidados de saúde, direcionados a este público.</p>

## CONCLUSÃO Síntese dos problemas e necessidades

Constrangimentos Financeiros	Pessoas no Desemprego e beneficiários de RSI	<p>Taxas de desemprego superiores às nacionais, com aumento exponencial nos meses de inverno e forte impacto da sazonalidade.</p> <p>A partir de 2019 denota-se uma tendência de crescimento nos beneficiários de RSI com menos de 25 anos.</p>	<p>Oferta de cursos de formação para trabalhadores, especialmente para aqueles que perderam o emprego devido à crise pandémica.</p> <p>Incentivos fiscais e financeiros para empresas que contratam desempregados do concelho.</p> <p>Criação de programas de estágios e <i>trainees</i> para jovens em início de carreira.</p>
	Habitação	<p>Sobrelotação em alojamentos familiares em comparação com outras áreas do Algarve e Portugal.</p> <p>Tendência de aumento dos preços das rendas e do m2 para venda.</p> <p>Baixos níveis de escolaridade e de rendimentos entre os moradores do parque habitacional municipal.</p>	<p>Disponibilização de mais habitação a custos acessíveis, tanto privadas quanto públicas.</p> <p>Políticas e programas para minimizar o impacto dos custos elevados.</p> <p>Programas educacionais, de formação profissional específicos e de incentivo à participação cidadã para os moradores do parque habitacional municipal.</p>
	Desigualdade de Género	Violência Doméstica	<p>Aumento do número de vítimas de violência doméstica, com mulheres sendo as principais vítimas e homens os principais agressores.</p>
Mulheres		<p>O desemprego atinge particularmente as mulheres, e a pandemia da COVID-19 exacerbou ainda mais essa condição.</p> <p>Diminuição da taxa de atividade feminina.</p> <p>Desigualdade salarial entre géneros.</p>	<p>Criação de programas específicos para ajudar mulheres desempregadas a se reintegrarem no mercado de trabalho, como workshops de capacitação, ações de <i>networking</i> e iniciativas de mentoria.</p> <p>Ações para combater a discriminação de género no mercado de trabalho, como campanhas de sensibilização para empregadores e a criação de medidas para garantir a igualdade de oportunidades.</p>

## CONCLUSÃO Síntese dos problemas e necessidades

Saúde Geral	<p>Dificuldades em atrair profissionais de saúde para a região e para o concelho.</p> <p>Prevalência de doenças cardiovasculares e de tumores.</p> <p>Número significativo de cidadãos ainda sem médico de família.</p>	<p>Necessidade de implementar políticas para atrair e reter profissionais de saúde na região, oferecendo melhores condições de trabalho e remuneração atrativas.</p> <p>Investimento na formação de mais profissionais de saúde, sobretudo em áreas de especialização onde há maior carência, como a oncologia e cardiologia.</p> <p>Desenvolvimento de programas de prevenção e conscientização da população sobre doenças cardiovasculares e de tumores, de modo a reduzir sua incidência.</p> <p>Necessidade de aumentar a oferta de médicos de família.</p> <p>Promoção de medidas para garantir o acesso universal a cuidados de saúde primários.</p> <p>Incentivar a adoção de estilos de vida saudáveis em todas as faixas etárias.</p>
Saúde Mental	<p>Desafios relacionados com a saúde mental, incluindo uma proporção crescente de consultas de psiquiatria, consumo de substâncias aditivas e uma taxa de mortalidade por suicídio no Algarve superior à média nacional.</p>	<p>Continuar a aumentar a oferta de serviços de saúde mental, como consultas de psicologia e psiquiatria.</p> <p>Sensibilização e educação da população sobre a importância da saúde mental.</p> <p>Facilitação do acesso aos recursos de apoio, como linhas telefónicas de crise e grupos de apoio, para aqueles que precisam de ajuda imediata.</p>
Pessoas com incapacidades ou deficiências	<p>Dificuldades mais comuns incluem tomar banho e vestir-se, problemas de memória e concentração, e andar e subir degraus.</p> <p>As situações de incapacidade e dificuldades são mais frequentes nos reformados, aposentados ou na reserva.</p> <p>Aumento do número de beneficiários de Prestação Social para a Inclusão, sendo maioritariamente do sexo masculino.</p>	<p>Políticas públicas e iniciativas locais que promovam a inclusão e o acesso aos direitos das pessoas com incapacidades ou deficiências.</p> <p>Respeito à dignidade e incentivo à autonomia dessas pessoas.</p>

## CONCLUSÃO Síntese dos problemas e necessidades

Estrutura Familiar	Famílias	<p>Estruturas familiares simples predominantes, com casais sem filhos, sendo a freguesia da Luz a que tem a maior proporção.</p>	<p>Apoiar as famílias com filhos, como por exemplo no acesso a creches, escolas e atividades para ocupação dos tempos livres das crianças.</p> <p>Melhorar a qualidade de vida e oferecer mais oportunidades de emprego e habitação para famílias com filhos.</p> <p>Fortalecer as redes de apoio social, como associações de bairro, grupos de mães e pais, grupos de terceira idade, e outras iniciativas.</p>
	Famílias Monoparentais	<p>Aumento do número de famílias monoparentais em Lagos, com a necessidade de apoio para conciliar a vida familiar e profissional.</p> <p>Desigualdades de género no mercado de trabalho, com uma proporção superior de mães desempregadas com filhos em comparação com pais.</p>	<p>Políticas públicas que promovam a igualdade de género no mercado de trabalho, com medidas para reduzir a disparidade entre a proporção de mães e pais desempregados com filhos.</p> <p>Medidas de apoio específicas para famílias monoparentais, incluindo flexibilidade de horários de trabalho, acesso a creches e jardins-de-infância, incentivos fiscais, e outras medidas que possam ajudar a conciliar a vida familiar e profissional.</p> <p>Programas de formação e qualificação profissional destinados a mães desempregadas, de modo a aumentar as suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho e diminuir a sua vulnerabilidade económica.</p>
Criminalidade e (In)segurança	Taxa de Criminalidade	<p>Taxa de criminalidade superior à média nacional, com possível trajetória ascendente de crimes registados.</p> <p>Crimes relacionados com o furto de veículos e em veículos motorizados como os mais frequentes.</p> <p>Aumento nos crimes de violência doméstica em 2020.</p>	<p>Reforçar o policiamento e a vigilância em áreas de maior incidência criminal, bem como implementar políticas de prevenção e controlo da criminalidade.</p> <p>Implementar medidas de prevenção ao furto de veículos, como sistemas de segurança mais avançados, iluminação adequada nos estacionamento e nas ruas.</p> <p>Reforçar a rede de apoio às vítimas de violência doméstica, como a criação de abrigos, divulgação das linhas de apoio psicológico e jurídico.</p> <p>Investir em políticas sociais que atuem na prevenção da criminalidade, tais como programas de inclusão social, educação e formação profissional, assistência social, entre outros.</p>

## ANEXO

### Fóruns temáticos

A Rede Social de Lagos organizou 4 debates temáticos, nomeadamente 'demografia', 'habitação', 'rede social' e 'saúde e saúde mental', realizados de forma presencial, em dois dias diferentes. A metodologia adotada para as sessões consistiu, num primeiro momento, de apresentação de dados relevantes que indiciam as principais tendências verificadas no território, seguido de um segundo, de debate entre os participantes. No caso concreto da rede social, adotou-se um formato distinto, consubstanciado por um exercício individual de reflexão em torno das potencialidades e fragilidades no funcionamento, e de propostas de melhoria. No final, os resultados das reflexões individuais foram partilhados em grupo.

- **Fórum Temático Demografia:** 9 de fevereiro, 10h, Câmara Municipal de Lagos  
Entidades inscritas: Agrupamento de Escolas Júlio Dantas, Agrupamento de Escolas Gil Eanes, Associação dos Ucrânios do Algarve, Centro de Estudos de Lagos – Universidade Sénior, CLAIM de Lagos, CNAIM do Algarve, Conselho Municipal Sénior + Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação, Instituto de Segurança Social – I.P. – Centro Distrital de Faro, PSP, Santa Casa da Misericórdia de Lagos, SEF – Delegação de Portimão, UF de Bensafrim e Barão de São João e DDSEC da CM Lagos.
- **Fórum Temático Habitação:** 9 de fevereiro, 14h, Câmara Municipal de Lagos  
Entidades inscritas: DPGT da CM Lagos, UTHM da CM de Lagos, Marcela Properties, UF de Bensafrim e Barão de São João, PSP, Agrupamento de Escolas Gil Eanes e DDSEC da CM Lagos.
- **Fórum Temático Rede Social:** 15 de fevereiro, 10h, Centro Cultural de Lagos  
Entidades inscritas: ACES – Agrupamento de Centros de Saúde, Agrupamento de Escolas Júlio Dantas, Agrupamento de Escolas Gil Eanes, CASLAS, Conselho Municipal de Educação + Conselho Municipal de Juventude + Serviço de Desporto da CM Lagos, Conselho Municipal Sénior + Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação da CM Lagos, Plano Municipal de Saúde e Turismo da CM de Lagos, Conselho Municipal de Segurança da CM Lagos, Fábrica do Empreendedor, Instituto de Segurança Social – I.P. – Centro Distrital de Faro, NECI e DDSEC da CM Lagos.
- **Fórum Temático Saúde e Saúde Mental:** 15 de fevereiro, 14h, Centro Cultural de Lagos  
Entidades inscritas: ACES – Agrupamento de Centros de Saúde, APPDA – Algarve, CASLAS, Conselho Municipal de Educação + Conselho Municipal de Juventude + Serviço de Desporto da CM Lagos, ETET Barlavento, GASMI, MAPS, NECI, PSP, Santa Casa da Misericórdia de Lagos, UTEJ da CM Lagos, Instituto de Segurança Social – I.P. – Centro Distrital de Faro, Agrupamento de Escolas Gil Eanes.